



Universidade Federal da Bahia
Instituto de Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística



Rua Barão de Jeremoabo, nº147 - CEP: 40170-290 - Campus Universitário Ondina Salvador-BA
Tel.: (71)3283 - 6256 – Site: <http://www.ppgll.ufba.br> - E-mail: pgletba@ufba.br

***SEU E DELE EM CORRESPONDÊNCIAS DE PROFESSORES
NA BAHIA DO SÉCULO XIX***

por

NOEMI PEREIRA DE SANTANA

**SALVADOR
2014**



**Universidade Federal da Bahia
Instituto de Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística**



Rua Barão de Jeremoabo, nº147 - CEP: 40170-290 - Campus Universitário Ondina Salvador-BA
Tel.: (71)3283 - 6256 – Site: <http://www.ppgll.ufba.br> - E-mail: pgletba@ufba.br

***SEU E DELE EM CORRESPONDÊNCIAS DE PROFESSORES
NA BAHIA DO SÉCULO XIX***

por

NOEMI PEREIRA DE SANTANA

Orientadora: Profa. Dra. Emília Helena Portella Monteiro de Souza

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutor em Letras.

**SALVADOR
2014**

Sistema de Bibliotecas da UFBA

Santana, Noemi Pereira de.
Seu e dele em correspondências de professores na Bahia do século XIX / por Noemi Pereira de Santana. - 2014.
198 f.: il.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Emilia Helena Portella Monteiro de Souza.
Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2014.

1. Língua portuguesa - Pronomes. 2. Língua portuguesa - Gramática histórica. 3. Cartas.
4. Professores - Bahia - Séc. XIX. 5. Ensino primário. 6. Sociolinguística. I. Souza, Emilia Helena Portella Monteiro de. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Letras. III. Título.

CDD - 469.5
CDU - 811.134.36

NOEMI PEREIRA DE SANTANA

**SEU E DELE EM CORRESPONDÊNCIAS DE PROFESSORES NA
BAHIA DO SÉCULO XIX**

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Letras,
Universidade Federal da Bahia, pela seguinte banca examinadora:

Norma da Silva Lopes

Doutora em Letras
Universidade do Estado da Bahia

Cristina dos Santos Carvalho

Doutora em Letras
Universidade do Estado da Bahia

Therezinha Maria Mello Barreto

Doutora em Linguística
Universidade Federal da Bahia

Lícia Maria Bahia Heine

Doutora em Linguística
Universidade Federal da Bahia

Emília Helena Portella Monteiro de Souza (Orientadora)

Doutora em Letras e Linguística
Universidade Federal da Bahia

Salvador, 07 de fevereiro de 2014

As mudanças acontecem em teias e ecoam umas nas outras.
(TARALLO, 1996a, inspirado em LABOV, 1968)

*A Maria Pereira de Santana, minha mãe querida.
In memoriam*

*A Rosa Virgínia Mattos e Silva, minha querida professora.
In memoriam*

AGRADECIMENTOS

Concretizar este trabalho só foi possível compartilhando-o com pessoas ilustres e generosas que cruzaram meu caminho. É bom saber que nunca estamos sós, que podemos ter amigos em quem podemos confiar. Pessoas que nos apoiam e nos acolhem. A elas o meu especial e profundo agradecimento.

À prof^a Emília Helena Portella Monteiro de Souza, que, acreditando na importância deste trabalho, me acolheu, me incentivou e não mediu esforços para me orientar na sua realização, com oportunas e incansáveis sugestões, sempre com atenção, cuidado e paciência.

Às minhas professoras do PROHPOR, cujas reflexões me fizeram entender a língua pelos seus falantes e por sua história: Sônia Costa, Therezinha Barreto e Tânia Lobo.

Às minhas colegas-professoras da Faculdade de Educação, Dinéia Muniz, Lícia Beltrão, Mary Arapiraca e Raquel Nery, pelo incentivo, pela convivência e pelo aprendizado de todos os dias.

As minhas colegas do GELING, pela torcida e pelas boas vibrações.

Sou grata também às amigas que, pelo perfil acadêmico, sempre me compreenderam e me incentivaram nessa trajetória. Cristina Farias, amiga que, sempre ao meu lado, desde quando tudo era apenas ideia, me incentivou e, não resistindo, se tornou minha colega; Marta Leone e Gisely Lima, pelo apoio e pela troca de experiências e reflexões; Ana Paula Albuquerque e Antonia Vieira, pela fiel torcida e pela sugestão de um ponto final de continuação.

Às amigas que, mesmo não envolvidas com o mundo acadêmico, entenderam o significado da empreitada e não mediram esforços para me motivar. Lídia Lasserre, pela curiosidade da vida e pelas oportunas trocas; Socorro Noronha, pelo carinho; Theo Batista, pelas caminhadas terapêuticas e pela espontaneidade da vida.

Aos amigos que contribuíram para o resultado positivo deste trabalho. Valquíria Evangelista, pela imensa contribuição na leitura das correspondências dos professores; Constância Souza, pela leitura cuidadosa e atenta do texto final; Carla Miranda e Ângelo Miranda, pela mais perfeita tradução.

A meu pai, Zinho, pelo reconhecimento e pelas palavras de ânimo. A Elísia, pela atenção. Aos meus irmãos, Miriam, Marta, Mari, Meire, Moisés, Pedro e Débora, pela compreensão das ausências e pelas boas vibrações.

Às minhas colegas do Pacto UFBA, especialmente Joselice, Joilda e Érica, pelo apoio, pela compreensão e pelos votos de sucesso.

Aos meninos do PPGLL, Ricardo, Thiago e Sr. Wilson, por me atenderem de maneira sempre tão solícita.

Aos meus alunos, pelo aprendizado de cada dia.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal, pelo financiamento da parte inicial desta pesquisa.

RESUMO

Este trabalho propõe descrever e analisar o comportamento das formas possessivas de terceira pessoa, *seu* e *dele*, em *corpus* do século XIX, buscando identificar os níveis de variação dessas formas e o processo de mudança, considerando-se o paradigma dos possessivos, e o fato da forma *dele* ser considerada a inovadora, embora viesse funcionando como possessiva desde o Português Arcaico, quando ocorria como forma de reforço, desambiguizadora. O *seu* e o *dele* têm atuado na língua como formas variantes de possessivos de terceira pessoa, em alguns contextos de uso. Estudos demonstram que, no caso do Português Brasileiro, a gramaticalização de *você* provocou alteração no paradigma pronominal, levando à confusão no uso dos possessivos referentes à terceira e à segunda pessoa, principalmente a partir do século XIX (LOPES, 2008). Em se tratando de terceira pessoa, alguns contextos são favorecedores do uso de uma forma em detrimento do uso da outra. Esta pesquisa tem como objetivos específicos: i) identificar as variáveis que propiciam a seleção de uma ou de outra forma; ii) verificar a constituição do sintagma do possessivo de terceira pessoa; iii) analisar os dados levantados no *corpus* sob análise, considerando-se as possíveis aproximações ou os distanciamentos em relação ao que foi observado em *corpora* de outras sincronias da Língua Portuguesa. A pesquisa foi realizada numa perspectiva histórico-diacrônica. O *corpus* constitui-se de correspondências manuscritas por professores primários na Bahia, datadas do período compreendido entre as décadas de 50 e 90 do século XIX. A hipótese que norteou esta pesquisa foi a de que, considerando-se o período em estudo, os professores primários usariam, preferencialmente, a forma conservadora *seu*, expressando a norma culta escrita de então, embora pudessem também expressar-se com a forma inovadora *dele*, provavelmente já de uso frequente na fala. Para atender aos objetivos propostos, foram considerados aspectos sociohistóricos – as características das correspondências que constituíram o *corpus*, a padronização linguística no Brasil, a institucionalização do ensino público –, bem como aspectos sintático-semânticos e morfossintáticos que perpassam o fenômeno em estudo. A metodologia utilizada é a da Sociolinguística Variacionista. As variáveis linguísticas consideradas são de duas naturezas: 1) semântica – traços do referente [P3 ou P2], [+/-ambíguo], [+/-humano], [+/-definido], [+/-específico] e [+/-concreto]; e 2) morfossintática – presença no sintagma possessivo de artigo definido e de quantificador indefinido e a posição das duas formas no sintagma do possessivo. As formas variáveis, objeto deste estudo, são também discutidas na perspectiva da mudança, considerando-se os princípios de Hopper (1897; 1991). As formas *seu* e *dele* encontram-se em camadas, porque variantes, tendendo, uma delas, à especialização para a terceira pessoa. Visualiza-se uma mudança no paradigma, quando se leva em conta também a especialização do *seu* para a segunda pessoa. Situando essas ocorrências no *corpus* em estudo, os resultados vêm demonstrar que, embora a maior frequência de uso para a terceira pessoa tenha sido da forma *seu*, identificaram-se ocorrências da forma *dele*, indicando as tendências para a especialização dessa última forma, nessa posição, conforme se expressa no português brasileiro contemporâneo.

PALAVRAS-CHAVE: Possessivos de terceira pessoa. Correspondências. Professores primários. Século XIX. Variação e mudança.

ABSTRACT

This work aims to describe and analyze the behavior of the third person possessive forms “seu” and “dele” (his/her(s) and your(s) in the Portuguese language), within the nineteenth century language corpus, trying to identify the variation levels of these forms and the process of language change, considering the paradigm of the possessive adjectives/pronouns (in Portuguese), and also the fact that the form “dele” is considered innovative, although it has been used as such ever since the times of the Old Portuguese, when it was used as a reinforcement, for disambiguation. “Seu” and “dele” have been used as alternating possessive forms in the third person in some contexts. Studies have demonstrated that, in the Brazilian Portuguese, the grammaticalization of the form “você” produced a change in the pronoun paradigm that has led to some confusion in the use of the second and third person possessives in some contexts, especially after the nineteenth century (LOPES, 2008). In the third person, some contexts favor one form to the other. As specific goals, this work aims to i) identify the variables that favor the selection of one of the forms to the other; ii) verify the construction of the third person possessive syntagma; iii) analyze the data obtained from the researched corpus, considering possible similarities or differences in relation to what was observed in corpora to other Portuguese language synchronies. The research was made using a historic-diachronic perspective. The corpus is taken from handwritten mail letters by primary school teachers in Bahia dated within the decades of 1850 and 1890. The hypothesis that guided this research was that within the studied period, primary school teachers would have used the traditional form “seu”, preferably, expressing the educated Portuguese standard of the time, even though they could also have expressed themselves using the innovative form “dele”, which was probably already often used in speech. In order to meet the proposed goals, socio-historic aspects were considered – the characteristics of the corpus mail letters, the linguistic standardization in Brazil, the institutionalization of the government public education – as well as the syntactic-semantic and morphosyntactic aspects that lie beneath the studied phenomenon. The used methodology was the Socio-linguistic Variation. The linguistic variables are of two kinds: 1) Semantic – referring traces [P3 or P2], [+/-ambiguous], [+/-human], [+/-defined], [+/-specific] and [+/-concrete]; and 2) morph-syntactic – the presence of a definite article and an indefinite quantifier in the possessive syntagma and the position of the two forms in the possessive syntagma. The varying forms which are object of this study are also discussed in the perspective of linguistic change, considering the principles established by Hopper (1987; 1991). The forms “seu” and “dele” are found in layers, because as they vary, they tend to specialize to the third person. A change can also be seen in the paradigm, when the specialization of “seu” to the second person is taken into account. Considering these occurrences within the studied corpus, the results demonstrate that although the form “seu” was more frequently used, the form “dele” was also present, indicating trends for the specialization of the latest, in this position, as expressed by the contemporary Brazilian Portuguese.

KEY-WORDS: Third person possessives, Mail letters, Primary school teachers, Nineteenth century, Variation and change.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Folha de rosto da Grammatica da Língua Portugueza de Latino Coelho	77
Figura 2: Folha de rosto de <i>Elementos de grammatica portugueza</i> de Carneiro Ribeiro	77
Figura 3: Folha de rosto da <i>Grammatica Portugueza</i> de Júlio Ribeiro	79
Figura 4: Carta da professora Alcina Rosenda da S ^a . Professora vitalícia. Villa do Rio de Contas. 05/01/1875	139
Figura 5: Correspondência do professor. Eschola Publica da Victoria. 08/07/1874	140

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Pronomes pessoais latinos – caso reto	22
Quadro 2: Pronomes pessoais latinos – casos reto e oblíquo	22
Quadro 3: Pronomes possessivos latinos e portugueses	23
Quadro 4: Pronomes demonstrativos latinos – <i>ille, illa, illud</i>	24
Quadro 5: Pronomes demonstrativos latinos – <i>is, ea, id</i>	24
Quadro 6: Sistema dos possessivos no Português Arcaico	30
Quadro 7: Ocorrências de possessivos de terceira pessoa nos Diálogos de São Gregório	32
Quadro 8: Posição do possessivo no sintagma	33
Quadro 9: Realizações gráficas e fonéticas dos possessivos	39
Quadro 10: <i>Corpora</i> diacrônicos escritos; Portugal (século XV ao XX) e Brasil (séculos XVII ao XIX) – Oliveira e Silva, 1982	43
Quadro 11: Sistema pronominal em uso – Menon, 1995	52
Quadro 12: Formas possessivas no português padrão – Perini, 1985	63
Quadro 13: Formas possessivas no português coloquial – Perini, 1985	63
Quadro 14: Paradigma dos pronomes pessoais no PB padrão – Cerqueira, 1996	70
Quadro 15: Paradigma dos pronomes pessoais no PB coloquial – Cerqueira, 1996	71
Quadro 16: Correspondência entre pronomes pessoais e possessivos – Perini, 2010	91
Quadro 17: Comportamento dos possessivos em línguas latinas – Bagno, 2011	93
Quadro 18: Possessivos de terceira pessoa no PB contemporâneo – Bagno, 2011	93
Quadro 19: Possessivos e suas flexões – Neves, 2011	95
Quadro 20: Sistema pronominal em uso	155

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Frequência das formas possessivas em <i>corpora</i> do Português Arcaico	40
Tabela 2: Frequência de uso do possessivo <i>dele</i> em dois períodos de tempo, em Portugal e no Brasil – Oliveira e Silva, 1982	44
Tabela 3: Estratégias de expressão de posse no PB no eixo do tempo – Barros, 2007	47
Tabela 4: Expressões de posse por sintagma [deNP] por pronome possessivo	49
Tabela 5: Destinatários das correspondências	137
Tabela 6: Perfil dos escreventes quanto ao gênero	143
Tabela 7: Possessivos <i>seu</i> e <i>dele</i> X Pessoa (P2/P3)	156
Tabela 8: Uso das formas <i>seu</i> e <i>dele</i> para terceira pessoa (P3)	157
Tabela 9: Uso do <i>seu</i> e <i>dele</i> por década (1950 a 1980)	158
Tabela 10: Possessivos <i>seu</i> e <i>dele</i> X Grau de ambiguidade	161
Tabela 11: Possessivos <i>seu</i> e <i>dele</i> X Personalização do referente	163
Tabela 12: Possessivo <i>dele</i> X Personalização do referente.	164
Tabela 13: Possessivo <i>seu</i> X Personalização do referente	166
Tabela 14: Possessivo <i>seu</i> X Personalização do referente	168
Tabela 15: Possessivos <i>seu</i> e <i>dele</i> X Grau de definitude do referente	170
Tabela 16: Possessivos <i>seu</i> e <i>dele</i> X Grau de especificidade do referente	173
Tabela 17: Possessivos <i>seu</i> e <i>dele</i> X Grau de concretude do referente	175
Tabela 18: Possessivos <i>seu</i> e <i>dele</i> X variáveis independentes	177
Tabela 19: Posição das variantes no sintagma	180
Tabela 20: Possessivos e determinantes (artigo definido e quantificador indefinido)	183

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Uso das formas <i>seu</i> e <i>dele</i> para terceira pessoa (P3/P6)	157
Gráfico 2: Uso do <i>seu</i> e <i>dele</i> por década (1950 a 1980)	159
Gráfico 3: Possessivos <i>seu</i> e <i>dele</i> x Grau de ambiguidade	162
Gráfico 4: Possessivos <i>seu</i> e <i>dele</i> x Personalização do referente	163
Gráfico 5: Variante <i>dele</i> x Personalização do referente	165
Gráfico 6: Possessivos <i>seu</i> e <i>dele</i> x Grau de definitude do referente	170
Gráfico 7: Possessivos <i>seu</i> e <i>dele</i> x Grau de especificidade do referente	174
Gráfico 8: Possessivos <i>seu</i> e <i>dele</i> x Grau de concretude do referente	176
Gráfico 9: Posição das variantes no sintagma do possessivo	181
Gráfico 10: Possessivos e determinantes (artigo definido e quantificador indefinido)	183

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	TRAJETÓRIA DOS PRONOMES POSSESSIVOS DE TERCEIRA PESSOA NA LÍNGUA PORTUGUESA	22
2.1	ORIGEM DO POSSESSIVO DE TERCEIRA PESSOA	22
2.2	O POSSESSIVO DE TERCEIRA PESSOA NO PORTUGUÊS ARCAICO	26
2.2.1	As formas de possessivo de terceira pessoa identificadas no período	26
2.2.2	Sobre a posição do possessivo no sintagma	32
2.2.3	Sobre a presença do artigo e do quantificador indefinido antes do possessivo	34
2.2.4	A queda das formas átonas e o uso da forma <i>dele</i> como indicadora de posse no Português Arcaico	37
2.2.5	Variação entre <i>seu</i> e <i>dele</i> entre os séculos XVI e XIX	43
2.3	RELAÇÃO ENTRE A VARIAÇÃO <i>SEU</i> E <i>DELE</i> E A GRAMATICALIZAÇÃO DE <i>VOCE</i>	50
3	OS POSSESSIVOS DE TERCEIRA PESSOA NO PORTUGUÊS BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO	54
3.1	OS POSSESSIVOS NA CADEIA DA REFERENCIAÇÃO	54
3.1.1	A função dos pronomes na enunciação	55
3.1.2	Os possessivos e a referenciação	57
3.2	ESTUDOS SOBRE OS POSSESSIVOS DE TERCEIRA PESSOA NA CONTEMPORANEIDADE	58
3.2.1	Aspectos semânticos dos possessivos	60
3.2.2	Aspectos morfossintáticos dos possessivos	70
4	O TRATAMENTO DADO AOS POSSESSIVOS EM GRAMÁTICAS	74
4.1	A TRADIÇÃO GRAMÁTICAL	74
4.2	GRAMÁTICAS DO SÉCULO XIX	75
4.3	OS POSSESSIVOS EM GRAMÁTICAS DO SÉCULO XIX	82
4.4	OS POSSESSIVOS EM GRAMÁTICAS DO SÉCULO XX	86
4.5	OS POSSESSIVOS EM GRAMÁTICAS DO SÉCULO XXI	89
5	NORMAS LINGÜÍSTICAS E IDEAL DE NACIONALIDADE NO SÉCULO XIX	100
5.1	CONCEITO DE NORMA	100

5.1.1	Norma – a lacuna em Saussure	101
5.1.2	Norma – a concepção de Coseriu	103
5.1.3	Norma – a contribuição de Labov	104
5.2	PADRONIZAÇÃO LINGUÍSTICA NO SÉCULO XIX	106
5.3	SOBRE A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES NO SÉCULO XIX	114
6	A MUDANÇA LINGUÍSTICA	120
6.1	A MUDANÇA NA PERSPECTIVA DA SOCIOLINGUÍSTICA	121
6.2	A MUDANÇA NA PERSPECTIVA FUNCIONALISTA	127
6.2.1	A gramaticalização	130
6.2.1.1	Os princípios de Hopper	132
7	O PERCURSO METODOLÓGICO	135
7.1	O <i>CORPUS</i>	137
7.2	AS VARIÁVEIS LINGUÍSTICAS	144
7.2.1	A variável dependente	145
7.2.2	As variáveis independentes	146
8	SOBRE AS VARIANTES <i>SEU</i> E <i>DELE</i>: O QUE O <i>CORPUS</i> REVELA	153
8.1	O USO DO <i>SEU</i> PARA P2 E P3/P6	154
8.2	O USO DO <i>SEU</i> E DO <i>DELE</i> NAS CORRESPONDÊNCIAS – ASPECTOS SEMÂNTICOS	157
8.2.1	As variantes <i>seu</i> e <i>dele</i> no corpus	157
8.2.2	As variantes <i>seu</i> e <i>dele</i> em contextos ambíguos	160
8.2.3	As variantes <i>seu</i> e <i>dele</i> e a personalização do referente	162
8.2.4	As variantes <i>seu</i> e <i>dele</i> e o grau de definitude do referente	168
8.2.5	As variantes <i>seu</i> e <i>dele</i> e o grau de especificidade do referente	172
8.2.6	As variantes <i>seu</i> e <i>dele</i> e o grau de concretude do referente	174
8.3	O USO DO <i>SEU</i> E DO <i>DELE</i> NAS CORRESPONDÊNCIAS – ASPECTOS MORFOSSINTÁTICOS	179
8.3.1	O Sintagma possessivo	179
8.3.1.1	A posição do possessivo no sintagma	180
8.3.1.2	As variantes e a presença do artigo/quantificador no sintagma	182
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS	186
	REFERÊNCIAS	192

1 INTRODUÇÃO

Para se compreender a constituição histórica do português, estudos têm sido realizados, focando fenômenos que demonstram que, ao longo do tempo, o português brasileiro foi se diferenciando do português europeu, não apenas nos níveis fonético e lexical, mas também no nível morfossintático. Conforme Tarallo (1996), a configuração do português brasileiro contemporâneo – PBC – demonstra que uma gramática distinta estava se delineando e que isso se expressou de maneira mais acentuada, na virada do século XIX para o século XX. Ao analisar *corpora* dos séculos XVIII e XIX¹, Tarallo identificou, entre os fenômenos, a reestruturação do sistema pronominal. A partir de então, muitas pesquisas têm sido desenvolvidas no intuito de descrever tais fenômenos com base em *corpora* diacrônicos.

Tomando-se a reflexão de Tarallo como ponto de partida, esta pesquisa se propõe a levantar dados relacionados ao uso dos pronomes possessivos de terceira pessoa, em *corpus* datado da segunda metade do século XIX, no intuito de se identificar a variação do *seu* e do *dele* no português brasileiro – PB.

A origem das formas *seu* e *dele* é diversa. O *seu* tem origem no genitivo latino das formas pronominais pessoais e tem sentido reflexivo. O *dele* tem origem no genitivo latino das formas pronominais demonstrativas com sentido não-reflexivo. Ao entrar nas línguas românicas, especificamente no romeno, espanhol e português, o *seu* passa a assumir também o sentido não-reflexivo. Essa ampliação semântica, nesse momento de transição, passa a causar ambiguidade em alguns contextos. O *seu*, apenas reflexivo, passa a ter sentido de não-reflexivo; o *dele* (*deste, daquele*) não-reflexivo, passa a ter sentido reflexivo. Nesse sentido, as duas formas passam a ser intercambiáveis. Com isso o *dele* é incorporado com forma de desambiguar, sendo, inclusive, utilizado na forma pleonástica (em redobro como reforço para acessar o referente de maneira mais clara).² Conforme Moraes de Castilho (2005; 2013), era comum, no Português Arcaico, ocorrência de estruturas redobradas. Nesse sentido, as construções possessivas com pronome redobrado eram frequentes. Como o sistema oferecia essa possibilidade, a construção pleonástica (*seu... dele*) garantia a instrução do referente, no caso de uma ambiguidade na terceira pessoa. Depois, a forma pleonástica vai caindo em desuso, dando lugar ao uso da forma

¹ Os *corpora* da pesquisa de Tarallo foram constituídos de cartas, diários e peças teatrais, datados dos séculos XVIII e XIX, que foram divididos para a análise em 4 períodos de 50 anos. (TARALLO, 1986, p. 83)

² O *dele* pode ser também partícula partitiva (uma delas... um dele... cada um deles...) e complemento verbal.

seu ou da forma *dele*, como variantes. A princípio, pode-se dizer que já existem muitos estudos que comprovam que as formas possessivas *seu* e *dele* são variantes e são utilizadas quando o contexto provoca ambiguidade. No caso do Português Brasileiro, estudos têm demonstrado que a gramaticalização de *você*, que passou de pronome de tratamento (terceira pessoa) para pronome pessoal de segunda pessoa, provocou alteração no paradigma, levando à confusão no uso dos possessivos referentes à terceira e à segunda pessoa, principalmente a partir do século XIX (LOPES, 2008). Desse fenômeno, duas consequências ocorreram no que se refere aos possessivos em estudo: i) o *seu* passou a ser mais frequente como possessivo de segunda pessoa (PERINI, 1985; ABRAÇADO, 2000), mas se mantém como possessivo de terceira pessoa, principalmente em contextos escritos; ii) a forma analítica *dele*, indicando posse de terceira pessoa, passou a funcionar com mais frequência principalmente em contexto orais (OLIVEIRA E SILVA, 1982; PERINI, 1985; CERQUEIRA, 1991, 2008).

Os estudos sobre os possessivos de terceira pessoa trouxeram à tona algumas questões que, de certa forma, vieram nortear a análise dos dados no *corpus* selecionado para esta pesquisa, quais sejam:

- *Seu* e *dele* se constituíram como variantes desde o Período Arcaico?
- Como esse fenômeno se apresentava no século XIX, a partir do *corpus* em estudo?
- A forma *dele* foi ocupando o lugar do *seu* apenas em contextos ambíguos?
- Haveria outras variáveis envolvidas na seleção de uma ou outra forma?
- Na segunda metade do século XIX, estaria havendo uma mudança em progresso no paradigma dos possessivos?

O *corpus* desta pesquisa é constituído por um conjunto de correspondências escritas por professores primários, datadas do período compreendido entre as décadas de 50 e 90 do século XIX, disponíveis na Seção Colonial do Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB. Essas correspondências se dispõem como documentos oficiais. Como destinatários para as correspondências, registram-se o Diretor Geral de Estudos/da Instrução Pública, o Comissário da Instrução Pública ou o Inspetor Literário (local), Componentes da Comissão Literária (como o próprio comissário ou o juiz de paz), o Presidente da Província ou o Governador do Estado. O perfil do interlocutor é relevante nesta análise, na medida em que possibilita identificar o tipo de registro utilizado pelos autores dos documentos e, com isso, suas escolhas linguísticas.

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar o comportamento das formas possessivas de terceira pessoa, *seu* e *dele*, nesse *corpus*, buscando identificar os níveis de

variação dessas formas e o processo de mudança, considerando-se o paradigma dos possessivos, e o fato de a forma *dele* ser considerada a inovadora, embora viesse funcionando como possessiva desde o Português Arcaico, quando ocorria como forma de reforço, desambiguizadora. Levando-se em conta que a ocorrência de cada variante – *seu* e *dele* – estaria condicionada a contextos linguísticos específicos, o que se propõe é identificar quais os contextos que restringem ou propiciam o uso de uma forma ou de outra, verificando a posição desse possessivo no sintagma nominal, bem como aspectos semânticos do referente. Nessa direção, têm-se como objetivos específicos: i) identificar as variáveis que propiciam a seleção de uma ou de outra forma; ii) verificar a constituição do sintagma do possessivo de terceira pessoa; iii) analisar os dados levantados no *corpus* sob análise, considerando-se as possíveis aproximações ou os distanciamentos em relação ao que foi observado em *corpora* de outras sincronias da Língua Portuguesa.

A pesquisa foi realizada numa perspectiva histórico-diacrônica, observando-se os usos registrados nas correspondências, ao longo da segunda metade do século XIX, considerando-se as quatro décadas: 50, 60, 70 e 80. Esse período é considerado o momento da padronização linguística no Brasil e da sedimentação da cultura escrita e é também o momento de institucionalização e consolidação do ensino público primário no Brasil, havendo, como consequência, uma preocupação maior com a formação dos professores.

Ao longo do levantamento e da análise, mais algumas questões foram feitas, direcionadas especificamente ao *corpus*:

- Considerando o nível de formalidade da situação, os professores utilizavam qual das duas variantes e por quê?
- O sintagma do possessivo se configuraria da mesma forma que se apresenta no português brasileiro contemporâneo?

A hipótese que norteou esta pesquisa foi a de que, considerando-se o período em estudo, segunda metade do século XIX, os professores primários usariam, preferencialmente, a forma conservadora *seu*, expressando a norma culta escrita de então, embora pudessem também expressar-se com a forma inovadora *dele*, provavelmente já de uso frequente na fala, mesmo em contextos em que se esperaria o uso do *seu*.

Para atender ao objetivo proposto, além de o fenômeno ser abordado, considerando-se aspectos sociohistóricos – as características das correspondências que constituíram o *corpus*, a padronização linguística no Brasil, a institucionalização do ensino público –, o objeto em estudo será analisado, considerando-se os aspectos sintático-semânticos e morfossintáticos que o perpassam. Nesse sentido, buscou-se identificar em

que medida os elementos contextualizadores no sintagma interferiram na seleção da forma indicadora de posse de terceira pessoa, *seu* ou *dele*, e na sua posição no sintagma do possessivo.

Para análise do fenômeno em questão, será utilizado o aporte teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista. A variável dependente são as formas possessivas de terceira pessoa, *seu* e *dele*; as variáveis linguísticas são de duas naturezas: 1) semântica – traços do referente [P3 ou P2], [+/-ambíguo], [+/-humano], [+/-definido], [+/-específico] e [+/-concreto]; e 2) morfossintática – presença no sintagma possessivo de artigo definido e de quantificador indefinido e a posição das duas formas no sintagma do possessivo. Numa perspectiva Funcionalista, serão também tomados princípios da Gramaticalização para explicar a trajetória dos possessivos em estudo.

Esta tese se apresenta em sete capítulos. O primeiro, intitulado *Trajetória dos pronomes possessivos de terceira pessoa na Língua Portuguesa*, expõe o quadro desses pronomes no latim, considerando-se a sua origem. Em seguida, expõem-se levantamentos e análises referentes ao comportamento desses itens no período arcaico. Diante do fato de não haver muitos estudos sobre o fenômeno, principalmente na perspectiva diacrônica, apresentam-se, em linhas gerais, algumas informações sobre a forma *dele* entre os séculos XVII e XIX. Considerando-se já o comportamento desses itens na contemporaneidade, o segundo capítulo, intitulado *Estudos sobre os possessivos de terceira pessoa no português brasileiro contemporâneo*, apresenta aspectos semânticos e morfossintáticos relacionados aos possessivos de terceira pessoa, por meio de pesquisas realizadas com base em *corpora* sincrônicos e contemporâneos. O terceiro capítulo, *O tratamento dado aos possessivos nas gramáticas*, apresenta a abordagem dada por algumas gramáticas datadas dos séculos XIX, XX e XXI, expondo o que nelas se registra sobre os possessivos de terceira pessoa, tanto no que se refere à classificação e definição quanto no que se refere à prescrição e ao uso. No capítulo quatro, expõe-se a fundamentação teórica que subsidiou a interpretação dos dados. Com o título *A mudança linguística*, discute-se a mudança à luz da Sociolinguística Variacionista e do Funcionalismo Linguístico, com base na Gramaticalização, e, nela, os princípios de Hopper, no intuito de embasar a reflexão sobre as tendências reveladas no *corpus*. Continuando a reflexão proposta, no capítulo 5, intitulado *Normas linguísticas e ideal de nacionalidade no século XIX*, tendo em vista aspectos sócio-históricos que perpassam o objeto em estudo, apresenta-se reflexão sobre a questão da padronização linguística no Brasil. Nesse capítulo, apresentam-se dados sobre escolarização no período em estudo. No capítulo 6, intitulado *Pressupostos metodológicos*, expõe-se como esta pesquisa foi realizada, apresentando-se a metodologia, o perfil do *corpus* – as correspondências dos professores primários –, e a descrição das variáveis linguísticas. No último capítulo, intitulado *Sobre as variantes seu e dele* – o que o *corpus*

revela, a abordagem focaliza os dados que o *corpus* apresenta, dando uma interpretação, com base no que outros estudos apresentaram sobre esses itens e no que se tomou como suporte teórico para explicar os dados. Ao final, expõem-se as considerações sobre o que foi levantado, relacionando-as aos resultados de pesquisas que tomam outros *corpora* para estudo.

2 TRAJETÓRIA DOS PRONOMES POSSESSIVOS DE TERCEIRA PESSOA NA LÍNGUA PORTUGUESA

2.1 ORIGEM DO POSSESSIVO DE TERCEIRA PESSOA

O paradigma pronominal da língua portuguesa passou por algumas alterações ao longo da sua história. Conforme alguns autores (MEIER, 1948; ALMEIDA, 1995; PENNA, 2002), no latim clássico, não havia, no quadro dos pronomes pessoais no caso reto (nominativo e vocativo), a forma indicadora de terceira pessoa. Na *Gramática Latina*, de Napoleão Mendes de Almeida, observa-se, no sistema pronominal dessa língua, a expressão formal de apenas duas pessoas: *ego*, *tu* (sg.), *nos*, *vos* (pl.), conforme o quadro abaixo:

PRONOMES PESSOAIS LATINOS		
PESSOAS	CASOS RETOS	
	NOM.	VOC.
SING	ego	—
	tu	tu
	—	—
PL	nos	—
	vos	vos
	—	—

Quadro 1: Pronomes pessoais latinos – caso reto³

Conforme Almeida (1995), embora não houvesse a terceira pessoa dos casos retos no quadro dos pronomes pessoais latinos, havia nos casos oblíquos e, dentro desses, identificam-se os casos genitivo, dativo, ablativo e acusativo, como se pode observar no quadro a seguir:

PRONOMES PESSOAIS LATINOS						
PESSOAS	CASOS RETOS		CASOS OBLÍQUOS			
	NOM.	VOC.	GEN.	DAT.	ABL.	AC.
SING.	ego	—	mei	mihi	me	me
	tu	tu	tui	tibi	te	te
	—	—	sui	sibi	se	se
PLUR.	nos	—	nostrum	nobis	nobis	nos
	vos	vos	vestrum	vobis	vobis	vos
	—	—	sui	sibi	se	se

Quadro 2: Pronomes pessoais latinos – casos reto e oblíquo⁴

³ Fonte: Napoleão Mendes de Almeida. *Gramática Latina*, p. 136.

⁴ Fonte: Napoleão Mendes de Almeida. *Gramática Latina*, p. 136.

De acordo com Almeida (1995, p. 136),

a 3ª pessoa se declina de igual maneira no singular e no plural; não possui nominativo, razão por que em latim se chama *bicho sem cabeça*. Não possui nominativo porque esse pronome é sempre reflexivo, isto é, exerce sempre função de complemento que se refere ao sujeito da oração. Essa falta é suprida por meio de pronomes demonstrativos [...].

A forma *sui* era flexionada em gênero – *suus, sua, suum* (masculino, feminino e neutro) – e em número. No caso de número, essas formas eram usadas tanto para o singular como para o plural, isto é, pode se referir a uma só pessoa ou a várias (ALMEIDA, 1995, p. 159).⁵

Veja-se como se configurava o quadro dos possessivos no latim clássico:

PRONOMES POSSESSIVOS			
Latinos			Portugueses
MASC.	FEM.	NEUTRO	
Meus	Mea	Meum	Meu
Tuus	Tua	Tuum	Teu
Suus	Sua	Suum	Seu
Noster	Nostra	Nostrum	Nosso
Vester	Vestra	Vestrum	Vosso
Suus	Sua	Suum	Seu

Quadro 3: Pronomes possessivos latinos e portugueses

No latim, como existia o sistema de casos, a ordem dos constituintes no enunciado não era fixa, pois a própria morfologia indicava a função. Sobre o genitivo, Almeida afirma que este exerce a função de adjunto adnominal restritivo, ou seja, complementa o sentido do substantivo, restringindo-o, especificando-o. Almeida diz que “o adjunto adnominal restritivo vem sempre antecedido da preposição *de*, e quase sempre encerra ideia de posse.” (ALMEIDA, 1995, p. 17).

De acordo com Meier (1948), no latim clássico, havia três formas que indicavam possessividade, ou seja, que propiciavam estabelecer vínculos, dentre eles o de posse, o que se indicava pelo caso genitivo. Do paradigma dos pronomes pessoais, havia o genitivo *sui*, que se declinava em gênero como *suus, sua e suum*. *Sui* se constituía como um reflexivo (ver quadro 3). Do paradigma dos pronomes demonstrativos, havia o genitivo *illius* (ver quadro 4) e o genitivo *ejus/eius* (ver quadro 5), ambos não-reflexivos.

⁵ O fato de não haver flexão de número faz com que o uso de uma forma possessiva de terceira pessoa, em alguns contextos, cause ambiguidade.

PRONOMES DEMONSTRATIVOS LATINOS						
SINGULAR				PLURAL		
Caso	M.	F.	N.	M.	F.	N.
Nom.	ille	illa	illud	illi	illae	illa
Voc.	—	—	—	—	—	—
Gen.	illius	Illius	illius	illorum	illarum	illorum
Dat.	illi	Illii	illi	illis	illis	illis
Abl.	illo	Illia	illo	illis	illis	illis
Acus.	illum	Illam	ilud	illos	illas	illa

Quadro 4: Pronomes demonstrativos latinos – *Ille, illa, illud*⁶

PRONOMES DEMONSTRATIVOS LATINOS						
SINGULAR				PLURAL		
Caso	M.	F.	N.	M.	F.	N.
Nom.	is	Ea	id	ii ou ei	eae	ea
Voc.	—	—	—	—	—	—
Gen.	ejus ⁷	ejus	ejus	eorum	earum	eorum
Dat.	ei	Ei	ei	iis ou eis	iis ou eis	iis ou eis
Abl.	eo	Ea	eo	iis ou eis	iis ou eis	iis ou eis
Acus.	eum	eam	id	eos	eas	ea

Quadro 5: Pronomes demonstrativos latinos – *is, ea, id*⁸

O *sui*, como reflexivo, significava “si mesmo”, por isso, o sentido de reforço que a natureza semântica do reflexivo apresenta. O reflexivo tinha como referente sempre o próprio sujeito da oração. Dessa forma, quando aparecia o *sui*, a ideia era de *sua própria* [nome], *sua mesma* [nome], ou seja, do próprio sujeito da oração.⁹

Pereira (1935), em sua *Gramática histórica*, registra o seguinte sobre a origem das formas possessivas de terceira pessoa:

[...] na língua-mãe, é de regra empregar *suus*, -a, -um, quando o possessivo recambia a posse para o sujeito da oração; *canis in aqua imaginam suam*

⁶ Fonte: Napoleão Mendes de Almeida. *Gramática Latina*, p. 161

⁷ Alguns autores grafam *ejus*; outros, *eius*, conforme será visto ao longo deste capítulo.

⁸ Fonte: Napoleão Mendes de Almeida. *Gramática Latina*, p. 162.

⁹ Segundo Bagno, “o pronome *sui* (si mesmo) sobrevive apenas como prefixo na palavra *sui.cídio* e derivados, com a ideia de matar a si mesmo, com sua reflexividade ainda mais enfatizada pela transformação de *suicidar* num verbo pronominal *suicidar-se*. Ele correspondia, em latim, ao grego *auto-*, muito mais produtivo em nossa língua”. (BAGNO, 2011, p. 803).

vidit = um cão viu sua imagem na água. Sendo o *possuidor* um outro que não o sujeito, recorre o lat. ao genitivo do demonstrativo – *is, ea, id* (*este, esta, isto*), para indicá-lo: *magister discipulos amat, at vitia eorum odit* = o mestre ama os discipulos, porém odeia os vícios destes (ou *delles*). Este recurso, bem como o do expediente pleonástico, servem igualmente para o português. (PEREIRA, 1935, p. 427).

No latim, o pronome demonstrativo era usado como forma não-reflexiva, ou seja, referia-se a elementos que exerciam outras funções sintáticas, que não a de sujeito. Conforme Meier (1948, p. 62), quando se queria usar formas não-reflexivas, a opção era o genitivo do demonstrativo *ille*, o *illius*, ou do demonstrativo *is*, o *eius*.¹⁰

Segundo Meier (1948, p. 67), as línguas românicas utilizavam as três formas em seu paradigma de possessivos, sendo que com distinções. Algumas delas mantiveram as formas reflexivas existentes (*suus, sua, suum*) para a terceira e sexta pessoas (P3 e P6), desconsiderando as não-reflexivas; algumas mantiveram as formas reflexivas e optaram pela forma não-reflexiva apenas para o plural, *illorum*. Ressalte-se, nesse caso, uma possibilidade do sistema, a forma no plural, e o recurso do falante em não provocar ambiguidade, já que a forma reflexiva era a mesma para se referir a uma ou a mais pessoas.

Como o caso genitivo funciona também para indicar relação de posse, segundo Meier (1948, p. 67),

Na 3ª pessoa, o latim divide a expressão explícita da possessividade entre o adjectivo possessivo *suus* e o genitivo dos pronomes *is, ille*. Esta convivência mantém-se de forma diversa nas várias regiões da România. Com o seu quadro completo de formas sintéticas (*illui > lui, illaei > ei, illorum > lor*), o romeno fica mais próximo das formas latinas [...]. O espanhol e o português, além da substituição de *is* por *ille*, realizam ainda a do genitivo sintético pela forma analítica com *de*. (MEIER, 1948, p. 67).

Essas formas só permaneceram no romeno, no espanhol e no português. Nas demais línguas românicas o percurso foi: *suus* para um possuidor, masculino ou feminino, e *illorum* para vários possuidores; o primeiro reflexivo e o segundo não-reflexivo.

De acordo com Almeida (1995),

O possessivo português *seu* (= *dele* ou *deles*) traduz-se em latim ora por *suus, a, um*, ora por *ejus* (= *dele*) ou por *eorum, earum* (= *deles, delas*). Traduz-se por *suus, a, um* quando se refere ao sujeito, isto é, quando o sujeito é o possuidor. Traduz-se por *ejus* ou *eorum* quando o possuidor não é o sujeito. Ex. 'Paulo ama seu pai' = 'Paulus patrem suum amat' (o pai de Paulo, sujeito da oração). 'Amo seu pai' (= Amo o pai dele, o pai de Paulo) = 'Patrem ejus amo'. 'Conheço sua mãe' (= a mãe delas) = 'Earum matrem cognosco'. (ALMEIDA, 1995, p. 162).

¹⁰ Almeida (1995) afirma que os demonstrativos *ille* e *is* empregavam-se sem distinção para se referir a um objeto de que se falava, isto é, a objeto ausente ou afastado.

Ressalte-se que Almeida não considera a possibilidade de se usar *illius* para a tradução da forma possessiva; apenas *eius*. Nesse caso, cabe uma pergunta: o *illius* que chega às línguas românicas e que tem maior proximidade com a forma *dele* não teria sido usado no latim com o mesmo sentido de *eius*?¹¹ Outra pergunta seria: como esses itens foram se configurando no paradigma dos possessivos na Língua Portuguesa? Para iniciar uma compreensão sobre esse fenômeno, expõem-se alguns estudos sobre o uso dessas formas no português arcaico.

2.2 O POSSESSIVO DE TERCEIRA PESSOA NO PORTUGUÊS ARCAICO¹²

2.2.1 As formas de possessivo de terceira pessoa identificadas no período

Meier (1948, p. 63), com *corpus* constituído de textos novelísticos, datados dos séculos XII ao XIV (Português Medieval)¹³, com o objetivo de identificar a convivência entre *seu* e *dele*¹⁴ como possessivos, apresenta os seguintes resultados:

- 155 casos de *seu* reflexivo (referindo-se ao sujeito da frase);
- 86 casos de *seu* não-reflexivo (não se referindo ao sujeito da frase);
- 03 casos de *dele* não reflexivos;
- 03 casos de *seu... dele*¹⁵ não reflexivos.

¹¹ Oliveira e Silva (1982, p. 151) também chama a atenção para a possível igualdade sintático-semântica entre *illius* e *dele*, demonstrando que esse recurso não é recente nas línguas românicas. Mas questiona o fato de as formas reflexivas (*suus, sua, suum*) terem sido predominantes em lugar das não-reflexivas (*illius* e *illorum*).

¹² Mattos e Silva (2006, p. 21) considera que o “português arcaico [é] o período histórico da língua portuguesa que se situa entre os séculos XIII e XV”. O limite inicial se justifica por ter sido o momento em que a língua portuguesa apareceu documentada pela escrita, através do *Testamento de Afonso II* (1214) e da *Notícia do Torto* (1214-16). Sobre o limite final, Mattos e Silva afirma que, embora se considere o início do século XVI, por ser um novo período na história, esse marco ainda é discutido pelos estudiosos, já que o que o caracteriza são aspectos externos à língua. Sobre essa periodização, também Teyssier ressalta as dificuldades: “alguns estudiosos distinguem, na evolução do português, dois grandes períodos: o ‘arcaico’, que vai até Camões (século XVI), e o ‘moderno’, que começa com ele. Outros baseiam a sua periodização nas divisões tradicionais da história – Idade Média, Renascimento, Tempos Modernos –, ou nas ‘escolas’ literárias, ou simplesmente nos séculos... Trata-se, em verdade, de um problema muito complexo [...]” (TEYSSIER, 2007, p. 42). Alguns estudiosos citados neste trabalho denominam esse período de português medieval.

¹³ Como os documentos que Meier analisou são datados também dos séculos XIII e XIV, toma-se este material como representativo do Período Arcaico.

¹⁴ A construção *de+ele* = *dele*, na Língua Portuguesa, pode ser, além de possessivo, um complemento verbal ou um partitivo.

¹⁵ *Seu... dele*: forma pleonástica, muito frequente no Português Arcaico. (Cf. Mattos e Silva, 1989; Morais de Castilho, 2013).

Sobre o *dele*, Meier informa que:

A raridade de *dele* deve-se tanto à expansão de *suus* – *seu*, já notada no latim¹⁶, como a razões estilísticas, e, talvez, nalguns textos, à influência de originais estrangeiros. É característico que os nossos exemplos de *dele* se encontrem em textos jurídicos e históricos, ao passo que parecem ser raríssimos no gênero novelístico. Sublinhamos que os casos de *dele* se limitam ao emprego não-reflexivo. (MEIER, 1948, p. 70)

Seguem trechos dos corpora de Meier, em que são identificadas ocorrências de *dele*:

p. 12 “E, se ella casar cõ algũ que nõ seya conuenauil a ella, nẽ per seu liñagẽ, ou se se for cũ alguẽ em maneyra que seya onta *della* ou de seu liñagẽ, seya... desherdada...”

p. 18 “Se o padre ou a madre ou os yrmãos ou outros parentes tiverẽ en seu poder manceba escosa em cabellos e nõ na casare ata 25 annos (e) ella depoys se casar sem mandado *delles*, nõ perca pore~...”

p. 21 “Dom Foyam foy filhar aquel filho, seu e *della*, e fez que o queria emujar ao fogo.” (MEIER, 1948, p. 65)

Seguem trechos também em que se identificam a forma pleonástica *seu... dele*:

p. 17 “... ca se pagou *della* elrey de França e filhou-a por molher. E depois *seu* padre *della*, em sa velhice, filharom-lhe seus gemrros...”

p. 35 “E elles louvarom-no, dizendo que... elle demãdasse, ca bem certos eram que nom demandaria senom todo aguisado e *sua* hõrra *delles*.” (MEIER, 1948, p. 65).

Meier chama a atenção para a vantagem da forma *dele*, que se justifica por possibilitar a distinção do gênero e do número do referente.

Com isso, Meier (1948, p. 66) tece as seguintes considerações:

1. A convivência de *seu* e *dele* se dá como reflexo da de *suus* e de *eius* no latim.
2. A penetração de *suus* em áreas em que se usava a forma *eius*, ocorrendo substituição de *eius* por *suus* em várias funções semânticas e estilísticas, processo já observado no latim e avançado no latim vulgar (com diferenças regionais).
3. Penetração de *suus* na área de *eius*, complementando-se numa expressão possessiva pleonástica, usada ainda no espanhol (não apenas *seu...de+ele*, mas também *seu... de+nome*), conforme trecho a seguir: “as suas *personas* de vossas

¹⁶ Meier afirma que os usos do *suus* e do *eius* no latim já se mostravam oscilantes, quando o *suus* não mais se restringia ao sujeito, mas também a complementos, ou seja, não funcionava mais apenas como um reflexivo, mas também como não-reflexivo. (MEIER, 1948, p. 67).

mercês; o seu *viver* de vocês *os dois*; seu *comportamento* deles; seu *juízo* dela” (MEIER, 1948, p. 77).¹⁷

Para entender como *suus* foi tomando o lugar de *eius*, vale atentar para o que diz Pereira (1935). Esse autor afirma que, quando não havia reflexão, no latim clássico, usava-se *ejus* (*Cleopatra sibi aspidum admisit, et veneno ejus extincta est* = Cleopatra aplicou a si uma áspide, e com o veneno desta morreu.). Ressalta Pereira que: “Não havendo, porém, confusão, *suus* podia tomar o lugar de *ejus*: *Scipio suas res Syracusanis restituit* = Scipião restituiu aos syracusanos seus bens.” (PEREIRA, 1935, p. 428). Ressalta que esta “suspensão lógica do rigor grammatical” devia trazer entre *suus* e *ejus* uma hesitação no uso, deixando ambíguo o sentido. Toda vez que na oração existisse, além do sujeito, outro elemento que pudesse ser retomado como terceira pessoa, o contexto se tornaria ambíguo, por exemplo, no trecho *Ele levou o menino para sua casa*, a casa seria dele ou do menino? Para se evitar esse problema, a solução seria: *Elle levou o menino para a casa deste*. Conforme Pereira, assim se procedia no latim clássico, usando-se o genitivo do demonstrativo (PEREIRA, 1935, p. 428). Observa-se, assim, o uso de um dêitico que entra na instância do discurso desempenhando uma função anafórica.

Como as formas *suus*, *sua* e *suum* eram reflexivas, ou seja, se referiam apenas ao sujeito da sentença, com o aumento do uso, inclusive como forma não-reflexiva, a probabilidade de provocar ambiguidade em determinados contextos se instaura. *Seu* passa a assumir uma função também não-reflexiva, por isso, em alguns contextos, necessita-se de reforço para se ter acesso ao referente.

Sobre a questão da ambiguidade, Pereira (1935) afirma o seguinte:

O possess. *seu*, oriundo do reflexivo [...], encerra valor reflexo, que faz recambiar a *posse* para o sujeito da 3ª pess., porém esse valor em port. se acha quasi obliterado; daí a inevitável ambiguidade toda vez que houver um complemento de 3ª pess. a disputar com um sujeito de igual pessoa a idéia de posse, p. ex: *David matou o gigante com sua espada*, onde se fica a dúvida sobre o *possuidor* da *espada*. Póde ás vezes a ambiguidade ser desfeita por circunstâncias extranhas á contextura grammatical da phrase. (PEREIRA, 1935, p. 427).

Nesse caso, somente um contexto maior, no próprio texto ou na situação comunicativa, poderia oferecer recursos para se esclarecer o referente.

Conforme Pereira (1935), o adjetivo possessivo¹⁸ correlaciona dois termos para estabelecer o vínculo com a ideia de posse. Isso faz com que esse elemento tenha dupla referência sintática que se expressa em sua morfologia da seguinte forma:

¹⁷ Sobre a forma pleonástica, Meier diz que, fora do emprego explicativo, é uma questão estilística, e tem em português moderno caráter arcaico ou regional. O interessante é que os exemplos que apresenta são apenas referentes à segunda e à terceira pessoa, tanto do singular quanto do plural. Nesse sentido, parece mesmo que serve apenas como desambiguizador.

Refere-se ao possuidor pelo *thema*, e a coisa possuída pela *flexão*. O *thema*, ou melhor, a consoante radical, indica a pessoa e o número do possuidor, e a flexão (genérica e numérica), o gênero e o número da coisa possuída (PEREIRA, 1935, p. 426).

Isso ocorre no caso da primeira e da segunda pessoa (P1 e P2). Para o possessivo de terceira pessoa (P3), entretanto, Pereira faz a seguinte ressalva:

Do exposto se collige que fallece á língua, no possessivo de 3^a pess. (*seu*) o meio de indicar pela consoante radical o numero grammatical do possuidor, pois se donde se deriva, é de ambos os números. Dahi para clareza grave inconveniente, que não raro surge na phrase *seu pae* póde ser – pae *delle* ou pae *delle*, bem como *della* ou *dellas*. Para indicar a referencia e clarear o sentido a lingua archaica servia-se de dois expedientes pleonásticos, ou repetia o nome do possuidor (*seu pae de Pedro*), ou o pronome da 3^a pess. regido da prepos. de (*seu pae delle, delles, della, dellas*). [...] Desse último recurso a língua lançou mão para obviar confusões ou duvidas em relação ao possuidor (PEREIRA, 1935, p. 426).

Observa-se, assim, uma mudança não apenas de natureza semântica, quando a forma reflexiva passa a ter sentido não-reflexivo, ampliando seus contextos de uso, mas também uma mudança de natureza morfossintática, com o auxílio de outras formas para tornar mais acessível o referente, como as construções pleonásticas.

Conforme Mattos e Silva e Moraes de Castilho (2005), no Português Arcaico (PA) eram frequentes as construções com redobro/reforço dos possessivos, as chamadas construções pleonásticas (*seu... dele*). No caso da terceira pessoa (P3), objeto em estudo, seu uso se explica, em geral, pela necessidade de desambiguar o referente.

Sobre as formas pleonásticas ou construções com redobro, Moraes de Castilho (2005, p. 3) explica que: “as construções com pronomes reduplicados eram comuns no período arcaico. O caso da forma *seu [...] dele* é explicada como reforço para se identificar o referente, haja vista o *dele* concordar em gênero e número com o possuidor.”¹⁹

Mattos e Silva toma para descrição os *Diálogos de São Gregório, corpus* representativo do PA. Sobre as construções pleonásticas destacadas pela autora, observe-se, por exemplo, o seguinte trecho: “[...] foi abade de muitos monges mais morou com muitas monjas e foi *seu* abade *delas*.” (MATTOS E SILVA, 1989, p. 177). Nesse caso, o uso apenas do *seu*, tomado como reflexivo, poderia confundir o sentido do sintagma – “abade do próprio abade”. Nesse caso, o uso da forma *delas* permitiu tornar acessível o referente.

¹⁸ No capítulo referente às gramáticas do século XIX, será apresentada uma reflexão sobre a classificação do possessivo como adjetivo ou como pronome.

¹⁹ Conforme Moraes de Castilho, “o termo redobrimento sintático pronominal remete a um conjunto de construções em que ocorrem emparelhadamente dois pronomes. Um deles é um pronome fraco, e o outro, um pronome tônico preposicionado, de tal forma que o primeiro duplica o segundo.”

Para melhor compreender os usos e sentidos dos possessivos em estudo, é importante identificar a configuração do sistema dos possessivos nesse período. Para tanto, apresentam-se, além de Meier (1948), três estudos: o de Mattos e Silva (2006), o de Oliveira e Silva (1982), e o de Lacerda (2007).

Meier (1948, p. 77) afirma que, no latim vulgar, foi formado um paradigma de possessivos que constavam de formas átonas e formas tônicas. Estas permaneceram nas línguas românicas. Meier registra que no Português Arcaico as formas átonas – *miá, ta, sa* – se mantêm com as formas tônicas – *mia/minha, tua, sua*. Sobre isso, afirma Meier:

Para o estabelecimento ou a conservação das duas séries, átona e tônica, um facto sintático tem exercido uma influencia decisiva: no sintagma artigo definido + possessivo + substantivo (port. *a tua casa*, it. *la tua casa*), costuma aparecer a forma tônica e desaparecer, por isso, a série átona, nas línguas que preferem o emprego do artigo junto ao possessivo.²⁰ Nas línguas que dispensam o artigo definido neste caso, prevalece a diferenciação exemplificada já pelo francês e pelo espanhol [fr. *mon livre, le mien*; esp. *mi libro, libro mio, el mio*].²¹ (MEIER, 1948, p. 77).

Mattos e Silva (2006, p. 110), descrevendo o seu *corpus*, apresenta o paradigma dos possessivos no PA da seguinte forma:

POSSESSIVOS					
POSSUIDOR	REFERÊNCIA	UM		MAIS DE UM	
		Singular	Plural	Singular	Plural
	Num.				
	Gen.				
1ª pessoa	m.	Meu	Meus	Nosso	Nossos
	f.	Ma ~ mha ~ minha	Mas ~ mhas ~ minhas	Nossa	Nossas
2ª pessoa	m.	Teu	Teus	Vosso	Vossos
	f.	Ta ~ tua	Tas ~ tuas	Vossa	Vossas
3ª pessoa		Sing.		Pl.	
	m.	Seu		Seus	
	f.	Sa ~ sua		Sas ~ suas	

Quadro 6: Sistema dos possessivos no Português Arcaico²²

²⁰ Sobre isso, conferir estudo de Lacerda (2007; 2010) que será apresentado mais adiante, no tópico 1.2.3, tratando da queda das átonas, concomitantemente à fixação do artigo definido no português arcaico.

²¹ Sobre o uso do artigo, Bagno ressalta que o falante do português brasileiro, diferentemente do francês e do inglês, por uma questão estilística, pode usar com mais economia os possessivos, lançando mão do artigo. Isso pode ocorrer quanto “o possuidor é de não-pessoa e quando o objeto possuído é inerente, inseparável do possuidor ou inconfundivelmente pertencente a ele.” (BAGNO, 2011, p. 802).

²² Fonte: Mattos e Silva, 2006, p. 110.

Na mesma linha de interpretação de Meier, Mattos e Silva (2006) afirma que no PA, para desfazer possíveis ambigüidades, os possessivos de terceira pessoa eram usados concomitantemente com o sintagma *dele* e flexões, na forma possessiva pleonástica, conforme trecho destacado dos *Diálogos de São Gregório* (DSG): “2.19.4 E aveo huu dia que huu monge que hi veo pera lhis preegar, assi corno era custume, depois que preegou tomou huas toalhas que lhi elas deron a *seu* rogo *delas* en seu seo.” (MATTOS E SILVA, 2006, p. 177).

Observa-se, no trecho acima, que o uso foi feito para desfazer ambigüidade entre os candidatos a referente, *monge* e *elas*. Nesse caso, a autora considera que a forma *delas* foi usada como reforço.

Sobre a questão da ambigüidade na retomada do referente de terceira pessoa, Mattos e Silva (1989) explica o seguinte:

Os possessivos de primeira e segunda pessoa têm um referente implícito, inequívoco – quem fala e com que (*sic*) se fala –, não necessitam de um contexto para explicitá-lo. Os da chamada terceira pessoa, no entanto, não se explicitam senão com um contexto precedente e, como podem referir-se a um possuidor ou a mais de um possuidor, podem dar margem a ambigüidade. Em alguns casos, embora raros, se documentam recursos fornecidos pelo sistema para desfazer possíveis ambigüidades do discurso. (MATTOS E SILVA, 1989, p. 176).

Nesses casos, a autora ressalta que a ambigüidade não se dava entre terceira e segunda pessoa, como se identifica a partir do século XIX, afinal para a segunda pessoa ainda se usava o *teu* e flexões e o *vosso* e flexões. A estratégia de desambigüização²³, nesse período, dava-se apenas em relação a mais de uma terceira pessoa, conforme se identificou no levantamento feito no DSG.

É importante salientar que a descrição e a análise expostas por Mattos e Silva consideram apenas um *corpus* e que este é representativo apenas de um momento do PA. Essa ressalva se justifica porque, mais adiante, vai-se expor a análise de *corpora* representativos do PA, numa perspectiva diacrônica, contemplando documentos de três séculos (XIII ao XV). Esse estudo pode dar uma visão mais nítida sobre os usos dos possessivos de terceira pessoa nesse período.

Mattos e Silva faz uma descrição dos DSG, destacando aspectos significativos para o estudo aqui proposto. O primeiro aspecto a ressaltar diz respeito às ocorrências do possessivo de terceira pessoa, observando suas diferentes formas. Registra-se o total das ocorrências do possessivo de terceira pessoa nos *Diálogos de São Gregório* no quadro a seguir:

²³ Sobre a estratégia de desambigüização como fator motivador para o aumento da frequência do *dele* como possessivo, ressalta-se o estudo de Oliveira e Silva (1982), que será apresentado mais adiante.

POSSESSIVOS			
POSSUIDOR		SINGULAR	PLURAL
-E	masc.	seu (371)	seus (137)
-R	fem.	sa (224) sua (4)	sas (037) _____

Quadro 7: Ocorrências de possessivos de terceira pessoa nos DSG.²⁴

Em relação à forma *dele* e flexões nos *DSG*, Mattos e Silva afirma que nenhuma ocorrência foi registrada como possessivo, a não ser em construções pleonásticas, conforme já exposto.

2.2.2 Sobre a posição do possessivo no sintagma

No levantamento feito nos *Diálogos de São Gregório*, Mattos e Silva (1989) identifica formas possessivas átonas e tônicas. As formas femininas *sa*, *sas* eram átonas ; as formas *seu/seus* e *sua/suas* eram tônicas.²⁵ Seguem-se trechos dos *DSG* nos quais se identificam essas ocorrências:

- Átona precedendo o nome: 2.31.16 “E o enmiigo [...] britou em si toda *sa sobérvha* e toda *sa felonia*” (181);
- Tônica sucedendo o nome: 1.4.20 “Non tirara a *calça sua*” (p. 175)
- Tônica precedendo o nome (bem raro): 2.31.16 “E o enmiigo da fe deceu de *seu* cavalo [...]” (181);
- Tônica presente no sintagma com o nome elíptico: 2.3.36 “A terra muito alongada *da sua*” (p. 175)

De acordo com Mattos e Silva, “no *corpus* sob análise, a forma *sa* (224), *sas* (37), sempre precedem o nome, e a forma *sua* (4), muito pouco frequente em relação às outras,

²⁴ Fonte: Mattos e Silva, 1989, p. 174.

²⁵ J.J. Nunes registra que “[as] três formas, *mia*, *tua*, *sua*, quando seguidas de outra palavra, converteram-se, já no latim vulgar, em virtude da próclise, em *ma*, *ta*, *sa*, sendo aquelas empregadas, quando tônicas, e, estas, quando átonas; note-se, porém, que esta distinção entre formas tônicas e átonas não era rigorosamente observada na antiga língua, que por vezes empregava as primeiras em casos em que se deveriam esperar as segundas, ou seja, quando antepostas a um substantivo. O emprego das formas átonas durava ainda no século XV, como se vê de documentos da época.” (NUNES, 1919, p. 243).

segue o nome.”²⁶ Saliente-se que o levantamento foi feito, considerando-se todos os livros que compõem os *DSG*. Vejam-se alguns exemplos indicados pela autora:

- 1.4.20 “Non tirara a calça *sua*.” (p. 175)
- 2.2.8 “Sen ajuda *sua*.” (p. 175)

Há também ocorrências em que a forma possessiva feminina não vem seguida por nenhum nome substantivo:

- 2.3.35 “Nen avia de compartir sen entendimento pelas fazendas dos outros senon pela *sua*.” (p. 175)
- 2.3.36 “A terra muito alongada da *sua*.” (p. 175)

Nesse caso, o possessivo é substantivado e só aí ele pode ser identificado como pronome. Essa é a distinção marcada por alguns gramáticos que consideram que o possessivo pode ser classificado como determinante ou como pronome, a depender do contexto.²⁷

A autora ressalta que a forma tônica feminina *sua*, sendo introduzida nesse momento, ainda que de maneira bem incipiente, quando ocorria, era posposta ao nome, conforme o exemplo 1.4.20; ou mesmo com o nome elíptico, conforme o exemplo 2.3.36, já exposto. (MATTOS E SILVA, 1989, p. 175).

Quanto a essas ocorrências, veja-se o quadro abaixo apresentado pela autora²⁸:

POSIÇÃO DO POSSESSIVO			
DISTRIBUIÇÃO	Possessivo + Nome	Nome + Possessivo	Ø + Possessivo + Ø
PESSOA			
seu, sa, _s	762	—	7
sua	—	2	2

Quadro 8: Posição do possessivo no sintagma.²⁹

²⁶ Lacerda (2010) afirma que no período medieval, ou arcaico, as formas átonas, *sa/sas* e *se/ses*, foram desaparecendo ao tempo em que se foram fixando as formas tônicas, *sua(s)/seu(s)*, em consequência do aumento da frequência de uso do artigo na mesma posição das formas átonas no sintagma. Simultaneamente, conforme Lacerda, ocorreu o aumento da frequência de uso da forma *dele*, conforme será visto mais adiante. Moraes de Castilho (2005) também identifica desaparecimento das formas átonas nesse período.

²⁷ Reflexão sobre essa classificação será apresentada mais adiante, no capítulo que trata das gramáticas do século XIX.

²⁸ É preciso destacar que, nesse quadro, ela não considera o uso do artigo.

²⁹ Fonte: Mattos e Silva, 1989, p. 175.

É importante destacar que, para o período arcaico, alguns gramáticos descritivistas registram como formas átonas apenas as femininas *ma, ta, sa*, não tratando das masculinas (ver CASTILHO, 2010, p. 190; BAGNO, 2011, p. 769). Sobre as formas átonas possessivas no período arcaico, Bagno (2011) apresenta a seguinte informação³⁰:

Na língua medieval, os determinantes possessivos femininos se distinguem dos pronomes possessivos femininos: havia as formas *mia, ta, as / mas, tas, sas* como determinantes, e *mã, tua sua / mñas, tuas, suas* como pronome. (BAGNO, 2011, p. 769).

Observa-se que havia nos *DSG* a forma tônica masculina de terceira pessoa (*seu*) que era recorrente, e embora houvesse também as tônicas femininas, eram as átonas (*sa, sas*) as de uso mais frequente. Entretanto essas formas átonas foram ficando em desuso num processo de mudança na estrutura dos sintagmas nominais possessivos. Esse fenômeno foi objeto de estudo de Lacerda (2007), em sua tese, também sobre o português arcaico, que será apresentada mais adiante, como forma de contribuir para a elucidação do fenômeno.

2.2.3 Sobre a presença do artigo e do quantificador indefinido antes do possessivo³¹

Outro aspecto tratado por Mattos e Silva diz respeito ao uso do artigo definido no sintagma do possessivo, conforme se registra no trecho a seguir:

[...] o possessivo pode ocorrer precedido do artigo. Nesse caso também há uma preferência em termos quantitativos: há 69% de casos em que o possessivo não está precedido do artigo em face de 31% de casos em que o possessivo está precedido pelo artigo. O artigo pode preceder o possessivo quer esse esteja seguido de nome substantivo, quer esteja como núcleo do sintagma nominal. (MATTOS E SILVA, 1989, p. 182).

Nos dados levantados nos *DSG*, Mattos e Silva identifica que o uso do artigo definido precedendo o possessivo é mais frequente quando esse possessivo é núcleo do sintagma. Para a ausência do artigo, no caso do substantivo, explica a autora que “quando o possessivo está seguido de nome substantivo, não observamos nenhuma razão para a escolha ou não do artigo, a não ser a de melhor definir o objecto designado pelo nome.” (p. 182). Verifica-se que, apenas no caso de possessivos substantivados, ou seja, o possessivo

³⁰ Bagno também denomina o PA de período medieval.

³¹ Outro autor que se debruçou sobre a questão da posição dos possessivos no sintagma e sua relação com o artigo definido e o quantificador indefinido foi Cerqueira (1997, 2008). Embora o foco não tenha sido o período arcaico, é importante entender esse efeito no português contemporâneo. Isso será visto no capítulo 2.

desacompanhado de nome, o que se considera como pronome de fato, é que há necessidade de uso do artigo, conforme exemplo 2.3.35.

Sobre o artigo, Meier (1948) afirma que, pelo *corpus* analisado do período medieval, as línguas românicas já faziam uso do artigo definido antes do possessivo. No Português Arcaico salienta que já era comum o uso do artigo, indicando posse, sem ser acompanhado de possessivo. Ele ressalta que tal uso, passível de interpretação clara no português, não era usual em outras línguas românicas, necessitando nestas de uma forma explícita que desse o sentido de posse. Meier identifica o uso das duas formas no *corpus* e salienta o aspecto estilístico do uso do artigo sem possessivo. É possível considerar esse fenômeno como uma variação, tendo em vista que, no português contemporâneo, usa-se essa forma – artigo definido dando a ideia de vínculo, com elipse da forma possessiva – por uma questão estilística. Neves (2011, p. 477) registra que, na contemporaneidade, o artigo pode funcionar como possessivo no caso de posse inalienável: “Moveu lentamente os pés.”

Saliente-se que, conforme será visto adiante, Lacerda (2010) identifica, a partir do estudo em *corpora* do PA por ela levantados, que havia uma competição entre as formas átonas de terceira pessoa (*sa, sas e se/ses*) e o emergente artigo definido para ocupar a posição de determinante no sintagma. Com o tempo, o artigo passou a ocupar o lugar anteposto ao nome, fazendo desaparecer as formas átonas (*sa/sas e se/ses*) e fixando as tônicas (*sua/suas e seu/seus*) em posição anterior ao nome.³² Isso também é visto em Cerqueira (1996; 2008) que ressalta a complexidade do sintagma determinante.

Mattos e Silva (1989) também apresenta, em sua descrição, a posição quando há no sintagma possessivo um quantificador indefinido. Nesse sentido, a autora ressalta o registro do possessivo em posição anterior ao nome substantivo, quando seu antecessor é um quantificador indefinido. Não há indicação se esse uso é categórico, mas ela identifica 24 SN com esse comportamento, conforme trechos abaixo:

1.1.2 hũũ nosso meniho, 2.23.15 hũa sa ama delas, 1.1.2 hũũ seu clerigo d'avangelho, 1.4.2 hũũ seu abade, 1.13.6 hũũ seu amigo, 1.13.8 hũũ seu abade, 1.17.8 hũũ seu sobriho, 1.19.2 hũũ seu cavalo, 1.19.2 hũũ seu sobriho, 1.21.3 hũũ seu orto, 2.3.70 hũũ seu filho, 2.37.2 hũũ seu filho, 2.8.23 en hũũ seu sobrado, 2.14.4 hũũ seu rei deles, 2.22.4 hũũ seu grande logar, 2.23.6 hũũ seu logar, 2.25.2 hũũ seu monge, 2.27.3 hũũ seu discipolo, 2.27.8 hũũ seu aversairo, 1.2.35 algũũ seu discipolo, 1.5.44 sen nen hũũ seu dano, 2.37.2 algũũs seus discipolos, 1.9.11 outros seus companheiros, 2.1.52 outros seus bêês. (MATTOS E SILVA, 1989, p. 183).

³² Para efeito dessa análise, Lacerda desconsiderou as tônicas em posição pós-nominal, justificando que estas funcionariam como predicativo, e o objetivo da sua análise era verificar a competição das formas que ocupavam a posição de determinante. Há registro, entretanto, de que as formas tônicas pós-nominais se apresentavam em baixa frequência. Ressalte-se que no *corpus* analisado por Mattos e Silva, o *DSG*, as tônicas masculinas ocupavam posição anterior ao nome e as tônicas femininas pós-nominais tiveram baixa frequência.

Considerando-se o quantificador indefinido, observa-se uma nítida diferença em relação ao português brasileiro contemporâneo. Com o quantificador indefinido, a tendência no PB contemporâneo é o uso da forma tônica posposta ao nome, conforme estudo de Cerqueira (1996, 2010), que será visto no próximo capítulo.

Em relação ao quantificador definido, como em 2.37.8 “En aquel dia *dous seus frades...*”, Mattos e Silva ressalta que “Esse tipo de construção pode dar margem a duas interpretações: ou o numeral se refere à totalidade do que é designado pelo nome ou à parte dessa totalidade, como se interpreta nas sentenças com quantificador indefinido. Nestes casos, para nós, só o contexto possibilita se desfazer essa ambiguidade [...]” (p. 183-4). A autora ressalta que “Há um indício a favor de que essa estrutura – numeral + possessivo + nome – se refira a uma parte da totalidade do que e (*sic*) designado pelo nome.” (p. 184).

Aqui vale ressaltar algo significativo nesse *corpus* do PA que se relaciona ao uso do artigo definido e do quantificador indefinido. Mattos e Silva apresenta trechos do *DSG* em que é possível se identificar o uso do possessivo precedido de artigo definido e o uso do possessivo sem artigo: 1.8.19 “E maravilhando-se Juiãõ, mandadeiro do papa, porque o *seu homem* tanto tardara, alçou *os seus olhos* e viu-o viir pola carreira com hũa cárrega de feo sobre *seu colo*.” (*DSG*, 1989:181). Ela informa, inclusive, com base em Ferreira (1987, p. 367), que nos séculos XIII-XIV já começava o emprego do artigo definido com adjetivos possessivos, principalmente quando em função substantiva, conforme exemplo: 1.2.47 “Cada hũõ recebeu o *seu*”; 2.3.35 “[...] pelas fazendas dos outros senon *pela sua*.” (MATTOS E SILVA, 1989, p.179).³³

Conclui-se que no PA tanto o artigo definido quanto o quantificador indefinido ocupam posição anterior ao possessivo e ao nome. Ressalte-se também que no *DSG*, *corpus* do estudo de Mattos e Silva, identifica-se uma alta frequência da forma tônica masculina e da forma átona feminina em posição anterior ao nome. Diferentemente dos *corpora* de Lacerda, o de Mattos e Silva não apresenta forma átona masculina.

De acordo com Mattos e Silva, no *DSG*, o possessivo de terceira pessoa ocorre tanto precedido quanto seguido pelo nome em situação adjuntiva, ou mesmo como núcleo de sintagma nominal, tornando elíptico o substantivo. Observa-se, entretanto, nesse *corpus*, uma maior frequência de uso do possessivo anteposto ao nome, como em 1.5.56 “[...] foi depois abade de muitos monges mais morou com muitas *monjas* e foi *seu* abade *delas*.” (MATTOS E SILVA, 1989, p. 177)

³³ Aspectos relacionados à frequência do uso do artigo definido no PA serão abordados mais adiante pelo estudo de Lacerda (2010).

O que chama a atenção nessas construções no PA, entretanto, é o fato de o possessivo de terceira pessoa, em geral, ser precedido do quantificador indefinido *hum*. Conforme Cerqueira (1996), o uso do possessivo com o antecedente indefinido, como ocorre nos exemplos citados anteriormente, favorece, no PB contemporâneo, que o pronome ocupe a posição posterior ao nome, como em “Um aluno seu” em lugar de “Um seu aluno”. Se se considerarem as mudanças ocorridas no PB, principalmente na segunda metade do século XIX, é possível inferir, mesmo sem análise de *corpora*, que a realização seria “*um rei seu*” em lugar de “*um seu rei*”. Esse fato é significativo na medida em que um dos levantamentos feito nas correspondências que constituem o *corpus* desta pesquisa objetivou identificar se o quantificador indefinido interferiria na posição do possessivo no SN, considerando-se as variantes *seu* e *dele*.

Outros contextos são informados por Mattos e Silva em relação ao PA, por exemplo: 1.2.35 “*algũũ seu discipolo*”; 1.9.11 “*outros seus companheiros*” (DSG apud MATTOS E SILVA, 1989, p. 182 e 185). Ambas com quantificadores, essas construções não são usuais no português contemporâneo, tendo em vista o sentido indeterminado do elemento anteposto ao possessivo. Na contemporaneidade, é mais comum se usar “*algum discípulo seu*” e “*seus outros companheiros*” ou “*outros companheiros seus*”.

É importante destacar aqui que, no latim, não havia o pronome de terceira pessoa, *ele* e flexões, nem artigo. Ambos se originam nos demonstrativos. Essas formas foram implementadas nas línguas românicas. Considerando-se esse fato, é fundamental se ter conhecimento de como esse paradigma se foi configurando na Língua Portuguesa.

2.2.4 A queda das formas átonas e o uso da forma *dele* como indicadora de posse no Português Arcaico

Em relação ao processo de queda das formas possessivas átonas, vale destacar trecho de Mattos e Silva com base em sua leitura de outros estudiosos da língua:

Segundo Nunes (1960) as formas *mha*, *ma*, *ta*, *sa* ainda persistiram até o século XV. O *corpus* em análise [o DSG] apresenta assim uma situação tipicamente anterior à do século XV quanto à morfologia dos possessivos, uma vez que não ocorre nunca *minha*, nem *tua* e só há quatro vezes *sua* em face das 261 ocorrências de *sa* e *sas*. Ismael de Lima Coutinho (1967) afirma que já no século XIV ocorre *minha*. É interessante observar que na versão C dos *Diálogos*, datada de 1416, *minha* está já documentada 13 vezes, *tua*, três vezes em lugar de *ta* e há 146 ocorrências de *sua* por *sa*. No *Leas Conselheiro*, escrito por volta de 1433, *sa* tem mais ou menos a mesma frequência de *sua* e *ta* ocorre em transcrição de documentos mais antigos. Na *Imitação de Cristo*, de 1468, não ocorrem mais as chamadas formas átonas. Esses dados informam sobre o recesso até o desuso dessas formas. (MATTOS E SILVA, 1989, p. 176).

Observa-se, pelo que expõe Mattos e Silva sobre os *corpora* citados, um aumento gradativo da frequência das formas tônicas e a conseqüente queda das formas átonas entre os séculos XIV e XV do período arcaico. É possível ter conhecimento da forma como isso se deu, a partir de levantamento feito por Lacerda (2010), que revela não um processo apenas de substituição de uma forma pela outra, mas um processo mais complexo que envolve a competição do artigo definido com a forma átona possessiva para ocupar a posição de determinante no SN.

Lacerda (2010), em estudo aprofundado sobre esse fenômeno, buscou relacionar, com base na teoria de Princípios e Parâmetros, os contextos linguísticos que propiciaram a queda dos possessivos átonos, o aumento de uso dos possessivos tônicos (*seu* e *sua*) – com a incorporação, inclusive, da forma *dele* – concomitante ao aumento do uso do artigo definido anteposto ao possessivo, constatando que há uma relação íntima e direta entre a queda dos átonos e a frequência do artigo definido em posição de determinante no sintagma do possessivo.

A pesquisa foi realizada tomando-se *corpora* representativos do português arcaico (século XIII e XIV)³⁴. Para o século XIII: *Notícia do Torto* (1214), *Foro Real* (1280), *Foros de Garvão* (1267-80), *Dos costumes de Santarém* (1299), além de textos notariais (1243-74); para o século XIV: *Crônica de Afonso X* (1344), *Dos Costumes de Santarém* (1340-60), *Foros de Garvão* (s/d), e textos notariais (1304-97).

Ressalte-se no estudo de Lacerda a possibilidade de verificar o fenômeno numa perspectiva diacrônica, já que a autora consegue analisar *corpora* de três séculos e, com isso, identificar não apenas as variantes em questão, mas o processo de mudança. O estudo de Lacerda complementa o comportamento dessas formas apresentado no estudo descritivo de Mattos e Silva sobre os *Diálogos de São Gregório*.

No levantamento feito, Lacerda identificou 2.371 ocorrências da forma *seu* e flexões para 64 ocorrências da forma *dele* e flexões e 09 ocorrências da forma pleonástica (*seu...dele*). As grafias de ambas as formas eram diversificadas. Nos *corpora* analisados, Lacerda identificou as diversas grafias das formas possessivas de terceira pessoa, conforme se registra no quadro 9:

³⁴ Embora Lacerda denomine os séculos XIII e XIV como período medieval, neste trabalho, esses séculos são classificados como período arcaico da língua portuguesa, seguindo denominação de Mattos e Silva (2006), conforme exposto na nota 12 deste capítulo.

'seu'	'dele'
seu(s)	del
sseu(s)	delj
sua(s)	dely
ssua(s)	dele(s)
se	delle(s)
sse	delhe(s)
sa(s)	dela(s)
ssa(s)	della(s)
	delha(s)

Quadro 9: Realizações gráficas e fonéticas dos possessivos³⁵

Lacerda identifica também o uso da forma possessiva pleonástica, o que ela denomina de construções com redobro³⁶, conforme se vê no trecho a seguir: “E porẽ mãdou e outorgou esse G(onça)lo moniz q(ue) depos **ssa morte dele** fiq(ue) liure e q(ui)the esse meyo desse casal, a esse Moest(eir)o de villariõ. (Textos Notariais / Século XIII in MARTINS, 2000)

Lacerda, então, passa a verificar se o *seu* e o *dele* estariam em variação no período analisado, buscando identificar também quais os contextos linguísticos que restringiriam o uso dos possessivos átonos, promovendo sua redução e a consequente ascendência dos possessivos tônicos e da forma *dele*. O objetivo foi definir em que medida a queda dos possessivos átonos contribuiu na implementação da forma *dele* como possessivo.

Ressalte-se que os *corpora* analisados por Lacerda apresentam as formas átonas masculinas (*se*, *sse*), as quais não são identificadas no *corpus* analisado por Mattos e Silva (*Diálogos de São Gregório*).³⁷ Nesse sentido, vale um questionamento: As formas átonas masculinas (*se*, *ses*) já haviam sido extintas, por isso não foram detectadas nos *DSG*? A trajetória da queda das formas átonas masculinas teria sido a mesma das formas femininas? Lacerda explica que as formas átonas masculinas foram se extinguindo, ao tempo em que a forma *dele* foi sendo implementada, inclusive porque o comportamento morfossintático dessas duas formas era o mesmo, concordando em gênero e número com o referente/possuidor, diferentemente das formas tônicas que concordavam com o

³⁵ Fonte: Lacerda, 2010.

³⁶ Sobre as formas pleonásticas ou construções com redobro, ver Moraes Castilho (2005 e 2013).

³⁷ Alguns autores que mencionam as formas átonas no PA, o fazem expondo apenas as formas femininas (Ver CASTILHO, 2010; BAGNO, 2011).

nome/possuído. Constatou, assim, um comportamento diferenciado das átonas no que se refere ao gênero. As masculinas não concordam com o referente e sim com o nome que determinam. Mesmo comportamento da forma analítica *dele*.

As formas tônicas pós-nominais sem artigo definido, Lacerda as classifica como formas predicativas. (LACERDA, 2010, p. 25). Nesse sentido, ela não considera essa forma como uma variante, cujo contexto em que se insere não se identifica como variável, já que não é possível o uso da forma *dele* no lugar da forma tônica. Por isso, a autora optou por não fazer análise dessa forma tônica pós-nominal como variante, mesmo porque o número de ocorrências foi baixo (04).

Para sua análise, Lacerda se apóia em alguns estudos, dentre eles os estudos de Muller (1997, 1998), por meio dos quais a autora constata que as formas possessivas, quando antepostas ao nome, teriam uma função delimitadora, a mesma desempenhada pelo artigo definido como determinante do SN, constituindo-se ambas como formas funcionalmente semelhantes e, provavelmente, em competição.

Outra ressalva de Lacerda diz respeito aos sentidos das diversas formas identificadas nos *corpora*, considerando se de fato seriam variantes, já que, no caso das átonas e tônicas, as formas poderiam ter sentidos distintos e, no caso da forma possessiva sintética *seu* e da forma analítica *dele*, poderiam ocupar posições diferentes no sintagma. Com isso, Lacerda define como variantes a serem analisadas apenas as ocorrências de mesma interpretação semântica, conforme se registra a seguir:

a análise quantitativa realizada neste trabalho estará pautada nos contextos que favorecem uma interpretação delimitadora, o que levará à quantificação das 64 ocorrências de 'dele' e das 2.367 ocorrências de 'seu' na posição pré-nominal.

Lacerda apresenta o seguinte levantamento:

Tabela 1: Frequência das formas possessivas em *corpora* do Português Arcaico

Forma	Ocorrências	Percentual
Formas tônicas de <i>seu</i>	1552	(63.8%)
Formas átonas de <i>seu</i>	815	(33.6%)
Formas tônicas de <i>dele</i>	64	(2.6%)
Total	2431	(100%)

FONTE: Lacerda, 2010

Como variáveis independentes, Lacerda optou por considerar a presença/ausência do artigo definido no sintagma do possessivo e o século em que foram identificados os possessivos.

Analisando o comportamento de duas variantes, as formas átonas e a forma analítica *dele*, Lacerda verifica que, do século XIII ao XV, a frequência das átonas se reduz drasticamente, enquanto a frequência da forma *dele* do século XIV ao XV aumenta na proporção inversa e a forma tônica *seu* acompanha esse aumento na mesma intensidade. Ou seja, as átonas caem e a forma tônica e a forma analítica ampliam seus contextos de uso. Sobre isso, a autora afirma que: “[...] uma inversão na frequência de uso se dá em relação às formas átonas e ‘dele’ e não em relação às formas tônicas e ‘dele’, como era de se esperar.” (LACERDA, 2010, p. 28).

Após esse levantamento, Lacerda passa a explicar que fatores propiciaram o comportamento dessas variantes. O objetivo é compreender e explicar a relação entre a queda das átonas e a ascendência da forma *dele*.

Nessa direção, a autora constata que, ao tempo em que as formas átonas iam tendo a frequência reduzida, a frequência do artigo definido ia aumentando.

Ela explica esse processo da seguinte maneira:

os possessivos átonos de terceira pessoa teriam perdido sua tonicidade e passado por um processo de cliticização, ocorrendo como formas átonas que não podem se estabelecer por si mesmas e que devem, portanto, estar ligadas a uma base. A redução fonológica indica que os possessivos átonos de terceira pessoa teriam migrado da posição de adjunto para a posição de núcleo do determinante, desempenhando uma função delimitadora semelhante à apresentada pelos artigos definidos. (LACERDA, 2010, p. 29).

Com isso, quando os artigos começaram a emergir, competindo pela mesma posição no sintagma determinante, as formas possessivas átonas tenderam a cair. Lacerda afirma, assim, que houve um momento de convivência dos seguintes elementos: det + possessivo átono + nome, o que marcaria uma etapa de mudança para a configuração atual. Esse formato foi identificado no trecho que segue, registrado por Lacerda (2010, p. 30):

(9) E se fillos lijdimos nõ ouu(er) aiano os parêtes may's achegados q(ue) ouu(er) ou a q(uê) el mãdar a ssa morte. (Foro Real / Século XIII in FERREIRA, 1987)

Sobre a implementação da forma *dele* nesse processo, Lacerda dá a seguinte explicação:

A queda dos possessivos átonos também estaria diretamente relacionada à implementação do item ‘dele’ como possessivo e, nesse caso, o padrão de concordância apresentado pelos possessivos átonos ‘se’ e ‘sse’ exerceria um papel fundamental na definição desse percurso de mudança. O

possessivo 'dele' direcionaria suas marcas de concordância em relação ao possuidor, ao passo que os possessivos 'seu' e 'sua' concordariam em gênero e número com o substantivo a que precedem ou seguem.

Sobre o comportamento da forma átona masculina, Lacerda tece o seguinte comentário:

No português arcaico, enquanto os possessivos tônicos 'seu', 'sseo', 'sua', 'ssua' e as formas átonas femininas 'sa' e 'ssa' estabelecem uma relação de concordância de gênero e número sempre com o item possuído, 'se' e 'sse' não apresentam esse padrão de concordância, já que concordam em número com o NP possuidor. (LACERDA, 2010, p. 30).

E segue um exemplo destacado pela autora (LACERDA, 2010, p. 30):

(10) O d(i)to Priol(com) **sse** ffrades diuisarõ (e) mostrarõ logo os pardeeyros do Casal da d(i)ta Quĩtaã (e) as vĩas deuesas (e) câpos (e) casas (e) pumares. (Textos Notariais / Século XIV in MARTINS, 1994)

Sobre o exemplo (10), a autora observa que a forma átona masculina não concorda em número com o possuído (ffrades) e sim com o referente/possuidor (o dito Priol), mesmo comportamento da forma *dele* e diferente do comportamento das formas átonas femininas e das formas tônicas (*seu*, *sua*). Isso é reforçado pelo fato de não ter sido registrada nenhuma ocorrência da forma átona masculina no plural, o que levou a autora a constatar que:

[...] no percurso de mudança que caracterizou os possessivos de terceira pessoa, a queda dos possessivos átonos 'se' e 'sse' teria sido acompanhada pelo aumento de frequência do possessivo 'dele'. As formas 'se' e 'sse' compartilhariam com o possessivo 'dele' a concordância em número com o NP possuidor, e não com o NP possuído. (LACERDA, 2010, p. 31).

Tanto a forma tônica quanto a forma *dele*, em geral, se apresentam em sintagmas com artigo definido, favorecendo esse uso. Considerando-se que a frequência da forma *seu*, embora pré-nominal, aumenta na mesma proporção que a da forma *dele*, pós-nominal, mesmo em contextos em que o artigo definido está ausente, Lacerda tece as seguintes considerações:

No processo de mudança em estudo aqui, observamos uma confirmação da Hipótese da Proporção Constante, uma vez que assistimos a um aumento na frequência da forma 'dele' e das variantes tônicas de 'seu'. Como há uma competição entre artigos definidos e possessivos átonos pela mesma posição estrutural, o aumento na frequência do artigo trouxe como consequências a queda das formas átonas – evitando a co-ocorrência de formas funcionalmente semelhantes – e a definição de um perfil ascendente para as formas tônicas. [...] a definição de um perfil ascendente para as formas tônicas de 'seu' e para o item 'dele' se deu na mesma proporção, visto que ambas as variantes, diferentemente dos possessivos átonos, são favorecidas pela presença do artigo definido. Como não há competição entre os artigos definidos e as formas tônicas, elas apresentam,

em proporção constante, um nítido acréscimo em sua frequência de uso de um século para o outro. (LACERDA, 2010, p. 33)

Observa-se que o aumento da frequência do artigo definido anteposto à forma possessiva átona é que promove a queda desta e o conseqüente aumento no uso da forma tônica *seu* e flexões ou da forma *dele* e flexões. Ainda conforme a autora: “Enquanto as formas átonas competiam com artigos pela mesma posição, a variante ‘dele’ era favorecida por contextos [+específicos], caracterizados pela presença de artigo definido.” (LACERDA, 2010, p. 31).

Verifica-se no estudo de Lacerda que havia distinções sintáticas, em relação à concordância e à posição no sintagma nominal, e, com isso, também distinções semânticas.

No tópico a seguir, será exposto o comportamento das variantes *seu* e *dele*, numa perspectiva diacrônica, considerando-se dois estudos, a pesquisa de Oliveira e Silva (1982) e a de Barros (2006).

2.2.5 Variação entre *seu* e *dele* entre os séculos XVI e XIX

Para identificar os usos dos possessivos de terceira pessoa entre os séculos XV e XIX, toma-se o trabalho realizado por Oliveira e Silva (1982). Para sua pesquisa, Oliveira e Silva constitui *corpora* com documentos escritos nos séculos XV ao XX do Português Europeu (PE) e nos séculos XVII ao XIX do Português Brasileiro (PB). Os *corpora* são constituídos de textos teatrais e de textos notariais, conforme quadro a seguir:

SÉCULO	PORTUGAL	BRASIL
XV	<i>Chronica do Condetabre de Portugal</i> (Dom Nuno Alvarez) <i>Chronica do Senhor Rei D. Fernando</i> (Fernão Lopes) <i>Um tratado de coziha portuguesa do século XV</i> (?)	
XVI	<i>Tratado da Província do Brasil</i> (Pero de Magalhães Gandavo) <i>Historia de menina e moça</i> (Bernardim Ribeiro)	
XVII	<i>Corte na Aldeia</i> (Francisco Rodrigues Lobo)	<i>Sermões comentados por Pedro Calmon</i> (Pe. Antonio Vieira) <i>O Rio de Janeiro no século XVII</i> (Câmara do RJ)

XVIII	<i>Verdadeiro método de estudar</i> (Luis Antonio Verney)	<i>Obras completas</i> (Thomaz Antonio Gonzaga) <i>Documentos sobre a Inconfidência Mineira</i> (Vários)
XIX	<i>Eurico, o presbytero</i> (Alexandre Herculano) <i>Teatro II</i> (Camilo Castelo Branco)	<i>A escrava Isaura</i> (Bernardo Guimarães)
XX	<i>Prefacio e notas</i> (In: VERNEY. <i>Verdadeiro método de estudar</i>) <i>O pecado de João Agonia e Irmã Natividade</i> (Bernardo Santareno)	

Quadro 10: *Corpora* diacrônicos escritos; Portugal, século XV ao XX e Brasil, século XVII ao XIX – Oliveira e Silva, 1982.

Na tabela a seguir, expõe-se o registro da frequência de uso do *dele* como possessivo de terceira pessoa identificado nesses *corpora*:

Tabela 2 – Frequência de uso do possessivo ‘dele’ em dois períodos de tempo, em Portugal e no Brasil³⁸

CORPORA DIACRÔNICOS	N^o	%
Século XV a XIX (Portugal)	202/1731	11.7%
Século XVII a XIX (Brasil)	126/780	16.5%

Observa-se o registro de 202 ocorrências do possessivo *dele* no período compreendido entre os séculos XV e XIX em Portugal e 126 ocorrências do século XVII ao século XIX no Brasil. Considerando as variantes *seu* e flexões e *dele* e flexões, Oliveira e Silva (1982) constata que a causa para o uso da forma *dele* em lugar do *seu* deve-se à possibilidade de desambiguar o referente.³⁹ Com o intuito de comprovar se, na variação entre *seu* e *dele*, estariam principalmente envolvidos fatores que têm por finalidade

³⁸ Fonte: Silva, 1982, p.185.

³⁹ Conforme Oliveira e Silva, baseada em alguns autores estudados por ela, a perda da reflexividade original da forma *seu* (do latim *suus* – reflexivo) foi a responsável pela dificuldade de recuperação do referente quando há dois candidatos a possuidores de terceira pessoa, por exemplo, *seu pai*, pode ser *pai dele/s* ou *pai dela/s* (OLIVEIRA E SILVA, 1982, p. 159). Nesse caso, a forma *dele* apresenta mais marcas que identificam o referente.

minimizar a ambigüidade, Oliveira e Silva (1982) considerou, em sua análise quantitativa, as seguintes variáveis independentes: a) personalização – possuidores são distintos pelo traço [+/-humano]; b) combinação do número do possuidor e do possuído: um possuidor tendo um possuído; um possuidor com dois ou mais possuídos; dois ou mais possuidores tendo um possuído em comum; dois ou mais possuidores, cada um tendo um possuído; dois ou mais possuidores tendo dois ou mais possuídos em comum; dois ou mais possuidores tendo cada um mais de um possuído; c) tipo de discurso (diálogos, comentários e monólogos); d) grau de ambigüidade [+/- ambíguo]; e) definição do referente [+/-definido].

Com relação ao que foi identificado nos *corpora* analisados, Oliveira e Silva traça algumas considerações. Sobre a forma pleonástica, muito comum no *corpus* do PA, Oliveira e Silva explica que isso ocorreria em consequência da necessidade de desambigüização entre duas terceiras pessoas. Para a autora, essa ambigüidade poderia ocorrer nos seguintes contextos: pela combinação de número de possuidor e de possuído; por haver mais de uma pessoa passível de ser o possuidor.

Ressalte-se que, conforme visto anteriormente, Meier (1948) já apontava a ambigüidade no uso do seu (reflexivo) em consequência da ampliação das suas funções nas línguas românicas. *Seu* também passa a funcionar como não-reflexivo, e isso compromete a retomada do referente em alguns contextos. A forma pleonástica *seu...dele* funcionaria como desambigüizadora. Fato também ressaltado por Mattos e Silva (1989) e Lacerda (2007; 2010) em relação a esse uso no PA.

No caso da emergência da forma *dele*, Oliveira e Silva afirma que esta sempre existiu, conforme a bibliografia consultada, e que essa forma se manteve com frequência nos seus *corpora* desde o século XV, servindo sempre como desambigüizadora. A autora observa também que a forma *dele* era inibida quando o referente era classificado como [-humano], embora, até o século XVIII, tenha identificado que os contextos com referente “objeto” eram favorecedores ao uso da forma analítica *dele*.⁴⁰

Outra pesquisa que se toma neste estudo é a de Barros (2006), que busca verificar o comportamento de algumas formas indicadoras de posse, em *corpora* datados do século XVII ao XXI, listados a seguir:

- século XVII – Livro de pregações intitulado *A Arte de Criar Bem os Filhos na Idade da Puerícia*, de autoria do Padre Alexandre de Gusmão, da Companhia de Jesus, na Província do Brasil, publicado em 1685. (Cartas com interlocutores definidos);

⁴⁰ Isso também se observa no *corpus* desta pesquisa. A maior frequência de uso da forma *dele* é para referente com traço [-humano]. Como no *corpus* não se registrou, por exemplo, nenhum animal como referente, boa parte era mesmo objeto. Saliente-se que algumas realizações do *dele* tinham como referente “crianças” ou “alunos”. Análise sobre essa variável será apresentada no capítulo 7.

- século XVIII – Gênero carta: 30 cartas pessoais do Arquivo de D. Clara Felícia (MG), cerca de 58 cartas de Minas e 17 cartas do *corpus* diacrônico do Rio de Janeiro, cartas oficiais ao Governador Geral da Bahia – coletânea intitulada *Cartas Baianas Setecentistas* (org. Tânia Lobo), Termo de Assentada (Devassa);
- século XIX – correspondências diversas: contratos de compra e venda, listas e recibos de compras (particulares, do Arquivo de Monsenhor Horta, cartas de leitores e redatores, 1 Decreto, 1 Ata de Sessão da Assembleia Provincial de MG, pequenos anúncios, documentos do *corpus* do Projeto PHPB;
- século XX – Livro *Cartas Devolvidas*: coletânea de cartas publicadas na década de 20 do século passado;
- século XXI – cartas de leitores, de editores e entrevistas, publicadas nas revistas *Veja*, *IstoÉ*, e *Época*.

Barros vai analisar três formas indicadoras de posse, identificadas nos *corpora*, portanto coexistentes, quais sejam:

- Posse com clítico (dativo de posse) – (58) *Pensa no que deveria ter feito e deixou de fazer, e esses pensamentos não **lhe** saem da cabeça.* (XXI, carta de leitor, *Veja*, 31/07/02). (55) *Por esta causa o Espírito Santo nos diz: Se tendes filhos, ensinai-os, e domai-os, desde sua puerícia; quebrai-**lhe** os brios enquanto são moços.* (séc XVII)
- Posse por sintagma [de NP]⁴¹ – (60) *Trocando em miúdos, é possível atingir as pessoas sem descuidar de ampliar os horizontes **delas**.* (XXI, entrevista, *Veja*, 03/12/03)
- O próprio possessivo.

Meier (1948) apresenta a construção com o dativo de posse, chamado por ele de dativo simpatético, como uma construção em que o clítico funciona como possessivo. Para Meier, a escolha dessa forma seria uma questão estilística, mas também teria a função de esclarecer o referente, já que os clíticos utilizados concordam em número com o referente, tornando mais acessível sua identificação. Segundo Meier, “[...] comparado com *seu, sua, seus, suas*, o dativo simpatético tem a vantagem de distinguir (sg. *lhe*, pl. *lhes*).” (p. 61).

Barros (2006) apresenta um estudo diacrônico, mostrando como essa forma foi se tornando escassa no português brasileiro e o seu lugar foi sendo ocupado pela construção analítica [*de+N*].

⁴¹ [de NP] corresponde a [de+N] ou [de SN].

De acordo com Barros, nas construções com o dativo de posse, o possuidor não é considerado complemento verbal, embora se realize como clítico. O dativo de posse “[...] representa uma construção limítrofe na relação verbo (predicador) e nome (NP – sintagma nominal – acusativo ou nominativo que expressa o elemento possuído) (p. 24). O interessante é que o dativo de posse deveria dar a ideia de *a + NP* (*a ele*), mas a ideia é de *de + NP* (*dele*).

Conforme Barros (2006, p. 31):

No PB, o clítico de posse evidencia uma relação *externa* de posse (o possuidor [...] não é licenciado como um argumento do verbo em si mesmo; ao contrário, vincula-se a um NP/DP argumento do verbo). Diferentemente, o genitivo caracteriza-se como uma relação *interna* de posse (na qual o possuidor é interno ao constituinte que contém o elemento possuído, numa estrutura de *small-clause*, [NP de NP], como em “casa de Maria”).

Os resultados a que Barros chegou com seu levantamento são expressos na tabela 3, a seguir:

Tabela 3: Estratégias de expressão de posse no PB no eixo do tempo – Barros, 2006⁴²

Período	Séc. XVII		Séc. XVIII		Séc. XIX		Séc. XX		Séc. XXI	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Clíticos	104	34,67	29	15,85	122	21,78	37	24,83	13	5,55
Pronome possessivo	78	26,0	41	22,40	194	34,65	32	21,48	21	8,97
[a NP]	19	6,33	12	6,56	37	6,6	05	3,35	00	00
Construções c/ redobro	21	7,0	09	4,92	11	1,96	00	0	0	0
[de NP]	78	26,0	92	50,27	196	35,0	75	50,34	200	85,48
Total	300	100	183	100	560	100	149	100	234	100

Segundo Barros:

⁴² Fonte: Barros, 2006.

Vimos, com [a tabela referente] ao *corpus* diacrônico, o momento em que a posse sob forma [de NP] passou a ser mais frequente, em detrimento dos clíticos e dos pronomes possessivos. Tudo isso representa uma evidência positiva de alteração na gramática do PB. (BARROS, 2006, p. 227).

Na forma [de NP], incluem-se construções formadas por [de+Nome] e a forma analítica *dele* e flexões. Embora a autora não tenha apresentado a frequência de cada uma forma separadamente, será ressaltado aqui o percentual apresentado por Barros, haja vista a forma analítica *dele* está inclusa e, nas considerações de sua análise, ela constata que as formas *dele* e *seu* foram se tornando construções em competição, o que permite inferir que, nas ocorrências [deNP], a forma *dele* é bem frequente, ou, pelo menos, que há uma tendência a se tornar mais frequente, considerando-se o aumento no percentual de formas do mesmo paradigma [deNP].

Para efeito desta pesquisa, ressaltem-se apenas as construções com a forma *dele* e com o próprio possessivo. Conforme se observa na tabela 3, a forma [de NP] vai apresentando um aumento de frequência ao longo dos séculos XVII ao XIX, começando a se apresentar mais acentuadamente a partir do século XX até o XXI, quando passa de 50,3% para 85,5%, e a forma sintética, o *seu*, o possessivo cai de 21,48% para 8,97%. (BARROS, 2006, p. 221).⁴³ Constata-se, assim, que a frequência de uso da forma [de NP] vai crescendo do século XVII ao XVIII. Do XVIII para o XIX, há uma diminuição, que vai aos poucos se igualando à frequência do possessivo. A partir do século XIX, o uso dessa forma vai crescendo e não mais decresce. Barros afirma que o *corpus* do século XXI revela uma alteração do valor atribuído à forma sintética do possessivo e ao sintagma preposicionado [de NP] pelos falantes mais jovens; a opção, em geral, para exprimir posse de terceira pessoa é [de NP], embora o pronome possessivo ainda seja também utilizado pelos falantes jovens do PB em textos escritos. Vale salientar que, embora Barros tenha feito a pesquisa considerando todas as pessoas pronominais, é importante destacar, a partir de seu *corpus*, que no século XIX há um aumento da forma analítica, o que no caso do estudo sobre os possessivos de terceira pessoa leva a inferir que a forma *dele*, tendo ampliado seus contextos de uso, fixa-se a partir desse momento.⁴⁴

⁴³ Bagno (2011, p. 770), ao tratar dos possessivos em sua gramática, registra casos de dativo de posse, denominando-os de índice de pessoa do caso oblíquo com sentido possessivo, conforme exemplo: “[...] ele pode atuar sobre a comunicação sem modificar-lhe o sentido.” (NURC/POA/278).

⁴⁴ Isso é relevante, tendo em vista que, no *corpus* em análise, as correspondências manuscritas pelos professores primários da Bahia no século XIX, identifica-se a redução de uso dessa forma, ao longo das quatro décadas em estudo, e o aumento da forma possessiva *seu*, conforme se verá no capítulo referente à análise dos dados.

Vale ainda destacar uma tabela com a frequência de uso apenas da forma [de NP] e do possessivo:

Tabela 4: Expressão da posse por sintagma [de NP] ou pronome possessivo

Variáveis	Séc. XVII		Séc. XVIII		Séc. XIX		Séc. XX		Séc. XXI	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
[de NP]	78	26,0	92	50,27	196	35,0	75	50,34	200	85,48
Pronome possessivo	78	26,0	41	22,40	194	34,65	32	21,48	21	8,97
Total	300	100	183	100	560	100	149	100	234	100

Observa-se, nitidamente, um crescente uso da forma [de NP], enquanto se decresce o uso do pronome possessivo, principalmente a partir do século XIX.

Constata Barros que:

A análise quantitativa empreendida nesta tese mostrou não só a correlação entre as formas *dele* e *seu* como construções em competição, mas alargou a visão sobre a expressão da posse no PB sob duas outras formas, evidenciando, assim, que houve uma recategorização no sistema de posse do PB que se verifica tanto na redução do paradigma de pronomes possessivos (basicamente restrito às formas de primeira e segunda pessoas, dêiticas), e na evitação dos clíticos de posse, quanto na evitação de movimento – a opção pela estratégia [de NP] seria um mecanismo mais econômico de expressão da posse, uma vez que o elemento instanciador dos traços semânticos de pessoa e possuidor já é gerado no local periférico de N em que serão verbalizados (forma fonológica). (BARROS, 2006, p. 227).

Diante do exposto, pode-se afirmar que o fato de contextos de uso da forma *seu* terem se ampliado, contemplando também a segunda pessoa (P2), com a gramaticalização de *você*, é possível que o uso da forma [deNP], no século XIX, tenha iniciado um processo de crescimento haja vista contribuir de maneira mais precisa no acesso ao referente.

No intuito de se compreender a alteração na gramática do PB, para o objetivo deste trabalho, é fundamental ter ciência do processo de gramaticalização da forma *você* e de suas implicações no paradigma pronominal. Dessa forma, apresentam-se, a seguir, aspectos relacionados à gramaticalização de *você* e suas implicações no uso dos possessivos de terceira pessoa (P3).

2.3 RELAÇÃO ENTRE A VARIAÇÃO SEU E DELE E A GRAMATICALIZAÇÃO DE VOCÊ

Biderman (1972/73) afirma que a forma *ocê* foi tratamento intermediário entre *tu* e *Vossa Mercê*. A forma *ocê* surgiu, provavelmente, no século XVIII; até meados do século XIX era usada no trato de superior com inferior; no Brasil *ocê* passou a substituir *tu*, em algumas regiões. Em estudos sobre as relações entre as estruturas sociais e os pronomes de tratamento, Biderman (1972/73) faz uma descrição sobre as formas de tratamento encontradas na Espanha, em Portugal e no Brasil nos séculos XVII e XIX. Nessa descrição, a autora tece considerações acerca da implementação de *ocê* na Língua Portuguesa. Leia-se trecho da própria autora:

Você como tratamento intermediário entre *tu* e *Vossa Mercê* aparece provavelmente no século XVIII.[...]. Como coexiste no século XVIII com *Vossa Mercê* e com valor ligeiramente diferente, não sei se teria derivado da evolução de *Vossa Mercê* como pretendem alguns etimologistas [...] Quando se consideram as inúmeras variantes de *Vossa Mercê* levantadas por Plà Cárceres na literatura dos séculos XVI, XVII e XVIII, outra hipótese pode ser aventada. O tratamento de *Vossa Mercê* deve ser importado da Espanha.⁴⁵ [...] Compare-se agora variantes espanholas como: *voaçed, vueçed, vassuncê, vuaçed, voazé, vuazé, vuezé*, todas registradas por Cárceres. Note-se quão vizinhas se encontram foneticamente de *ocê*. *Vassuncê* do repertório de Cárceres também se encontra nos meios rurais portugueses e brasileiros, a par com *Vosmecê* e *ocê*. Essa última hoje freqüente na fala urbana brasileira de vários níveis. Talvez *ocê* simplesmente represente uma daquelas variantes que corriam na Espanha senão em toda a Península Ibérica.⁴⁶ (BIDERMAN, 1972/73, p. 362-3).

Conforme Menon (1995), no século XIV e no XV, com a queda do sistema feudal e a ascensão da burguesia, o rei de Portugal passou a ser tratado por *Vossa Mercê*, *Vossa Senhoria* e *Vossa Alteza* em lugar de *Vós*.⁴⁷ Com mais modificações na hierarquia social, essas formas foram também exigidas pelos nobres a pessoas de categorias mais baixas, como forma de tratamento respeitoso. Com isso, principalmente a forma *Vossa Mercê* foi sendo empregada por todos, ficando para o rei apenas *Vossa Alteza* e *Vossa Majestade*. Equivalentes a uma locução nominal substantiva (*Vossa + nome*), essas expressões, embora tivessem o sentido de segunda pessoa, faziam com que o verbo fosse empregado na terceira pessoa. Ainda conforme Menon (1995), quando o Brasil foi colonizado, a forma

⁴⁵ “No final do século XVI e primeira metade do século XVII, Portugal estava sob o domínio espanhol. Além disso, as relações entre a sociedade portuguesa e a sociedade espanhola sempre foram muito intensas e estreitas desde os tempos medievais.” (BIDERMAN, 1972/3, p. 364).

⁴⁶ “Na sequência das etapas sucessivas, o *usted* espanhol ficou como forma de respeito, substituindo *vós*. E *ocê*, ou substituiu a forma familiar *tu* (Brasil), ou ficou como intermediário entre a intimidade (*tu*) e o formalismo (*o senhor, V.Excia.*) (Portugal).” (BIDERMAN, 1972/3, p. 363)

⁴⁷ *Vossa Mercê* significava à mercê do rei (com justiça e proteção).

vós⁴⁸ já estava caindo em desuso, daí o que chegou ao Brasil foi a forma *Vossa Mercê*. Embora Biderman saliente a possibilidade de que a forma *você tenha* coexistido com *Vossa Mercê*, com valor diferente, Menon registra que o pronome de tratamento *Vossa Mercê* sofreu um processo de redução, e *você passou* a ser a forma de tratamento utilizada em quase todo o país, competindo com *tu*. Para Lopes (2008), a competição entre as formas *tu* e *você* se intensificou no século XIX.

Ainda segundo Biderman:

Até meados do século XIX *você* circunscreve-se ao trato do superior ao inferior [...].⁴⁹ Assim o atestam escritos de Machado de Assis, Manoel Antônio de Almeida, Martins Pena.

No Brasil ocorreu a substituição do *tu* por *você*, como forma de tratamento familiar e íntima, fato que se deve ter processado na virada do século XIX para o XX. A correspondência de Machado dá testemunho desse fenômeno social e linguístico. Até os anos 70 Machado usava *tu* com os íntimos, de modo geral. No final do século XIX e começo do XX serve-se quase exclusivamente de *você*. [...] Um século depois, nesse último quartel do século XX, o tratamento na 2ªp está quase extinto no Brasil, apesar de vários vestígios. Um deles: o uso do pronome oblíquo *te* e dos possessivos *teu, tua*, etc. no interior do sistema da 3ªp (*você*). (BIDERMAN, 1972/73, p. 364-5).

Embora Biderman tenha sinalizado, na década de 70, que mesmo se utilizando da segunda pessoa semântica, *você*, o paradigma dos possessivos mantém as marcas de segunda pessoa, *teu* e flexões, estudos contemporâneos têm demonstrado que a forma possessiva *seu* e flexões se especializou para a segunda pessoa semântica, representada por *você*.⁵⁰

Conforme Menon (1995, p. 96),

[...] com a introdução de uma nova forma para as segundas pessoas, o paradigma verbal também sofreu modificações. Isso é resultado da contínua (im)perfeição do sistema linguístico: uma modificação em alguma parte do sistema sempre acarreta modificações em outra(s) parte(s).

⁴⁸ “Em Portugal, há uma norma em que é corrente o uso do pronome possessivo *vosso* significando “de vocês”. Não se usa mais o pronome *vós* – que desapareceu de praticamente todas as variedades da língua e foi substituído, no plural, pelo pronome *vocês*. No entanto, essa norma lusitana mantém vivo o possessivo *vosso* – agora em outra chave gramatical, ou seja, em correlação com o pronome *vocês*. Nesse caso, o corriqueiro, o habitual, o normal é dizer: *Para o exame, vocês devem trazer os vossos livros*. Já no Brasil, a norma, nesse caso, é variavelmente o pronome *seus* ou a expressão *de vocês*. Dizemos, então: *Para o exame, vocês devem trazer os seus livros*. Ou: *Para o exame, vocês devem trazer os livros de vocês*.” (FARACO, 2008, p. 42).

⁴⁹ “1) critério de idade (pais a filhos, tios a sobrinhos); 2) de posição (magistrado a cidadãos comuns, professor a aluno); 3) iguais não íntimos, ou de relação assimétrica (homem e mulher, quando primos)”. (BIDERMAN, 1972/3, p. 364).

⁵⁰ Conferir, por exemplo, Muller (1997a), Abraçado (2000). Esse aspecto será abordado no próximo capítulo.

Dessa maneira, é possível constatar que, num processo de gramaticalização, a forma, antes locução nominal, que nessa categoria requeria o verbo na terceira pessoa, passa a pronome. O pronome é de segunda pessoa. Com isso, a reestruturação do paradigma verbal fez com que se constituíssem duas formas de flexão para a segunda pessoa, uma com o morfema tradicional; outra com um morfema \emptyset de pessoa.

O sistema pronominal em uso no português brasileiro contemporâneo é exposto por Menon⁵¹ da seguinte forma (1995, p. 103):

PES	PSUJ	POBJ DIR	POBJ IND	POBJ PREP	PPOS
1 ^a s	Eu	Me	Me	Mim	Meu, minha
2 ^a s	Tu, você	Te, lhe, se	Te, lhe, se	Você, ti	Teu, tua, seu, sua
3 ^a s	Ele, ela	Ele, ela	Ele, ela, lhe	Ele, ela, si	Seu, sua, dele, dela
1 ^a p	Nós	Nos	Nos	Nós	Nosso, nossa
2 ^a p	Você	Vocês, lhes, se	Vocês, lhes, se	Vocês	Seus, suas, de vocês
3 ^a p	Eles, elas	Eles, elas	Eles, elas, lhes	Eles, elas, si	Seus suas, deles, delas

Quadro11: Sistema pronominal em uso⁵²

Em se tratando dos possessivos, essa mudança no paradigma pronominal ampliou os contextos linguísticos de ocorrência da forma *seu* e flexões. A mudança instituída no paradigma dos pronomes pessoais provocou um rearranjo no uso dos pronomes possessivos, como forma de se evitar um tipo de ambiguidade, já que o *seu* e flexões seria usado tanto para P2, quanto para P3 e P6, conforme alguns teóricos (MATTOSO CÂMARA JR, 2001 [1970], 1975; OLIVEIRA e SILVA, 1982, PERINI, 1985, entre outros).

Com a introdução de *você* como segunda pessoa semântica, em lugar de *tu*, Mattoso Câmara (1972, p. 52) salienta que, da mesma forma que o *lhe* tornou-se ambíguo para a terceira pessoa propriamente dita, colocando-se em seu lugar a variante *a ele – estou lhe falando, estou falando a ele –*, o possessivo *seu* tornou-se também ambíguo, e no seu lugar se foi intensificando o uso do *dele*, já que o *seu* passou a ser mais entendido

⁵¹ Além de Menon, outros autores também estudam a relação entre a gramaticalização de *você* e as alterações no paradigma pronominal do PB (ver também Vitral e Ramos, 1999; Lopes, 2008; Lopes & Duarte, 2003, entre outros).

⁵² Fonte: Menon, 1995.

como possessivo de *você* e de *senhor*. Mattoso Câmara, em seu artigo *Ele como um acusativo no português do Brasil*, publicado em 1972, já sinalizava que um dos traços marcantes do português brasileiro é que os pronomes possessivos podem ocupar todas as posições que os nomes ocupam (sujeito, complemento, adjunto entre outras), entretanto apenas algumas formas podem ocupar uma ou outra posição. Sobre o pronome de terceira pessoa, ele afirma:

A forma *ele* no português do Brasil se aproximou [dos nomes e dos demonstrativos], separando-se do sistema dos pronomes pessoais, onde há uma flexão casual. Diz-se, portanto *ele anda, falo a ele, vejo ele*, exatamente como *Pedro anda, falo a Pedro, vejo Pedro*, em vez de – *ele anda, me fala ou fala a mim e me vê*. A inovação brasileira é, em última análise, uma inovação de estrutura, dissociando o pronome da terceira pessoa do sistema causal dos pronomes pessoais (MATTOSO CÂMARA, 1975, p. 49).

Essas diversas possibilidades sintáticas para o pronome *ele* contribui também para que a forma *dele* funcione com frequência como possessivo no PB.

Diante do exposto neste capítulo, constata-se que o possessivo de terceira pessoa *seu*, originado no reflexivo latino *sui*, ampliou seus contextos de uso nas línguas românicas, passando a variar seus usos com o genitivo dos demonstrativos, tornando-se, por vezes, ambíguo. No Português Arcaico, passou a ser utilizado em construções pleonásticas, no intuito de se desfazer as possíveis ambiguidades. Nesse período também se identifica uma mudança, quando as formas átonas vão dando lugar às formas tônicas e à forma analítica *dele*, que deixa de atuar como reforço, passando a concorrer com o *seu*, como variantes. Com o passar do tempo, já no século XIX, com a gramaticalização de *você*, a forma *seu* passa a funcionar como possessivo de P2, momento em que se constata um aumento na frequência de uso da forma *dele* como possessivo de P3, justificada pelos traços que tornam o acesso ao referente mais eficaz. O *seu* se flexiona concordando com o nome ao qual se liga (o possuído), portanto não apresenta marca em relação ao referente (possuidor). Já a forma *dele* concorda em gênero e número com o referente (possuidor), daí ser mais específico para o processo de referenciação.

Considerando-se essa alteração no paradigma dos pronomes pessoais e suas implicações no paradigma dos possessivos, expõem-se, no capítulo a seguir, alguns estudos sobre os possessivos de terceira pessoa no português brasileiro contemporâneo.

3 OS POSSESSIVOS DE TERCEIRA PESSOA NO PORTUGUÊS BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO

Pesquisas sobre os usos dos possessivos de terceira pessoa no Português Brasileiro contemporâneo têm buscado esclarecer aspectos relacionados à variação no uso das formas *seu* e *dele* (OLIVEIRA e SILVA, 1982; PERINI, 1885; MULLER, 1997; ABRAÇADO, 2000; CERQUEIRA, 1996). Alguns pesquisadores têm analisado o fenômeno numa perspectiva funcionalista; outros têm tomado como fundamento a teoria gerativa, com base na teoria de princípios e parâmetros. O foco de análise também se distingue: uns focam em aspectos semânticos relacionados ao referente; outros, em aspectos morfossintáticos do sintagma em que se encontra o possessivo. Neste capítulo, serão apresentados resultados dessas pesquisas, no intuito de se esclarecer o objeto em estudo. Antes, porém, entendendo a necessidade de se compreender a função dos possessivos, introduz-se o capítulo, expondo-se reflexão sobre o papel dos possessivos na cadeia da referenciação.

3.1 OS POSSESSIVOS NA CADEIA DA REFERENCIAÇÃO

Com a contribuição dos conhecimentos produzidos no campo da Linguística Cognitivista, da Pragmática, bem como da Linguística de Texto, o entendimento de que a língua pode representar o mundo se altera. Atente-se para o fato de que já se supera a discussão sobre a relação entre pensamento e mundo, passando-se à relação linguagem e mundo. Além disso, a linguagem não apenas possibilita elaborar informações, mas reconstruir a própria realidade. De acordo com Koch, “[...] o discurso constrói aquilo a que faz remissão, ao mesmo tempo que é tributário dessa construção.” (KOCH, 2008, p. 47).

A busca pela relação direta entre palavras e coisas, ou entre entidades linguísticas e entidades objetivas (do mundo) dá lugar à busca pela compreensão de como os sujeitos, em suas práticas cognitivas e linguísticas, constituem o mundo, dando-lhe sentido (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 20). É dessa forma que se consolida um estudo das entidades linguísticas tomando-as não mais como produtos, mas como entidades que se constituem, processualmente, em práticas discursivas, como dinâmicas sociocognitivas, estabelecendo processos de referenciação.

Segundo Koch (2008),

A referenciação constitui uma atividade discursiva. O sujeito, na interação, opera sobre o material linguístico que tem à sua disposição, operando escolhas significativas para representar estados de coisas, com vistas à concretização do seu projeto de dizer (KOCH, 2008, p. 46).

Koch faz uma ressalva interessante para o objeto em estudo neste trabalho. Ela ressalta que “[...] muitos problemas de ambiguidade referencial são devidos a instruções poucos claras sobre com qual dos objetos-de-discurso presentes na memória a releção deverá ser estabelecida.” (KOCH, 2008, p. 47-8). É o caso do possessivo *seu*, quando se refere a mais de um referente de terceira pessoa, ou quando um referente de segunda e um referente de terceira pessoa estão presentes no enunciado, tornando-se possíveis candidatos.

Para se compreender o papel dos possessivos na cadeia da referenciação, é preciso entender o papel dos pronomes, em geral, na enunciação.

3.1.1 A função dos pronomes na enunciação

Segundo Benveniste (2006), o aparelho formal da enunciação pode ser estudado, considerando-se, principalmente, três aspectos. O primeiro se refere à realização vocal da língua, ou seja, à fonética. O segundo diz respeito à conversão da língua em discurso pelo sujeito falante que, utilizando-se das palavras, expressa algo com sentido; seria a relação entre palavra e sentido. Isso demonstra que a análise da língua só é possível se se considerar a língua como expressão de certa relação com o mundo. Nesse sentido, a referência faz parte do processo enunciativo – o que o locutor enuncia precisa ser co-referido pelo seu interlocutor, como um co-locutor.⁵³ O terceiro aspecto diz respeito aos caracteres formais da enunciação, considerando-se que estes se atualizam numa manifestação individual. O locutor é o parâmetro na enunciação. É ele quem estabelece a referência com o mundo. Para compreender esse aspecto, tome-se o próprio Benveniste em trecho que segue:

[...] antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua. Depois da enunciação a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno. [...] O que em geral caracteriza a enunciação é a acentuação da relação discursiva com o parceiro, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo.” (BENVENISTE, 2006, p. 87).

Um fenômeno linguístico que expressa essa concepção, conforme Benveniste, é a relação entre os indicadores de pessoa – *eu-tu* só é possível na e pela enunciação. Desses indicadores, realizam-se outros como *aqui* e *agora*, termos que só podem ser atualizados na enunciação. Nesse sentido, os pronomes pessoais e demonstrativos⁵⁴,

⁵³ Para esse autor, a condição da linguagem humana é o diálogo.

⁵⁴ Ressalte-se que o pronome pessoal de terceira pessoa na língua portuguesa tem sua origem no demonstrativo e que, portanto, o pronome possessivo de terceira pessoa também tem sua origem no genitivo dos demonstrativos, *illius* ou *eius*.

conforme Benveniste, são classificados como “indivíduos linguísticos”, pois nascem de uma enunciação específica, já que se renovam sempre que uma enunciação é proferida. Nesse sentido, há entidades linguísticas que só se revelam na rede de “[...] indivíduos” que a enunciação cria em relação ao ‘aqui-agora’ do locutor.” (BENVENISTE, 2006, p. 86).

Na interação entre “eu” e “tu”, de acordo com Benveniste (2006), instaura-se a categoria presente, daí surgem os tempos verbais, e a categoria espaço, designadas pelos demonstrativos. Esses elementos são denominados de dêiticos e representam a subjetividade na linguagem, abarcando as categorias de pessoa, espaço e tempo. Apothéloz afirma que [...] para que haja dêixis, é necessário que o modo de referência, quer dizer, o meio utilizado para identificar o referente, se apoie nos parâmetros de lugar, tempo, ou pessoa da situação de enunciação. Em uma palavra, a característica definidora dos dêiticos é que seu modo de referência se apóia num *referencial*, e não nos *significados*.” (APOTHÉLOZ, 2003, p. 68). No caso dos possessivos, é interessante o fato de que o genitivo dos demonstrativos, *illius* ou *eius*, tenha servido de possessivo de terceira pessoa, já que o *sui* era reflexivo, ou seja, se referia apenas ao sujeito. Os demonstrativos terminam por se referir aos demais elementos, quando passam do plano situacional para o discurso, passando a assumir a função anafórica.

Retomando a exposição sobre as especificidades dos pronomes pessoais, há alguns aspectos a considerar no que diz respeito à distinção entre as primeiras pessoas (*eu-tu*) e a terceira pessoa – ou não-pessoa, para Benveniste –, como forma de se compreender aspectos que caracterizam os possessivos de terceira pessoa, foco deste trabalho. Sobre essas distinções, Benveniste (1974) afirma o seguinte:

[...] *eu* e *tu* são inversíveis e, ao mesmo tempo, complementares: alguém emprega o pronome *eu* ao se dirigir a outro que, na sua mente, será concebido como *tu*. Mas, na perspectiva do ouvinte, a situação se inverte: o ouvinte também se percebe como *eu* e concebe o falante como *tu*. Por conseguinte, tais pronomes só podem ser definidos um em relação ao outro, fato que não acontece com os de terceira pessoa.

Em relação aos pronomes pessoais, Neves (2011, p. 457) afirma que há um eixo subjetivo (envolvendo as duas pessoas que interagem verbalmente) e um eixo não-subjetivo (contemplando pessoas e objetos que não se encontram na interação). Os de primeira e os de segunda pessoa são definidos; os de terceira podem ser indefinidos ou não identificados.

Infere-se que, nesse caso, em se tratando da terceira pessoa, a do eixo não-subjetivo ou a não-pessoa, é possível que haja dificuldade na recuperação do referente. Quando o referente possui traços semânticos [+definido] e [+específico], é imediata sua recuperação. No caso de o referente possuir traços semânticos [-definido] e [-específico] fica mais difícil identificá-lo.

Em relação aos aspectos morfossintáticos, observa-se que, os pronomes possuem também a função de “explicitar a natureza temática do referente.” (NEVES, 2011, p. 452), restringindo esses elementos a determinadas funções no português contemporâneo, por exemplo:

- a) *eu* se restringe à função de sujeito;
- b) *tu* pode exercer a função de sujeito e de vocativo;
- c) os pronomes átonos (*me, te, nos, vos*) restringem-se à função completiva, sendo que podem exercer a função de sujeito de uma oração infinitiva (*Deixe-me ir*);
- d) as formas tônicas *ele, nós* e *vós* cumprem, no português contemporâneo, além da função de sujeito, a função de complemento (*Viajei com ele para a Espanha*). Embora a gramática normativa prescreva que essas formas só possam ser complemento se regidas de preposição, tanto falado quanto escrito, há usos do seguinte tipo: “Cheguei cedo, mas não encontrei *ele*”.

Dessa forma, observa-se que o comportamento morfossintático e semântico do pronome de terceira pessoa é distinto dos primeiros. Isso marca sua natureza referenciadora. Isso se reflete também no paradigma dos possessivos. Considerando-se a possibilidade de o referente ser identificado, mas também a possibilidade de não o ser, o comportamento do pronome possessivo de terceira pessoa é distinto em relação aos pronomes de primeira e de segunda pessoas. Esse aspecto faz muita diferença quando se consideram os possessivos na cadeia da referenciação.

3.1.2 Os possessivos e a referenciação

Os possessivos são elementos que possibilitam a coesão textual, por sua natureza anafórica. Dessa forma, ao fazer parte da cadeia discursiva, ou cadeia de referenciação, o possessivo possibilita a construção de sentido do texto. Para compreender melhor esse processo, seguem-se definições para a referenciação.

Mondada e Dubois (2003) concebem a referenciação como “[...] uma construção colaborativa de objetos de discurso⁵⁵ – quer dizer, objetos cuja existência é estabelecida discursivamente, emergindo de práticas simbólicas e intersubjetivas.” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 35). Ou seja, os objetos de discurso não existem senão no desenvolvimento do discurso. Conforme esses autores, a referenciação se constitui como “[...] processos que se

⁵⁵ O termo “objetos de discurso” é introduzido por Mondada em 1994. (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 21).

desenvolvem no seio das interações individuais e sociais com o mundo e com os outros, e por meio de mediações semióticas complexas.” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 22).

De acordo com Neves (2007, p. 75), “[...] referenciação envolve interação, e, conseqüentemente, intenção. É ao estabelecer a interação lingüística, compondo seus enunciados, que os falantes instituem os objetos-de-discurso.”

Conforme Koch e Elias (2009, p. 131), a referenciação é uma atividade discursiva, uma atividade de linguagem que pressupõe que se faça referência a algo ou alguém; que se mantenha o foco nesses referentes (algo ou alguém), utilizando-se de operação de retomada (por elementos anafóricos); ou que se deixem os referentes já introduzidos em *stand by*, a fim de que outros referentes sejam introduzidos. As autoras afirmam que essas estratégias são as que possibilitam que sejam construídos os “objetos-de-discurso” e que estes sejam mantidos ou desfocalizados. Dessa forma, o processo que possibilita a retomada dos referentes ou a introdução de novos referentes é denominado progressão referencial e diz respeito à construção e reconstrução de objetos-de-discurso.

Para Halliday e Hassan (1976), por serem itens de referência situacional, os pronomes demonstrativos, origem do pessoal *ele*, do ponto de vista da referenciação, se constituem em índices de referência exofórica (situacional) que se estendem para índices de referência endofórica (textual). Em se tratando dos possessivos de terceira pessoa, explica-se a sua trajetória, que passa do plano situacional (dêixis) para o plano textual-discursivo (anáfora).

No caso dos pronomes em estudo, os possessivos de terceira pessoa, - *seu* e flexões e *dele* e flexões -, se constituem como anafóricos, pois não funcionam como dêiticos; não apresentando autonomia referencial. Na contemporaneidade, há traços dos referentes que interferem na escolha de uma ou outra variante. Os sentidos que perpassam a relação desses possessivos com seus referentes no plano textual-discursivo serão tratados de maneira aprofundada a seguir.

3.2 ESTUDOS SOBRE OS POSSESSIVOS DE TERCEIRA PESSOA NA CONTEMPORANEIDADE

Em geral, as pesquisas realizadas na contemporaneidade sobre os possessivos de terceira pessoa demonstram que a forma *dele* vem apresentando alta frequência de uso como forma indicadora de posse de terceira pessoa no português brasileiro coloquial (PERINI, 1985; CERQUEIRA, 2008). Conforme dito no capítulo anterior, em geral os

teóricos apresentam como um dos fatores para essa mudança a gramaticalização de *você*, que, se configurando como segunda pessoa semântica, introduziu no paradigma pronominal a forma correlacionada de possessivo *seu* e *flexões*. Ou seja, *seu* e *flexões* é possessivo usado não apenas para P3 e P6, mas também para P2 no quadro dos pronomes pessoais. Essa mudança amplia a possibilidade de ambiguidade⁵⁶ na recuperação do referente, em alguns contextos de uso, conforme se constata no exemplo: “Marta, Maria usou sua blusa nova ontem.” Nesse caso, se as duas pessoas têm uma blusa nova, não se sabe a quem o possessivo se refere. A forma *seu* se tornou categórica, então, quando o referente é P2 – *você* (ABRAÇADO, 2000). Nesse sentido, a forma *seu* tem se especializado como possessivo da segunda pessoa do singular, sendo a forma *dele* e *flexões* usadas quando o referente está na terceira pessoa do singular e do plural, principalmente na linguagem oral e coloquial. Conforme Muller (1997b, p. 5), há também outro contexto em que o *seu* tem se especializado, pois ela identificou um uso categórico: quando o referente, de terceira pessoa, é um SN quantificado:

(12) Há 30% dos alunos que dispõem de boas escolas [...] próximas às suas casas.

(21) [...] a gente observa assim cada um tem... o seu gosto, sabe? (MULLER, 1997b, p. 5; 7).

Nesse sentido, pode-se considerar que houve uma mudança de natureza não apenas morfossintática, mas também semântica no paradigma dos possessivos.

Em relação aos possessivos de terceira pessoa, embora as formas *seu* e *dele* estejam em competição nos contextos em que são intercambiáveis, é possível que uma delas caia em desuso. É importante atentar para o fato de que o genitivo *dele*, que no Português Arcaico era usado como reforço, em construções pleonásticas, no sentido de desambiguar as terceiras pessoas mencionadas no enunciado, passa, no português brasileiro contemporâneo, a ser utilizado em sua forma plena, como recurso de clareza de linguagem, permitindo desfazer possíveis ambiguidades, tanto em textos orais como escritos. Observa-se, assim, que a forma *dele* passa a ser utilizada com outra função.

Alguns teóricos, tanto de linha funcionalista como formalista, têm-se manifestado em relação a isso. Todos apresentam índices quantitativos que possibilitam esclarecer o fenômeno no sentido de identificar os fatores que propiciam ou restringem o uso de uma ou outra forma. Passa-se, então, a expor estudos que buscam identificar e explicar a variação das formas *seu* e *dele* no português brasileiro, por meio de *corpora* diversos.

⁵⁶ Antes a ambiguidade se dava apenas entre P3 e P6.

3.2.1 Aspectos semânticos dos possessivos

A tese de Oliveira e Silva (1982) apresenta um estudo sobre a variação no uso dos pronomes possessivos, considerando-se três aspectos: “a) a variação entre as formas *seu* e *teu* na segunda pessoa semântica; b) a variação entre as formas *seu* e *dele* na terceira pessoa semântica; c) a presença ou ausência do artigo frente ao possessivo.” (OLIVEIRA E SILVA, 1982, p.4). A pesquisa de Oliveira e Silva é feita em *corpora* escritos, representativos do português arcaico e do português moderno, e *corpora* orais e escritos, representativos do português brasileiro contemporâneo. No capítulo anterior, apresentaram-se dados da sua pesquisa, considerando-se os *corpora* diacrônicos. Neste, serão apresentados dados dos *corpora* sincrônicos.

O estudo de Oliveira e Silva (1982) sobre a variação entre as formas *seu* e *dele*, toma para análise variáveis linguísticas e sociais. A autora destaca que o sistema dos possessivos no português brasileiro é rico em variação e engloba várias regras: há vinte formas de possessivos no PB, no que se refere às pessoas do singular e do plural. Salienta que, até o século XIX, havia possibilidade de se usar para P2 e P5, os possessivos *teu* e *vosso*. Na contemporaneidade, usa-se preferencialmente o *seu*. Para P3, a autora destaca *seu* e flexões e *dele* e flexões. Conforme Oliveira e Silva, a concordância dos possessivos combina dois referentes: o(s) possuidor(es) e o(s) possuído(s).

Para seu estudo, a autora lançou mão de *corpora* orais (Mobral e Estudantes de nível secundário e superior) e escritos (editoriais e reportagens de jornais, fotonovelas, história em quadrinhos). Oliveira e Silva também utilizou alguns testes, a fim de identificar a atitude do falante em relação a determinados contextos de uso das duas formas: *seu* e *dele*.

Ao considerar a forma *dele*, Oliveira e Silva (1982) ressalta que esse uso foi se intensificando em consequência da ambiguidade provocada pelo uso do *seu* nas seguintes situações:

- em um enunciado, o *seu* pode ter dois ou mais referentes diferentes, todos de terceira pessoa;
- o *seu* pode se referir tanto para as segundas pessoas quanto para as terceiras.

Para o caso de mais de um possuidor, Oliveira e Silva apresenta a possibilidade de haver uma posse distributiva (*João e Maria e seus narizes*), como uma posse coletiva (*João e Maria e seus filhos*).

A autora afirma que, nesse caso dos possessivos, há várias combinações possíveis entre possuidor e possuído. Com isso, constata que o problema envolve aspectos semânticos e morfossintáticos.

Pelo levantamento feito em sua pesquisa, afirma que, em geral, os autores tratam do uso do *dele* como estratégia de desambiguação. A autora constata, então, que o uso da forma *dele* constitui uma regra variável e é influenciada pela ambiguidade.⁵⁷

As variáveis linguísticas elencadas e analisadas por Oliveira e Silva foram as seguintes:

- traço [humano] (pessoas, animais, objetos);
- fator número do possuidor e do possuído (um possuidor para um possuído, um possuidor para dois possuídos, dois possuidores para um possuído – posse coletiva, dois possuidores para dois possuídos – posse distributiva, dois possuidores para dois ou mais possuídos comuns – posse coletiva, dois possuidores para mais de dois possuídos – posse distributiva);
- fator tipo de discurso (diálogos, comentários, monólogos);
- fator grau de ambiguidade (a posse pode ser para um ou outro possuidor de 3ª pessoa, a posse pode ser para um possuidor de 3ª pessoa ou para um possuidor de 2ª pessoa, não fica claro o número de possuidor e de possuído).

Em síntese, os resultados para os *corpora* sincrônicos são os seguintes:

- A fala favorece o uso do *dele* (75%); nos *corpora* escritos, essa frequência reduz apenas 14,1% de realização do *dele*.
- Sobre o traço personalização, o [+humano] favorece o uso do *dele*.
- Sobre o número de possuidor e de possuído, a forma *dele* é favorecida quando há um possuído comum a dois ou mais possuidores e quando vários possuidores têm, cada um, um possuído.
- Sobre o tipo de discurso, nos diálogos, verifica-se um favorecimento da forma *dele*.
- Em relação ao grau de ambiguidade, há um favorecimento da forma *dele*.

Em artigo publicado em 1984, Oliveira e Silva, apresenta alguns contextos favorecedores do uso da forma *dele*: quantidade de referentes (a forma *seu* pode ter dois ou mais referentes de terceira pessoa; a forma *dele* torna mais claro o referente); pessoas gramaticais (a forma *seu* refere-se P2 e P5, P3 e P6); traço [humano]; referente/possuidor

⁵⁷ Para a autora, o *dele* “[...] tem geralmente esse papel desambiguador, embora não obrigatoriamente, e esse caráter de não obrigatoriedade é justamente o que caracteriza a variação.” (OLIVEIRA E SILVA, 1982, p. 151)

indeterminado. Para esse último caso, a autora apresenta o exemplo: “Quem tirar este bilhete é gentil e fiel a seus amigos” (OLIVIERA E SILVA, 1984, p. 66), e explica que isso ocorre porque “a forma *seu* é menos individualizadora, menos pessoal que a forma *dele*.” (OLIVEIRA E SILVA, 1984, p. 56).

Outra constatação feita por Oliveira e Silva, a partir da análise dos *corpora*, é que, na variação entre os possessivos de terceira pessoa, estão principalmente envolvidos fatores que têm por finalidade minimizar outro tipo de ambiguidade, a causada pela aplicação da forma *seu* à segunda e à terceira pessoa do singular e do plural, em consequência da implementação da forma *você* no sistema pronominal do português, por volta do século XVIII. Nesse sentido, a autora constata que “[...] a forma *seu* se destina quase categoricamente à segunda pessoa, permanecendo *dele* para a terceira.” (OLIVEIRA E SILVA, 1982, p. 224; p. 246).⁵⁸

A autora apresenta alguns resultados referentes aos contextos que favorecem o uso da forma *dele*. O primeiro contexto é de um possuído ser atribuído a dois possuidores; para contextos em que o referente é um objeto, a forma *dele* é inibida (11,3%), enquanto para humanos o índice foi de 26,2%; no caso do referente indeterminado, a forma *seu* é a opção, considerando-se que não é marcada quanto a gênero e número, sendo mais adequada como indefinida.

Em artigo publicado em 1991, Oliveira e Silva, tendo ampliado o *corpus* (com Censo, NURC-RJ e Mobral), busca apresentar análise mais rigorosa de contextos que apresentam referente indefinido. Ela apenas corrobora o que já vem sendo identificado nos estudos anteriores. O referente indefinido propicia o uso da forma *seu* (64,8%).⁵⁹

Ao longo de suas investigações sobre o fenômeno, Oliveira e Silva (1991) chama a atenção para o fato de que pelos *corpora* orais, diferentemente do que se apresenta nos *corpora* escritos, verifica-se que está havendo uma mudança no sentido de a variante *dele* superar a forma *seu*.

Outro estudo na perspectiva funcionalista é o de Perini (1985). Os *corpora* utilizados foram coletados na parte central do Brasil – Rio Minas, Espírito Santos, Bahia, Goiás e São Paulo, conforme explicitado pelo autor. O autor apresenta o quadro dos pronomes possessivos no português contemporâneo, considerando o português padrão e o

⁵⁸ Uma discussão sobre a gramaticalização de *você* e a constituição do novo paradigma pronominal no PB será exposta no próximo tópico.

⁵⁹ Oliveira e Silva (1991, p. 93) salienta que: “[...] havia maior flutuação de uso quando o possuidor era semanticamente composto de humanos, embora a forma lexical fosse representativa de objeto (o clube, a repartição, o governo). Chamou atenção também, nesse caso, flutuação de concordância, demonstrando que, embora o possuidor fosse normalmente o conjunto, eram frequentemente considerados, para a escolha da forma, os elementos desse conjunto.” Por exemplo: “(Falando da escola de samba) a roupa tem que estar combinando com o enredo deles.” (C42119).

português coloquial, o que ajuda na compreensão dessa alteração no paradigma pronominal. Ao se incorporar a forma *você* como segunda pessoa no quadro dos pronomes pessoais, o quadro dos possessivos respectivos na língua padrão é apresentado por Perini (1985) da seguinte forma:

	1ª pessoa	2ª pessoa	3ª pessoa
(sg)	Meu	Seu	Seu
(pl)	Nosso	Seu	Seu

Quadro 12: Formas possessivas no português padrão⁶⁰

Perini afirma que o fato de a forma *seu* e flexões corresponder às segundas e terceiras pessoas pode causar ambiguidade em alguns contextos, mesmo no português escrito formal. Embora, nessas situações, os autores possam encontrar “meios de manipular o contexto de modo a manter a ambiguidade sob controle.” (PERINI, 1985, p. 4).

Ainda segundo Perini (1985, p. 5), diferentemente do padrão exposto no quadro 12, o paradigma do português brasileiro coloquial apresenta um sistema composto de formas sintéticas e analíticas, conforme se observa no quadro a seguir:

	1ª pessoa	2ª pessoa	3ª pessoa
(sg)	Meu	Seu	Dele
(pl)	Nosso	De vocês	Deles

Quadro 13: Formas possessivas no português coloquial⁶¹

Infere-se, pelo quadro apresentado por Perini, que, na linguagem coloquial em determinadas regiões do país, o uso do *dele* é categórico, já que o autor não registra a possibilidade de uso da forma *seu* e flexões.

Outros estudos também destacam a maior recorrência do sintagma preposicionado *dele* em lugar de *seu* no Português brasileiro contemporâneo (CERQUEIRA, 1986; MULLER, 1997; ABRAÇADO, 2000).

Sobre os diferentes tipos de ambiguidade vinculados aos diferentes tipos de posse, Abraçado (2000) reclassifica as variáveis utilizadas por Oliveira e Silva (1982), apresentando três tipos de ambiguidades para a forma *seu*:

- I. Confusão de pessoa – *seu* servindo tanto às segundas quanto às terceiras pessoas – ex.: ‘Encontrei fulano beijando *sua* namorada.’

⁶⁰ Fonte: Perini (1985, p. 4)

⁶¹ Fonte: Perini (1985, p. 4)

- II. Confusão de número – *seu* servindo tanto à segunda e terceira pessoas do singular quanto à segunda e terceira pessoa do plural – ex.: “João, Maria e *seu* filho vieram.”
- III. Confusão de referente – provocada pela existência de dois referentes, ambos da terceira pessoa e ambos possíveis possuidores – ex.: “Luiz falou com João que encontrou *seu* livro”. (ABRAÇADO, 2000, p. 195-6)

Abraçado afirma que, em todos esses contextos, o que está em jogo é a relação de número, em que o *seu* tem mais de um candidato a referente. A natureza morfológica do possessivo o faz concordar com o possuído, tornando difícil o acesso ao referente (o possuidor). Com sua pesquisa, Abraçado constata que o *seu* só não causa ambiguidade quando o referente (possuidor) é a segunda pessoa do singular (*você*). Ressalta, então, que o problema da ambiguidade em determinados contextos não se refere à recuperação da pessoa gramatical e sim do possuidor (conforme salienta também Oliveira e Silva, 1984). Observe-se, por exemplo, no contexto a seguir que o uso do *dele* não resolveria o problema: “Paulo conversou com João sobre sua vida; Paulo conversou com João sobre a vida dele.” (ABRAÇADO, 2000, p. 199) A autora afirma que esse fenômeno ocorre em quase todas as línguas do mundo.

Como não é possível se desfazer a ambiguidade do possessivo *seu* para as terceiras pessoas, Abraçado então propõe compreender por que o *seu* especializou-se na P2 e não na P5. Para a autora, “[...] o problema da parceria entre *vocês* e *seu* está diretamente ligado ao tipo de posse.” (ABRAÇADO, 2000, p. 199). Para explicitar a situação, ela toma as combinações propostas por Oliveira e Silva (1984):

Um possuidor tendo um possuído – *João e seu nariz*;

Um possuidor com dois ou mais possuídos – *João e seus olhos*;

Dois ou mais possuidores, tendo um possuído em comum (posse coletiva) – *Ele, a esposa, e seu filho foram ao Rio*;

Dois ou mais possuidores, tendo, cada um, um possuído (posse distributiva) – *João, Paulo e seu(s) nariz(es)*;

Dois ou mais possuidores, tendo dois ou mais possuídos em comum (posse coletiva) – *Ele, a esposa, e seus filhos...;*

Dois ou mais possuidores, tendo cada um, mais de um possuído (posse distributiva) – *João e Paulo feriram suas duas pernas num acidente.* (OLIVEIRA E SILVA, 1984, p. 61)

O trabalho de Oliveira e Silva focou no uso do *seu* e flexões para P3 e P6. Abraçado (2000) alterou esses exemplos, buscando incluir P2 E P5, e fez um teste que foi

aplicado em Macaé (RJ). Aos informantes foi solicitado que indicassem o possuidor nas frases com o possessivo *seu*, (em algumas delas, o referente poderia ser uma segunda pessoa do singular ou do plural; foram descartadas as que o referente era uma terceira pessoa). Quando gerava uma dúvida, se perguntava como se deveria dizer a frase para que o possuidor fosse uma segunda pessoa do singular (*você*) ou do plural (*vocês*), observando-se a incidência da forma analítica *de+N*. As frases adaptadas ficaram assim:

Um possuidor tendo apenas um possuído	A – Você e seu nariz grande se metem em tudo.
Um possuidor com dois ou mais possuídos	B – Você e seus olhos pequenos não conseguem me enganar.
Dois ou mais possuidores, tendo um possuído em comum (posse coletiva)	C – Você, a esposa (o marido) e seu filho foram ao Rio. D – Você, Joana (João) e seu filho foram ao Rio.
Dois ou mais possuidores, tendo, cada um, um possuído (posse distributiva)	E – Você, João e seus narizes grandes chamam muito a atenção.
Dois ou mais possuidores, tendo dois ou mais possuídos em comum (posse coletiva)	F – Você, a esposa (o marido) e seus filhos viajaram. G – Você, Joana (João) e seus filhos viajaram.
Dois ou mais possuidores, tendo cada um, mais de um possuído (posse distributiva)	H – Você, João e Paulo feriram suas pernas num acidente.

ABRAÇADO, 2000, p. 200.

Abraçado ressalta que a combinação C e D foram as que apresentaram maior incidência da forma *de vocês* (as mesmas que em Oliveira e Silva apresentaram a forma *dele*). Nesses casos, a opção foi *de+N*⁶². Constata Abraçado que a falta de traço morfológico e/ou semântico no possessivo *seu* não contribui para a identificação do possuidor. Assim sendo, “[...] quando o [possuidor/referente] não está em evidência, o possessivo *seu* mostra-se ineficiente na tarefa de recuperá-lo.” (ABRAÇADO, 2000, p. 201).

Abraçado constata, então, que,

Diante da ambiguidade e da ineficiência na recuperação de possuidores não evidentes, próprias do possessivo *seu*, é possível supor o surgimento da necessidade, em torno das segundas pessoas, de uma forma do tipo *de+N* a ser empregada com a finalidade de definir claramente o possuidor nos casos em que *seu* não é capaz de fazê-lo. Ocorre, porém, que tal construção não se faz necessária para a 2ªPS, porque, neste caso, o possuidor está sempre em evidência. Essa necessidade se pronuncia em relação à 2ªPP, onde *de vocês*, ao contrário de *seu*, é capaz de relacionar e recuperar os possuidores, respeitando os diversos tipos de posse. [...]

⁶² Para Perini (1985) e Abraçado (2000), *de+N* pode tanto ser *de+nome* (de Maria) quanto *de+pronome* (*dele*, *de vocês*).

Não sendo exigida (sic) esse tipo de construção para a 2ª PS, em relação a qual *seu* cumpre satisfatoriamente o seu papel, é natural que o possessivo *seu* nela se especializasse e que à 2ª PP coubesse a forma possessivo *de vocês*, que melhor lhe serve, resolvendo-se assim a ambiguidade no sistema possessivo do nosso português coloquial. (ABRAÇADO, 2000, p. 201).⁶³

Voltando aos aspectos relacionados aos possessivos de terceira pessoa, estudos revelam que, mesmo com a possibilidade de ambigüização, nem todos os contextos permitem o uso da forma *dele* e flexões (OLIVEIRA E SILVA, 1984,1991; NEGRÃO & MULLER, 1996; MULLER, 1997). Se o referente for um termo genérico, a forma *dele* é inibida, optando-se pelo *seu*. Isso porque a forma *dele*, por ter marcas de gênero e número, é menos adequada quando o referente tem traço mais genérico ou mais indefinido, conforme sinalizado por Oliveira e Silva (1991).

Muller (1997), com objetivo de discutir estudos baseados em *corpus* de língua oral sobre a variação entre *seu* e *dele* no português brasileiro e no intuito de mostrar que o tipo semântico do SN antecedente interfere na escolha de uma ou outra forma, constata que “há uma especialização entre as formas possessivas de terceira pessoa – *seu* é a forma lexical escolhida para funcionar como variável presa; e *dele* a forma escolhida para expressar correferência.” (MULLER, 1997, p. 9). O *corpus* utilizado por Muller constituiu-se de gravações do Projeto NURC-SP, da década de 70. É um *corpus* oral.⁶⁴ Conforme Muller (1997), “[...] as formas possessivas de terceira pessoa estão se especializando segundo o eixo semântico de referencialidade.” (p. 120). Nesse sentido, não se pode considerar que essas formas são variantes (intercambiáveis), pois para isso precisariam manter “o mesmo contexto e valor de verdade”. (TARALLO, 1985, p. 8). A pesquisa de Muller revela que em alguns contextos, no caso de o referente ser um SN quantificado, não há como usar o *dele*: “Em casa, cada um segue a sua religião que quer, né?” (*Em casa, cada um segue a religião dele que quer, né?”). Conforme a autora (1997b), “há uma relação entre o antecedente e a escolha do possessivo utilizado na sentença. Quando o antecedente é genérico, a forma favorecida é *seu*, enquanto que antecedentes específicos favorecem a forma *dele*.” (p. 122). Oliveira e Silva (1996) já identificava isso nos seus *corpora*. Mas, ao definir melhor as variáveis, Muller constata que, apenas nos casos de o antecedente ser um SN quantificado, o uso do *seu* é categórico.

Conforme Muller, para SN específicos o *dele* seria mais referencial. Veja-se explicação no trecho a seguir:

⁶³ Verifica-se, assim, que apenas com um referente de P2, o *seu* não causa ambigüidade e é categórico.

⁶⁴ (Elocução formal – EF; Diálogo entre Informante e Documentador – DID; e Diálogo entre Dois Informantes – D2),

Os SN classificados como específicos denotam sempre indivíduos determinados e, conseqüentemente, é muito improvável que precisem ser analisados, à semelhança do que ocorre com os SN quantificados, como operadores que prendem variáveis – eles estabelecem usualmente uma relação de correferência com o possessivo.” (MULLER, 1997b, p. 8).

Ou seja, os SN quantificados restringem o uso, permitindo apenas uma forma, o *seu* e flexões. Os SN específicos permitem uma ou outra forma, a depender do contexto. Já em relação aos SN genéricos, cuja frequência maior foi da forma *seu*, Muller explica que eles:

[...] nunca são referenciais no sentido de que nunca apontam para um indivíduo determinado e, portanto, não poderiam ser retomados pela forma *dele*. Uma semelhança entre SN quantificadores e SN genéricos é a sua ausência de especificidade. (MULLER, 1997b, p. 8).

Observa-se que a análise de Muller (1997) vai ao encontro do que Oliveira e Silva (1991) já vinha sinalizando, ou seja, quanto menos marcas houver no referente, a probabilidade de o falante usar o *dele* e flexões é bem baixa. No caso dos SN quantificados, o uso do *seu* é categórico. Observa-se, assim, que nem todos os contextos permitem a intercambialidade das duas formas, *seu* ou *dele*. Nesse sentido, embora a frequência de uso do *dele* esteja aumentando, o *seu* ainda é utilizado para se referir à terceira pessoa, mesmo no Português Brasileiro coloquial

Embora as pesquisas de Oliveira e Silva (1991) e a de Muller (1997), por exemplo, tenham identificado contextos em que o referente genérico ou [-específico] revelam o uso mais frequente da forma *seu* em detrimento da forma *dele*, Neves apresenta algumas realizações em que o *dele* também é utilizado nesses contextos, conforme trechos a seguir:

[...] e aí conversam e a pessoa diz se está interessada ou não está interessada... ou diz... o interesse *dela* ou *dele* é a partir... de uma faixa tal... [...]. [D2-SP-360:163.1084-1086];

O brasileiro tem preocupação de ter a casa própria *dele*” [D2-SP-62:1165.88] (NEVES, 2000, p.159 e p.161)

Neves (2002b) identifica em seu *corpus*, também como Muller (1997), que o uso de quantificadores indefinidos restringe o uso da forma *dele*. Isso ocorre porque a forma *dele* explicita o gênero e o número do possuidor, e o referente, como indefinido, não tem essas marcas. Neves identifica dois quantificadores indefinidos: *tudo* e *cada um*.⁶⁵ Para o primeiro caso, o *tudo*, o exemplo dado por Neves é: “Tudo tudo na vida tem o seu lado

⁶⁵ Neves constata que foi categórico o uso de *seu* quando o referente era *Cada um*.

positivo... e seu seu lado negativo.” (D2-RE-05:18.751-752), p162). Para o caso de *cada um*, seguem exemplos: “[...] *tem que cada um pegar sua lancheira*” (144.329), p. 162; “*Numa família grande... a gente observa assim cada um TEM... o seu gosto sabe? Cada um tem as suas características*” (14.1503-1505).

Neves (2002b), no estudo feito para a *Gramática do português falado*, com o mesmo *corpus* do projeto NURC (anos 70), constituído de três tipos de inquérito embora tenha descrito todos os possessivos, sobre os de terceira pessoa, que é o que interessa nesta análise, Neves tece algumas observações. Inicialmente, a autora questiona se as formas *seu* e *dele* são, de fato, variantes como possessivos de terceira pessoa. A fim de responder a essa pergunta, Neves (2002, p. 153), após o exame das ocorrências dos possessivos no *corpus*, chega a algumas constatações, conforme se expõe a seguir.

Segundo a autora, “[...] nem sempre os grupos *de+nome/pronome pessoal* são equivalentes de um pronome possessivo e são com ele livremente intercambiáveis, do ponto de vista da expressão da relação possessiva.” (NEVES, 2000, p. 153).

No caso dos possessivos de terceira pessoa, o inquérito do tipo D2, diálogo entre dois informantes, apresentou a frequência de *dele* (66,7%) maior que a de *seu* (33,3%). No entanto, no cômputo geral, o resultado foi inverso: foi mais frequente o uso do *seu* e flexões (68,3%), sendo este categórico, em algumas regiões; o *dele* apareceu apenas em 31,7%. Atente-se para o fato de ser um *corpus* oral.

Esse dado é relevante, na medida em que estudos com base em outros *corpora* têm identificado maior frequência da forma *dele* em situações, principalmente de linguagem oral. Neves afirma que não era esperado que o *seu* fosse mais frequente, tendo em vista ser um *corpus* oral, entretanto considera que isso pode ter sido resultado do registro culto do *corpus*. (NEVES, 2002b, p. 156).⁶⁶ Vale ressaltar também que esse índice variou por região. O uso do *seu* foi categórico nos inquéritos do tipo EF em Salvador e Porto Alegre; nos inquéritos do tipo DID, em Recife. O uso do *dele* foi categórico em Salvador, nos inquéritos tipo D2; no Rio e em Porto Alegre, nos inquéritos tipo DID; em São Paulo o *dele* foi mais frequente nos EF (p. 157). Neves ressalta que a preferência pelo uso da forma *dele* pelos paulistas é feita quando o possuidor/referente possui o traço [+humano].

Conforme Neves,

a forma *dele* oferece-se, obviamente, como mais explícita do que o pronome possessivo, já que exhibe o gênero e o número do ‘possuidor’, fornecendo instrução mais específica para sua recuperação, ou encarecendo a informação de que o gênero e/ou o número do ‘possuidor’ são pertinentes. (NEVES, 2002b, p. 159).

⁶⁶ Bagno (2011, p. 802) chama a atenção para o fato de as entrevistas terem sido feitas na década de 70. O autor afirma que, se fosse hoje, o resultado seria diferente. A maior frequência seria da forma *dele*.

Na análise dos seus dados, Neves considera alguns fatores como propiciadores do uso da forma *dele*, por trazer maiores informações para a referenciação, embora não sejam condicionantes, a ponto de tornar categórico seu uso:

- a distância entre a forma possessiva e o referente textual;
- a existência de pausas frequentes entre o referente textual e a forma possessiva anafórica (p. 159-160).

Sinaliza a opção do uso do *dele* também em caso de contextos ambíguos, em que o *seu* pode ser interpretado como de P2.

A autora chama a atenção também para alguns contextos, não categóricos, mas preferenciais, para o uso de uma ou outra forma.

No caso do *seu*, houve preferência quando os sintagmas eram iniciados pela preposição *em*, como se vê no exemplo: “*Os rapazes berram e berram porque to/ na sua maioria são pais de família.*” (D2-SP-360:153.689); “[...] *a possibilidade que ele tem de manipular as coisas em seu próprio proveito... certo?*” (EF-SP-405:206.52), p.163.

E chama a atenção para um exemplo em que o SN (possessivo + nome), precedido do artigo indefinido, é também considerado um SN determinado: “um filho de uma minha amiga entrou [...] na Politécnica.” (DID-SP-242:154.293).

O possessivo sem artigo definido anteposto se torna um definido (“a minha mãe” equivale a “minha mãe”); seria, como diz Bagno (2011), uma questão estilística.

Neves (2002b) considera simplista as descrições que apenas sinalizam que na língua portuguesa o possessivo pode ou não vir precedido de artigo. (p. 178). Para Neves, há condicionantes que merecem ser avaliadas. Há contextos em que a ocorrência ou não do artigo definido antes do possessivo é indiferente para a qualificação do sintagma como determinado. Isso porque o pronome adjetivo possessivo possui estatuto de determinante. Nesse sentido, a autora afirma que

[...] lembrado os dois critérios de Lyons [determinante, pois tem ‘caráter definido de referência’ e ‘substituibilidade’], pode-se verificar que os possessivos, se à esquerda do nome, atuam como determinantes no GN⁶⁷. Por essa razão, os GNs iniciados por um pronome possessivo já são GNs determinados isto é, referencialmente definidos. Mais especificamente falando, trata-se de uma definição referencial do tipo *pessoal*. (NEVES, 2000, p. 179).

⁶⁷ GN = Grupo Nominal

Constata-se, diante do exposto, que embora a frequência da forma *dele*, principalmente em situações comunicativas menos monitoradas e na oralidade, seja alta e tenha aumentado ao longo dos anos no PB, há ainda contextos que restringem seu uso.

Foram expostos até aqui estudos numa perspectiva funcionalista, focando nas relações semânticas estabelecidas entre o possessivo e seu referente. No próximo tópico, o fenômeno será visto numa perspectiva formalista, focando nas relações morfossintáticas do sintagma do possessivo.

3.2.2 Aspectos morfossintáticos dos possessivos

Lançando mão da Teoria de Princípios e Parâmetros, Cerqueira (1986) apresenta considerações a respeito do paradigma dos possessivos no PB. Cerqueira também comunga da afirmação de que a introdução de *você* no paradigma pronominal pessoal provocou alteração no quadro, haja vista que, embora tenha passado a representar a segunda pessoa do discurso, em variação com *tu*, sua flexão, como um pronome de tratamento, passou a ser feito, acompanhando o paradigma de terceira pessoa. Dessa forma, o quadro dos possessivos no PB padrão passou a ter a seguinte configuração (CERQUEIRA, 1996):

Meu(s)	Minha(s)
Seu(s)	Sua(s)
Seu(s)	Sua(s)
Nosso(s)	Nossa(s)
Seu(s)	Sua(s)
Seu(s)	Sua(s)

Quadro 14: Paradigma dos pronomes possessivos no PB padrão⁶⁸

⁶⁸ Fonte: Cerqueira, 1996.

E para o PB coloquial (CERQUEIRA, 1996):

Meu(s)/minha(s)
Seu(s)/Sua(s)
Dele(s)
Nosso(s)/nossa(s)/da gente
De vocês
Dele(s)

Quadro 15: Paradigma dos pronomes possessivos no PB coloquial⁶⁹

Ele faz uma análise desse paradigma, considerando a posição do possessivo no sintagma. Sobre isso, Cerqueira afirma que:

Em português as formas possessivas de primeira pessoa singular e plural (*meu/nosso*), e de segunda pessoa do singular (*seu*) ocupam normalmente a posição pré-nominal e seguem o determinante (artigo definido, demonstrativo), se há um presente, enquanto os possessivos de segunda pessoa do plural (*de vocês*) e os de terceira pessoa (*dele/deles*) ocorrem obrigatoriamente em posição posterior ao nome.

(o) meu livro

(a) sua casa

(a) nossa cama (CERQUEIRA, 1996).

Ressalta o autor que os sintagmas constituídos com as formas *de vocês* e *dele* e flexões ocorrem sempre com um determinante. Por exemplo: “o livro *de vocês*”; “a casa *dele*”.

Conforme Cerqueira, ao se reduzirem as marcas de concordância de pessoa no PB contemporâneo, o sistema passa a operar apenas com duas distinções (*meu*, *seu*, *nosso*), tendo antes operado com cinco (*meu*, *teu*, *seu*, *nosso*, *vosso*, *seu*).

É preciso salientar que, conforme Cerqueira (1996; 2008), as formas possessivas *meu*, *seu*, *nosso*, que ocorrem em posição pré-nominal, não aceitam a anteposição de uma quantificador indefinido (**algum seu livro chegou*; **uma sua casa está sendo pintada*).

Cerqueira (1986) também identifica que, em determinados contextos, o mesmo possessivo pode se referir a diferentes pessoas gramaticais – P2, P5, P3 e P6, podendo provocar ambigüidades. Sobre esse aspecto, explica o autor que:

Diluídas as marcas morfofonológicas que garantiam a identificação de referência à segunda (P2 e P5) ou à terceira pessoa (P3 e P6), tem-se

⁶⁹ Fonte: CERQUEIRA, 1996.

recorrentemente a presença de ambigüidade quando a forma *seu* está em jogo. A identificação da pessoa gramatical do antecedente da forma possessiva, que antes poderia dar-se internamente à frase mediante certas características mórficas inerentes ao possessivo, agora vai depender de elementos do contexto lingüístico ou extralingüístico. (CERQUEIRA, 1986, p. 148)

Para Cerqueira (1986),

A indicação de posse para outros sujeitos diferentes do falante/ouvinte vai se dar por meio do sintagma *de+possuidor*; esse recurso já fazia parte da gramática do PB, sendo empregado para estabelecer relação de posse quando o possuidor é apresentado por meio de um nome, para o qual o traço [+ pessoa] (é inerentemente especificado para terceira pessoa).(CERQUEIRA, 1986, p.151-2).

Nesse sentido, observa-se a necessidade de o falante buscar recursos/estratégias para tornar mais claro o referente. Mas o enfraquecimento da concordância no PB contemporâneo contribui para que o falante se utilize de itens que sejam mais precisos na sua retomada. Sobre isso, afirma Cerqueira (1986):

O uso quase categórico da forma *dele* em lugar de *seu* na indicação de posse reflete uma mudança no sistema flexional do PB, nomeadamente, um processo de enfraquecimento de AGR, que se caracteriza, nesse caso, pela perda de especificação da pessoa gramatical, com reflexos evidentes em outras partes da gramática, tais como no paradigma da flexão verbal e no sistema de clíticos. (CERQUEIRA, 1986, p.153)

Observa-se, assim, que o enfraquecimento da concordância no PB também afetou o paradigma dos possessivos.

Pelos estudos explicitados até aqui, observa-se que, com a mudança no paradigma pronominal, mais especificamente a partir do século XIX, o *seu* e o *dele* assumiram outras funções, comportando-se de maneira diferente do que ocorria na origem. Constata-se a partir de estudos principalmente com *corpora* orais do português brasileiro contemporâneo, a especialização do *seu* para a segunda pessoa e uma maior frequência do sintagma preposicionado *dele* em lugar de *seu* para referentes de terceira pessoa, e isso revela uma mudança linguística. Observa-se que as formas *seu* e *dele* são intercambiáveis em diversos contextos e que o uso da forma *dele* ocorre não apenas para desambiguar, mas, principalmente, para facilitar o acesso ao referente. Por outro lado, embora a frequência do *dele* esteja aumentando, quanto menos específico/definido for o referente, o uso do *seu* se mantém mais frequente em detrimento do *dele*.

Outro aspecto observado nesses estudos diz respeito à relação entre a presença do artigo definido ou do quantificador indefinido e a posição do possessivo no SN. O uso do artigo definido é facultativo quando se usa a forma *seu* anteposta ao nome; nesse caso, os dois elementos têm a mesma função de determinante; quando o *seu* é posposto ao nome, é

mais frequente não se usar o artigo. O uso do artigo definido é compulsório quando se usa a forma *dele*, e esta sempre é posposta ao nome. No caso do quantificador indefinido, é também compulsório que tanto o *seu* quanto o *dele* estejam em posição posposta ao nome.

Tomando-se como ponto de partida esses estudos e para uma melhor compreensão do comportamento e da função desses itens no português brasileiro, é importante verificar o tratamento dado aos possessivos por algumas gramáticas do século XIX ao XXI, considerando-se as concepções dos gramáticos sobre os possessivos, bem como as prescrições de uso, o que será feito no capítulo a seguir.

4 O TRATAMENTO DADO AOS POSSESSIVOS EM GRAMÁTICAS

Neste capítulo será exposta a abordagem feita por algumas gramáticas aos possessivos, considerando-se não apenas as prescrições de uso, mas também a concepção desse item gramatical, sua classificação e definição. O capítulo se inicia por uma reflexão acerca da tradição que influenciou a abordagem dos possessivos nessas gramáticas. Em seguida, expõe-se o que trazem gramáticas do século XIX, XX e, ao final, gramáticas contemporâneas. Em consequência do *corpus* deste trabalho ser datado da segunda metade do século XIX, a exposição das gramáticas desse período será feita de maneira mais minuciosa.

4.1 A TRADIÇÃO GRAMATICAL

Os estudos gramaticais da língua portuguesa seguem a tradição grega. Em relação aos estudos sobre os pronomes, é importante destacar um dos gramáticos que sistematizaram os elementos que constituem a língua, Dionísio o Trácio. No quadro em que apresenta as unidades da língua do ponto de vista morfológico, Dionísio divide os nomes em dois grupos: os primitivos e os derivados. Os possessivos são classificados como nomes derivados. (NEVES, 2002, p. 47). Na parte referente aos pronomes, entretanto, Dionísio também os classifica em duas espécies: primitivos e derivados. Os primitivos seriam os pronomes pessoais; os derivados seriam os pronomes possessivos. Como definição para o pronome tem-se que é “a palavra usada no lugar do nome, indicativa de referência pessoal definida.” Define os possessivos como bipessoais por encerrarem a ideia de possuidor e de possuído. (NEVES, 2002, p. 56). A tradição gramatical grega classifica então os possessivos como nomes e como pronomes.

Seguindo a tradição grega, no que diz respeito à concepção acerca da natureza da linguagem como a expressão do pensamento lógico⁷⁰, a *Gramática de Port-Royal* ou *Gramática Geral e Racional*, gramática francesa publicada no século XVII, de autoria de Antoine Arnauld e Claude Lancelot, apresenta também uma distinção na classificação dos possessivos – adjetivos ou pronomes –, considerando a sua função. Para os autores da *Gramática de Port-Royal*, Antoine Arnauld e Claude Lancelot, os pronomes possessivos são formados:

⁷⁰ A abordagem da linguagem nessa gramática se fundamentava no racionalismo cartesiano, concebendo a linguagem como regida por princípios gerais e racionais. Nessa perspectiva, a relação entre pensamento e linguagem perpassava todas as línguas. Conforme Silva, (2010, p. 75), “[...] o alvo a ser atingido com essa gramática era a língua-ideal, universal, lógica, sem equívocos e ambiguidades, capaz de assegurar a unidade da comunicação humana.”

[...] do mesmo modo que dissemos que se formavam adjetivos de nomes, que significam substâncias, acrescentando uma significação confusa, como de *terra, terrestre*. Assim, *meus, mon* (“meu”) significam distintamente *moi* (“eu”) e confusamente alguma coisa que pertence a mim, que é minha: *meus líber*; (“meu livro”), isto é, o *livro de mim* [...].(ARNAULD; LANCELOT, 2001 [1660] p. 58).

Arnauld e Lancelot afirmam que, se o emprego do possessivo for com o substantivo expresso, ele será classificado como adjetivo possessivo. Há apenas uma situação em que o possessivo pode ser considerado pronome: se o substantivo não estiver explícito e o possessivo puder ser tomado substantivamente, então o possessivo precedido pelo artigo será considerado pronome. Assim, exemplificam, utilizando-se da língua francesa:

Le mien, Le tien, Le sien (“o meu”, “o teu”, “o seu”) parecem ser verdadeiros pronomes. Exemplo: *Je défends son ami, qu’il défende Le mien* (“Eu defendo seu amigo, que ele defenda o meu”); *amigo* está subentendido quando se fala o *meu*. Se o substantivo estivesse expresso, *mien* se tornaria então adjetivo possessivo, segundo o linguajar antigo, *un mien ami*; quando, porém, o substantivo *amigo* é suprimido, *mien*, precedido pelo artigo, é tomado substantivamente e pode ser considerado pronome. (ARNAULD; LANCELOT, 2001, p. 192)⁷¹

Ou seja, os possessivos exercerão função de adjetivo ou de pronome a depender do contexto, comportando-se, do ponto de vista morfossintático, de maneira diferenciada: quando acompanha o substantivo, é adjetivo; quando está precedido de artigo e tem elíptico o substantivo, torna-se um pronome, pois, nesse caso, substitui o nome. Observa-se, assim, que, por essa tradição, os possessivos são classificados ora como nomes (adjetivos), ora como pronomes, a depender do contexto, salientando, entretanto, que só funcionam como pronomes quando, de fato, estão desacompanhados dos substantivos, pois, nesse caso, cumprem a função de pronome, qual seja substituir o nome.

4.2 GRAMÁTICAS DO SÉCULO XIX

O *corpus* em análise nesta pesquisa, datados da segunda metade do século XIX, registra realizações linguísticas de usuários que, pelo fato de serem professores e de terem competência para escrever, é certo que tivessem acesso às prescrições gramaticais do

⁷¹ Na *Gramática de Port-Royal*, menciona-se também o pronome *Leur* (“deles”): “*Leur* (“deles”) pode ser considerado sob três aspectos. Como pronome pessoal do plural de *lui* (“dele”), significa *à eux, à elles* (“a eles”, “a elas”), e não se escreve nem se pronuncia *leus* com s. Como adjetivo possessivo, *leur* se emprega no singular e no plural: *leur bien, leurs biens*.[...] Como pronome possessivo, é precedido pelo artigo e susceptível de gênero e de número: *le leur, la leur, les leurs*.” (ARNAULD; LANCELOT, 2001, p. 193).

período em foco. E esse período é um marco no processo de gramatização⁷² do português no Brasil, pois representa um momento de transição, quando as gramáticas passam a incorporar algumas inovações da língua nacional, ainda que timidamente e salientando tratar-se de “brasileirismos”. Mesmo assim, expor esses usos já demonstrava uma possibilidade de superar o conservadorismo referenciado na língua europeia, visto nas gramáticas até então. A gramática de Júlio Ribeiro, publicada em 1881, marca essa transição. Antes dessa publicação, as gramáticas tinham orientação filosófica; depois, algumas passaram a se pautar nos estudos histórico-comparativos, corrente de estudos linguísticos que marcou o final do século XIX (cf. FÁVERO e MOLINA, 2006). Dessa forma, antes de se expor o que as gramáticas desse período abordam sobre os possessivos, será apresentado, nesse tópico, o perfil de algumas gramáticas do século XIX, utilizadas aqui no Brasil, considerando-se o contexto sociohistórico e as concepções subjacentes.

Houve uma tendência, que se intensificou no final do século XIX, a estudar a língua por uma perspectiva científica fundamentada no método histórico-comparativo. Entretanto, na segunda metade do século XIX, as gramáticas ainda se apresentavam na perspectiva da análise filosófica, valorizando o aspecto lógico dos enunciados.⁷³

A *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza* ou *Princípios da grammatica geral applicados a nossa linguagem*, de autoria de Jeronymo Soares Barbosa, publicada em 1822, em Lisboa, e a *Grammatica da Lingua Portugueza*, de autoria de José Maria Latino Coelho, publicada em 1862, na Bahia (figura 1), foram duas das gramáticas utilizadas no ensino secundário aqui na Bahia. Ambas seguiam a corrente filosófica dos estudos da linguagem voltada para o purismo linguístico, prescrevendo uma norma baseada na língua portuguesa lusitana, nos usos dos “bons” escritores, considerados como os melhores modelos da língua. O manual produzido por Latino Coelho define que a “Grammatica Portugueza é a arte que ensina a fallar e a escrever correctamente a lingoa portugueza.” (COELHO, 1861, p. 3). Entenda-se esta, como explicitado anteriormente, como a norma usada pelos “bons” escritores portugueses.

⁷² Conforme Auroux (2009, p. 65), “Por gramatização deve-se entender o processo que conduz a descrever e instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares do nosso saber linguístico: a gramática e o dicionário.”

⁷³ No final do século, chegaram, inclusive, a conviver gramáticas fundamentadas nas duas concepções, a filosófica e a científica.

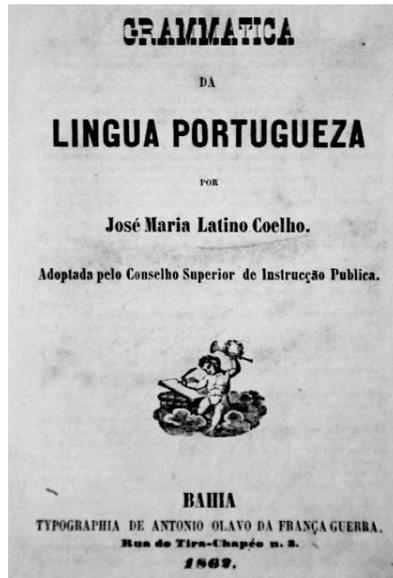


Figura 1 – Folha de rosto da *Grammatica da Língua Portuguesa* de Latino Coelho

Carneiro Ribeiro, professor da cadeira de Gramática Filosófica do Liceu Provincial desde 1870, foi, também, autor de algumas gramáticas utilizadas no ensino secundário na Bahia. Uma delas, aprovada pelo Conselho Superior de Instrução Pública para uso nas escolas e publicada em 1879, intitulou-se *Elementos de grammatica portugueza* (figura 2). Nesta, o autor definiu, da mesma forma que Latino Coelho (1861), que “Grammatica portugueza é a arte que ensina a fallar e escrever correctamente a lingua portugueza.” (RIBEIRO, 1879, p. 3). De início, já sugeria que sua gramática só conteria o que fosse considerado “correto” dentro dos “padrões” de seu tempo. Era dividida em fonologia, ortografia, lexicologia e sintaxe ou fraseologia.

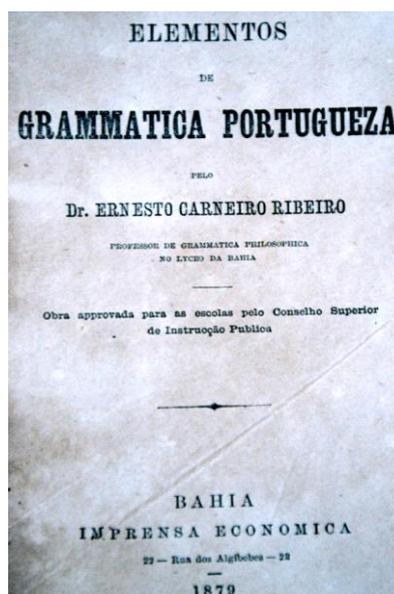


Figura 2 – Folha de rosto da *Elementos de grammatica portugueza* de Carneiro Ribeiro

Outra gramática do mesmo autor foi publicada em 1881 e intitulada *Grammatica portugueza philosophica*. Suas divisões acompanham a anterior. Esta também segue a corrente filosófica e defende o purismo lingüístico, por meio da prescrição de usos dos “bons” escritores portugueses. Nessa gramática escrita por Carneiro Ribeiro, há, também, um capítulo intitulado *Dos principaes vícios da pronunciação*, demonstrando a preocupação com a suposta “corrupção” da língua promovida pela influência, provavelmente, dos segmentos populares. Por outro lado, essa ressalva permite que se observem as variantes presentes naquele momento, que a escola tinha como tarefa excluir, apagar, conter, para manter o padrão lingüístico nacional. Sobre isso, segue um trecho com palavras do próprio Carneiro Ribeiro (1881, p. 57-8):

Diversos são os vícios que a ignorância, o descuido, a desaffeição e o desamor á linguagem portugueza tem introduzido na pronunciação desta, fazendo-a perder aqueles [...] primores, aquella graça, belleza e varonilidade que lhe são peculiares, e tanto realção e sublimão os escriptos de João de Barros, Camões, Souza e Vieira. Estes vícios dizem respeito não só á pronuncia das consoantes, dando-se-lhes sons que não tem, senão, principalmente, em relação ás vozes, desprezando-se-lhes os verdadeiros sons, fazendo-se abertas e claras vogaes, que, na genuína pronunciação portugueza, são fechadas e surdas ou mudas, e ‘vice-versa’; tendo-se em menos preço o accento phonetico, e sua considerável influencia na prolação das vogaes antecedentes e subseqüentes, para não fallarmos da queles vícios mais triviaes, communs a rudes Brasileiros, Alentejanos, Algarvios, Minhotos e Beirões, e que consistem no addicionamento de letras, em sua diminuição, na mutilação de syllabas, na transposição de caracteres, na completa corrupção dos sons dos vocábulos em parte ou na totalidade, em fim, em diversas outras alterações e adulterações nos vocábulos da lingoa, tudo de encontro ao uso legítimo da pronunciação desta.

Entretanto esse filólogo reconhece que:

No Brazil são notavelmente alterados os sons das vogaes portuguezas. Não vos desvaire, pois, um mal entendido amor de nacionalidade neste, como noutros muitos pontos, em que o que escreve ou falla não deve encobrir e dissimular a verdade, cujo amor deve reçumbrar de todo o trabalho, de todo o esforço ou commettimento. (RIBEIRO, 1881, p. 58).

Ao considerar alguns fatores ligados às particularidades de cada nação, a portuguesa e a brasileira, Carneiro Ribeiro (1881) afirma que extirpar esses vícios é quase impossível, pois que são ligados ao espírito, são transmitidos de geração a geração, sob influências diversas, tanto exteriores como decorrentes das condições materiais em que se vive. E questiona:

Se é isso incontestavel, não se podem ligar aquelles vícios aos hábitos differentes, á differença dos meios, á feição particular que constitue, por assim dizer, a individualidade dos Brasileiros, ainda que fallão estes a

mesma lingua que seos irmãos os Portuguezes? (RIBEIRO, C., 1881, p. 60).

Ressalte-se a sensibilidade do autor às diferenças, considerando-as como especificidades dos brasileiros.

Diante dessa reflexão, Carneiro Ribeiro (1881, p. 60-1) pondera:

Julgamos, pois, que extirpar totalmente estes vícios, que entre nós alterão a pronunção da lingua portugueza, seria o mesmo que mudar a individualidade braziliense; o que não pode ser.

Tocando de passo na pronúncia das consoantes, notaremos a confusão que fazem alguns, dentre a gente menos cultivada, pronunciando, por exemplo, o lh como o l simples, e vice versa, dizendo: mulér, colér, familia, aleio, em vez de mulher, colher, familia, alheio; e a excessiva affectação de outros, já deixando ouvir na pronuncia do s um silvo muito desagradável, já pronunciando o r no fim dos vocábulos com uma vibração muito forte e prolongada, a qual não conforma com a verdadeira articulação desta consoante, quer seja simples, quer dupla.

Em 1881, foi também publicada a *Grammatica Portugueza* de Júlio Ribeiro⁷⁴ (figura 3). Este já fundamentara seu trabalho no método histórico-comparativo, passando a definir gramática como “a exposição methodica dos factos da linguagem”.

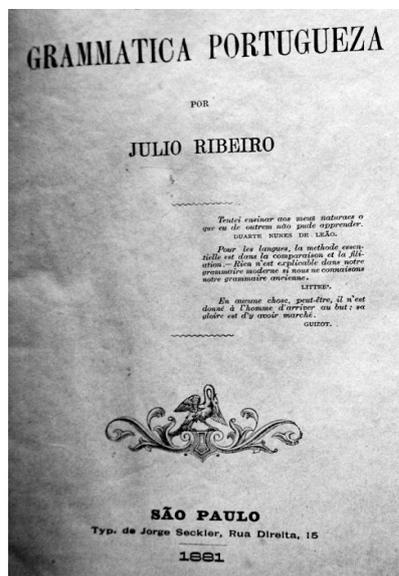


Figura 3 – Folha de rosto da *Grammatica Portugueza* de Júlio Ribeiro

Segundo Júlio Ribeiro (1881, p. 5),

⁷⁴ Júlio Ribeiro era mineiro e a proposta inovadora expressa em sua gramática portuguesa influenciou muitas gramáticas que foram publicadas em São Paulo e no Rio de Janeiro a partir do final do século XIX.

a grammatica não faz leis e regras para a linguagem; expõe os factos della, ordenados de modo que possam ser aprendidos com facilidade. O estudo da grammatica não tem por principal objecto a correção da linguagem. Ouvindo bons oradores, conversando com pessoas instruídas, lendo artigos e livros bem escriptos, muita gente consegue fallar e escrever correctamente sem ter feito estudo especial de um curso de grammatica. Não se pode negar, todavia, que as regras do bom uso da linguagem, expostas como ella o são nos compêndios facilitam muito tal aprendizagem; até mesmo o estudo dessas regras é o único meio que têm de corrigir-se os que na puerícia aprenderam mal a sua língua.

Embora rompesse com a tradição filosófica, a inovação proposta por Júlio Ribeiro, contemplando a descrição dos fatos da língua, continuava valorizando padrões de uso “correto” para a língua falada e escrita, todos pautados nos escritores portugueses.

Apesar de, como Guimarães (2004) frisou⁷⁵, no mesmo ano de 1881, publicarem-se duas gramáticas expressando tendências opostas, uma inovadora, de autoria de Júlio Ribeiro, e uma tradicional, de Carneiro Ribeiro, este último, no ano de 1890, reconheceu a nova abordagem para os estudos linguísticos e aderiu à perspectiva mais cientificista, embora apenas nove anos depois tenha publicado a sua.

Em 1890, Carneiro Ribeiro publicou sua nova gramática, intitulada *Serões grammaticaes ou Nova Grammatica Portugueza*. Na folha de rosto, se registra que a obra foi “especialmente destinada ao curso secundário da lingua portugueza e adaptado ao novo programma de exames.” Esta gramática já apresentava a nova concepção de gramática relacionada aos estudos científicos sobre a língua, fundamentados na perspectiva evolucionista. Nesse sentido, segundo o autor, seu manual busca se fundamentar no método histórico-comparativo, voltado para um ensino prático e utilitário.

A seguir, trecho do prólogo da *Nova Grammatica Portugueza* de Carneiro Ribeiro (1890, p. I):

O desenvolvimento que nestes últimos annos têm tido os estudos grammaticaes, esclarecidos pela grammatica comparada, levou-nos a emprehender este nosso trabalho, que não é senão grammatica portugueza a que damos uma feição histórica, ampliando-lhe mais a base, e enriquecendo-a de novas observações, que a longa pratica e o estudo da lingoa, que com tanto amor cultivamos, nos têm suggerido e ensinado. [...]
Hoje todo o estudo da grammatica a que não acompanham as observações sobre a historia da lingoa em sua evolução progressiva, como um

⁷⁵ “Um aspecto importante neste cenário é que, se a linguística histórico-comparativa afeta e modifica a concepção de gramática e isto trabalha o processo de gramatização brasileira do português, a gramática filosófica permanece no Brasil, sendo um aliado constante do purismo. É de 1881 (ano de publicação da *Grammatica Portugueza* de Júlio Ribeiro) a publicação da *Grammatica Philosophica Portugueza* de Ernesto Carneiro Ribeiro.” (GUIMARÃES, 2004, p. 29).

organismo vivo, e que não se pode subtrahir às leis a que está sujeito tudo o que vive, é incompleto e repellido para o puro domínio dos estudos abstractos e metaphysicos, em nada consoantes à esphera em que deve girar e se deve manter toda a sciencia que aspira a uma utilidade pratica e real, e se harmonisa e concerta com os sellos que em todos os trabalhos científicos vae imprimindo e gravando o século que atravessamos.

Na citação acima, fica clara a influência do evolucionismo, das ciências naturais, na compreensão do seu objeto de estudo. O próprio autor aponta as distinções entre o estudo filosófico e o estudo de base científica da gramática da língua portuguesa, fazendo uma analogia com as ciências naturais:

Duas direcções diferentes têm dado os escriptores ao estudo da sciencia da linguagem: na primeira o sentido das palavras é tudo, a sua funcção e o seu valor lógico; a grammatica considerada sob esse aspecto é uma sciencia puramente abstracta, como o é a logica, a que se vincula intimamente e com que se confunde; na segunda attestam mais nos elementos morphicos das palavras, consideram-nas sob esse aspecto material; a grammatica então se torna uma sorte de anatomia ou histologia: estudam-se as palavras como compostas de *orgãos*; estudam-se, pra nos exprimirmos assim, os *tecidos* desses orgãos, os *elementos* desses tecidos, como nascem e vivem, como crescem, proliferam e definham, se encorpam e se apoucam, se engrazam e separam, se modificam, se transformam, estacionam, envelhecem e remoçam, apparecem e morrem. (RIBEIRO, C., 1890, p. II).

Carneiro Ribeiro (1890, p. I) reconhecia então que “todos os trabalhos grammaticaes de algum merecimento attestam esta nova tendência no estudo da grammatica.” (p. I). Dessa forma, concluiu, expressando o traço distintivo da nova concepção quando afirma que o gramático deixara de ser um lógico e passara a ser um naturalista, porém defendeu que um estudo de gramática só poderia ser eficaz se fossem conciliados os dois aspectos.⁷⁶

Em seguida, ele afirma que há três tipos de gramática: a geral ou universal, a particular e a histórica. Os estudos voltados para a gramática portuguesa estão no âmbito da gramática particular. Retoma, nesse sentido, a definição anterior, considerando a gramática portuguesa como “a disciplina ou arte que ensina a fallar e escrever correctamente a lingua portugueza”. (RIBEIRO, 1890, p. 3).

Em *Serões grammaticaes ou Nova Grammatica Portugueza*, há, também, um capítulo dedicado aos idiotismos⁷⁷, brasileirismos ou provincianismos, reconhecendo que há vocábulos ou expressões da língua portuguesa falada apenas pelos brasileiros. Entretanto,

⁷⁶ Além das citadas neste trabalho, as gramáticas disponíveis na Biblioteca Pública, referentes ao ano de 1890 são dos seguintes autores: Francisco Sotero dos Reis e Maximino Araújo Maciel, sendo a de Francisco Sotero dos Reis de orientação filosófica e a de Maximino Maciel já de orientação científica. Há um dicionário gramatical de Júlio Ribeiro.

⁷⁷ Define idiotismos como “louçainhas que adornam e engraçam as lingoas traduzindo o que estas têm de próprio, de ingênuo, de nativo e original.” (RIBEIRO, C. 1890, p. 350)

Carneiro Ribeiro continua chamando a atenção para a pronúncia do *lh* como *l* e ressalta o uso da próclise em lugar da ênclise em *me parece*, *me perdoe* ou *me deixe*. Embora registre essas diferenças e as compreenda como próprias a um idioma particular que ele mesmo denomina de *luso-brasileiro*, o autor condena esses usos, propondo a forma padrão da língua portuguesa lusitana.

Diante do exposto, observa-se uma mudança na concepção de gramática. Entretanto, embora se estivesse passando de uma orientação filosófica para uma orientação científica, ainda estaria muito distante para os gramáticos aceitarem fazer apenas a descrição do português. Mesmo já apresentando alguns fatos lingüísticos do PB que se diferenciavam do PE, continuariam concebendo a gramática como sistematização do padrão lingüístico “correto”, baseado na norma lusitana.

No tópico a seguir, será exposta a forma como algumas dessas gramáticas abordam os possessivos, considerando-se a definição dada a esse item gramatical e também as prescrições de uso.

4.3 OS POSSESSIVOS EM GRAMÁTICAS DO SÉCULO XIX

Seguindo a tradição da *Gramática de Port-Royal*, os gramáticos do século XIX, classificam os possessivos, em geral, como adjetivos – possessivos ou pronominais ou determinativos. Apenas em alguns casos são considerados como pronomes, conforme se identifica nas definições expressas em algumas gramáticas e expostas a seguir.

Latino Coelho (1862), em sua *Gramática da Língua Portuguesa*, classifica os possessivos como adjectivos pronominais, e assim os define:

Adjectivo pronominal é aquelle que determina o substantivo, referindo-se ás pessoas grammaticaes.

Os adjectivos pronominaes dividem-se em *possessivos*, *demonstrativos* e *relativos*.

Os possessivos exprimem a idea de posse referida ás pessoas grammaticaes. *Meu livro*, *teu livro*, etc.

Latino Coelho apresenta o paradigma dos possessivos da seguinte forma:

PRIMEIRA PESSOA

Meu, minha, meus, minhas
Nosso, nossa, nossos, nossas

SEGUNDA PESSOA

Teu, tua, teus, tuas
Vosso, vossa, vossos, vossas

TERCEIRA PESSOA

Seu, sua, seus, suas. (COELHO, L., 1862)

Ernesto Carneiro Ribeiro (1881), em sua *Grammatica Portugueza Philosophica*, publicada em 1881, usa o termo adjetivos possessivos para classificar esses itens, conforme se observa no trecho a seguir:

Os adjectivos possessivos determinão os indivíduos, ajunctando uma idéia precisa de pertença ou dependência relativa á primeira, á segunda ou á terceira pessoa. São: '*meo, minha, meos, minhas; Teo, tua, teos, tuas; seo, suas, seos, suas; nosso, nossa, nossos, nossas; vosso, vossa, vossos, vossas*. (RIBEIRO, C. 1881, p. 222).

Seguindo a tradição de *Port-Royal*, Carneiro Ribeiro (1881) também apresenta a distinção entre pronome e adjectivo, fundamentando sua posição em relação à classificação exposta em sua gramática:

A maioria dos grammaticos, enganados por ventura pela etymologia do vocábulo pronome ('pro' e 'nomen'), dizem ser este uma palavra que se põe em lugar do nome. Fácil é demonstrar o inexacto dessa definição. Com effeito, se assim fosse, seriam pronomes todas as palavras empregadas metaphoricamente, e grande numero de adjectivos. [...] O mesmo se poderia dizer relativamente a todos os adjectivos possessivos e nocionais. [...] Os verdadeiros pronomes, diz Dumarsais⁷⁸, são as denominações precisas das pessoas grammaticaes, isto é, das pessoas consideradas somente segundo uma certa ordem, que tem no discurso. Um falla; é d'elle que vem esse discurso: é a 'primeira pessoa'; aquelle ou aquelles a quem se dirige o discurso são a 'segunda pessoa'; em fim entende-se por 'terceira pessoa' tudo o que faz a matéria do discurso. [...].(RIBEIRO, C., 1881, p. 173-4)

Segue, então, Carneiro Ribeiro, expondo sua crítica à classificação de possessivos como pronomes:

A distinção dos pronomes em 'possessivos, demonstrativos, relativos e indefinitos' é completamente falsa, e provem de não terem os grammaticos pela maior parte penetrado bem na natureza deste elemento grammatical, sobre o qual derão as noções mais inexactas. [...]⁷⁹
(RIBEIRO, C., 1881, p. 178)

E, conforme a tradição, mais adiante complementa:

Estes adjectivos se derivão dos pronomes.

Meo, minha, significa de mim, pertencente a mim: *meo* livro, *meo* pai, *minha* mãe, *meo* filho, *minhas* flores.

Teo, tua, significa de ti; pertencente a ti: *teo* livro, *teo* pae, *tua* mãe, *teo* filho, *tuas* flores.

Nosso, nossa, significa de nós, pertencentes a nós: *nosso* livro, *nosso* pae, *nossa* mãe, *nosso* filho, *nossas* flores.

Vosso, vossa, de vós, pertencente a vós: *Vosso* livro, *vosso* pae, *vossa* mãe, *vossos* filhos, *vossas* flores.

⁷⁸ Francês, filósofo da linguagem, que viveu na segunda metade do século XVII e início do século XVIII.

⁷⁹ Parece, nesse caso, referir-se à tradição gramatical grega.

Seo, sua, delle, della, delles, dellas, pertencente a elle, a Ella, a elles, a ellas: *seo* livro, *seo* pae, *sua* mãe, *seos* filhos, *suas* flores. (RIBEIRO, C., 1881, p. 241).

Carneiro Ribeiro chama a atenção para o uso da forma pleonástica:

Ao adjectivo possessivo *seo, sua, seos, suas* ajunctão alguns as variações pronominaes *delle, della, delles, dellas*, quando do emprego do possessivo resulta algum equívoco, dizendo: *seo* livro *delle*, *seos* livros *delles*, *sua* casa *delle*, *sua* casa *delles*, *sua* casa *dellas*.

Taes modos de dizer, ainda que são encontrados em muitos de nossos clássicos, se devem evitar, dando-se outra feição á phrase.

Em alguns casos tem estas locuções manifestos de resabios e vulgarismo. (RIBEIRO, C., 1881, p. 241).

Observa-se, na ressalva de Carneiro Ribeiro, a prescrição voltada para o uso de uma ou de outra forma, o que ele denomina de “variações”, condenando, entretanto, a forma pleonástica.

Considerando a natureza determinante do possessivo, Júlio Ribeiro (1881), na sua *Grammatica portugueza*⁸⁰, se refere aos possessivos como adjectivos determinativos possessivos e afirma que os mesmos são derivados dos seus correspondentes latinos: *meo, tuo, suo, nostro, vestro*.

Júlio Ribeiro faz distinção entre pronome e adjectivo. O pronome está na classe das palavras independentes. Para Ribeiro (1881), “pronome é uma palavra usada em lugar de um substantivo”. O adjectivo está na classe das palavras qualificadoras, que dependem das outras que descrevem. Nessa última classe, estão os adjectivos e dentro dessa categoria, o adjectivo determinativo, que, conforme o autor, “[...] denota o número, a posição ou qualquer limitação da cousa significada pelo substantivo a que ele se refere.” (RIBEIRO, 1881, p. 66).

Conforme Júlio Ribeiro: “O determinativo possessivo é o que indica senhorio ou posse em relação ás cousas significadas pelos substantivos a que elle se junta, ex: Minha espingarda; teu cavallo. (RIBEIRO, J., 1881, p. 149).

Júlio Ribeiro considera que o possessivo pode ser também pronome, desde que empregado sem substantivo explícito. Entretanto, quando menciona os tipos, não registra nenhuma forma de possessivo.

Segue o quadro dos adjectivos determinativos apresentados por Júlio Ribeiro: *meu, teu, seu, nosso, vosso, proprio e alheio*. (RIBEIRO, J., 1881, p. 149). Embora seja considerada uma gramática inovadora, ressalte-se que o autor não faz referência à forma

⁸⁰ A gramática de Júlio Ribeiro, em 1881, considerada como “divisor de águas”, já se apresentava pautada nos estudos histórico-comparativos, corrente que orientou os estudos linguísticos no final do século XIX. (cf. FÁVERO e MOLINA, 2006).

dele como possessivo. Nesse sentido, considera-se que, no caso do objeto em estudo, Júlio Ribeiro não apresenta uma abordagem diferenciada.

Hilário Ribeiro, na sua *Grammatica elementar e lições progressivas de composição*, cuja primeira edição é registrada em 1883, classifica os possessivos como subclasse dos pronomes, mas fazendo a distinção entre pronome e adjetivo possessivo. Segue sua definição:

As palavras que representam as pessoas grammaticaes, chamam-se 'pronomes pessoaes' sendo três para o singular, e três para o plural [...] Além dos pronomes pessoaes, há ainda os seguintes: 'demonstrativos, possessivos, conjunctivos e indefinidos. [...] São pronomes possessivos todos os adjectivos possessivos. [...]

Observações:

1^o Os adjectivos 'possessivos', 'demonstrativos', 'indefinidos' distinguem-se dos 'pronomes possessivos', 'demonstrativos' e 'indefinidos' deste modo:

São adjectivos quando estão juntos aos substantivos, e pronomes quando substituem os nomes e acompanham os verbos.

2^o Os pronomes possessivos são sempre precedidos de artigo. [RIBEIRO, H., 1883, p. 72].

Hilário Ribeiro apresenta uma explicação para sua classificação dos possessivos como adjetivos:

Adjectivo é a palavra que se junta ao substantivo para o qualificar ou determinar. O adjectivo divide-se em 'qualificativo' e 'determinativo'. Adjectivo qualificativo é o que modifica o substantivo, juntando-lhe uma idéia de qualidade. Adjectivo determinativo é o que indica de um modo positivo a cousa significada pelo substantivo a que se refere. [...] o adjectivo determinativo divide-se em quatro espécies: possessivos, demonstrativos, numeraes e indefinidos. Possessivos são os que dão ao substantivo uma idéia de indicação. (RIBEIRO, H., 1883, p. 40-41).

Verifica-se, assim, que as gramáticas do período classificam, em geral, os possessivos como adjetivos, embora os classifiquem também como pronome, no caso de alguns contextos. Essa classificação leva em conta a função desses elementos, ora determinando ou qualificando o substantivo, ora o substituindo. Essa classificação leva em conta traços morfossintáticos, já que, da mesma forma que os adjetivos, os possessivos concordam com o substantivo a que se referem tanto em gênero quanto em número. Ressalte-se que a forma *dele*, mencionada apenas por Carneiro Ribeiro, concorda com o referente, não com o nome que qualifica. Os possessivos são considerados pronomes, apenas no caso de ocorrer sem o substantivo, estando sempre precedidos por artigo definido. Nesse sentido, são adjetivos quando adjuntos ao substantivo; são pronomes ao substituir os nomes, acompanhando os verbos. Em relação à prescrição dos possessivos de terceira pessoa, apenas a gramática de Carneiro Ribeiro faz menção do uso da forma analítica *dele*. Os demais registram apenas a forma sintética *seu*.

4.4 OS POSSESSIVOS EM GRAMÁTICAS DO SÉCULO XX

Seguindo a exposição sobre classificação, definição e prescrição dos possessivos de terceira pessoa, neste tópico serão apresentadas as abordagens identificadas em gramáticas publicadas no século XX, sendo que uma delas é histórica, a de Eduardo Carlos Pereira (1935); e duas são normativo-prescritivas, a de Celso Cunha e Lindley Cintra (1985) e a de Evanildo Bechara (2005).⁸¹

Pereira (1935), em sua *Gramática histórica*, classifica o possessivo como adjetivo possessivo ou adjetivo determinativo. Para o autor, esse elemento gramatical correlaciona dois termos da oração, estabelecendo um vínculo, com sentido de posse. Isso faz com que esse item tenha dupla referência sintática, expressa em sua morfologia da seguinte forma:

Refere-se ao possuidor pelo *thema*, e a coisa possuída pela *flexão*. O *thema*, ou melhor, a consoante radical, indica a pessoa e o número do *possuidor*, e a flexão (genérica e numérica), o gênero e o número da *coisa possuída* (PEREIRA, 1935, p. 426).

Isso ocorre no caso de P1 (primeira pessoa) e de P2 (segunda pessoa). Para o possessivo de P3 (terceira pessoa), entretanto, vale retomar a citação de Pereira, mencionada no capítulo 1:

Do exposto se collige que fallece á língua, no possessivo de 3^a pess. (*seu*) o meio de indicar pela consoante radical o numero grammatical do *possuidor*, pois se donde se deriva, é de ambos os números. Dahi para clareza grave inconveniente, que não raro surge na phrase *seu pae* póde ser – *pae delle* ou *pae delles*, bem como *della* ou *dellas*. Para indicar a referencia e clarear o sentido a lingua archaica servia-se de dois expedientes pleonásticos, ou repetia o nome do possuidor (*seu pae de Pedro*), ou o pronome da 3^a pess. regido da prepos. de (*seu pae delle, delles, della, dellas*). [...] Desse último recurso a língua lançou mão para obviar confusões ou duvidas em relação ao *possuidor* (PEREIRA, 1935, p. 426).

Pereira ressalta, então, o uso da forma pleonástica como estratégia para explicitar o referente, no caso de haver ambiguidade, já que o possessivo não flexiona em gênero e número do referente, mas sim com o substantivo/nome a que se liga.

Na *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, publicada em 1985, Cunha e Cintra classificam os possessivos como pronomes, informando que se os pronomes pessoais denotam as pessoas gramaticais, os possessivos indicam o que cabe ou pertence a essas pessoas gramaticais. Nesse sentido, os possessivos acrescentam a ideia de posse a uma das pessoas gramaticais. Apresentam como definição para os possessivos o

⁸¹ Ressalte-se que a de Bechara (2005) se enquadra nesse período, haja vista a sua primeira edição ter sido publicada ainda em meados do século XX.

seguinte: “os pronomes possessivos acrescentam á noção de pessoa gramatical uma ideia de posse.” (CUNHA; CINTRA, 1985, 310).

Os autores salientam, entretanto, que há outros sentidos que os possessivos podem exprimir que não apenas o de posse: “[...] na língua moderna, tem [o possessivo] assumido múltiplos valores, por vezes bem distanciados daquele sentido originário⁸².” (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 313). Dentre esses sentidos, destacam os seguintes: como indefinido, para indicar aproximação numérica, para designar um hábito, para indicar afetividade, intimidade, amizade, simpatia, relação de parentesco.

Os autores sinalizam também o uso dos possessivos como reforço, com a palavra *próprio* ou *mesmo* (“os seus mesmos braços”); com a forma pleonástica (“seu modo dele”).

No quadro dos possessivos exposto na gramática, Cunha e Cintra consideram as seguintes pessoas: *meu/nosso* e flexões, *teu/vosso* e flexões, *seu* e flexões. “São, de regra, pronomes adjetivos, equivalentes a um adjunto adnominal antecedido da preposição *de* (*de mim, de ti, de nós, de vós, de si*), mas podem empregar-se como pronomes substantivos: [...] “Este livro é o *meu*.” (CUNHA; CINTRA, 1985, 310).

No que diz respeito ao aspecto morfossintático dos possessivos, os autores prescrevem o seguinte:

Os pronomes possessivos apresentam três séries de formas, correspondentes à pessoa a que se referem. Em cada série, estas formas variam de acordo com o gênero e o número da coisa possuída e com o número de pessoas representadas no possuidor. (CUNHA; CINTRA, 1985, p.309).

Em relação à posição do possessivo, afirmam Cunha e Cintra (1985) que este, normalmente, precede o substantivo que determina, mas também pode vir posposto, em alguns casos: quando o substantivo vem desacompanhado de artigo definido; quando o substantivo está determinado por artigo indefinido ou numeral, por demonstrativo ou por pronome indefinido; em perguntas diretas; para dar ênfase.

Não há registro da forma *dele* no quadro dos possessivos apresentado pelos autores. A explicação para o *dele* aparecerá apenas na parte intitulada “Emprego ambíguo do possessivo de terceira pessoa”. Ou seja, só se utilizava o *dele* para desfazer ambiguidade. Em outro caso, não se deveria usar. Sobre esse aspecto, explicam os autores:

⁸² Embora se considere o sentido de posse como originário desse elemento gramatical, diante do levantamento feito para este trabalho, observa-se que, em nenhum momento, nem no latim, nem nas línguas românicas nem no português arcaico registram-se usos do possessivo indicando relação apenas de posse; outros tipos de vínculos foram sempre identificados.

As formas *seu, sua, seus, suas* aplicam-se indiferentemente ao possuidor da 3ª pessoa do singular ou da 3ª do plural, seja este possuidor masculino ou feminino.

O fato de concordar o possessivo unicamente com o substantivo denotador do objeto possuído provoca, não raro, dúvida a respeito do possuidor.

Para evitar ambigüidade, o português nos oferece o recurso de precisar a pessoa do possuidor com a substituição de *seu(s), sua(s)*, pelas formas *dele(s), dela(s), de você, do senhor* e outras expressões de tratamento. (CUNHA E CINTRA, 1985, p. 312).

Bechara, em sua *Moderna Gramática Portuguesa*, define os pronomes possessivos da seguinte forma: “são os que indicam a posse em referência às três pessoas do discurso” (BECHARA, 2005, p. 166). Apresenta o quadro com o paradigma tradicional (*meu, teu, seu, nosso, vosso* e *seu*, todas as formas com flexões). Vale ressaltar sobre isso que, embora os gramáticos contemporâneos já considerem o uso do *dele* como alternativa para o *seu*, quando em contextos ambíguos, Bechara, na 37ª edição de sua *Moderna Gramática Portuguesa*, publicada em 2005, apresenta o quadro dos possessivos, sem fazer menção ao *dele* e ainda considerando os possessivos *teu* e *vosso*. Somente mais adiante, quando trata do emprego dos pronomes, Bechara aborda o uso da forma *dele*, salientando, da mesma forma que Cunha e Cintra (1935), a questão da ambigüidade. Assim, ele prescreve:

Em algumas ocasiões, o possessivo *seu* pode dar lugar a dúvidas a respeito do possuidor. Remedeia-se o mal com a substituição de *seu, sua, seus, suas*, pelas formas *dele, dela, deles, delas, de você, do senhor, etc.* conforme convier.” (BECHARA, 2005, p. 181)

Bechara considera também a possibilidade de uso da forma pleonástica, para desambigüizar, juntando-se *dele* a *seu*, conforme exemplo: “José, Pedro levou o *seu* chapéu *dele*.” Apresenta o autor exemplo de um trecho retirado de Camilo Castelo Branco: “Se Adelaide o amava como e quanto Calisto já podia duvidar, *sua* honra *dele* era pôr peito à defesa [...]” (CBR.1, 109 *apud* BECHARA, 2005, p. 182).

Bechara chama a atenção para o aspecto sintático-semântico, salientando a relação entre a posição do possessivo no sintagma e o seu sentido. Conforme o autor, embora, em geral, o possessivo esteja anteposto ao nome, é possível também aparecer posposto, mas, nesse caso, seu sentido é alterado. Quando se quer dar um tom solene, dar ênfase, ou denotar carinho, usam-se pospostos ao nome. No caso da ênfase, salienta que o nome não vem precedido por artigo: “Filho *meu* não faria tal.” (p. 183). Cita exemplos de situações em que há diferença marcante de sentido de acordo com a posição. Por exemplo: “*Minhas saudades* são saudades que sinto de alguém. *Saudades minhas* são saudades que alguém sente de mim. (BECHARA, 2005, p. 183).

Diante do exposto, observa-se que as gramáticas do século XX não abordam os possessivos da mesma maneira. Pereira (1935) segue a tradição no que diz respeito à classificação do possessivo como adjetivo possessivo, bem como à sua definição: estabelecer relação de posse. Registra a forma pleonástica para o caso de contexto ambíguo. Cunha e Cintra (1985) colocam os possessivos na classe dos pronomes e ampliam a compreensão em relação ao vínculo que esse elemento estabelece; não apenas o de posse. Registra o uso da forma pleonástica como reforço, mas sugere o uso da forma *dele* apenas como estratégia de desambiguação. Bechara classifica o possessivo como pronome, porque, na sua concepção, os pronomes podem ser substantivos, adjetivos e advérbios. Para ele, os pronomes são “formas sem substâncias”, ou seja, têm um significado genérico, “dado pela situação ou por outras palavras do contexto.” (BECHARA, 2005, p. 112). Na sua definição, entende que o sentido que o possessivo estabelece é apenas de posse. Considera o uso da forma pleonástica ou do uso apenas da forma *dele* no caso de o contexto propiciar ambiguidade.

4.5 OS POSSESSIVOS EM GRAMÁTICAS DO SÉCULO XXI

As gramáticas contemporâneas têm abordado os elementos linguísticos, objeto desta pesquisa, numa perspectiva textual-discursiva, resultado dos estudos sobre a língua na perspectiva da interação, do uso. Algumas dessas gramáticas tomam como base os estudos linguísticos contemporâneos, apresentando usos do Português Brasileiro, considerando-se as pesquisas na área, portanto são de tendência descritivista, em lugar da prescritivista, que marcou as duas gramáticas apresentadas anteriormente. Uma distinção em relação às anteriores também é o fato de buscar apresentar os fenômenos linguísticos não apenas do ponto de vista morfossintático, enfatizando apenas a frase, mas ampliando para uma abordagem textual-discursiva, atentando para a função dos elementos no texto, para o funcionamento destes na cadeia da referência, principalmente no que se refere aos pronomes, objeto deste estudo. Serão apresentadas neste tópico gramáticas dos seguintes autores: Castilho (2010), Perini (2010), Neves (2011), Azeredo (2010) e Bagno (2011).

Na *Nova Gramática do Português Brasileiro*, Castilho (2010), considerando já os estudos linguísticos sobre os possessivos, afirma que a análise desses elementos exige uma compreensão não só do ponto de vista morfossintático, mas também semântico. Isso porque, conforme já se expôs no capítulo 2, há traços semânticos dos referentes que podem restringir o uso de uma ou de outra forma.

Castilho (2010, p. 207) registra que no português brasileiro popular, houve redução no quadro dos pronomes possessivos para *meu*, *seu* e *dele*, com perda de *teu* nas

regiões em que *tu* desapareceu⁸³, e de *seu* como se referindo à terceira pessoa. Em relação ao português brasileiro culto, Castilho (2010, p. 207) registra que *teu* e *seu* ocorrem alternando-se.

Discordando da concepção tradicional que considera o possessivo como classe que estabelece relação entre possuidor e coisa possuída, Castilho registra que, em muitos casos, o traço [possuído] é inadequado para o substantivo especificado pelo possessivo no sintagma. Depois de apresentar resultados de alguns estudos sobre os possessivos de terceira pessoa, *seu* e *dele*, (PERINI, 1985; OLIVEIRA E SILVA, 1996; MORAES DE CASTILHO, 2005; NEVES, 2008), Castilho afirma que, “em suma, os possessivos estabelecem uma relação entre um referente e as pessoas do discurso.” (CASTILHO, 2010, p. 503).

Dada a sua definição, Castilho passa a expor as propriedades gramaticais dos possessivos. A primeira delas diz respeito à sua colocação no sintagma nominal: “A colocação dos possessivos no sintagma segue uma regra variável, ocorrendo numa posição pré-núcleo não marcada, e numa posição pós-núcleo marcada, enfática. [...] “*Filho meu* leva as coisas a sério.” (CASTILHO, 2010, p. 503). Nesse caso, os possessivos se assemelham aos demonstrativos. Salaria Castilho que essa variação, entretanto, ocorre com as formas da primeira e da segunda pessoa. No caso da terceira pessoa, o *seu* mantém esse comportamento, mas a forma *dele* pospõe-se categoricamente. Observa-se, assim, que Castilho já incorpora a forma *dele* no paradigma dos possessivos.

Sobre as propriedades semânticas dos possessivos, Castilho afirma o seguinte:

Os sintagmas nominais especificados por possessivo se constituem numa realidade semanticamente complexa, em que o substantivo remete a um referente, privativamente da P3, ao qual atribui papel semântico de [possuído], enquanto o possessivo remete a qualquer uma das pessoas gramaticais, atribuindo-lhe o traço de [possuidor]. Isso quer dizer que o possessivo é um operador dêitico que seleciona dois escopos, sendo um [...] referencial [expresso pelo substantivo], e outro contextual, que são as pessoas do discurso [expressas por ele mesmo]. Os dois processos semânticos são simultâneos. (CASTILHO, 2010, p. 504)

Castilho ressalta também as propriedades discursivas dos possessivos, considerando que contribuem para estabelecer a coesão textual, ao retomar uma informação já dada, dando continuidade ao tópico conversacional.

Em sua *Gramática do Português Brasileiro*, Perini (2010) coloca os possessivos como subtópico dos nominais, no mesmo nível dos nomes e dos pronomes. E, assim, os descreve:

⁸³ Ressalte-se que é possível se utilizar o *teu* como possessivo para a forma *você*, nas regiões onde não se utiliza mais o *tu* (BAGNO, 2011).

as palavras *meu*, *seu* e *nosso* são chamados possessivos, tirando esse nome de seu significado mais típico. Mas elas são capazes de veicular outros papéis temáticos além do de Possuidor:

Meu carro (Possuidor)

Minha decisão (Agente)

O seu livro (Autor, ou Possuidor)

O meu espancamento (Paciente) (PERINI, 2010, p. 305).

Sobre a posição do possessivo no sintagma, Perini registra apenas a situação em que ocorre com o quantificador, afirmando que o possessivo ocupa uma posição anterior, conforme se verifica nos exemplos dados pelo autor:

Meu outro carro
Os nossos poucos amigos.

Para Perini (2010, p. 305), o uso do artigo ocorre com o possessivo, mas sem alteração de sentido. O autor salienta que no PB, a preferência parece ser o uso do artigo, pela sonoridade.

Em relação à morfologia, Perini (2010) diz o seguinte:

(*meu*, *seu*, *nosso*) podem ser chamados **possessivos sintéticos**; eles são complementados por **possessivos analíticos** como *dele* e *de vocês*. Assim, o sistema de possessivos é complexo; os possessivos analíticos se comportam como sintagmas preposicionados, colocando-se depois do núcleo: [...] O meu livro / o livro dele / o livro de vocês. (PERINI, 2010, p. 305).

Observa-se que o paradigma dos possessivos se constitui em um sistema complexo.

Sobre a correspondência entre os possessivos e os pronomes pessoais, o quadro apresentado por Perini sobre esses elementos é o seguinte:

Pronome pessoal	Possessivo
Eu	Meu
Você	Seu
Ele	Dele
Nós	Nosso
Vocês	De vocês
Eles	Deles

QUADRO 16: Correspondência entre pronomes pessoais e possessivos⁸⁴

Em sua *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*, Azeredo (2010) situa os possessivos no tópico em que trata dos determinantes, denominando sua função como determinação vinculativa, ou seja, como um elemento que permite estabelecer vínculos entre um nome que especifica e uma pessoa do discurso. Em relação aos sentidos que o possessivo pode expressar, Azeredo (2010) afirma que:

⁸⁴ Fonte: Perini, 2010, p. 305.

Os pronomes ditos possessivos expressam um vínculo qualquer, constante ou eventual, entre o objeto ou o assunto de que se fala e cada uma das pessoas do discurso. Este vínculo pode ser de *posse* (*meu relógio*, isto é, 'o relógio que me pertence'), de *origem* (*nossa cidade*, isto é, 'a cidade em que vivemos'), de *uso* (*minha sala*, isto é, 'a sala em que estudo', *meu ônibus*, isto é, 'o ônibus que costumo pegar'), de *parentesco* (*meus tios*), de *autoria* (*meu discurso*, isto é, 'o discurso que proferi'; *teus quadros*, isto é, 'os quadros que tu pintas'), de *compromisso/destinação* (*sua missão*, isto é, 'a missão que foi confiada a você'), de *afetividade* (*meu clube*, isto é, 'o clube pelo qual eu torço'), de *grupo social* (*meus clientes*, isto é, 'os clientes a quem presto serviços profissionais', *nossos professores*, isto é, 'os professores que nos ensinam' – se dito pelos alunos – ou 'os professores que trabalham na escola que eu dirijo' – se dito pelo diretor), e assim por diante. (AZEREDO, 2010, p. 250).

Em relação à posição no sintagma, Azeredo ressalta que a mais frequente é a anterior ao substantivo, com propriedade identificadora, ou seja, determinante (*meus irmãos*; *os meus irmãos*). Posposto ao substantivo, posição também identificada, o possessivo perde esse traço. No caso de *meu dinheiro*, por exemplo, identifica-se uma expressão de referência definida; no caso de *dinheiro meu*, exprime-se um conceito genérico. Verifica-se que esse sentido se dá na presença de determinante definido ou na ausência do determinante no SN. O autor ressalta, entretanto, que, no uso de quantificadores indefinidos, o normal no português brasileiro é um sintagma com a seguinte ordem: indefinido + substantivo + possessivo, conforme os exemplos: *um vizinho meu*, *alguma roupa sua*, *nenhum amigo nosso* (**um meu vizinho*, **alguma sua roupa*, **nenhum nosso filho*). (AZEREDO, 2010, p. 250).

Azeredo (2010) tece uma crítica ao fato de as gramáticas escolares brasileiras, em geral, apresentarem o paradigma das formas pronominais não correspondendo aos usos do português brasileiro contemporâneo. Azeredo afirma que há dois subsistemas básicos de possessivos: um mais utilizado na modalidade escrita e em situações formais (com *seu* e flexões se referindo a *ele* e flexões); outro próprio da modalidade falada (as formas *seu* e flexões se referem, sobretudo, a *você* e *o senhor*; *dele* e flexões se referem a *ele* e flexões, como forma de desfazer possíveis ambigüidades entre referentes de 2ª e 3ª pessoas). No caso da segunda pessoa, no plural e no singular, é comum a utilização combinada de *seu* e flexões e *teu* e flexões. (2010, p. 177).

Bagno (2011), em sua *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*, não concebe os pronomes como classe gramatical. Para ele, os pronomes “[...] não são uma classe de palavras, mas uma função que palavras de diferentes classes podem exercer: a função anafórica.” (BAGNO, 2011, p. 462). Ou seja, o pronome exerce a função de retomada ou substituição de algum elemento já mencionado no texto. Bagno afirma que mais uma razão para essa classificação é o fato de algumas palavras denominadas de “pronomes”, não apenas funcionarem como anafóricos, mas também como determinantes. Dentre as palavras que cumprem essa função, o autor cita os possessivos: “*Teu* avô era

italiano, o *meu* era francês.” O primeiro possessivo é determinante; o segundo, um pronome. Essa classificação retoma, de certa maneira, o que está registrado nas gramáticas do século XIX, em que o possessivo era classificado como adjetivo determinativo e como pronome, a depender da função; o primeiro determinante, o segundo substituindo o nome.

Conforme Bagno,

Do ponto de vista formal, os pronomes possessivos do PB, ao contrário de outras línguas, não apresentam diferença com relação aos determinantes possessivos: quando pronomes, eles apenas recebem um artigo: *o meu, o teu, o nosso* etc. (BAGNO, 2011, p. 767).

Bagno compara o comportamento dos possessivos em línguas latinas, conforme quadro abaixo:

Língua	Determinantes possessivos	Pronomes possessivos
Espanhol	Mi, tu, su	El mio, El tuyo, El suyo
Francês	Mon, ton, son	Le mien, Le tien, Le sien
Italiano	Mio, tuo, suo	Il mio, il tuo, il suo
Português brasileiro	Meu, teu, seu	O meu, o teu, o seu

QUADRO 17: Comportamento dos possessivos em línguas latinas⁸⁵

Também, considerando que a gramaticalização de *você* indicando a segunda pessoa provocou alteração no quadro dos possessivos do PB, Bagno afirma que:

[...] o possessivo *seu*, na língua falada espontânea, se refere única e exclusivamente a *você* e jamais à não-pessoa [P3 e P6]. A única sobrevivência de *seu*, na língua falada, com referência à não-pessoa [P3] é a fórmula *cada um [verbo] o seu*. Os possessivos referentes à não-pessoa [P3 e P6] na língua falada são sempre *dele / dela / deles / delas*. (BAGNO, 2011, p. 770).

Um quadro das formas possessivas de terceira pessoa segue:

POSSESSIVOS DA NÃO-PESSOA NO PORTUGUÊS BRASILEIRO	
SINGULAR	PLURAL
seu(s)/sua(s)	seu(s)/sua(s)
dele/dela	deles/delas

QUADRO 18: Possessivos de terceira pessoa no PB contemporâneo⁸⁶

⁸⁵ Fonte: BAGNO, 2011.

Nesse sentido, sobre esse paradigma de terceira pessoa e considerando o uso do *seu* para a segunda pessoa (*você*), Bagno comenta:

O que logo chama a atenção é a ambiguidade de informação contida nos possessivos *seu(s)/sua(s)* – eles podem se referir tanto a um único possuidor quanto a mais de um possuidor. Além disso, com a gramaticalização de *você* como índice de segunda pessoa, esses mesmos possessivos podem se referir a esse IP [índice de pessoa]. (BAGNO, 2011, p. 801).

Conforme Bagno, os falantes reformularam o paradigma tradicional, da seguinte forma:

- *Você* – (*seu(s)* / *vocês* – (*seu(s)*): no vernáculo geral brasileiro falado, menos monitorado, é essa a correlação quase categórica. Já vimos também que é possível empregar *teu* (e flexões) em correlação com *você*.
- *Ele* – *dele* (e flexões): no vernáculo geral brasileiro falado, menos monitorado, é essa correlação quase categórica. Em textos escritos mais monitorados, ela ocorre quando o autor/narrador precisa especificar seu referente se o possessivo puder se aplicar a mais de um deles. (BAGNO, 2011, p. 801).

Bagno apresenta, em sua gramática, uma análise de 14 entrevistas realizadas pelo grupo NURC-RJ, na década de 90, e identifica o seguinte:

- *Dele* – 76 ocorrências
- *Seu* – 8 ocorrências; sendo 4 delas tendo como referente um sintagma introduzido pelo indefinido *cada*, e uma tendo como referente o indefinido *tudo*.

Constata Bagno que “[...] de um total de 84 ocorrências, 90,5% foram de *dele*, contra 9,5% de *seu* – e ainda assim, das 8 ocorrências de *seu*, apenas 3 podem ser consideradas de *seu* ‘verdadeiro’.” (BAGNO, 2011, p. 802).

Bagno (2011, p. 769) registra que, mesmo os falantes que utilizam *você* como segunda pessoa, podem utilizar o possessivo *teu*.

Sobre o uso do artigo, Bagno ressalta que o falante do português brasileiro, diferentemente do francês e do inglês, por uma questão estilística, pode usar com mais economia os possessivos, lançando mão do artigo. Isso pode ocorrer quando “o possuidor é de não-pessoa [terceira] e quando o objeto possuído é inerente, inseparável do possuidor ou inconfundivelmente pertencente a ele.” (BAGNO, 2011, p. 802).

Neves (2011), na *Gramática de usos do português*, coloca o pronome possessivo na parte intitulada *A referência situacional e textual: as palavras fóricas*, na qual

⁸⁶ Fonte: BAGNO, 2011

descreve as propriedades discursivas de determinados itens gramaticais,. (NEVES, 2011, p 09).

De início, a autora define a relação das construções tradicionalmente chamadas de possessivas como uma relação bipessoal, conforme trecho a seguir:

Um tipo de referência pessoal é a que é feita pelos elementos tradicionalmente chamados possessivos. Assim, se alguém diz *MEU* livro, está relacionando duas pessoas: a pessoa que fala (1ª pessoa) e o livro (3ª pessoa). Em *TEU* livro, por sua vez, as pessoas relacionadas são a 2ª e a 3ª, e assim por diante. Isso significa que, quando se usa um possessivo como determinante do nome, há sempre uma 3ª pessoa (representada por um nome, ou substantivo) posta em relação com outra pessoa, que pode ser a 1ª, a 2ª ou a 3ª, sendo essa diferenciação marcada pela própria forma do possessivo. (NEVES, 2011, p. 471).

Conforme Neves, a correspondência dos possessivos com as pessoas gramaticais não é de um para um; a terceira pessoa, tanto do singular quanto do plural, tem o mesmo possessivo *seu*. Neves apresenta o quadro dos possessivos e suas flexões da seguinte forma:

Referência à	SINGULAR		PLURAL	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
1ª pessoa do singular	Meu	Minha	Meus	Minhas
2ª pessoa do singular	Teu	Tua	Teus	Tuas
3ª pessoa do singular	Seu	Sua	Seus	Suas
1ª pessoa do plural	Nosso	Nossa	Nossos	Nossas
2ª pessoa do plural	Vosso	Vossa	Vossos	Vossas
3ª pessoa do plural	Seu	Sua	Seus	suas

QUADRO19: Possessivos e suas flexões.⁸⁷

Considerando o emprego de *você* em lugar de *tu*, principalmente na língua falada, Neves registra que é possível se misturar as formas de referência para a segunda e terceira pessoas: “*Você* nunca pediu a *sua* mãe para *te* levar lá? (DE).”

Além dos possessivos citados, Neves registra em sua gramática que há outras construções para expressar a relação possessiva e é somente aqui que ela vai considerar o sintagma *de+ele*. As expressões, conforme Neves (2011, p. 473) são:

- *de+substantivo* – “Previa muita coisa, menos aquela fraqueza *de* *Silvio*.” (A)
- *de+pronome pessoal (só de 3ª pessoa)* – “Fico falando sozinha no jantar só para distrair a cabeça *dele*.” (AF).

⁸⁷ Neves, 2011.

- *de+pronome de tratamento (aí incluída a forma você)* – “[...] e sei os podres de todos, *de você*⁸⁸ e de seus amigos.” (BB).

Neves afirma que emprego dessas construções no lugar do possessivo, deve-se ao fato de se evitar a dupla interpretação. As construções com a preposição expressam a pessoa, o número e o gênero do nome ao qual se referem, portanto tornam mais acessível à retomada do possuidor/referente.

Neves também registra como alternativa para se resolver a ambiguidade, a possibilidade de se empregar duas dessas construções concomitantemente, inclusive a forma pleonástica, conforme exemplo:

- “Só o senhor do Vilamão era quem alcançava competência de usar um, *seu dele*, resguardado em tão rica velhice.” (COB)
- “[...] o velho Camilo parava não bem um parença, mas o avultado de maneira, que tirava com o *de seu pai, dele* Manuelzão [...]” (COB)
- “Uma das coisas que mais preocupam a mulher é a idade, não só a *sua (dela)* como – e principalmente – a de suas amigas.” (MAN)
- “Celita, inconscientemente, passou a descuidar dos afazeres domésticos, pois seu pensamento estava voltado agora para a *sua casa, sua dela*, não mais a casa paterna.” (G)

É importante ressaltar que apenas Bechara (2005) e Neves (2011) registraram a forma pleonástica como uma estratégia para vínculo. Só que Bechara apresenta um exemplo datado do século XIX e Neves apresenta usos mais contemporâneos.

Considerando a natureza sintática do possessivo, Neves assim o descreve:

O possessivo funciona como determinante do nome, ocupando a segunda posição no sintagma nominal. Assim ele pode vir precedido dos determinantes que ocupam a posição 1 nesse grupo e também do elemento *todo*, que é um pré-determinante. (NEVES, 2011, p. 474-5).

Ressalte-se que ela também considera o possessivo como determinante.

Neves registra que pode acontecer o deslocamento do possessivo para uma posição posterior ao substantivo, conforme exemplos a seguir:

- “Ele buscava-a, queria *uma palavra sua*.” (FP)
- “E ainda corria o boato de ter sido *ideia minha* a criação de senadores biônicos.” (T)
- “Isso é *negócio seu*?”
- “E *a cada partida sua*, as velinhas se acendiam ao pé da Virgem.” (BS)

⁸⁸ Ressalte-se que é mais frequente o uso da forma analítica quando flexionada em número – *de vocês*. No singular, em geral, em lugar da forma analítica, é mais frequente a forma sintética – *seu*.(cf. PERINI, 1985; ABRAÇADO, 2000).

Verifica-se que, no primeiro trecho, há um indefinido que faz com que o possessivo ocupe a posição posterior ao nome. Nos dois trechos seguintes, embora não haja um indefinido explícito, o sentido indefinido propicia o pronome está posposto. No último trecho, o quantificador indefinido faz com que o possessivo ocupe a posição posterior ao nome.⁸⁹ Essa é a ordem quando há um quantificador indefinido no SN do possessivo.

O possessivo pode exercer também a função de predicativo de nomes ou de pronomes pessoais – “A culpa é sua.” (MEC).

Quanto à natureza semântica, o possessivo pode expressar sentidos, estabelecendo vínculos que não só os de posse. Neves destaca alguns: posse propriamente dita; pertença (o possessivo remete ao todo; o substantivo indica a parte.) – inclui-se a posse inalienável, – o uso apenas do artigo definido pode também expressar esse sentido; inclusão em um todo abrangente – o possessivo remete ao incluído e o substantivo indica o todo includente (coletividade, grupo, ambiente, época ou fase); o possessivo remete ao includente (coletividade, classe ou grupo) e o substantivo indica o incluído; pertença a comunidade político-geográfica – o possessivo remete à nação, região, cidade da pessoa referida; o substantivo indica um produto, atividade ou instituição; relação espacial entre elementos – o possessivo remete a um elemento; o substantivo referencia a localização especial referente ao outro elemento; oposição semântica relativa (“Sua mulher conhece o trabalho do marido.” BE); agente; afetado; experimentador; objetivo; beneficiário; fonte ou origem; meta; entre outros.

Neves (2011) também chama a atenção para algumas particularidades de construções possessivas, tais como:

- indeterminação numérica: “[...] já teve *seus* dias de glória.” (VEJ);
- reforço com “próprio”: “Roberto Medina depõe hoje em *sua própria casa*.” (OG)⁹⁰;
- os possessivos femininos de terceira pessoa compõem a estrutura de pronomes de tratamento: *Sua Excelência*; *Sua Majestade*;
- junto a adjetivos qualificadores tem conotação negativa, expressando provocação: “Fala baixo, *sua idiota*” (VA);
- o caso da primeira pessoa, é usada em vocativos: *Minha senhora*, *meu caro*, *minha querida* etc.;
- no caso do masculino de terceira pessoa, usado junto a nome próprio masculino, torna-se fórmula de tratamento respeitoso;

⁸⁹ A relação entre o indefinido e a posição do possessivo no sintagma pode ser compreendida pelo estudo de Cerqueira (1996; 2008), abordado no capítulo anterior.

⁹⁰ Ressalte-se nesse trecho a construção com a ideia original – o *seu* reflexivo.

- o de terceira pessoa, *seus*, quando substantivado é empregado referindo-se à família.

Ressalta Neves o uso ainda de oblíquos átonos com valor de possessivos, os denominados dativos de posse⁹¹: “A ruiva enxugava-*lhe* os cabelos” (N) = enxugava os *seus* cabelos.

Observa-se, diante das definições apresentadas que, embora os possessivos tenham sido tradicionalmente definidos como a classe que estabelece relação de posse entre possuidor e possuído, ao longo do tempo essa concepção vai se alterando, quando se passa a identificar outros vínculos estabelecidos nessa relação, sendo a de posse apenas uma entre as demais. O possessivo vem do genitivo e o genitivo é um adjunto adnominal que, dentre outras funções, permite estabelecer a de relação de posse. Ressalte-se que Bagno considera apenas sua função como anafórico.

Verifica-se, assim, que, em algumas gramáticas contemporâneas, a forma *dele* e flexões já faz parte do paradigma dos possessivos. Alguns autores registram que a opção de uso da forma analítica *dele* ocorre quando o contexto não possibilita a recuperação do referente; nesse caso, a ambiguidade pode ser desfeita com esse uso. Ressalte-se que, conforme visto no capítulo anterior, no caso do Português Brasileiro, não apenas a ambiguidade motiva o falante a usar o *dele*. Os estudos sobre essas variantes no português contemporâneo revelam que, principalmente na linguagem falada e em contextos menos monitorados, a tendência é usar a forma analítica em detrimento da forma sintética. Apenas nos casos em que o referente se expressa com um quantificador indefinido, o uso do *seu* é mais frequente; nas demais situações, o *dele* prevalece.

Diante do exposto, verifica-se que as gramáticas contemporâneas apresentadas tomam os estudos sobre os possessivos de terceira pessoa para expor uma descrição desses itens. A abordagem dada enfatiza aspectos semântico-discursivos, demonstrando o entendimento desses itens de forma distinta ao que se apresenta nas gramáticas do período anterior. As gramáticas contemporâneas privilegiam o uso e seu sentido, e, considerando-os como anafóricos, têm direcionado a análise para aspectos relacionados ao funcionamento desses elementos na cadeia da referência. A abordagem não se limita ao sintagma, mas alcança o nível do texto. O que se verifica expressa o que os estudos abordados no capítulo 2 identificaram sobre esse fenômeno: uma mudança no paradigma dos possessivos, apresentando possibilidades e restrições relacionadas às variantes em questão.

Para esclarecer alguns aspectos extralinguísticos que permeiam o objeto em estudo, já que o *corpus* em análise é datado da segunda metade do século XIX e tem como

⁹¹ Bagno também registra esse tipo de construção no PB contemporâneo. (ver Bagno, 2011).

autores/escreventes os professores primários em situação comunicativa formal, é importante esclarecer o contexto sociohistórico, considerando-se a independência política do Brasil e a construção da nacionalidade da sociedade brasileira, principalmente no que diz respeito à língua. Nesse sentido, o próximo capítulo abordará a questão da construção da noção de nacionalidade e da língua portuguesa em território brasileiro.

5 NORMAS LINGÜÍSTICAS E IDEAL DE NACIONALIDADE NO SÉCULO XIX

Assim entra no cenário linguístico brasileiro ao longo do século XIX um elemento novo que é a normatização linguística explicitada, coercitiva, que, até então, só atingiria raros, sobrepondo-se às normas lingüísticas consensuais dos diversos grupos sociais que constituíam e constituem a sociedade brasileira. (MATTOS E SILVA, 2004b).

O século XIX, principalmente na sua segunda metade, foi marcado pela padronização linguística, por meio de alguns dispositivos, dentre eles a publicação de gramáticas normativas e a criação de escolas, esta considerada como instituição difusora de um padrão linguístico. Para se esclarecer o objeto em estudo, considerando-se os usos linguísticos em análise – a variação entre o *seu* e o *dele* –, e o perfil do escrevente – professores primários –, é importante compreender esse contexto e esse processo. Inicia-se o capítulo apresentando-se o conceito de norma. Em seguida, expõem-se aspectos relacionados à padronização linguística no Brasil. Ao final, apresentam-se dados relativos à formação dos professores.

5.1 CONCEITO DE NORMA

Conforme definido por M. Gilbert (1996), no *Dicionário do pensamento social do século XX*, o conceito de norma apresenta dois sentidos: a) “modelo real de comportamento, como o que é ‘normal’ no sentido de ser regular ou modelarmente feito por membros de uma população”; e b) “norma como padrão prescrito, como o que é considerado ser, em uma dada população, a coisa a fazer”. (GILBERT, M. 1996, p. 524). O primeiro conceito está relacionado à concepção de norma como procedimentos e comportamentos que se tornam regulares numa comunidade; o segundo, diz respeito ao que é prescrito para ser usado por essa comunidade.

Embora pareçam contraditórios, esses conceitos se entrelaçam, na medida em que, de acordo com Alvarez (2002), diferentemente dos fenômenos da natureza, as regularidades apresentadas pela sociedade são fruto da interação social dos sujeitos e grupos que dela participam. Dessa forma, longe de ser consequência de um processo mecânico, essas regularidades são consequência consciente dos sujeitos e grupos que as prescrevem. Entende-se que a intensidade da imposição da norma varia de acordo com sua institucionalização. Assim, há normas que se configuram num conjunto de proibições, cuja transgressão é seguida de pena estabelecida – é o caso das normas jurídicas; há normas

que são seguidas, a depender do valor dado pelos sujeitos que fazem parte daquela comunidade ou sociedade em geral – é o caso das normas linguísticas.

5.1.1 Norma – a lacuna em Saussure

Para Saussure, a linguagem humana seria constituída de duas partes: língua (*langue*), e fala (*parole*). A primeira, de caráter social, seria um sistema funcional, um sistema autônomo e uniforme de signos, cujo estudo deveria estar limitado à relação entre significado e significante; a segunda, uma manifestação individual, por isso, descartada como objeto passível de estudo, já que se apresentava variável. Nesse sentido, para definir o objeto de estudo da linguística e para sobre ele teorizar, Saussure optou por recortar o aspecto social da linguagem, descartando o plano individual.⁹² Para delimitar o objeto e o método da Linguística, Saussure rompe com a abordagem comparativista, desenvolvida ao longo do século XIX, e descarta os aspectos socioculturais e ideológicos que perpassariam a linguagem humana, tornando a língua uma entidade abstrata e estática, passível de estudo fora do seu contexto histórico e de maneira objetiva. O que interessava a Saussure era delimitar o objeto de estudo da linguística para, daí, estabelecer um método de análise. Para isso, ressaltou duas de suas características intrínsecas: a unicidade e a homogeneidade (LUCCHESI, 2004, p. 44).

Na delimitação proposta para a linguística, Saussure excluiu o aspecto normativo da língua. Há uma explicação para essa exclusão, ao se compreender o que se considerava como normativo à época. Conforme Mattos e Silva (2002), os alexandrinos construíram uma tradição gramatical voltada para a norma prescritiva. Explica essa autora que: “A tradição gramatical normativo-prescritiva nasceu da percepção da unidade do grego, apesar de sua diversidade, e se desenvolveu em um esforço pedagógico para fixar a língua em um certo ‘estado de pureza’, para permitir o estudo dos escritores clássicos gregos e para que eles servissem de modelo a ser seguido.” (MATTOS E SILVA, 2002, p. 294).⁹³ Nesse sentido, o objetivo dessa tradição de estudos era prescrever como se deveria usar a língua, era apresentar um modelo a ser seguido, diferentemente da abordagem comparativista que buscava, utilizando-se de suporte metodológico, fazer comparação dos elementos de algumas línguas, no intuito de identificar o possível grau de parentesco entre

⁹² Conforme Lucchesi (2004, p. 36), ao destacar o lado social da linguagem, como a parte essencial a ser estudada, Saussure revela certa aproximação com o pensamento durkheimiano, que considerava a língua um fato social, cujas características seriam exterioridade, ou seja, algo externo ao indivíduo, e coercitividade, ou seja, algo imposto ao indivíduo, que aceita e adquire passivamente por fazer parte daquela sociedade.

⁹³ Ressalta ainda Mattos e Silva (2002) que os estudos gramaticais de tradição grega concentravam-se na modalidade escrita da língua, a variante privilegiada nas sociedades letradas, ignorando-se as variantes faladas.

elas, possibilitando-se, assim, criar um teoria da mudança linguística. Ou seja, os estudos de cunho histórico-comparativo, que marcaram esse momento, se voltavam para a identificação do parentesco entre línguas que ocorriam em espaços distintos, a fim de explicar a mudança numa perspectiva generalista.⁹⁴

Ao se compreender a natureza e os objetivos dos estudos de tradição normativo-prescritivista, infere-se por que Saussure excluiu dos seus estudos o aspecto normativo da língua. Uma explicação é que o normativo proposto pela tradição grega apresentava-se de forma subjetiva, contrariando um dos fundamentos metodológicos da ciência de então: a objetividade.

Para definir o objeto e o método, como requisitos do saber científico formalizado, Saussure estabelece que seria necessário compreender o sistema num momento específico, portanto, como um objeto estático, e não se poderia considerar o aspecto normativo, haja vista que, pelos estudos tradicionais, conforme sinalizado anteriormente, o caráter normativo era de natureza subjetiva, contrariando, portanto, o fator objetividade, marca do conhecimento científico da época, de orientação positivista. Foi dessa forma que Saussure buscou delimitar com clareza o objeto de estudo da linguística, opondo os elementos básicos da linguagem humana – língua (*langue*) e fala (*parole*): a língua (*langue*) como sistema estático e homogêneo, em oposição à fala (*parole*), manifestação individual da língua, portanto variável.

Coseriu (1979 [1952]) identifica uma lacuna na proposta dicotômica saussureana *langue/parole* (língua/fala), que considerava ser passível de investigação apenas o que representava a homogeneidade na língua, entendendo que um estudo científico da linguagem deveria desprezar o que se apresentava como variável, focando apenas na unidade do sistema.⁹⁵ Coseriu, defendendo a natureza heterogênea da língua, propõe, então, o conceito de norma como forma de se compreender e analisar a linguagem humana.

⁹⁴ Nesse momento, os objetivos e metodologias da ciência da linguagem focavam na compreensão da mudança linguística, sob orientação do método comparativo, formando, inclusive, uma vertente que passou a estudar a variação geográfica e social. Assim é que, no final do século XIX, a linguística histórica se conjuga à dialetologia, articulando variação e mudança linguística (MATTOS E SILVA, 2002, p. 294-6).

⁹⁵ Conforme Faraco (2008, p. 35), haveria uma identificação da língua com a norma padrão, em consequência do processo de centralização dos estados europeus, iniciados no século XV (era moderna), que promoveram políticas linguísticas homogeneizadoras. Além disso, conforme Mattos e Silva (2002, p. 294), havia a força da tradição gramatical normativo-prescritiva dos alexandrinos, que se concentrava no estudo dos usos dos clássicos e que buscava prescrever um modelo de língua com base nesses autores.

5.1.2 Norma – a concepção de Coseriu

Depois de levantar concepções de diversos teóricos, como Jespersen, Gardiner, Harold Palmer, Charles Bally, Walter Porzig, W. Von Wartburg, Antonio Pagliaro, entre outros, referentes à dicotomia saussureana entre língua (*langue*) e fala (*parole*), considerando a necessidade de se definir com mais rigor esses dois conceitos a fim de verificar o que de fato marcaria sua distinção ou os aproximaria, ou melhor, a fim de verificar se, de fato, do ponto de vista científico, seria possível se estudar a língua, separando-a da fala, Coseriu, nos anos 50 do século XX, expressou algumas considerações, dentre as quais vale ressaltar as que seguem:

- 1) de maneira concreta, a linguagem existe só e exclusivamente como falar, como atividade linguística; 2) língua e fala não podem ser realidades autônomas e nitidamente separáveis, visto que, por um lado, a fala é realização da língua e, por outro, a língua é condição da fala, constitui-se sobre a base da fala e só na fala se manifesta concretamente [...] (COSERIU, 1979 [1952], p. 35).

Sendo a língua o lado social da linguagem e sendo passível de entendimento nos atos concretos da fala (lado individual), não seria possível compreender e explicar o objeto língua descolado da fala.

Coseriu (1979 [1952]) chama a atenção, nesse sentido, para o aspecto sócio-histórico da linguagem, ressaltando a necessidade de se rever essa delimitação. Para Coseriu, no falar de uma dada comunidade, há elementos que são sociais, ou seja, que se repetem com regularidade e, que, por isso, são considerados normais. Dessa forma, constata que há um sistema normal distinto do sistema funcional. No intuito de definir o que na língua seria funcional e inerente ao sistema, que pudesse explicar cientificamente as questões linguísticas, Coseriu propôs a tripartição desses conceitos saussurianos em sistema, norma e fala, com base em Hjelmslev e Lotz (p.13), isso porque, para ele, não apenas um, mas três conceitos de língua foram apresentados por Saussure, quais sejam: a) acervo linguístico; b) instituição social; e c) sistema funcional. Segundo Coseriu, entre o sistema (social) e a fala (individual), haveria um aspecto normatizador que faria com que os falantes de determinada comunidade utilizassem algumas formas linguísticas socialmente aceitas em detrimento de outras. Nessa direção, Coseriu constatou que “[...] a língua, no sentido amplo do termo, não é apenas sistema funcional, mas também realização normal.” (COSERIU, 1979 [1952], p. 54).⁹⁶ A comunidade linguística estabelece um sistema normal

⁹⁶ Para tornar claros esses conceitos, Coseriu expõe a analogia apresentada pelo próprio Saussure com o jogo de xadrez: “Entre o ‘código’ do jogo e sua realização nesta ou naquela partida podemos comprovar certos movimentos, certos aspectos constantes, que não modificam as regras, o ‘sistema’, mas que, entretanto, caracterizam a maneira de jogar dum indivíduo ou dum grupo de

(norma) a partir do sistema funcional (*langue*). A norma, então, estaria num nível intermediário entre a fala e o sistema e não haveria uma, mas várias normas. Nesse caso, de acordo com Mattos e Silva, (2002, p. 298), o sistema normal seria uma “[...] abstração intermediária entre a concretude da fala e a abstração mais alta do sistema.”

Conforme Coseriu “A norma se impõe ao indivíduo, limitando suas possibilidades expressivas; é o sistema de realizações obrigatórias sociais e culturais de uma comunidade’.” (COSERIU, 1967, 97-8 *apud* MATTOS E SILVA, 2002, p. 298).

Para Coseriu, as normas seriam configuradas socialmente ou espacialmente, sendo, portanto, menos gerais que o sistema, e se refeririam a aspectos fonológicos, morfossintáticos e lexicais. Para essa concepção de norma, Coseriu chama a atenção para o fato de que “[...] não se trata da norma no sentido corrente, estabelecida ou imposta segundo critérios de correção e de valoração subjetiva do expressado, mas sim da norma objetivamente comprovável numa língua, a norma que seguimos necessariamente por sermos membros de uma comunidade lingüística, e não daquela segundo a qual se reconhece que ‘falamos bem’ ou de maneira exemplar, na mesma comunidade.” (COSERIU, 1979 [1952], p. 69). Ou seja, o conceito de norma definido por ele se refere ao “como se diz” e não ao “como se deve dizer” (prescrição), ainda que ambas possam coincidir. E esse “como se diz” se revela através de uma atitude subjetiva do falante. A norma também é o “como se diz” em lugar do “como se pode dizer”, pois esse segundo termo diz respeito ao que o sistema permite. Conforme Coseriu, a norma, por ser parcial (social e/ou regional), seria, então, menos geral que o sistema.

Com a concepção de Coseriu, resgata-se a concepção de língua como fenômeno histórico. Mas, nesse momento, ainda não havia se desenvolvido instrumental adequado para fazer o levantamento e a descrição das diversas normas. Mesmo com teorias e métodos desenvolvidos pela dialectologia, no final do século XIX, que já tornava possível descrever a diversidade linguística, possibilitando compreender a variação e indícios de mudança lingüística, é só na segunda metade do século XX que essa perspectiva se define com mais rigor com o advento da Sociolingüística.

5.1.3 Norma – a contribuição de Labov

Para a Sociolingüística, a língua se caracteriza e se define como um sistema heterogêneo e variável, sendo a variação inerente ao próprio sistema. O que há de novo, a partir dos estudos de Weinreich, Labov e Herzog (WLH), é a forma de compreender e explicar essa realidade numa perspectiva científica, haja vista que os estruturalistas anteriores afirmavam ser possível analisar apenas o que havia de homogêneo na língua. O

indivíduos mais ou menos amplo, constituem traços normais da realização do ‘código’ pelo indivíduo ou pelos indivíduos considerados.” (COSERIU, 1979, p. 48-9).

que fugia às regularidades deveria ser descartado, pois não era passível de levantamento, muito menos de explicação. Mas, a partir de estudos empíricos voltados para a elaboração de uma teoria da mudança linguística, WLH (2006 [1968]), passaram não apenas a identificar a variação do sistema, mas a estudar essa variação, por meio de um método científico, já que a média dos usos linguísticos de diversos indivíduos possibilita identificar o que é realmente normal na língua. (WLH, 2006 [1968], p. 41).

Ao buscar explicação para a mudança linguística por meio de estudos empíricos, WLH (2006, [1968]) observaram que, para haver mudança, teria que haver, necessariamente, variação no sistema, e que essa tinha como condicionantes fatores não apenas funcionais, mas sociais, resultado das interações entre os falantes.⁹⁷

Observa-se que considerar aspectos sociais como importantes para a explicação dos fenômenos linguísticos já estava presente em estudos anteriores, mas ainda de maneira incipiente e apenas teórica, desprovida do rigor metodológico necessário. É, a partir dos estudos de WHL, que se define uma metodologia para o estudo da variação. Com isso, além da análise dos fatores linguísticos que permitem a realização das variantes, a Sociolingüística elucida seu objeto por meio dos fatores sociais que o perpassam. É dessa maneira que o contexto comunicativo, o nível socioeconômico do falante, sua faixa etária, seu sexo e seu nível de escolaridade, bem como a região onde vive se constituem em fatores condicionadores das variantes. Nesse sentido, o princípio da homogeneidade do sistema é contestado e o objeto de estudo da lingüística passa a ser a gramática da comunidade de fala, com toda a sua heterogeneidade, já que se percebe que essa heterogeneidade não ocorre de maneira livre, mas sim condicionada por fatores passíveis de sistematização e controle. (WEINREICH *et al.*, p. 18). É o que se denomina “heterogeneidade estruturada.” Veja-se o que diz Labov sobre a questão:

A condição normal da comunidade de fala é a da heterogeneidade: podemos esperar encontrar uma larga gama de variantes, estilos, dialetos e linguagens usados por seus membros. Mais ainda, esta heterogeneidade é parte integrante da economia lingüística da comunidade, necessária para satisfazer as demandas lingüísticas da vida cotidiana. (LABOV, 1982, p. 17 apud LUCCHESI, 2004, p. 170).

E mais adiante:

O termo *heterogeneidade estruturada* enfatiza outro aspecto [...]. A ocorrência das variantes em questão é frequentemente correlacionada com

⁹⁷ Os estudos linguísticos até então só conseguiam identificar a mudança linguística, numa perspectiva diacrônica. Labov mostrou ser possível identificar a mudança em processo numa determinada sincronia, a partir da sua própria inquietação, bem como da inquietação do seu orientador, citada por ele: “afinal, se uma língua tem de ser estruturada, a fim de funcionar eficientemente, como é que as pessoas continuam a falar enquanto a língua muda, isto é, enquanto passa por períodos de menor sistematicidade?” (WEINREICH *at al.*, 2006 [1968], p. 35).

traços do contexto interno [...] e igualmente com características externas ao falante: estilo contextual, estatuto e mobilidade social, etnia, sexo e idade. (*id, ibid*, p. 18)

Conforme Labov (2008),

Os procedimentos da linguística descritiva se baseiam na concepção da língua como um conjunto estruturado de normas sociais. No passado, era natural considerar essas normas como invariantes, compartilhadas por todos os membros da comunidade de fala. No entanto, estudos mais detalhados do contexto social em que a língua é usada mostram que muitos elementos da estrutura linguística estão envolvidos em variação sistemática que reflete tanto a mudança temporal quanto os processos sociais extralinguísticos. (LABOV, 2008, p. 140).

A contribuição da Sociolinguística Laboviana diz respeito ao estudo empírico das comunidades de fala, levantando e sistematizando os usos linguísticos dos falantes, focando em dois fatores: linguísticos – na fonologia, morfologia, sintaxe e semântica; e sociais – sexo, faixa etária, gênero, classe social, etnia, ocupação etc. Com isso, é possível identificar as diversas normas linguísticas em uma sociedade, considerando-se usos e prescrições.

5.2 PADRONIZAÇÃO LINGUÍSTICA NO SÉCULO XIX

A nacionalidade brasileira passou a ser construída ao longo do século XIX, não apenas por causa da independência política, mas pelo desejo de se igualar aos Estados nacionais que, naquele momento, já se consolidavam. Países como Inglaterra e França iriam servir de referência para a nação brasileira, principalmente no que se refere aos ideais de civilização e de modernidade.

Para consolidar a nação, seria necessário construir sua história. Para isso, foram criados Institutos Geográficos e Históricos por todo o Brasil. A primeira narrativa do país foi produzida em 1843, pelo alemão Friedrich von Martius, biólogo⁹⁸ e antropólogo, que apresentou uma imagem do Brasil associada à cultura portuguesa, na qual o negro e o índio eram subordinados à cultura do branco. Esse pensamento influenciou muitos intelectuais brasileiros, principalmente da área médica, que, à época, tomavam como parâmetro as condições de vida europeias.

Quando a nação se propôs a reconhecer sua identidade, tentou apagar o que havia de diverso, considerado negativo, promovendo a imagem apenas de um padrão. Foram criadas diversas instituições – políticas, judiciais, educativas, entre outras. No que se refere às instâncias educativas formais, o Estado brasileiro passou a olhar a escola,

⁹⁸ Depois da valorização do método científico experimental, desde o final do século anterior, o método das ciências naturais vai servir como referência para explicar todos os fenômenos, inclusive os sociais.

vislumbrando a possibilidade de ela tornar-se uma das instituições responsáveis pela construção desse ideal da nação brasileira, como um instrumento de padronização e de controle social, que poderia uniformizar valores, comportamentos e atitudes.

À medida que o século XIX foi avançando, foram intensificando-se as estratégias para consolidação do Estado nacional. Nesse momento, no intuito de promover a padronização de usos no país, um dos aspectos que concentrou atenções foi a língua, sendo exigidas dos falantes a pureza e a polidez nos seus usos. Dessa forma, discussões em torno da língua nacional, ou melhor, dos usos linguísticos que deveriam servir como padrão nacional, foram promovidas.

Ao analisar aspectos socioculturais e linguísticos do século XIX, Mattos e Silva (2004a) ressalta a difusão de uma norma padrão baseada no Português Europeu (PE), especialmente no final do século, em decorrência da escolarização, que, com a abolição da escravidão, passou a contemplar, ainda que timidamente, africanos e afrodescendentes, portanto um número maior de indivíduos da sociedade brasileira de então. Outro fato apontado por Mattos e Silva (2004b) que também contribuiu na difusão da norma padrão foi o surgimento, na mesma época, de gramáticos normativistas brasileiros.

Guimarães (2004) também indica a segunda metade do século XIX, especificamente 1850, como marco para estabelecer mudanças no que se refere ao conceito de gramática, bem como aos parâmetros que nortearam sua constituição, para o que ele identifica os seguintes fatores: suspensão do tráfico de escravos, mudanças nas relações de produção e fomento de novas ideias em torno da nação brasileira.⁹⁹

Ainda na primeira metade do século, alguns escritores românticos, como Gonçalves Dias e José de Alencar, passaram a valorizar elementos da tradição local, buscando intensificar as diferenças do Brasil em relação a Portugal. Desde o Romantismo, com sua ênfase nos traços socioculturais brasileiros, escritores, como José de Alencar, já demonstravam reconhecer a distinção entre a língua portuguesa europeia e a língua que se usava aqui no Brasil, passando a valorizar esta última. Portanto, os escritores brasileiros já começavam a usar formas próprias do português do Brasil, embora recebessem severas críticas (PAGOTTO, 1998). A intenção dos escritores românticos não chegou aos manuais didáticos brasileiros. Pelo contrário, observam-se em gramáticas do século XIX, na parte intitulada vícios de linguagem, ou brasileirismos, ou provincianismos, ou mesmo barbarismos, alguns fenômenos linguísticos registrados, provavelmente usados pelo povo brasileiro, não se sabe de que grupo social exatamente, que eram condenados pelos gramáticos.

⁹⁹ Nesse momento, o Brasil já recebia influências não apenas de Portugal, mas da França, Alemanha e Inglaterra.

Guimarães (2004) faz referência, inclusive, à polêmica entre Pinheiro Chagas¹⁰⁰ e José de Alencar¹⁰¹, realizada em meados do século XIX, devido à linguagem usada em seu romance *Iracema*, pois seus escritos registravam elementos gramaticais e lexicais próprios dos falares do povo brasileiro.

Mas, que parâmetros os gramáticos seguiam para decidir quais fenômenos deveriam ser usados e quais os que deveriam ser condenados? Pagotto (1998) afirma que a elite da época, como se espelhava na cultura européia, negava a expressão linguística brasileira. Essa talvez tenha sido uma das formas de a elite se manter distante da maioria da população, através da língua escrita, cuja aquisição só era possível por meio de rigorosa educação formal.

Segundo Guimarães (2004), na época, o ideal do Romantismo, numa perspectiva mais ampla, originou a lingüística histórica com seu método histórico-comparativo, desenvolvido inicialmente pelo alemão Franz Bopp, seguido por Jacob Grimm e Frederico Diez. O método histórico-comparativo promoveu estudos lingüísticos passando a ressaltar a língua como elemento cultural de configuração de nacionalidade. Assim, foi desenvolvido um conjunto de estudos sobre a língua portuguesa apresentando como característica a ênfase sobre as diferenças entre o português europeu e o que se falava e escrevia aqui no Brasil, principalmente no final do século XIX¹⁰², embora houvesse algumas posições que defendessem o purismo lingüístico e a unidade entre a língua dos dois países (GUIMARÃES, 2004, p. 24).

Os estudos da Língua Portuguesa se expressavam nos dicionários e nas gramáticas, inicialmente numa perspectiva filosófica, passando, depois, a uma abordagem científica, conforme visto no capítulo anterior. Guimarães (2004) apresenta algumas obras produzidas aqui no Brasil a partir dos anos 80 do século XIX, afirmando que tais estudos resultaram de um processo denominado de gramatização brasileira, no sentido de mostrar as distinções entre o português europeu e o português brasileiro, promovendo uma nova abordagem nos estudos lingüísticos (GUIMARÃES, 2004, p. 24-25). O termo gramatização é definido por Auroux da seguinte maneira: “Por gramatização deve-se entender o processo que conduz a descrever e instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber lingüístico: a gramática e o dicionário”. (AUROUX, 2009 [1992], p65).

¹⁰⁰ Escritor, jornalista e político conservador português. Escreveu romances e peças teatrais de destaque na sua época.

¹⁰¹ Escritor do Romantismo, que buscou transportar para a literatura as características da geografia e da sociedade, conseqüentemente dos falares brasileiros.

¹⁰² Na segunda metade do século XIX, os estudos lingüísticos, focando na língua nacional, tiveram uma configuração mais nítida, embora já se fomentasse isso desde a primeira década do século.

Considerando-se a escola como instituição responsável e necessária para a difusão do padrão da norma lingüística, vale atentar para a avaliação do professor Abílio César Borges¹⁰³, em relação ao ensino de língua portuguesa na Bahia. Em 1868, já diretor do Gymnasio Bahiano, colégio criado por ele, em carta dirigida ao Conselheiro Paulino José Soares de Souza, ligado ao imperador, o professor Abílio demonstrou que a língua portuguesa era desprezada nos diversos níveis de ensino, principalmente no secundário. Segue um trecho da carta:

Ao ler as instrucções sobre os exames de preparatório mandadas executar ultimamente por V. Ex., onde a tudo sabiamente se provê em prol da instrucção secundaria, e que por isso mesmo valeu-lhe as iras dos apóstolos da ignorância, assomou-me ao espírito uma consideração, que desde muito me preocupa: quero falar do total esquecimento da língua portugueza, a qual não só nunca figurou no numero dos preparatórios, sinão que da mesma nenhum cabedal se faz na apreciação das provas nella escriptas. [...]

Mas dirá alguém, que se não falla da nossa língua nos programmas, porque subentendido é que bem sabe a sua, quem se propõe a ser examinado nas línguas estranhas. [...]

Dannoso engano, de que para logo se desenganaria esse tal, si tomasse algumas das ditas provas, e as examinasse. (BORGES, 1880, p. 15).

Pela fala do Barão de Macaúbas fica claro que não há uma obrigação do estudo da gramática da língua portuguesa nas escolas da Bahia. Ele afirmava, com base em informações de terceiros, que também nas outras províncias, dos candidatos que faziam os exames, pouquíssimos eram os que sabiam escrever a língua nacional, revelando que não conheciam sua ortografia nem gramática. Acusa então a falta de atenção do governo nesse sentido:

Também os poderes públicos, parece, concorrem para o desapareço em que se tem a língua pátria, porquanto não me consta que, afora o Collegio de D. Pedro II, (cujos estudos gozam de grande conceito) existiam no paiz cadeiras superiores da mesma; e uma que nesta província havia, foi, ha muitos anos, suppressa por 'inutil!!!'. (BORGES, 1880, p. 15).

Infere-se dos trechos acima que há uma distância entre o que os manuais prescreviam e o que as pessoas usavam de fato. A seguir, um trecho através do qual se observa o parâmetro de língua portuguesa defendido pelo professor Abílio César Borges:

E não terá escapado, sem duvida, á V. Ex. o lastimoso estado da linguagem portugueza no jornalismo brasileiro, com poucas excepções, assim como em theses de doutorandos, discursos de parlamentares, correspondência particular e outros escriptos, onde são frequentemente postergadas as regras

¹⁰³ Pedagogo e médico, autor de diversos manuais de leitura e escrita para o ensino primário. Natural de Rio de Contas-Bahia. Fez o curso de Medicina no Rio de Janeiro, mas voltou para a Bahia e, em 1847, fundou o Ateneu Barrense e o Gymnasio Bahiano, no qual estudaram Castro Alves e Rui Barbosa. Aborrecido com a interferência da política na educação, fechou os colégios e foi para o Rio de Janeiro, em 1871, onde fundou o Colégio Abílio. O título de Barão de Macaúbas foi dado em 1881 por decreto imperial de D. Pedro II.

mais simples da grammatica, e em toda a maneira injuriada e corrompida a bella língua de Vieira e de Camões [...].(BORGES, 1880, p. 15-6).

Observa-se que, quando o professor Abílio indicou os referenciais para o “escrever bem”, citou Vieira e Camões, ambos europeus.

E continuou dizendo que esse mal

[...] procede não só de se não exigir exame da língua portugueza como preparatório, sinão também de se não dar o mínimo valor na apreciação e julgamento das provas das outras matérias. [...] O estudo de língua portugueza tem cahido no lamentavel abandono. (BORGES, 1880, p. 16).

Isso porque os professores só condenavam os “erros” nas provas de língua estrangeira, não os observando na língua portuguesa. Será que o padrão recomendado para a escola estava tão distante do falar também do próprio professor, que este sequer identificava os “erros” dos alunos?

Professor Abílio afirmava que, para se compreender os livros estrangeiros usados nas carreiras científicas e literárias, seria necessário apenas saber ler, não havendo necessidade de ir a fundo na gramática das línguas estrangeiras. Usando esse argumento, ao final da carta ele faz a seguinte sugestão ao Conselheiro:

E por que não poderá V. Ex. aplicar, desde logo, o radical de incluir o exame serio do portuguez no numero de preparatórios exigidos para a matricula nas diferentes faculdades, dependendo talvez isso de legislação especial, recomende ao menos V. Ex. aos respectivos directores que, nos exames de Fevereiro, sejam as provas escriptas em portuguez tidas em particular attenção no julgamento final: e creia que com isso careara um titulo mais á benemerência, o que tem já incontestável jus, como cultos das lettras, acrescentando-lhe o invejável de restaurador da língua nacional. [...]

Fora de proposito não será talvez lembrar a V. Ex. a necessidade da criação de cadeiras de grammatica philosophica e litteratura portugueza em todas as capitaes de provincias. (BORGES, 1880, p. 17-18).

Professor Abílio seguiu para o Rio de Janeiro em 1871 e continuou criticando a falta de domínio da língua portuguesa refletida na escrita dos estudantes. Propôs alguns critérios para que, nos exames do ensino secundário, a língua portuguesa estivesse contemplada, antes de qualquer outra prova de língua estrangeira, como o francês e o inglês.

Outro discurso enunciado à época que também possibilita compreender o que se defendia como língua, e como língua portuguesa, é o de Rui Barbosa. Guimarães (2004) faz referência à polêmica entre Rui Barbosa e Ernesto Carneiro Ribeiro¹⁰⁴ –, em razão dos usos recorrentes no “Parecer” de Rui Barbosa ao Código Civil, em 1902. Isso demonstra que

¹⁰⁴ Ernesto Carneiro Ribeiro foi autor de gramática usada nas aulas de nível secundário na segunda metade do século XIX, conforme comentado no capítulo anterior; foi professor de gramática filosófica e de francês da Província da Bahia.

alguns ainda se encarregavam de preservar a unidade e o purismo lingüístico. Ainda no final do século, identifica-se, nos pareceres sobre o projeto do Código Civil Brasileiro, que a preocupação do baiano Rui Barbosa, abolicionista e republicano, era maior com o uso da língua do que, efetivamente, com os conteúdos do Código. Rui Barbosa chamava sempre a atenção para as questões gramaticais, o que o fez travar polêmica sobre o assunto com o também baiano Carneiro Ribeiro. Vale ressaltar que este último era filólogo, professor da cadeira de Gramática Filosófica desde 1870, e autor de manuais de gramática.

Fatos dessa natureza demonstram as preocupações puristas em relação às questões gramaticais, evidenciando o clima de relusitanização no Brasil na época, para a fixação de uma norma.

Ainda que tenha sido objeto de discussão e crítica em relação ao seu ensino, a língua portuguesa ensinada nas escolas, na segunda metade do século XIX, pautava-se na gramática geral de cunho filosófico e orientação purista. Só a partir do final do século é que, sob influência do método histórico-comparativo, a gramática se volta para uma análise mais específica da língua portuguesa, mas sua referência eram os usos dos escritores clássicos lusitanos; não os brasileiros.

Para essa compreensão, e tomando as concepções de norma explicitadas no início deste capítulo, Lucchesi (2002, p. 79) reflete sobre de que maneira esse discurso em defesa do padrão europeu se expressou nos manuais didáticos distanciando-se das normas brasileiras, tanto populares quanto cultas, da seguinte forma:

[...] ao se definir a norma-padrão brasileira com base nos usos do português europeu (cf. PAGOTTO, 1998, p. 56), esta norma subjetiva, que fornece as bases do padrão normativo pedagógico, acaba por descolar das tendências em curso nas normas objetivas brasileiras, tanto na norma culta quanto na norma popular.

Isso ocorreu de fato, se verificarmos os discursos anteriormente citados de professor Abílio César Borges ou de Rui Barbosa, chamando a atenção para a falta de domínio de uso da língua, o que possibilita inferir que outras normas estavam em curso, mesmo para uma população que frequentava a escola. Ressalte-se que as escolas estavam se expandindo na Província e os alunos que a frequentavam vinham de camadas sociais diversas, trazendo consigo outras normas lingüísticas. Em relação às periodizações estabelecidas para a classificação do processo de gramatização do português no Brasil, verifica-se que a segunda metade do século XIX representa um momento de transição, quando a inovação da língua nacional, principalmente no que se refere à modalidade oral, tende a superar o conservadorismo referenciado na língua europeia. A gramática de Júlio Ribeiro, de 1881, é considerada um “divisor de águas” nessa periodização. Conforme mencionado anteriormente, antes desta, as gramáticas tinham orientação filosófica; depois,

algumas passaram a se pautar nos estudos histórico-comparativos (FÁVERO e MOLINA, 2006).

Vale ressaltar, também, que a própria elite mantinha, durante um período, seus filhos estudando em Portugal, o que os fazia se destacarem pelos usos linguísticos. É interessante observar, também, que alguns professores que ministravam aulas no Brasil eram de origem portuguesa. Os intelectuais que se destacavam na sociedade brasileira geralmente eram homens que viajavam pela Europa e tinham um contato bem próximo com os padrões europeus e, no que se refere à língua, com os padrões lusitanos. Embasados na concepção científica da biologia de que a mistura enfraqueceria a espécie, defendia-se a vitalidade da língua por meio da pureza e da polidez. O padrão linguístico nacional não poderia ser “contaminado” por usos que não fossem os lusitanos.

De acordo com Pagotto (1998), a norma culta em Portugal foi se configurando no século XVIII, incorporando algumas formas do português falado. Isso se deu no momento em que o romantismo literário estava no auge e a burguesia emergente constituía o novo público leitor. Naquele momento, a literatura se popularizou por meio da imprensa, e o escritor buscou alcançar um público maior, que não tinha acesso às formas clássicas da língua. Nessa direção, estabeleceu-se a nova norma culta portuguesa. (PAGOTTO, 1998, p. 54).

Em sua pesquisa comparando as duas constituições brasileiras, uma do início do século XIX e outra da segunda metade desse mesmo século, Pagotto (1998) apresenta como resultado algumas diferenças entre elas, no que se refere ao padrão normativo. Com isso, Pagotto constata que o primeiro documento teria sido redigido seguindo-se as normas de uso do português clássico¹⁰⁵, e o segundo do português moderno¹⁰⁶, sob a influência das novas normas do padrão culto escrito, de caráter lusitanizante. Se se considerar, como exposto no início do capítulo por Castilho (2002), que a norma padrão seria o resultado da norma objetiva e da norma subjetiva, a norma padrão brasileira deveria expressar usos selecionados da norma usada pelos falantes cultos do Brasil de então. Não foi o que aconteceu, entretanto. Aqui no Brasil, a norma padrão foi constituída de forma artificial. Para esse fato, Pagotto (1998) comenta que foram interesses políticos das elites em relação ao projeto de formação da nação e o discurso científico que deram voz ao desejo de nacionalidade. A questão trazida pelo autor é a de que essa voz correspondeu apenas ao

¹⁰⁵ Tarallo (1990, p. 83) sintetiza o que diz Câmara Júnior (1976), sobre os períodos em que se pode dividir a língua portuguesa: “[...] com base em dados da língua escrita, pode-se dividir a língua portuguesa em dois períodos: 1. período arcaico: até o século XV; 2. período moderno, compreendendo: período moderno clássico: séculos XVI e XVII; período moderno pós-clássico: séculos subsequentes.

¹⁰⁶ Segundo classificação de Câmara Júnior, pode-se entender como uma referência ao português pós-clássico.

desejo de uma pequena minoria da sociedade brasileira, cujo projeto político propunha formar uma nação centrada no elemento branco e pautada em valores europeus, com uma base cultural homogênea, negando, portanto, a mestiçagem intrínseca ao povo brasileiro. Para tanto, o Estado deveria ser centralizador, garantindo a consolidação da nação, por meio, dentre outras instituições, da escola. Mesmo querendo independência, a elite brasileira tentava se manter, culturalmente, idêntica à européia, pois acreditava que se tornaria destacada dos demais segmentos sociais brasileiros. Nesse sentido, não permitiu usos lingüísticos que diferenciasssem os brasileiros dos portugueses.

Essa ideia é também defendida por Faraco (2002), conforme trecho a seguir:

A codificação que se fez aqui, na segunda metade do século XIX, não tomou a norma culta brasileira de então como referência. Bem ao contrário: a elite letrada conservadora se empenhou em fixar como nosso padrão um certo modelo lusitano de escrita praticado por alguns escritores portugueses. (FARACO, 2002, p. 42-43).

Em meados do século XIX, o Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, determinava os programas de ensino que serviam de referência para todas as escolas oficiais brasileiras, revelando a padronização. Em 1887, um dos professores do Pedro II, professor Fausto Barreto, assumiu a tarefa de organizar o Programa de Ensino de Língua. Seguindo essa orientação e com o advento dos estudos científicos pautados no naturalismo, os gramáticos passaram a produzir suas obras, considerando a língua, não mais numa perspectiva filosófica, mas como um fenômeno natural, como um organismo¹⁰⁷ (FÁVERO e MOLINA, 2006).

Segundo Guimarães,

Um aspecto importante neste cenário é que, se a lingüística histórico-comparativa afeta e modifica a concepção de gramática e isto trabalha o processo de gramatização brasileira do português, a gramática filosófica permanece no Brasil, sendo um aliado constante do purismo. É de 1881 (ano de publicação da Grammatica Portugueza de Júlio Ribeiro) a publicação da Grammatica Philosophica Portugueza de Ernesto Carneiro Ribeiro. (GUIMARÃES, 2004, p. 29).

Observe-se que concorrem no mesmo ano, como manuais de orientação no ensino de língua portuguesa, uma gramática já numa perspectiva científica, a de Júlio Ribeiro (figura 2), e outra ainda de cunho filosófico, a de Carneiro Ribeiro (ver figura 3).¹⁰⁸

¹⁰⁷ Sob a influência do método científico, fundamentado nas ciências naturais.

¹⁰⁸ As figuras 2 e 3 estão disponíveis no capítulo 1.

Essa imposição foi feita, entretanto, apenas por algumas instituições, o que não garantiu a padronização, haja vista que, no caso específico da escola, ínfima parcela a ela teve acesso, comprometendo, portanto, sua difusão.

Mas essa necessidade de padronização, não apenas em relação à língua, mas aos valores, hábitos e comportamentos em geral, se deu não só pela busca de identidade; essa foi a forma também que a elite brasileira encontrou de garantir seus valores em resposta à diversidade presente num país que se configurava tão distinto.

5.3 SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO SÉCULO XIX

No século XIX, houve um investimento intenso pelos governos nos sistemas de ensino, principalmente o primário, configurando a proposta de educação para todos, advinda dos ideais iluministas. O objetivo era centralizar o ensino em uma instituição apenas – a escola –, sendo gerenciada pelo Estado.¹⁰⁹ Nesse sentido, o poder público passou a intervir diretamente na Educação (NÓVOA, 1991).

A primeira Constituição brasileira, outorgada em 1824, determinava a gratuidade do ensino primário, mas uma atenção maior só veio a ser dispensada três anos depois, com a Lei Geral do Ensino, promulgada em 15 de outubro de 1827. O ato adicional de 1834, descentralizou o poder, criando as Assembleias Legislativas Provinciais, e determinou a criação de escolas primárias em todas as cidades, vilas e lugares populosos, passando a cada província a responsabilidade pela instrução primária.

Fundamental, para esse empreendimento aqui no Brasil, foi, então, a preocupação com a formação dos professores, através da criação de escolas, o que já vinha ocorrendo em outros países, a exemplo da França, a partir da revolução francesa. Na verdade, seria apenas a institucionalização da profissão docente no Brasil, pois já havia as aulas régias e o ensino das primeiras letras era feito por preceptores particulares e autônomos. Nessa primeira metade do século XIX, passaram a ser criadas as escolas normais no Brasil, seguindo o modelo das escolas normais da França, voltadas para a educação popular. A Escola Normal da Bahia foi criada em 1836, mas só passou a funcionar em 1842.

¹⁰⁹ O ensino no Brasil, depois de expulsa a Companhia de Jesus, esteve em mãos de professores régios e de preceptores particulares. Dessa forma, vinha sendo desenvolvido de maneira autônoma, o que não tirava o mérito dos professores particulares, porém não atingia à população em geral, como era o objetivo. Inclusive porque, nesse contexto de independência política e consolidação da identidade nacional, ao Estado caberia padronizar comportamentos, atitudes e valores.

Com a Lei de 1836, passou-se, então, a se exigir a formação dada pela Escola Normal. Antes, para ser professor, era preciso passar por um concurso, conforme se observa no trecho a seguir da Lei de 1827: “Art. 7º Os que pretenderem ser providos nas cadeiras serão examinados publicamente perante os Presidentes, em Conselho; e estes proverão o que for julgado mais digno e darão parte ao Governo para sua legal nomeação. [...]”.

Segundo Silva (2000), os candidatos às cadeiras primárias advinham de setores sociais economicamente baixos e concorriam à vaga de professor, principalmente por dois motivos: estabilidade no emprego e ausência de cobrança de um patrão, mesmo conscientes da baixa remuneração. Por economia, o professor geralmente ministrava as aulas na própria residência, pois era ele o responsável pelo aluguel da casa escolar. Em alguns casos, para conseguir mais proventos, o professor titular desempenhava outra atividade, deixando em seu lugar um de seus filhos ou mesmo sua mulher.

Em relação à implementação e funcionamento das Escolas Normais na Província da Bahia, a Lei de nº 37, de 14 de abril de 1836, estabeleceu o seguinte:

Art. 1º. Haverá na Capital desta Província uma Escola Normal, onde se habilitem os que se destinarem ao magistério da Instrução Primária.

Art. 2º. Esta Eschola compreenderá duas cadeiras, uma de Ensino Mutuo, na qual se ensinará praticamente o método de Ensino Mutuo, e outra em que se tratará da Leitura, Escrita, Geografia, Aritmética, Desenho Linear, Princípios da Religião Cristã, Gramática Filosofica da Língua Portuguesa, com exercícios de análise e imitação dos clássicos.
[...]

Art. 6º. A cadeira complementar será dada em concurso ao candidato que, provando haver freqüentado com proveito as aulas de Francês, Latim, Retórica, Filosofia Racional e Moral e Geometria, se mostrar mais habilitado para este magistério.
[...]

Art. 11º. Os atuais professores de Primeiras Letras serão obrigados a frequentar a Escola [...] quando chamados pelo Presidente da Província em presença do qual farão depois exame [...] à proporção que a Escola os achar suficientemente instruídos. [...]

Art. 13º. Os alunos da Escola Normal, que houverem sido aprovados, serão mandados a substituir os Professores chamados a freqüentarem a Escola.

Art. 15º. Os Professores que recusarem freqüentar a Escola Normal no tempo marcado pelo Presidente, ou que tendo freqüentado, forem reprovados no exame, serão aposentados com metade do ordenado, que perceberem, se tiverem mais de vinte anos de Magistério, com dois terços tendo mais de vinte e seis; e finalmente com todo o ordenado, quando tiverem servido de trinta anos [...].

Art. 16º. As Mestras de Instrução Primária [...] admitidas à um curso especial da Escola Normal.

Art. 17^o. O Curso Normal para as Mestras [...] há às matérias do ensino primário juntando-se a Desenho linear, e as [...] que servem à economia domestica.[...]

Art. 20^o. Ninguém será admitido a concurso [...] cadeiras de Instrução Primária, sem que (tenha) frequentado a Escola Normal, e nela [sido] aprovado. (APEB – Coleção de Leis e Resoluções da Assembléia Legislativa Provincial vol. I)

Observa-se, assim, que a Lei de 1836 tinha como objetivo assegurar uma formação pedagógica sistematizada do professor; prevendo, inclusive, essa formação para os que já se encontravam lecionando. Segundo Villela (2000), para um aluno ser admitido na Escola Normal, era necessário apresentar comprovante sobre sua conduta moral, emitido pelo juiz de paz ou pelo padre local, e, em seguida, fazer uma prova de leitura e escrita.

Conforme dito anteriormente, a Escola Normal da Bahia, criada em 1836, passou a funcionar apenas em 1842. Isso porque, para sua inauguração, era imprescindível conhecer os métodos e organizar o regulamento, como se registra no artigo 3^o da Lei de 1836:

Art. 3^o. A primeira cadeira [do Ensino Mútuo] fica autorizado o Presidente da Província a mandar a Paris dois indivíduos, que saibão o Francez, escolhidos em concurso; a fim de que aprendam perfeitamente na Eschola Normal de Paris, o methodo theorico, e prático do Ensino Mutuo, recomendando-os á Missao Brasileira naquella Côrte, para que sejam considerados alumnos franceses.

Os dois professores escolhidos foram enviados à França e só retornaram em 1842, quando apresentaram os métodos em versões traduzidas por eles e organizaram os Regulamentos para as escolas primárias e para a Escola Normal da Província (cf. Nunes, 2004). Para supervisionar esse empreendimento, criou-se, ainda em 1842, o Conselho de Instrução Pública, que, dentre outras atribuições, inspecionava todas as aulas, os métodos e os compêndios utilizados, prestando conta e solicitando o que fosse necessário ao Presidente da Província. Sete anos depois, foi instituído o cargo de Diretor Geral dos Estudos, que administrava tudo o que se referia à instrução pública da Província. (Cf. NUNES, 2004).

Inicialmente, a Escola Normal foi aberta apenas aos homens. Em 1850, com a demanda de meninas por escolas, criou-se a Escola Normal para Senhoras, que funcionava no mesmo prédio da Escola de Homens e era submetida à mesma direção. Nesse momento, as aulas eram dadas alternando-se os dias – um dia para os homens; um dia para as mulheres. Com isso, a duração do curso passou a ser de um ano. (NUNES, 1999).

Ao longo de dez anos desde a sua criação (1842-52), a Escola Normal habilitou 92 professores – 68 homens e 24 mulheres, numa proporção de nove professores por ano (WANDERLEY, 1853; MOACYR, 1939 *apud* NUNES, 1999).

Embora houvesse um investimento significativo na instrução, o relatório do Diretor Geral dos Estudos, de 1851, denuncia a estagnação do empreendimento, registrando que o ensino da Escola Normal estava deficitário, pois não habilitava adequadamente, já que os alunos-mestres só tinham contato com a teoria, não desenvolvendo sua prática. Sugeriu, então, que o fizessem pelo menos durante um ano. Mesmo que aparentemente precária essa formação, o Diretor Geral dos Estudos, Casimiro de Sena Madureira, em 1853¹¹⁰, considerava necessária a valorização do aluno-mestre como primeiro candidato à vaga de professor primário, enfatizando, entretanto, a necessidade de que se elevasse para três anos a duração do curso normal e de que as aulas se limitassem à gramática e não à filosofia da língua.

Em 1860, o diretor da Instrução Pública, João José Barbosa de Oliveira, instituiu, no *Regulamento Orgânico da Instrução Pública*, a criação de internatos nas duas Escolas Normais, passando o seu curso à duração de três anos. Na década seguinte, o então presidente da Província, Barão de São Lourenço, reformou a instrução pública, tornando o curso da Escola Normal de homens, em dois anos e regime de externato, e o da Escola Normal de mulheres, em três anos e regime de internato. Em 1873, implementou no curso uma abordagem prática, criando escolas primárias anexas às escolas normais, para que os alunos-mestres pudessem exercitar o que estudavam na teoria (NUNES, 1999).

Em 1875, ou seja, 25 anos depois de criada, a Escola Normal de Senhoras tinha em suas salas 92 alunas (AMARAL, 1921 *apud* NUNES, 1999), demonstrando, assim, um aumento da procura pelo magistério por parte das mulheres. Segundo Nunes (1999), nesse momento foi aberto um colégio particular oferecendo curso normal para mulheres, demonstrando que havia uma demanda que não estava sendo atendida pela escola normal pública. Mesmo assim, não havia profissionais formados em quantidade suficiente para atender à demanda. Isso se comprova na atitude do governo, que, diante da carência de professores formados e da dificuldade de deslocamento para vilas e povoados distantes, passou a permitir, na década de 70, que fossem admitidos professores não graduados pela Escola Normal. Nesse sentido, novas cadeiras foram criadas e, para preenchê-las, tornou não obrigatória a apresentação de diploma de aluno-mestre para o magistério em cidades do interior.¹¹¹

Em 1880, o então Presidente da Província, Antonio de Araújo Bulcão, ainda criticava a formação pedagógica dada pela Escola Normal:

Das escolhas normaes sahião alumnos que mal podião exercer as nobres
funções do sacerdócio do ensino, por ignorarem matérias de que devião

¹¹⁰ Em 1853, foi inaugurada a primeira livraria da Bahia.

¹¹¹ Cf. Relatório de Diretoria de Instrução Pública de 1870.

ter conhecimento, mas que não são contempladas no programma de estudos d'aquelles estabelecimentos. Mao preparo do mestre só podia trazer, como consequencia inevitável, mao ensino. (BULCÃO, 1881, p. 25).

Bulcão propôs, então, que o tirocínio docente fosse obrigatório para que os alunos saíssem com habilitações para o magistério, para o provimento das cadeiras de primeira classe, sem concurso, dando-lhes prioridade em relação aos que não passavam pelo Curso da Escola Normal.

Com a nova reforma implementada em 1881, cada escola normal seria apenas externato, teria curso de 3 anos e, em cada uma delas, haveria uma escola primária anexa para o ensino prático dos métodos. (NUNES, 1999). Nessa gestão, implementaram-se novos procedimentos, configurados no chamado Regulamento Bulcão, que introduziu o método intuitivo, método que priorizava a intuição, a observação e a experiência através dos sentidos¹¹².

Nesse momento, a Escola Normal criou novas cadeiras para o curso. Uma delas foi Lições de Coisas e a outra, Literatura Nacional. Interessante que, nesse ano, foi publicada a gramática de Júlio Ribeiro e se passou a reconhecer a importância da literatura nacional na formação dos professores. Ou seja, já se revelava uma tendência em se afastar dos padrões dos clássicos europeus.

Com o tempo, o número de mulheres candidatas ao magistério foi superando o número dos homens. Em 1892, estavam matriculadas na Escola Normal 207 alunas para apenas 37 alunos. Segundo o Governador do Estado, Manuel Rodrigues Lima, uma explicação era o prestígio e a segurança da carreira de magistério como futuro para a mulher na Bahia (LIMA, 1893, p. 40).

No ano de 1882, havia 616 escolas, entre femininas, masculinas e mistas. Segundo Bulcão, nesse mesmo ano, havia 563 professores públicos, sendo que 239 eram titulados, mas 324 eram não-titulados. Isso enseja a seguinte pergunta: que formação tinha os demais professores que eram admitidos para as escolas da Província? Seriam autodidatas? Sabe-se que até os anos 80 do século XIX, a formação institucionalizada de professores se fez pela Escola Normal. Apenas a partir desse período, a iniciativa privada passou a atender também a essa demanda.

Diante do exposto neste capítulo, observa-se que houve uma intensificação voltada para a escolha e prescrição de uma norma padrão e que a escola foi uma instituição responsável por sua difusão. O século XIX com sua proposta de normatização linguística e

¹¹² O procedimento levava a, inicialmente, considerar-se a percepção do objeto para, a partir daí, se desenvolver a ideia, ou seja, o movimento se dava do concreto para o abstrato, do conhecido para o ignorado. Vale destacar que o processo de ensino-aprendizagem partia do objeto para o nome; na medida em que o aluno ia adquirindo esse conhecimento, iniciava m-se atividades relacionadas à descrição do objeto; quando já era possível abstrair, passava-se a utilizar mais a ideia do que os objetos concretos em sala de aula. (SANTANA, 2007, p. 79).

com a implantação da República e o seu ideal de escola para todos, foi um momento em que as questões foram postas no sentido de se identificar, dentre outros aspectos, que usos linguísticos deveriam se constituir como padrão a ser prescrito. Fica evidente também que, embora possa ser considerado um momento de transição, a base para esse padrão era de inspiração nos escritores portugueses, ou seja, se constituía pelo português lusitano clássico. Compreender esse contexto contribui para esclarecer os recursos linguísticos expressos nas correspondências dos professores, *corpus* em estudo. Para esclarecer o que está sendo analisado, é fundamental apresentar o suporte teórico em que se sustenta a reflexão, o que será feito no próximo capítulo.

6 A MUDANÇA LINGUÍSTICA

Ser historiador é se colocar a questão global da mudança (por que, como, quando) e da essência dos objetos submetidos à mobilidade em si e para si. (AUROUX, 2009, p. 12).

De toda a investigação que se fez das línguas, uma constatação é certa: as línguas mudam. O linguista que se propõe a compreender a mudança busca, também, por que, como e quando as línguas mudam. Para compreender os fenômenos da mudança linguística, pesquisas em diversas áreas têm sido feitas, tendo se iniciado, de maneira mais sistematizada, no século XIX. As investigações sobre a mudança linguística, nesse período, rompem com a tradição gramatical dos gregos, e os estudiosos passam a desenvolver pesquisas, buscando compreender a origem das línguas e a consequente constituição das famílias linguísticas. Nessa época, utiliza-se o método histórico-comparativo. Embora tenha se mantido, por um período, numa posição secundária nos estudos linguísticos, esse interesse ressurgiu de maneira mais intensa a partir da década de 60 do século XX.

Os campos de investigação desenvolvidos na contemporaneidade voltados para a mudança linguística ampliaram sua abordagem. Para este trabalho, destacam-se duas dessas abordagens: a Sociolinguística variacionista e o Funcionalismo linguístico, na linha da Gramaticalização. Esses dois campos de estudos se justificam por apresentarem concepções de língua que se encontram e que sustentam a discussão proposta nesta pesquisa. Além disso, considera-se que determinados princípios da Gramaticalização têm relação com o que se identifica na Teoria da variação e mudança.

A Sociolinguística variacionista considera a heterogeneidade da língua passível de análise, porque ordenada, e constata que toda mudança linguística é antecedida por um período de variação em que formas com o “mesmo valor de verdade” concorrem, até que a forma inovadora saia vitoriosa, tornando-se categórica pela frequência de uso¹¹³. Nesse caso, embora não desapareça, seu uso se torna mais restrito. Esta abordagem busca explicar esse processo de mudança, atentando para cinco problemas, quais sejam: os fatores condicionantes, a transição, o encaixamento, a avaliação e a implementação da forma inovadora.

Além de identificar a variação e a mudança, é fundamental explicar o motivo pelo qual uma das formas intercambiáveis vai assumindo gradativamente o lugar, tornando-se categórica. Há pelo menos dois princípios da gramaticalização que contribuem para esclarecer esse processo. A gramaticalização se constitui como um dos processos de mudança. No caso específico deste estudo, tomam-se dois dos princípios de Hopper, como

¹¹³ As formas concorrentes se constituem como variantes de uma mesma variável linguística.

suporte para explicar o funcionamento dos itens que constituem o objeto da pesquisa, o *seu* e o *dele* como possessivos de terceira pessoa.

As pesquisas sobre gramaticalização se baseiam nos pressupostos teóricos do Funcionalismo linguístico, que considera a gramática como submissa às necessidades de uso que a interação verbal demanda. Nessa perspectiva, a língua é analisada no seu contexto comunicativo, no seu contexto de uso, ou seja, as questões pragmáticas ganham mais relevo diante dos demais componentes. Como diz Pezatti (2004, p. 168), “No enfoque funcionalista, a pragmática apresenta o componente mais abrangente no interior do qual se devem estudar a semântica e a sintaxe: a semântica é dependente da pragmática, e a sintaxe, da semântica.”

6.1 A MUDANÇA NA PERSPECTIVA DA SOCIOLINGUÍSTICA

A partir de estudos empíricos voltados para a elaboração de uma teoria da mudança linguística, Weinreich, Labov e Herzog (2006, [1968]) – WLH – identificaram não apenas a variação do sistema, mas passaram a estudar essa variação, com um método. Ao buscar explicação para a mudança linguística por meio de estudos empíricos, WLH observaram que, antes de ocorrer uma mudança, haveria, necessariamente, variação no sistema e essa variação tinha como condicionantes fatores não apenas linguísticos, mas sociais, resultado das interações entre os falantes.¹¹⁴ Eles perceberam que todo sistema linguístico possui uma heterogeneidade ordenada que se relaciona com fatores sociais. O objetivo desses pesquisadores era esclarecer “a maneira como a estrutura linguística de uma comunidade complexa se transforma no curso do tempo, de tal modo que, em certo sentido, tanto a língua quanto a comunidade permanecem as mesmas, mas a língua adquire uma forma diferente.” (WLH, 2006 [1968], p. 37). Nesse sentido, a publicação intitulada *Empirical Foundations for Theory of Language Change (Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística)*, na década de 60, foi o ponto de partida para a Sociolinguística variacionista.¹¹⁵ Os problemas levantados pelos autores e apresentados no ensaio foram os seguintes:

- se uma língua tem de ser estruturada, a fim de funcionar eficientemente, como é que as pessoas continuam a falar enquanto a língua muda, isto é, enquanto passa por períodos de menor sistematicidade?;

¹¹⁴Os estudos linguísticos até então só conseguiam identificar a mudança linguística, numa perspectiva diacrônica. Labov mostrou ser possível identificar a mudança em processo numa determinada sincronia. (WLH, 2006 [1968], p. 35).

¹¹⁵ Na introdução da publicação, os autores justificam o ensaio, considerando que, naquele momento, ainda não havia fatos suficientes para se elaborar uma teoria da mudança linguística, embora já fosse possível apresentar alguns fundamentos empíricos para tal. (WLH, 2006, p. 37).

- como as mudanças observadas estão *encaixadas* na matriz de concomitantes linguísticos e extralinguísticos das formas em questão? [...] E como as mudanças observadas podem ser *avaliadas* – em termos de seus efeitos sobre a estrutura linguística, sobre a eficiência comunicativa, e sobre o amplo espectro de fatores não-representacionais envolvidos no falar?
- A que fatores se pode atribuir a implementação das mudanças? (WLH, 2006 [1968], p. 35-37).

Para a Sociolinguística variacionista, a língua se caracteriza e se define como um sistema heterogêneo, variável e mutável, sendo a variação inerente ao próprio sistema. Segundo WLH, as variantes linguísticas seriam formas coexistentes, definidas da seguinte maneira:

Oferecem meios alternativos de dizer ‘a mesma ‘coisa’: ou seja, para cada enunciado em A existe um enunciado correspondente em B que oferece a mesma informação referencial (é sinônimo) e não pode ser diferenciado exceto em termos da significação global que marca o uso de B em contraste com A.

Estão conjuntamente disponíveis a todos os membros (adultos) da comunidade de fala. Alguns falantes podem ser incapazes de produzir enunciados em A e B com igual competência por causa de algumas restrições em seu conhecimento pessoal, práticas ou privilégios apropriados ao seu *status* social, mas todos os falantes geralmente têm a capacidade de interpretar enunciados em A e B e entender a significação da escolha de A ou B por algum outro falante. (WLH, 2006, [1968], p. 97)

Labov, na década de 60 do século XX¹¹⁶, implementou, nos estudos linguísticos, a sistematização da variação linguística. Labov explica o que considera variação linguística:

É comum que uma língua tenha diversas maneiras alternativas de dizer “a mesma” coisa. Algumas palavras como *carro* e *automóvel* parecem ter os mesmos referentes; outras têm duas pronúncias, como *cantando* e *cantano*. Existem opções sintáticas como *Uma pessoa que eu confio muito* vs. *Uma pessoa em quem eu confio muito* ou *É fácil para ele falar* vs. *Para ele falar é fácil*. (LABOV, 2008 [1972], p. 221).

Para Labov, quando duas ou mais formas expressam a mesma informação, ou seja, têm o mesmo significado referencial, em um mesmo contexto, constituem uma variável linguística (LABOV, 2008 [1972]). Ressalta, entretanto, que “[...] as variantes são idênticas quanto à referência ou valor de verdade, mas opostas em sua significação social ou

¹¹⁶ Labov revela que, na década de 60, nos estudos linguísticos havia uma série de restrições relacionadas à variação linguística. No seu livro *Padrões Sociolinguísticos*, entretanto, o autor depõe: “Eu poderia de fato ter considerado todas essas restrições graças à minha própria inclinação e resistência à autoridade. Mas tive a sorte de encontrar na Columbia University um professor pouco mais velho do que eu, cuja intuição, imaginação e força criativa há muito tempo já tinham ultrapassado tais restrições. Impossível para mim avaliar a contribuição de Uriel Weinreich aos estudos relatados aqui.” (LABOV, 2008, p. 14-5).

estilística.” (LABOV, 2008 [1972]). Ou seja, embora possa ter o mesmo significado, utilizar-se de uma forma linguística ou de outra tem relação com fatores extralinguísticos.

Labov mostra, então, que a variação faz parte do sistema e que, para se tomar a língua como objeto de estudo, principalmente no que se refere à mudança, é necessário reconhecer sua relação com a heterogeneidade social e sistematizar sua variabilidade. Labov (2008) afirma que:

[...] não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre. Ou, dizendo de outro modo, as pressões sociais estão operando continuamente sobre a língua, não de algum ponto remoto no passado, mas como uma força social imanente agindo no presente vivo. (LABOV, 2008, p. 21)

O autor ressalta que as escolhas dos usos linguísticos pelos falantes não se dão de maneira aleatória. Há uma avaliação social que se faz em relação às variantes, que leva o falante a selecionar determinada forma em detrimento da(s) outra(s). Labov (2008) considera que o processo para a mudança linguística ocorreria em três fases: a) na origem da mudança, uso variante na fala de algumas pessoas – ponto específico da estrutura social; b) propagação (fase em que se apresenta a variação, concorrendo com a forma antiga nas interações sociais); c) no final da mudança, regulariza-se a nova forma, eliminando-se as concorrentes ao atingir toda a comunidade de fala. (LABOV, 2008, p. 152).¹¹⁷

Labov identifica, assim, que a mudança linguística só se torna regular na comunidade de fala, depois de ter passado por um período de variação, difusão e propagação. (LABOV, 2008 [1972], p. 19). Com essa concepção e identificados os fatores condicionantes, Labov passa a construir o método adequado de estudo, no intuito de verificar, inclusive a mudança em progresso, propondo que, para isso, seria necessário atentar-se para três problemas:

- 1) O problema da transição – que consiste em identificar a trajetória de um estágio específico de uma mudança a partir de um estágio anterior, traçando o maior número possível de estágios intermediários.
- 2) O problema do encaixamento – que é estabelecer a correlação entre elementos do sistema linguístico com elementos do sistema social.

¹¹⁷ Vale ressaltar aqui a questão da conservação. A mudança ocorre quando a forma inovadora compete com a conservadora e vence. Mas, considerando-se os condicionantes sociais, há grupos ou situações que tentam “frear” a mudança, evitando a forma inovadora. Kroch (2001) explica essa resistência, afirmando que o perfil político conservador se expressa também no perfil linguístico. Há aí uma questão ideológica, ou seja, o interesse pela manutenção do *status quo* existente.

- 3) O problema da avaliação – que é encontrar a subjetividade das mudanças objetivas, ou seja, é levantar as atitudes dos falantes acerca da variável linguística em questão. (LABOV, 2008 [1972], p. 193).

Ressalte-se que o entendimento da importância dos aspectos sociais para a explicação dos fenômenos linguísticos já estava presente em estudos anteriores, mas ainda de maneira incipiente e numa perspectiva apenas teórica, desprovida do rigor metodológico necessário. É a partir dos estudos de Labov que se define uma metodologia para o estudo da variação, e da conseqüente mudança, e dos fatores sociais que a motivaram. O que é interessante nessa perspectiva teórico-metodológica é o fato de ser possível identificar o *continuum* da mudança. Com isso, além da análise dos fatores linguísticos que permitem o uso das variantes, a Sociolinguística variacionista elucida seu objeto por meio dos fatores sociais que o perpassam. É dessa maneira que o nível socioeconômico do falante, sua faixa etária, seu sexo e seu nível de escolaridade, bem como a região onde vive e o próprio contexto comunicativo se constituem em fatores condicionadores das variantes. Ressalta-se, com isso, o valor da interação social como fator crucial para a explicação da mudança linguística. Nesse sentido, o princípio da homogeneidade do sistema é contestado e o objeto de estudo da linguística passa a ser a gramática da comunidade de fala, com toda a sua heterogeneidade, já que se percebe que essa heterogeneidade não ocorre de maneira livre, desordenada, mas sim condicionada por fatores passíveis de sistematização e controle (cf. WLH., 2006, [1968], p.18). Isso é o que se denomina de “heterogeneidade estruturada”, ou seja, o uso das variantes é relacionado ao contexto interno – o linguístico, e ao contexto externo – extralinguístico.

A proposta metodológica da pesquisa na Sociolinguística toma o método empírico, buscando demonstrar a correlação sistemática entre as variantes linguísticas e sociais, ou seja, observando as regras variáveis e os seus condicionantes linguísticos e sociais. Mais especificamente, sobre a Sociolinguística variacionista laboviana, sua grande contribuição diz respeito ao estudo empírico das comunidades de fala, levantando e sistematizando os usos dos falantes, focando em dois fatores: i) linguísticos - na fonologia, morfologia, sintaxe e semântica; e ii) sociais – sexo, faixa etária, gênero, classe social, etnia, ocupação etc. O estudo se direciona à sistematização da covariação entre esses fatores.

Conforme Labov (2008 [1972]),

Os procedimentos da linguística descritiva se baseiam na concepção da língua como um conjunto estruturado de normas sociais. No passado, era natural considerar essas normas como invariantes, compartilhadas por todos os membros da comunidade de fala. No entanto, estudos mais detalhados do contexto social em que a língua é usada mostram que muitos elementos da estrutura linguística estão envolvidos em variação sistemática

que reflete tanto a mudança temporal quanto os processos sociais extralinguísticos. (LABOV, 2008 [1972], p. 140).

O suporte teórico-metodológico proposto pela Sociolinguística variacionista permite delinear as normas linguísticas utilizadas numa comunidade de fala. O grande avanço dado aos estudos linguísticos com essa abordagem é a possibilidade de analisar a língua como objeto situado temporal e espacialmente, resgatando o aspecto histórico que o estruturalismo anterior descartou, quando elegeu como seu objeto uma língua autônoma, num sistema abstrato. Como objeto histórico, a língua passa, então, a ser condicionada por fatores sociais, culturais e ideológicos, revelando a heterogeneidade que perpassa a própria sociedade que a utiliza. Nesse sentido, quanto mais desigual a sociedade, mais variantes linguísticas ocorrerão (LUCCHESI, 2004, p. 171).

O que levou Weinreich, Herzog e Labov a delinear, com rigor, o estudo das variantes linguísticas foi a necessidade de explicar os fenômenos linguísticos enquanto o sistema muda. Isso porque não ficava claro, ao estudar a mudança do sistema comparando-o em momentos distintos (diacronia), como ocorria o processo. Era possível afirmar que uma forma se transformava em outra, mas não se conseguia identificar a maneira como isso ocorria. Era como se a mudança pudesse ocorrer de maneira abrupta; e não é isso o que de fato ocorre. Conforme WLH, nem toda variação implica mudança, mas toda mudança implica variação. Nesse sentido, eles demonstraram que a língua muda e o sistema se comporta de tal forma que as variantes convivem em um determinado momento até que uma forma seja eleita e a outra deixe de ser usada. Sobre esse processo, diz Tarallo:

Os resultados de análises de variantes apontam, de maneira geral, para duas direções distintas: 1. A estabilidade das adversárias (“relação de contemporização” pela subsistência e/ou coexistência das variantes); 2. a mudança em progresso (que reflete uma situação de duelo de morte entre as variantes). Nos dois casos há luta: cada variante dispõe de certas armas (isto é, os grupos de fatores condicionadores, linguísticos e não-linguísticos) para combater sua(s) adversária(s). (TARALLO, 1986a, p. 63).

A questão colocada por WLH sobre a mudança foi: “se uma língua tem de ser estruturada, a fim de funcionar eficientemente, como ela funciona enquanto a estrutura muda?” [E a resposta:] “uma explicação razoável da mudança dependerá da possibilidade de descrever a diferenciação ordenada dentro da língua”. (WLH, 2006 [1968], p. 87-88). Essas questões são norteadoras para a compreensão das etapas intermediárias entre duas sincronias, o que possibilita identificar o *continuum* da mudança, quando se pode perceber a convivência de formas conservadoras e de formas inovadoras que, estando em competição, podem representar o momento de transição para a fixação, em momento posterior, de

apenas uma delas. Mas o sistema não muda como um todo. Algumas variáveis em um determinado sistema podem ir fazendo com que se alterem seus valores.

Segundo WLH (2006 [1968]), os linguistas afirmam a influência do meio estrutural sobre o fenômeno linguístico observado em processo de mudança. O fenômeno se encaixa numa matriz linguística que também sofre alteração como consequência. Entretanto, ainda segundo os autores, as relações estruturais entre a cadeia de fenômenos que se alteram não ocorrem de maneira categórica e instantânea, como pressupõem os que defendem o modelo homogêneo de língua. WLH (2006 [1968]) afirmam que

Linguistas que desejam evitar o estudo dos fatores sociais não conseguirão avançar muito fundo neste sistema: existe uma matriz social em que a mudança está encaixada, tanto quanto uma matriz linguística. Relações dentro do contexto social não são menos complexas do que as relações linguísticas [...]. (WLH, 2006, p. 114).

Os fatores sociais passam a ser relevantes para os linguistas quando conseguem explicar mudanças de fenômenos linguísticos que não poderiam ser explicados numa perspectiva estrutural, pois, nesse caso, seriam vistos como aleatórios. Dessa forma, entende-se que a explicação de uma mudança linguística só pode ser feita mediante a análise também de pressões sociais que a condicionam.

É preciso considerar que, conforme Labov (2008 [1972]), embora uma forma inovadora possa ser introduzida por um indivíduo, ele só fará parte do sistema se outros a aceitarem. Considerando-se que a língua é social, a forma inovadora só é possível se outros indivíduos a compreenderem e a usarem. Aí é quando ocorre a propagação.

Labov (1974) propõe o estudo da mudança em tempo aparente e em tempo real. O estudo da mudança em tempo aparente propõe a observação da mudança em uma mesma sincronia, tomando as variáveis linguísticas por meio dos níveis de idade. Dessa forma, observam-se as variantes usadas por falantes de gerações diferentes e, a partir desse levantamento, é possível verificar se uma mudança está em progresso. O estudo em tempo real se dá por meio da observação de variantes utilizadas por falantes em duas ou mais sincronias. Os dados são levantados em uma comunidade de fala em dois ou mais momentos distintos. Os dados são fornecidos pelo mesmo grupo de falantes.

No estudo em que se tomam duas ou mais sincronias para análise, é possível identificar que a mudança pode acontecer, mas a forma conservadora que caiu em desuso pode ficar em *stand by*. Em algum momento, por alguma demanda dos falantes e do sistema, a forma pode voltar a ser usada. Nesse sentido, haveria uma mudança numa perspectiva pancrônica.

A metodologia variacionista se constitui, tomando-se determinado fenômeno variável, que se denomina como variável dependente. Isso porque, conforme Labov (2008

[1972]), essa variação não ocorre de maneira aleatória, independente, mas é influenciada por fatores linguísticos e sociais, o que caracteriza a dependência. Definida essa variável, estabelecem-se, então, as variáveis independentes, internas e externas. As internas dizem respeito a fatores estruturais, tais como fonéticos, morfossintáticos, semânticos, discursivos e lexicais. As externas dizem respeito a fatores de ordem social, como grau de escolaridade, nível de renda, profissão, sexo e classe social, e contextual, como o nível de formalidade da situação comunicativa.

Para se verificar usos em sincronias passadas, ou seja, recuadas no tempo, pode não ser possível resgatar a fala da comunidade. Nesse sentido, os documentos escritos se tornam meios para se fazer a análise do fenômeno em estudo em determinado tempo. Assim, quando se pode identificar o perfil do escrevente e o nível de formalidade da situação, é possível se estabelecer variáveis sociais e contextuais. As variáveis linguísticas – morfossintáticas, lexicais, semânticas e discursivas – também podem ser identificadas.

6.2 A MUDANÇA NA PERSPECTIVA FUNCIONALISTA

Outro suporte teórico deste estudo é a Gramaticalização, tomando-se, especificamente, dois dos princípios de Hopper como norteadores para a explicação do fenômeno em estudo – a estratificação e a especialização. Antes de se expor essa abordagem de maneira mais precisa, é importante considerar em que campo de estudos esse processo se insere.

Na perspectiva funcionalista, gramática se define como “[...] uma teoria da organização gramatical das línguas naturais que procura integrar-se em uma teoria global da interação social. Trata-se de uma teoria que assenta que as relações entre as unidades e as funções das unidades têm prioridade sobre seus limites e sua posição, e que entende a gramática como acessível às pressões do uso.” (NEVES, 1997, p. 15). Nesse sentido, o falante tem a capacidade de interpretar as informações no contexto interacional atendendo aos fins comunicativos.

Para o modelo funcionalista, o uso das expressões linguísticas é determinado pelas condições reais de produção, e as regras pragmáticas se baseiam na capacidade social do usuário. A gramática funcional teria, assim, segundo Neves (1997), apoiada em Dik (1978), a integração da pragmática: a competência gramatical permite ao falante o conhecimento da forma e do significado linguístico; a competência pragmática possibilita ao falante conhecer as condições e a maneira de uso adequado, considerando as convenções sociais. A forma linguística e seu significado estão a serviço da comunicação.

A concepção funcionalista da linguagem configurou-se entre os anos 1926 e 1939, por alguns dos principais membros da Escola Lingüística de Praga. Criticando a forma

como os historicistas do século XIX analisavam a língua, isolando o objeto de seu todo, a Escola Linguística de Praga propõe se compreender o fato linguístico considerando-se o sistema no qual este está inserido. O estudo linguístico deveria dar conta de descrever e analisar a estrutura, revelando o funcionamento da língua. A concepção de língua como sistema funcional é o que vai fundamentar os trabalhos do grupo. Para a Escola de Praga, a língua se constituía como meio para um fim. Para tanto, passou-se ao estudo da frase numa perspectiva funcional, considerando-se que essa análise só seria possível se se tomasse a frase no ato de comunicação, identificando-se sua função naquele contexto específico. Dessa forma, para se analisar a língua, era fundamental se considerar a variedade das funções linguísticas. Isso porque se observa que a língua se configura de distintos modos, de acordo com a função em que é utilizada.

Nos anos 60-70 do século XX, os estudos na perspectiva funcionalista passaram a se desenvolver mais intensamente, promovendo uma ruptura com a tradicional perspectiva formalista, representada pelo estruturalismo saussuriano e pela teoria gerativa. Para os funcionalistas, a língua é um fenômeno social e cultural e o seu estudo se baseia na sua função social.

Segundo Pezatti (2004), para o Funcionalismo, a linguagem passa a ser concebida como instrumento de comunicação e de interação social, com o objetivo primário de estabelecer relações comunicativas entre interlocutores reais. Nesse sentido, a língua se constitui como uma forma adaptada às funções comunicativas que exerce. Como procedimento metodológico, o Funcionalismo não separa sistema e uso¹¹⁸ e estabelece um objeto de estudo baseado no uso real: a interação verbal, como atividade cooperativa que se desenvolve obedecendo a regras ou convenções sociais (DIK, 1989).

Diferentemente da perspectiva formalista, o Funcionalismo situa a língua na interação comunicativa e defende que é a partir dessa situação que são geradas as estruturas linguísticas passíveis de estudo. Dessa forma, os componentes centrais da língua seriam então o Discurso e a Semântica.

Nesse sentido, de acordo com Pezatti (2004), para o Funcionalismo, a explicação lingüística só é possível se se considerar a relação entre linguagem e uso no contexto social. Isso porque coexistem diferentes padrões a serem usados em diferentes condições e para diferentes propósitos. A expressão linguística se constitui em função da intenção do falante, que antecipa a interpretação que o ouvinte pode dar, e exige a interpretação do ouvinte, que reconstrói o sentido proposto pelo falante, no momento da interação, em consequência da informação pragmática dos interlocutores. Todo esse processo de interação é mediado pela expressão linguística.

¹¹⁸ Como o fazem o estruturalismo e o gerativismo.

Conforme Pezatti (2004), os objetivos do Funcionalismo Linguístico são

[...] explicar o fenômeno linguístico com base nas relações que, no contexto sócio-interacional, contraem falante, ouvinte e a pressuposta informação pragmática de ambos; revelar a instrumentalidade da linguagem em termos de situações sociais, descrever a linguagem não como um fim em si mesmo mas como um requisito pragmático da interação verbal. (PEZATTI, 2004, p. 168)

Nessa perspectiva, a sintaxe está subordinada à semântica, que está subordinada à pragmática. Ou seja, a sintaxe não é algo autônomo, pois depende de aspectos semânticos e discursivos. De acordo com Martelotta:

As regras gramaticais existem, mas não têm natureza exclusivamente sintática. Elas implicam informações referentes ao ambiente cultural e à situação de interação. Ou seja, formar uma frase – ou uma sequência de frases – não implica apenas juntar palavras de maneira lógica, mas estabelecer uma relação de adaptação entre essas estruturas e os contextos em que elas são usadas. (MARTELOTTA, 2003, p. 61)

Há uma convenção social que norteia a interpretação dos elementos linguísticos. O significado não está nesses elementos. A interação se constitui como espaço onde os interlocutores constroem a significação, por meio de alguns processos, como o da progressão referencial. O processo de progressão referencial, conforme visto no capítulo 2 deste trabalho, se relaciona ao uso de alguns elementos, como pronomes anafóricos e catafóricos. A ordem desses elementos tem relação com as operações textuais, por exemplo: “[...] referentes novos tendem a ocorrer no final da frase, ao passo que referentes conhecidos ou já ativados tendem a ocorrer no início da frase.” (MARTELOTTA, 2003, p. 67). Conforme esse autor:

[...] na visão centrada no uso, não há um universo pronto, esperando para ser nomeado, mas sim criado pela e para a comunicação linguística, através de um processo de categorização que reflete a utilização de aspectos cognitivos atualizados no uso, tendo, portanto, caráter sociocultural. (MARTELOTTA, 2003, p. 70)

Diante do exposto, entende-se que, para se estudar a mudança nessa perspectiva, é interessante atentar para aspectos relacionados à motivação, à direcionalidade, a questões sociocognitivas, a fim de se verificarem alguns fatores que atuam nesse processo.

6.2.1 A Gramaticalização

Na perspectiva funcionalista, algumas pesquisas explicam a mudança linguística com base na gramaticalização. O conceito de gramaticalização remonta a Meillet, no início do século XX, mas se atualiza, em 1970, a partir da concepção de que a gramática emerge do uso da língua. Nesse período, há um interesse pelos estudos diacrônicos para a explicação da sintaxe. Esses estudos sobre as mudanças no nível sintático entendem que as transformações dos elementos linguísticos são motivadas pelo discurso. Nessa perspectiva, a mudança se constitui como um fenômeno unidirecional, conforme proposto por Givón (1979), da seguinte forma: discurso > sintaxe > morfossintaxe > morfofonêmica > zero. Nessa direção, as transformações caminham do discurso para a gramática. Sobre isso explica Martelotta (2011, p. 92):

Os elementos, com o processo de gramaticalização, perdem a liberdade típica da criatividade contextualmente motivada do discurso e tornam-se mais fixos e mais regulares. Assim, advérbios de lugar assumem função de conjunção e não vice-versa, vocábulos viram afixos e não vice-versa.

Ou seja, na gramaticalização, os elementos linguísticos perdem a função representacional e passam a ter outra função, qual seja, de organizar a comunicação.

De acordo com Heine, Claudi e Hunemeyer (1991), gramaticalização é o “[...] processo pelo qual um item lexical, ou uma estrutura lexical, passa, em certos contextos, a exercer uma função gramatical, ou um item já gramatical, passa a exercer uma função ainda mais gramatical.” Um fenômeno que exemplifica essa definição é a trajetória do logo: *Locu* > logo > logo que. Heine, Claudi e Hunemeyer (1991) propõem, para esse caso, um processo unidirecional chamado *espaço* > *discurso*.¹¹⁹ Esse é um tipo de mudança, comum nas línguas humanas, que leva elementos de sentido espacial a exercer funções de conjunção, por exemplo *locu* > *logo*. Em muitos casos, o sentido é constituído de maneira analógica.

Conforme Martelotta (2003, p. 62-3),

[A] extensão analógica serve de fundamento para a organização do universo textual em termos de referentes espaciais externos e se manifesta basicamente por meio da anáfora e da catáfora, em que elementos originalmente dêiticos espaciais são utilizados para fazer alusão a dados já mencionados ou por mencionar [no texto].

A base desse processo explica-se pelo fato de expressões espaciais serem mais concretas do que as indicações das relações textuais. Ressalte-se que é possível nessa trajetória, a expressão espacial passar a uma expressão temporal, para, em seguida, passar para o texto (dêixis espacial, temporal e discursiva). Isso porque a expressão espacial é

¹¹⁹ Essa representação é relativa ao fenômeno em estudo. Um dos processos apresentados por Heine, Claudi e Hunemeyer (1991) é o seguinte: *espaço* > *tempo* > *texto*.

mais concreta do que a temporal que é mais concreta do que a indicação das relações textuais. No caso do genitivo dos demonstrativos, como dêiticos, há que se considerar seu valor espacial que passa a indicar as relações textuais. O genitivo dos demonstrativos *eius* (deste) e *illius* (daquele), inicialmente com valor espacial, assume valor discursivo, indicando relações textuais.

Conforme Matelotta (2003, p. 59), “[...] a noção de unidirecionalidade, tal como proposta pela teoria da gramaticalização, leva à hipótese de que existem fatores de ordem cognitiva, sociocultural e comunicativa que norteiam a mudança.” A mudança pode ocorrer em todos os tempos e lugares, não se relacionando à sucessão temporal apenas. Não há uma linearidade nítida. Nesse sentido, os processos são realizados numa perspectiva panocrônica. Alguns tipos de mudança ocorreram e tendem a continuar ocorrendo, independentemente de uma linearidade temporal. Observa-se que é possível uma trajetória semelhante com elementos diferentes, mas de mesma natureza, a exemplo das conjunções.

Para a aparente contradição na explicação sobre a mudança, quando, de um lado, os fenômenos demonstram uma trajetória não linear e de outro demonstram que a mudança ocorre de maneira unidirecional e sucessiva, a solução proposta por Martelotta é “[...] focalizar os aspectos cognitivos e conversacionais que estão na base dos fenômenos da referência e da extensão de sentidos, fazendo com que o fator *tempo* deixe de constituir exclusiva perspectiva de observação.” (p. 66). Ou seja, embora contribua para o esclarecimento da mudança, o fator tempo não é primordial, portanto a perspectiva diacrônica torna-se apenas uma das perspectivas. Nesse sentido, a mudança linguística, segundo o autor, é um fenômeno tridimensional que envolve três aspectos: o tempo, a cognição e o uso, esses últimos como reflexo do comportamento humano, ao interpretar o mundo nas situações comunicativas. A mudança está atrelada, portanto, ao contexto de produção, momento em que o falante “cria novos significados que são ratificados no curso da interação.” (p. 70). Sobre isso, o autor afirma que:

[...] se por um lado a produção discursiva é limitada pelas restrições já consagradas da gramática da língua, por outro constitui um processo criativo no qual o falante recria formas e estende sentidos de acordo com suas limitações cognitivas e as necessidades comunicativas impostas contextualmente. (MARTELLOTA, 2011, p. 71).

Conforme Martelotta (p. 83),

Esse mecanismo descreve o que está na base do que chamamos de mecanismo de inferência sugerida na mudança linguística. Trabalhando com o contexto morfossintático dos elementos linguísticos e com as informações extralinguísticas, falante e ouvinte negociam sentido de maneira interativa, ou seja, o emissor, ao exercer seu turno comunicativo,

sugere que o receptor infira novos sentidos, trabalhando com dados contextuais específicos daquela situação de comunicação. Essa inferência ou implicatura pode ser meramente conversacional, ou seja, pode se manter naquele contexto de ambiguidade. Por outro lado, essa inferência pode se tornar convencional, ou seja, pode se generalizar, incorporando-se às construções disponíveis no sistema, o que ocorre com a adoção definitiva do novo sentido e a extensão para contextos de uso mais gerais. (MARTELOTTA, 2011, p. 83).

Hopper (1987) considera que não existe gramática sincronicamente estável, portanto a gramaticalização é um processo contínuo. A gramaticalização, por ser um processo contínuo, não se extingue, ou seja, está sempre ocorrendo. Essa constatação é coerente aos princípios da Sociolinguística laboviana, os quais propõem que os fatores que produzem mudanças, linguísticas e sociais, não ocorrem de maneira abrupta, mas são realizados de maneira lenta e gradual.

6.2.1.1 Os princípios de Hopper

Considerando-se os princípios da gramaticalização propostos por Lehmann (1982) no que se refere à fixação do elemento no sintagma, entende-se que: “o signo gramaticalizado tende a ocupar uma posição fixa inicialmente na sintaxe, e depois na morfologia, tornando-se um preenchedor de espaços gramaticais.” (LEHMANN, 1982, p. 131 *apud* CASTILHO, 1997, p. 49). Lehmann analisa os fenômenos de mudança à luz da gramaticalização, atentando-se mais para o resultado do que para o processo. Hopper (1991) é quem vai apresentar alguns princípios que dão condição de compreender o fenômeno, observando-se o processo de gramaticalização.

Hopper (1991) propõe, para explicar a mudança linguística na perspectiva da gramaticalização, um conjunto de parâmetros, quais sejam: estratificação, divergência, especialização, persistência e descategorização. Estes são os chamados princípios de Hopper e a definição de cada um deles expõe-se a seguir:

- *Estratificação* se refere à possibilidade de novas “camadas” emergirem e coexistirem com as antigas, com um mesmo significado, em um dado domínio funcional. Nesse processo, as formas antigas e as novas podem coexistir sem haver mudança.
- *Divergência* se refere aos diferentes graus de gramaticalização de um mesmo item, ou seja, um item que já se gramaticalizou pode sofrer um novo processo de gramaticalização, ou pode se gramaticalizar em alguns contextos, mas não em outros. Por esse princípio, formas de mesma etimologia podem vir a ser

funcionalmente divergentes – em alguns contextos, mantém o sentido da forma-fonte; em outros, se apresenta como a forma gramaticalizada.

- *Especialização* diz respeito ao estreitamento na escolha das formas disponíveis, pertencentes a um mesmo domínio funcional. Uma das formas passa a ocupar mais espaço, ou seja, passa a ser a escolhida para determinados contextos.
- *Persistência* relaciona-se ao fato de se manter alguns traços semânticos da forma-fonte na forma gramaticalizada. Nesse caso, podem ocorrer restrições sintáticas.
- *Descategorização* diz respeito à perda dos marcadores de categoria e perda de autonomia discursiva. A forma em gramaticalização neutraliza as marcas morfofonológicas e sintáticas, comuns nas formas plenas, passando a assumir características de categorias secundárias, itens mais gramaticais.

Pelos princípios propostos por Hopper (1991), é possível identificar o grau de gramaticalização do item. Por esses parâmetros, é possível identificar também alguns fatores que contribuem para a mudança linguística, pois pode haver mais de uma forma para as mesmas funções (*estratificação*), quando uma forma tem seu sentido ampliado, e pode haver formas da mesma etimologia com funções diferentes (*divergência*).

Alguns dos princípios da gramaticalização propostos por Hopper, como a divergência, por exemplo, não se afinam com a Teoria da variação e da mudança, por ter natureza distinta. No caso da divergência, um mesmo item cumpre várias funções. Nesse caso, não há variação, apenas ampliação de sentido.¹²⁰ Nesse caso, o item pode ser usado em contextos que provoquem ambiguidade, ou seja, contextos em que a existência de uma mesma forma possibilite diferentes interpretações (MARTELOTTA, 2003, p. 52). Foi o que ocorreu, por exemplo, com o genitivo *seu*, quando passou do latim para as línguas românicas, que, como reflexivo, teve seu sentido ampliado para não-reflexivo, causando ambiguidade na recuperação do referente, em alguns contextos. Daí o uso do *dele* como reforço, passando-se a usar a construção pleonástica *seu ... dele* como forma desambiguizadora.

Mas há, pelo menos, dois dos princípios de Hopper que contribuem para o entendimento dos processos de variação e mudança das variantes *seu* e *dele*, são eles: a estratificação e a especialização. Quando duas formas desempenham a mesma função, identifica-se a estratificação, encontrando-se os itens em camadas. No caso da estratificação, as duas

¹²⁰ Esse fenômeno é também chamado de polissemia por teóricos de outras áreas.

formas, a inovadora, gerada por processo de gramaticalização, e a antiga convivem, sem que se constate o desaparecimento ou exclusão desta. Pela Teoria da variação e da mudança, essas formas seriam as variantes que poderiam ser utilizadas nos mesmos contextos. Conforme *Vitral et al* (2010):

Numa dada sincronia, podem coexistir duas formas: uma delas é a forma inovadora gerada por gramaticalização a partir de uma determinada fonte, e a segunda é uma forma já produtiva na língua, sendo que as duas desempenham a mesma função gramatical e são equivalentes do ponto de vista do conteúdo, o que tem, como resultado, a incidência de um fenômeno de variação linguística. (VITRAL *et al*, 2010, p. 211).

Dessa forma, explica-se a possibilidade de analisar-se o fenômeno com base nas duas perspectivas teóricas.

No processo de gramaticalização, pode acontecer também de uma das formas ir ampliando os contextos de uso, ou seja, de ir ocupando mais espaço, restringindo as possibilidades de uso da outra forma, até que a forma inovadora torne-se categórica. Nesse caso, constata-se que a forma inovadora passa a ser a escolhida para determinados contextos, e, como consequência, a forma antiga vai reduzindo sua frequência até não mais ocorrer. Nesse caso, o que acontece, conforme os princípios de Hopper, é a especialização no uso das formas, antes intercambiáveis. Com isso, elas deixam de ser variantes.

Vale ressaltar que, no caso da mudança por gramaticalização, o que se verifica é que não se inventam simplesmente novas formas, pois os falantes lançam mão de formas já existentes de onde possam extrair novos sentidos. Daí a importância de se valorizarem a pragmática e a semântica para se entender a constituição da gramática.

Com o referencial teórico constituído, passa-se, no próximo capítulo, a apresentar o percurso metodológico da pesquisa, para, no capítulo posterior, fazer-se a análise das informações levantadas.

7 O PERCURSO METODOLÓGICO

O objetivo geral desta pesquisa é descrever e analisar como se comportam as variantes *seu* e *dele* como possessivos de terceira pessoa, em *corpus* do século XIX, buscando identificar os níveis de variação dessas formas e o processo de mudança, considerando-se o fato da forma *dele* ser considerada a inovadora. Considerando-se, como visto no capítulo 2, que a ocorrência de cada variante – *seu* e *dele* – é condicionada por contextos linguísticos específicos, o que se propõe é identificar quais os contextos que restringem ou propiciam o uso de uma forma ou de outra, verificando-se dois aspectos, um de natureza morfossintática – a posição desse possessivo no sintagma nominal, outro de natureza semântica – os traços semânticos do referente. Nessa direção, têm-se os seguintes objetivos específicos:

- identificar as variáveis que propiciam a seleção de uma ou de outra forma;
- verificar a constituição do sintagma do possessivo de terceira pessoa; e
- analisar os dados levantados no *corpus*, considerando-se as possíveis aproximações ou os distanciamentos em relação ao que foi observado em *corpora* de outras sincronias da Língua Portuguesa.

A pesquisa foi realizada numa perspectiva histórico-diacrônica. Para isso, tomou-se um *corpus* datado da segunda metade do século XIX, considerando-se as quatro décadas: 50, 60, 70 e 80. Vale ressaltar, conforme visto no capítulo *Normas linguísticas e ideal de nacionalidade no século XIX*, que esse período constitui-se como momento da padronização linguística no Brasil e também de institucionalização e consolidação do ensino público primário no Brasil, bem como da formação dos professores. Além do *corpus* da segunda metade do século XIX, lançou-se mão de resultados de estudos feitos sobre as variantes *seu* e *dele*, em *corpora* de outras sincronias.

A pesquisa esteve norteadada pela seguinte hipótese: considerando-se o período em estudo, segunda metade do século XIX, os professores primários usariam, preferencialmente, a forma conservadora *seu*, expressando a norma culta escrita de então, embora pudessem também expressar-se com a forma inovadora *dele*, provavelmente já de uso frequente na fala.

O objeto em estudo será analisado, considerando-se aspectos sociohistóricos e linguísticos. No que se refere aos aspectos sócio-históricos, serão observadas características das correspondências que constituíram o *corpus* e o contexto da padronização linguística no Brasil. No caso dos aspectos linguísticos, serão considerados os sintático-semânticos e os morfossintáticos. Nesse sentido, buscou-se identificar em que

medida o contexto linguístico interferiu na seleção da variante, *seu* ou *dele*, e na sua posição no sintagma do possessivo.

Tomou-se como referencial teórico-metodológico a Sociolingüística variacionista e sua teoria da variação e mudança linguística. Nessa perspectiva, definiu-se como variável dependente “os possessivos de terceira pessoa”, *seu* e *dele*. Essas formas só foram consideradas como variantes quando usadas em contextos que permitissem seu intercâmbio, ou seja, quando puderam ser alteradas, uma pela outra, sem mudar seu referente. Como variáveis linguísticas, consideraram-se os contextos que propiciaram ou restringiram o uso da forma *seu* ou *dele* no *corpus* em análise. Nesse sentido, observaram-se alguns traços semânticos do referente – grau de ambiguidade do contexto, personalização, grau de definitude, grau de especificidade e grau de concretude. Foram abordados também aspectos morfossintáticos, relacionados à configuração do sintagma do possessivo.¹²¹

Para refletir sobre o fenômeno, do ponto de vista da mudança linguística, apresenta-se, por meio de estudos já realizados, a trajetória dos possessivos de terceira pessoa do latim até o português brasileiro contemporâneo, tendo em vista as duas formas, *seu* e *dele*, e suas funções ao longo do tempo, ou seja, aspectos semântico-pragmáticos (ver capítulos 1 e 2). Tomam-se, assim, estudos feitos sobre os possessivos de terceira pessoa, especificamente o *seu* e o *dele*, em *corpora* diversos, compreendendo o Período Arcaico até o Português Brasileiro Contemporâneo. Saliente-se que, assim, foi possível identificar e comparar algumas sincronias.

Do ponto de vista da função que os possessivos de terceira pessoa desempenham na língua portuguesa, considera-se a natureza anafórica desses itens e o processo de referenciação como suporte para a análise. Nesse sentido, tomam-se estudos relacionados a esses itens no PB e considera-se o que dizem algumas gramáticas acerca desses elementos, no que se refere à classificação, definição, prescrição e uso.

É importante destacar aqui que os estudos da mudança linguística numa perspectiva funcionalista, que também é referencial para a análise, dão ênfase à situação comunicativa, ou seja, ao aspecto pragmático que perpassa a linguagem humana. Nesse sentido, fatores extralinguísticos que permearam a escrita dos professores têm importância fundamental para se compreender com mais clareza a escolha de determinados elementos linguísticos por esses professores. Nesse sentido, observando-se o perfil do *corpus*, algumas questões foram feitas:

¹²¹ O detalhamento sobre as variáveis linguísticas será feito, posteriormente, no tópico 6.2.

- Considerando-se o nível de formalidade da situação, os professores utilizavam qual das duas variantes e por quê?
- Que variáveis estariam implicadas na escolha de uma ou de outra variante pelo escrevente?

7.1 O CORPUS

O *corpus* desta pesquisa é constituído de um conjunto de correspondências escritas por professores primários, datadas do período compreendido entre as décadas de 50 e 90 do século XIX, disponíveis na Seção Colonial do Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB. Esse conjunto de correspondências faz parte da documentação oficial.

Como destinatários para as correspondências, registram-se o Diretor Geral de Estudos/da Instrução Pública, o Comissário da Instrução Pública ou o Inspetor Literário (local), Componentes da Comissão Literária (como o próprio comissário ou o juiz de paz), o Presidente da Província ou o Governador do Estado. A maior parte das correspondências (83,0%) são destinadas ao Diretor Geral dos Estudos/da Instrução Pública. Por esse motivo, fez-se o levantamento dos documentos datados somente a partir da década de 50 do século XIX, logo após a implantação do cargo de Diretor da Instrução Pública (1849). Segue tabela registrando os destinatários:

Tabela 5: Destinatários das correspondências

DESTINATÁRIO	ANOS 50	ANOS 60	ANOS 70	ANOS 80	TOTAL	%
Diretor Geral dos Estudos ou da Instrução Pública	86	73	84	59	302	83,0%
Comissão da Instrução Pública (local)	08	06	—	09	23	6,3%
Inspetor Literário (local)	—	—	16	03	19	5,2%
Presidente da Província/Governador do Estado	01	10	02	04*	17	4,7%
Presidente da Câmara Municipal	—	—	01	—	01	0,3%
Não registrado	—	01	01	—	02	0,5%
TOTAL	95	90	104	75	364	100,0

* Apenas no ano de 1889, uma correspondência foi destinada ao Governador do Estado.

O perfil do interlocutor é relevante nesta análise, na medida em que possibilita identificar o tipo de registro utilizado pelos autores dos documentos e, com isso, suas escolhas linguísticas. A seleção desse *corpus*, como representativo da escrita da época, se justifica porque tais documentos registram a escrita formal dos professores, portanto usos mais próximos da norma culta de então. Berlinck *et al* (2008) explicam que uma das formas de se verificar o grau de formalidade em uma carta é identificando os pronomes e as formas de tratamento utilizados, tanto na saudação inicial quanto na despedida.¹²² Nas correspondências levantadas nesta pesquisa, a expressão utilizada na saudação inicial contribuiu para se perceber o grau de formalidade dos interlocutores, pelo distanciamento entre os mesmos. Em geral, os emissores usam as seguintes formas de tratamento: Ilustríssimo, Reverendíssimo, Excelentíssimo, Vossa Excelência, Vossa Senhoria, Doutor. Foram contempladas as correspondências dos professores dirigidas não só aos Diretores da Instrução Pública, mas a outras autoridades.

Sobre as correspondências, só foram consideradas para a constituição do *corpus*, aquelas em que se registra a autoria como sendo a de um professor. A informação mais explícita sobre os mesmos é de que são professores primários¹²³; muitos efetivos, alguns substitutos. Essas informações são encontradas depois do fecho da carta, seguindo a assinatura, ou no corpo do texto, conforme se observa nos trechos a seguir:

1. Tendo entrado no exercício da cadeira de 1^{as} letras da Freguesia da Victoria como substituta, o communico a V.S^a p^a sua intelligencia. (Auta Themodea Colonia, Freguesia da Victoria, 01.03.1853).
2. [...] passo as mãos de VS^a o mappa dos alumnos q' concorrerão a aula, de q' sou Professor, [...], p^{lo} q' conhecerá VS. seu numero, frequencia e aproveitamento. (Honorio de [?] Mend^{ca}. Villa de [?]. 14/09/1861).
3. Tendo eu reassumido o cargo de Professor publico primário nesta Villa e simultaneamente entrado em exercício de suas funções [...]. (Joaquim Ignacio de Souza Mendez. Aula publica primaria na V^a do Prado. 10.07.1861).

Registro que identifica o remetente como professor, logo abaixo da assinatura, verifica-se nas figuras 4 e 5:

¹²² De acordo com Castillo Gómez (2006), “ao terminar a correspondência, o emissor também adapta o seu texto (despedida) de acordo com seu destinatário”. Sobre formas de tratamento em correspondências, ver também “Prezado senhor, prezada senhoras – estudos sobre cartas”, de Walnice Galvão e Nádia Battella Gotlib.

¹²³ Não foi possível fazer um levantamento do perfil sociocultural de cada um dos professores, pois não houve tempo suficiente para se buscar mais informações.

Villa do Rio de Contas 5 de Jan.º de 1875
 e l'levantariu p'ra tomar os necessarios notes

Mmo Senr.

Tenho a honra de enviar a V.ª a copia da
 acta do exame dado n'esta aula no dia 4
 de Dezembro do anno findo. Enão houverão
 mais exames, p'q' os pais de familias do
 centro não ajudão aos professores na edu-
 cação e instrucção de seus filhos

Deos J. e a V.ª

Mmo Senr. Director
 Geral dos Estudos

Alcina Rosenda da S.ª
 Professora Vitalicia

Figura 4: Carta da professora Alcina Rosenda da S.ª. Professora vitalicia. Villa do Rio de Contas. 05/01/1875.

Eschola Publica da Victoria 8 de Julho
de 1874

Ilmo Sr
Sr. J. J. J. J.

Di. si -
8-7-74

Sendo recolhido na essa Directoria o telogio desta eschola que por impruvidavel não pode servir mais, pois alem do concerto que por duas vezes soffreu á expensas minhas, ja foi uma vez tambem mandado concertar por essa Directoria, venho sollicitar dit. S. a applicação de suas ordens afim de que me seja fornecido um outro telogio si que tanto Carid esta eschola, como tem sido observado pelos Srs. Inspectores. Ceras que a tem vestidas.

D. G. P. S.
 Ilmo Sr. Dir. da
 Eschola Publica

O Professor Elizeu Letor de Carvalho

Figura 5: Correspondência do professor. Eschola Publica da Victoria. 08/07/1874.

As correspondências tratam de assuntos diversos, todos relacionados a ensino, sendo este um aspecto relevante para o estudo proposto, já que fazem menção sempre a uma terceira pessoa, objeto da exposição, da discussão, da solicitação ou da queixa do seu autor.

Dos assuntos mais frequentemente abordados, tem-se o relatório das atividades (21,8%), por meio do qual o professor oferece informações sobre frequência, disciplina e desempenho dos estudantes, além de descrever as condições estruturais da escola. Observe-se nos trechos a seguir o teor dos relatos:

4. [...] No trimestre de Janeiro á Março frequentaram 31 alumnas e 2 alumnos [...]. Se maior numero não tem freqüentado, a culpa não é minha, e sim, por serem moradores fora d'esta Villa a maior parte de seus habitantes [...] (Maria Luiza de Moura, 18.12.1871, Barra do Rio de Contas).
5. [...] o número das [alumnas] que deixão de frequentar é de 16 a 20, pouco mais ou menos, não me sendo possível informar a V.S^a o motivo dessas faltas por não me serem participadas por seus pais. [...]. (Carlota Gracinda do Nascimento, 06.10.1881, Santo Amaro).

Em seguida, os assuntos mais frequentes são voltados a dar informações sobre o estado dos objetos utilizados na aula ou solicitar mobília/utensílios para o funcionamento da aula (15,5%) e dar informações ou solicitar materiais didáticos (13,3%). No caso dos utensílios, um muito solicitado é o relógio, conforme se observa no trecho a seguir:

6. Não tendo esta casa ha mais de cinco annos relogio para seus trabalhos, por isso que, não regulando o que nella havia, mandei-o para essa Directoria, e não mais voltou, peço a V.Exa se digne ordenar que se me dê um dos que [?] existem ahi. (Professor Manuel Florencio do Spirito Santo, Rua do Passo, 15.06.1874).

E em outra correspondência, segue lista de objetos solicitados (ver anexo):

7. Lista dos objectos indispensaveis para cadeira de S. Sebastião das cabeceiras de Passé.
 - o Um crucifixo.
 - o Um relógio.¹²⁴

¹²⁴ Em análise sobre a cultura escolar do século XIX, principalmente da segunda metade, Souza (2008), afirma que, principalmente a partir dos anos 50, houve uma crescente disciplinarização do saber-fazer dos professores. Nesse processo, foram implementadas estratégias voltadas para a Instrução Pública, dentre elas o controle do tempo das práticas escolares cotidianas. A partir 1861, entre as novas regras a serem seguidas estava o cumprimento do horário do começo e fim da aula. Assim criou-se um novo tempo: o tempo escolarizado. Isso se confirma, segundo a autora, no recorrente pedido de um relógio para que fosse possível estabelecer o correto horário da aula. Segundo Souza, o relógio se constitui, nesse período, um signo da cultura escolar, relacionado à cultura da disciplina (SOUZA, 2008, p. 164).

- Um busto do Monarca.
- Uma escrivanhinha. (Professora Rita Augusta de Bittencourt, S. Sebastião das cabeceiras de Passé, 15.06.1874).

Ainda sobre mobília, vejam-se os registros abaixo:

8. [...] já não fallo em mobília porque estou cansado, p^s não sei como cincoenta e nove meninos, [...], hão de escrever em uma carteira deslocada, e é de que procede, sem duvida nenhuma, o atraso de letra d'elles como vos tenho dito. [...] (Antonio Luiz de Magalhães, 12.02.1861, Paripe).
9. [...] em uma eschola frequentada por setenta e muitos alumnos, o Professor não póde ainda com esforsos extraordinarios dar conta da sua espinhoza missão; o que não acontece em uma eschola bem mobilhada [...] (Militino Felix dos Reis, 21.04.1880, Villa de Alagoinhas).
10. [...] a mobilia acha-se redusida apenas a quatro carteiras com os seus competentes bancos.¹²⁵ [...] (Pedro José Ferreira, 24.04.1880, Villa de Taperuá)

No caso dos materiais didáticos, era comum a solicitação de livros.

11. [...] e tornando-se indispensável tais compêndios, a vista da falta absoluta d'elles em m^a Aula [...]. (Domingos Gomes de Oliveira, 15.02.1861, Freguesia de Santo Antonio das Queimadas)

Havia também registro sobre o recebimento desses materiais, conforme se observa no trecho abaixo:

12. [...] Tendo-me sido entregues 10 exemplares do Bom Homem Ricardo, 10 de Grammatica [...] e 1 Manual do ensino simultâneo accuso a recepção delles. (Torquato Santos Silva, 01.12.1853, Outeiro da Piedade).

Outro assunto também frequente diz respeito à posse ou remoção da Cadeira. Quando da posse, por exemplo, o professor enviava correspondência informando o dia em que assumiu o cargo (8,8%), conforme se observa no trecho abaixo:

13. [...] Communico a Vóssa Excellencia, para sua sciencia e fins convenientes, que passei a assumir o exercicio das funções de meo magistério [...]. (Joaquim Ignacio de Sz^a Mendez, 20.08.1874, Villa d'Entre Rios).

¹²⁵ As queixas em relação à mobília eram recorrentes nos relatórios, como se pode identificar no relatório do Diretor de Instrução Pública de 1879, Cônego Dr. Emílio Lopes Freire Lobo, que afirmava que de todas as escolas da Província apenas 19 receberam mobília; mas ele só as poderia ir fornecendo à medida que fossem sendo reclamadas pelas escolas, pois a verba estava limitada. (BULCÃO, 1879).

Apresentar sua defesa diante de um problema também era um procedimento comum dos professores, conforme se registra a seguir:

14. P^a q prm^a vez também fosse eu victima d'essa espécie de calumnia tão maguosa como degradante, e tanto que a vista d'ella recuzo levar diante de V.S^a seos motivos [...]. (Francisca Christina d'Esp^{to} S^{to} Maia, 06.03.1855, Simões Filho).

Nas correspondências, os professores tratam também de verbas para viagens, de licença do serviço, apresentando motivos como tratar da saúde, receber remuneração em outra cidade, visitar familiares, assistir a cursos, entre outros.

As correspondências levantadas recobrem o período de 1850 a 1889. Dessas correspondências, consideraram-se, para a pesquisa, apenas as que apresentavam o fenômeno lingüístico em estudo – o *seu* e o *dele* como variantes, com a função de possessivo. Foram levantados 364 documentos. Neles, foram identificadas 601 ocorrências de possessivos de terceira pessoa.

Quanto à autoria das correspondências em termos de gênero, são 77% de homens, observando-se uma tendência, entretanto, do cargo de professor primário ser ocupado por mulheres. No *corpus* em análise, identifica-se, na década de 50, apenas 12,6% de correspondências de autoria de professoras; já na década de 80, registram-se 34,7% (ver tabela 6).

Tabela 6 - Perfil dos escreventes quanto ao gênero

ANO	MASCULINO		FEMININO		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%
ANOS 50	83	87,4%	12	12,6%	95	100
ANOS 60	74	82,2%	16	17,8%	90	100
ANOS 70	74	71,2%	30	28,8%	104	100
ANOS 80	49	65,3%	26	34,7%	75	100
TOTAL	280	76,9%	84	23,1%	364	100

FONTE: Correspondências de professores primários – Seção Colonial - APEB

Observa-se que, ao longo da segunda metade, as professoras passam a ter uma representação mais frequente no *corpus*, chegando quase a triplicar o número de escreventes do gênero feminino.

Após a explanação do perfil do *corpus*, passa-se, no tópico a seguir, à descrição das variáveis linguísticas.

7.2 AS VARIÁVEIS LINGUÍSTICAS

Para Labov, quando duas ou mais formas expressam a mesma informação, ou seja, têm o mesmo significado referencial, em um mesmo contexto, constituem uma variável linguística (LABOV, 2008 [1972]). Labov ressalta, entretanto, que “[...] as variantes são idênticas quanto à referência ou valor de verdade, mas opostas em sua significação social ou estilística.” (LABOV, 2008 [1972]). Ou seja, embora possa ter o mesmo significado, utilizar-se de uma forma ou de outra diz respeito a fatores extralinguísticos.

Dessa maneira, é preciso ressaltar que, na seleção de um fenômeno variável, o primeiro critério a ser utilizado consiste em verificar se as duas ou mais formas em análise têm o mesmo valor de verdade em contextos idênticos, pois, para serem consideradas como variantes, devem ocorrer no mesmo contexto linguístico. Em relação ao contexto, é preciso atentar para a estrutura linguística em que se insere a variante. Em seguida, é preciso verificar se, no uso dessas formas, há fatores motivadores para sua escolha, que dizem respeito ao contexto comunicativo (à situação comunicativa), do ponto de vista pragmático. Nesse sentido, além dos fatores linguísticos, deve-se atentar para fatores sociais, semântico-discursivos e pragmáticos, que podem passar a ser motivadores e até determinantes na escolha de uma ou de outra forma linguística.

Considerando-se os possessivos como elementos referenciadores que promovem a coesão textual, buscou-se observar se o referente possuía características que estariam envolvidas no processo para a seleção de uma ou de outra forma.

Pelos estudos sobre a variação no uso dos possessivos de terceira pessoa, *seu* e *dele*, observa-se que, na contemporaneidade, em muitas regiões e situações, a forma *dele* é mais frequente, principalmente por ser uma forma com marcas de gênero e de número, o que possibilita o acesso mais fácil ao objeto de discurso na cadeia da referência. Há, no entanto, alguns contextos linguísticos em que a forma *seu* ocorre com mais frequência do que o *dele*, por exemplo, com referentes genéricos ou menos especificados, conforme visto no capítulo 2 (MULLER, 1997a, 1997b). Outra constatação diz respeito à especialização da forma *seu* como possessivo de segunda pessoa, implementada com a gramaticalização de *você*. Partindo do exposto, procurou-se verificar, no *corpus* em estudo, a frequência de uso das variantes *seu* e *dele*, e os contextos em que uma ou outra forma é utilizada com mais

frequência. Para tanto, foram estabelecidas algumas variáveis linguísticas, conforme se expõe a seguir.

7.2.1 A variável dependente

Como variável dependente neste estudo tem-se os possessivos de terceira pessoa, *seu* e *dele*. Seguem-se trechos em que é possível identificar o uso das duas variantes:

[...] Não me surpreheo a vossa accusação ao muito zeloso e justiceiro **Sr Commissario P^e Jose Lourenço Vieira Geraldo** porque é assaz conhecida a perseguição calculada que me faz [...], para dest'arte saciar **seos caprichos mesquinhos** em detrimento do precioso tempo do expediente da Directoria [...]. (João Baptista Aragão Pedra e Cal Camamu. Professor. São Gonçalo dos Campos. 18/08/1861).

[...] **As matérias do ensino** correrão, quanto esteve ao alcance de minha fraca intelligencia, e sobre **o merecimento dellas**, fica livre ao Sen^r D^r Inspector Geral das aulas, que se dignou visital-a no dia 18 de maio [...]. (Francisco Gonsalves de Senna. Inhambupe. 08/07/1875).

No caso da forma *seu*, sendo, no PB contemporâneo, utilizada tanto para a terceira como para a segunda pessoa, buscou-se, em primeiro lugar, verificar no *corpus* se essa forma era usada indistintamente para referentes de segunda pessoa, o interlocutor, ou de terceira pessoa, algo/alguém sobre o que se falava. Embora para o interlocutor fosse utilizado pronome de tratamento, o interesse foi verificar se esse fato poderia fazer com que o escrevente utilizasse o *seu* para a segunda pessoa (interlocutor) e o *dele* para a terceira, conforme se observa com mais frequência nos *corpora* orais contemporâneos.

Depois desse levantamento, buscou-se, então, identificar a frequência de uso do *seu* apenas para os referentes de terceira pessoa e a frequência de uso da forma analítica *dele* como indicadora de posse. Saliente-se que, no caso do *seu*, foi desprezada a forma que constitui a expressão de tratamento, como em *sua excelência*.

Tomando-se, então, as duas formas como possessivos de terceira pessoa, dois aspectos foram observados: alguns traços semânticos do referente e a constituição do SN possessivo. No primeiro caso, o objetivo foi verificar se haveria traços semânticos que se constituiriam favorecedores ou restritivos para o uso de uma das formas. No segundo caso, o objetivo foi verificar se haveria algum elemento na constituição do sintagma do possessivo que condicionasse esse uso e não a construção com a forma analítica *dele*.

No caso dos traços semânticos, o primeiro aspecto observado, no que se refere ao referente de terceira pessoa, foi se o contexto apresentava certo grau de ambiguidade na sua recuperação e se esse traço propiciava o uso da forma analítica, *dele*, como estratégia

de desambiguação. É preciso salientar que só foi considerado como referente um sintagma nominal; no caso de aparecer uma forma pronominal, recuava-se no texto até que fosse localizado o nome a que se referia aquele pronome. Para se verificar se o contexto era ambíguo, substituía-se o *dele* pelo *seu* e verificava-se se o referente era logo identificado ou se causava confusão.

Após esse levantamento, e tendo identificado uma frequência de uso reduzida da forma *dele*, diminuindo paulatinamente ao longo do período em análise, passou-se a identificar os contextos de uso dessa forma no *corpus*. É preciso ressaltar que, conforme pesquisa de Barros (2007), realizada em outros *corpora*, cujos resultados foram apresentados no capítulo 2, a forma *dele* teve um aumento na sua frequência de uso no século XIX.

7.2.2 As variáveis independentes

Considerando-se, então, o uso das variantes *seu* e *dele*, estabeleceram-se algumas variáveis. A primeira variável foi relacionada à pessoa. Buscou-se verificar se a forma *seu* era usada apenas para [P3/P6] ou se já seria usada para referir-se ao próprio interlocutor, o destinatário da carta [P2]. Em seguida, selecionando-se apenas como referente a terceira pessoa, levantou-se a frequência de uso de uma e de outra forma. Com esse levantamento, passou-se a observar o grau de ambiguidade do contexto, buscando identificar se essa variável seria fator motivador para a seleção da forma analítica *dele* em detrimento do *seu*. O traço [+/-humano] também foi considerado, haja vista, estudos numa perspectiva histórico-diacrônica terem apresentado essa variável como fator condicionante para o uso de uma forma ou de outra em momentos distintos, conforme visto no capítulo 1 (cf. Oliveira e Silva, 1982). A partir daí, passou-se a observar variáveis de natureza definida, determinada, buscando observar se esse aspecto também se constituiria como fator que interferiria na escolha de uma ou de outra forma. Nesse sentido, elencaram-se as seguintes variáveis, todas complementares:

- [+/-definido] – do ponto de vista formal,
- [+/-específico],
- [+/-concreto],

atentando-se para o grau de definitude do referente.

Levantando-se o traço [+/-humano] do referente é possível verificar se esse aspecto semântico favorece o uso de uma ou de outra forma de possessivo de terceira pessoa. Oliveira e Silva (1991) ressalta que

[...] o fato de o possuidor ser humano favorecia muito o uso da forma *seu* nos séculos XV, XVI e XVII. Essa obrigação era tão severa que, quando, referindo-se a possuidores humanos, houvesse alguma ambiguidade a ser esclarecida, o falante acrescentava a forma *dele* para desambiguação, sem, todavia, poder omitir a forma *seu*, única digna de humanos. (OLIVEIRA E SILVA, 1991, p. 92).

Nesse caso, o falante usava a expressão pleonástica *seu...dele*. Moraes de Castilho (2013) também faz essa constatação. Oliveira e Silva declara também que “[...] no século XVIII, por motivos ignorados, houve uma alteração total desse comportamento, e a forma *dele* passou a ser preferencialmente atribuída a humanos, enquanto a forma *seu* era atribuída a objetos.” (p. 93). Diante disso, foi observado se o traço [+/-humano] condicionaria o uso do *seu* ou do *dele* nas correspondências dos professores primários do século XIX, atentando-se, inclusive, para o fato de que a terceira pessoa representa a não-pessoa do discurso.

No caso do traço [+/-humano], como o *corpus* apresentou particularidades, identificou-se diferença entre humanos adultos e humanos crianças. Nesse sentido, as células foram ampliadas/desmembradas, optando-se por [adulto], [criança] e [não-humano].

Os resultados da pesquisa de Oliveira e Silva (1984, 1991) e de Muller (1997a) constataam que a forma *seu*, por não possuir marcas de gênero nem número do referente, tende a ser utilizada para referentes mais genéricos, abstratos e indefinidos, fazendo com que a forma *dele* seja mais usual, nesses casos, por possuir a possibilidade de acessar o referente de maneira mais precisa. Nesse sentido, os traços de concretude, definitude e especificidade foram contemplados, como forma de mensurar a frequência de uso do *seu* e do *dele* nas correspondências.

Utilizou-se o traço [+/-concreto] a fim de verificar se o uso do *dele* se relacionava a essa possibilidade de recuperar uma entidade mais identificável, já que concreta. Considerou-se, como concreto, SN que designa pessoa ou objeto, que tem uma existência independente, autônoma (*um professor*¹²⁶..., *os alunos*..., *seis jogos de carteiras e bancos*..., *10 exemplares de O Bom homem Ricardo*..., *livro de matrícula*... etc.). Como abstrato, considerou-se o SN que indica estado, qualidade, sentimento ou ação dos seres, sem os quais não poderia existir (*Todas as classes*..., *a teoria*..., *o cargo*... etc.).

Sobre o traço [+/-definido], atentou-se para dois aspectos: a) a relação entre o dado e o novo na referência e b) o conhecimento partilhado pelos interlocutores. Em relação ao primeiro aspecto, observa-se que o novo se expressa pelo indefinido, pois essa forma introduz um referente no discurso; o definido se constitui como o referente que já foi

¹²⁶ Os exemplos citados neste tópico foram retirados do próprio *corpus* em análise.

introduzido/mencionado (o dado), tornando-se, então, conhecido do interlocutor, tendo, assim, um antecedente ou, ao menos, uma indicação que possibilite ao interlocutor fazer a retomada. Nesse sentido, há aspectos formais, do ponto de vista linguístico, que permitem identificar o referente novo e o referente dado no discurso. Saliente-se que há referentes que, por serem de conhecimento prévio e partilhado entre os interlocutores, já entram no discurso como algo dado, com marcas de informação já conhecida, portanto formalmente definida, por exemplo, *a escola...*, *o livro de matrícula...*, *a mobília...*, entre outros. É preciso ressaltar que pesquisas têm demonstrado que, no português brasileiro contemporâneo, a forma *seu*, por concordar com o referente apenas em pessoa, pois em gênero e número ele concorda com o substantivo/nome que precede ou determina, torna-se mais frequente em contextos em que o referente é indefinido. Ou seja, referente indefinido requer menos marcas (de gênero ou número), portanto, como o possessivo *seu* concorda apenas em pessoa com o referente, ele se torna neutro. (OLIVEIRA e SILVA, 1982, 1991; NEVES (2002b, 2011).

Para fins da análise do *corpus*, no que diz respeito ao traço de definitude, consideraram-se alguns aspectos formais. Nesse sentido, para o caso de [+definido], elegeram-se as seguintes características para o referente:

- a. ser nome precedido de determinantes¹²⁷ definidos – artigo definido, possessivo, demonstrativo (*este aluno...., aqueles objetos.., seus paes...., tais compêndios...*)
- b. ser nome próprio ou pronome pessoal¹²⁸ (*Andre Avelino Brasil..., ele...*);
- c. ser nome contável no plural anteposto por numerais (*três fios de ferro...*)

Para o caso de [-definido] observaram-se os seguintes aspectos:

- a. ser nome precedido de quantificador indefinido – incluindo o *um*¹²⁹ (*um professor...; nenhum homem...; um tinteiro...; cada um aluno...; todo homem...*);

¹²⁷ Os determinantes restringem, tornando mais precisa a referência. No caso do artigo definido, sua função primordial é identificatória, classificatória, porque se refere a algo que foi mencionado anteriormente ou que é de conhecimento universal. (CASTILHO, 2010, 489). Por isso seu sentido delimitador.

¹²⁸ No caso de ser pronome pessoal, ressalte-se que se buscou identificar o seu referente no texto.

¹²⁹ Castilho considera que, pelos traços semânticos, o que a tradição gramatical, a partir do século XIX, classifica como artigo indefinido – *um* – nada mais é do que um quantificador indefinido que cumpre a função de pronome indefinido. (CASTILHO, 490, p. 490).

- b. ser nome contável no plural anteposto por quantificador indefinido (*poucas pessoas..., vários pais de família...*);
- c. ser nome singular ou plural sem nenhum determinante (*meninos de uma educação menos limada..., mobília completa..., motivos que não valem a pena...*).
- d. ser pronome indefinido (*alguém...; ninguém...*).

Outra variável considerada diz respeito à especificidade do referente. Embora o traço [+/-específico] se aproxime, em alguns aspectos, do traço [+/-definido], há algumas distinções que contribuem para ampliar a análise. Consideram-se específicos, nomes que se referem a indivíduos que são exclusivos de uma espécie, nomes que representam hipônimos de termos que se referem a uma classe ou categoria. No polo oposto, têm-se os genéricos, que são nomes que se referem a uma classe geral (não a um ou mais indivíduos), ou seja, referem-se ao conjunto de indivíduos de uma classe; não a cada um deles. São nomes considerados hiperônimos de termos específicos.

Numa compreensão de que essa referencialidade se configura em níveis, para efeito desta análise, estabeleceu-se uma divisão, considerando-se do maior grau de especificidade (algo/alguém com referência explícita) até o menor, envolvendo, inclusive, o traço de generalidade. Ou seja, no caso da especificidade, há um contínuo que vai do totalmente específico ao que não marca especificidade, o genérico. Os referentes com traço [genérico] foram incorporados na categoria [-específico] tendo em vista o baixo número de ocorrências, resultando irrelevante analisá-las em separado.

Diante do exposto, considerou-se como [+específico] os seguintes elementos:

- a. sintagmas nominais com referência específica (*esta freguesia..., o Snr Comissário..., a professora pública d'este Arraial..., os antigos professores [da freguesia]..., o povo [da freguesia]... os habitantes [da localidade]..., meu oferecimento..., a espoza do meu accuzador...*)
- b. sintagmas nominais com referência na mente dos interlocutores (informação compartilhada) (o/s professor/res, o/s aluno/s, – nesse caso quando o artigo pode ser substituído por um demonstrativo –, o *supremo creador do Ceo e da Terra..., o Sol...*)
- c. nomes próprios ou pronomes pessoais (O *Sn' Barão de Camaçary..., José Grimaldi..., ele...*)
- d. plurais antecidos por numerais (*dous meninos..., 3 carteiras..., quarenta e cinco alumnos*).

Como traço [-específico], consideraram-se os seguintes:

- a. sintagma nominal sem referência específica – mas hipotética (*os cidadãos..., os mestres..., o/a professor/a..., os/as professores/as..., os senhores [de escravos]..., as arguições..., o ensino...*).
- b. indivíduo representando o conjunto de indivíduos (*o professor primário..., o professor..., a mulher..., o verdadeiro delinquente..., o homem justo..., o homem de pura consciência...*)¹³⁰
- c. nome singular ou plural sem determinante (*velhos chefes de família..., moradores..., methodo..., faltas... motivos..., livro de matrícula..., taboadas..., pessoas...*)
- d. nome singular ou plural com quantificador indefinido (*um crucifixo..., um professor..., huma casa... uma Senhora cazada..., alguns paes..., uma boa parte de meus alumnos..., os demais alumnos matriculados..., todos os professores..., toda a mobília... certos paes..., outros alunos... uma mobília apropriada..., alguns articulados...*)
- e. pronome indefinido (*alguém..., ninguém...*)

Nesse item, foram também incorporados os referentes com traço [+genérico], tais como:

- a. sintagmas com sentido universal (*o ser humano..., a infância... a ignorância..., a mocidade...*),
- b. quantificadores universais (*Todo homem...*).

Em relação à mensuração da frequência das ocorrências, como a proporção da frequência de uso da forma *seu* foi muito superior ao uso da forma *dele*, optou-se, para melhor explanação da análise, por fazer uma comparação/um contraste entre o comportamento das duas formas separadamente em relação aos traços. Nesse sentido, o que está em foco não é qual das duas formas foi a mais frequente para um determinado traço, mas qual o comportamento de cada forma considerando-se um determinado traço. Até porque, tendo em vista que o uso do *seu* se apresentou com alta frequência, embora outros trabalhos registrem um aumento da frequência da forma *dele*, equiparando-se com a forma *seu* (ver, por exemplo, Barros, (2007), a busca deste estudo passou a ser, então, o motivo pelo qual a forma *dele* era utilizada pelos professores naquele contexto.

¹³⁰ Nesse caso, a não-especificidade pode ser identificada, substituindo-se o artigo definido por um pronome indefinido se o sentido se mantiver.

Em relação ao sintagma em que se encontra o possessivo, atentando-se para pesquisas que constataam que a sintaxe do *seu* e do *dele* é diferenciada, tanto no PA (cf. MATTOS e SILVA, 1989; LACERDA, 2007; MORAES de CASTILHO, 2013) quanto no PB contemporâneo (CERQUEIRA, 2008), procurou-se verificar, no *corpus* em análise, a posição ocupada por uma e outra forma, bem como verificar se a presença do quantificador indefinido (*um, algum...*) no sintagma seria fator restritivo para uma das formas.

O estudo sobre o comportamento dos possessivos de terceira pessoa no PA feito por Lacerda (2007) revela que a implementação da forma analítica *dele* foi resultado da emergência do artigo definido e sua disputa com as formas possessivas átonas pelo núcleo do sintagma determinante. E o estudo de Cerqueira (2008) revela que, no português brasileiro contemporâneo, há diferença na constituição do sintagma possessivo quando se observam as duas formas, *seu* e *dele*. No caso da forma sintética, o possessivo, mais frequentemente, ocupa posição pré-nominal (*sua encomenda chegou*); mas pode também ocupar a posição pós-nominal (*uma encomenda sua foi entregue*). Ao analisar os exemplos identificados no seu *corpus*, Cerqueira (2008) ressalta que a presença do artigo indefinido¹³¹ no sintagma promove o deslocamento do possessivo para a posição posterior por causa do sentido de partitivo (parte de) promovido pela construção. Nesse caso, infere-se que há uma encomenda entre várias outras, como uma parte de um todo. Seria como nos exemplos a seguir: *um livro seu; alguns livros seus; poucos amigos seus; qualquer livro seu*). Nesses casos, “apenas uma parte dos elementos do conjunto está sendo considerada” (CERQUEIRA, 2008, p.13). Esse sentido não pode ser observado quando o possessivo é mudado de posição: *os seus poucos amigos* ou *seus três livros*. Nesse tipo de construção, a referência é o todo. Quanto à forma analítica *dele*, Cerqueira registra que a posição categórica é a pós-nominal. Com isso, observa-se que traços morfológicos e semânticos do possessivo têm relação com a posição em que essas formas ocorrem no sintagma (CERQUEIRA, 2008, p. 16).

No caso do *corpus* em análise nesta pesquisa, em relação à constituição do SN possessivo, observaram-se as seguintes variáveis:

- a presença do artigo definido ou do quantificador indefinido;
- a posição do possessivo no sintagma (se pré-nominal ou pós-nominal); e
- a relação entre forma e posição, observando-se se a mudança da posição interferiria no sentido.

A opção por usar o termo quantificador indefinido em lugar de artigo indefinido se fundamenta na análise de Castilho (2010) e Bagno (2011) quando demonstram que tanto

¹³¹ Nesta análise, a denominação utilizada é *quantificador indefinido* em lugar de *artigo indefinido*.

do ponto de vista sintático quanto semântico, o indefinido não possui traços que possibilitem classificá-lo como artigo. Nesse sentido, para efeito dessa análise, utiliza-se o termo quantificador indefinido, incluindo alguns pronomes indefinidos e o tradicionalmente chamado artigo indefinido. Os quantificadores indefinidos considerados foram: *alguns, qualquer, um* etc.). Considerou-se como pronomes indefinidos apenas *alguém* e *ninguém*.

Em síntese, considerando-se, então, o uso das variantes *seu* e *dele*, do ponto de vista semântico, estabeleceram-se as seguintes variáveis: grau de ambiguidade do contexto, personalização, definitude, especificidade e concretude do referente. Como variáveis morfossintáticas, elencaram-se as seguintes: presença/ausência do determinante (artigo definido ou quantificador indefinido) e a posição das variantes no sintagma do possessivo.

Do ponto de vista da variação, vai-se verificar em que contextos o *seu* e o *dele* estão sendo usados e em que contextos podem ser intercambiáveis, constituindo-se como formas em camadas, considerando-se um dos princípios de Hopper, a estratificação. Além disso, vai-se verificar em que nível se mostra a mudança, voltando-se para a forma *dele*, tendo em vista ser a forma inovadora.

Com o referencial teórico e metodológico, passa-se, no próximo capítulo, à análise dos dados levantados no *corpus*.

8 SOBRE AS VARIANTES *SEU* E *DELE*: O QUE O CORPUS REVELA

Verifica-se nos estudos apresentados neste trabalho, com *corpora* representativos da Língua Portuguesa em diferentes sincronias que as variantes do possessivo de terceira pessoa se comportaram/comportam de maneiras diversas. Nos *corpora* do PB contemporâneo, observa-se que, embora o *dele* esteja em ascensão, restrições, de natureza pragmática, semântica e morfossintática, inibem o uso dessa forma. Do ponto de vista pragmático, é preciso ter em conta o nível de formalidade da situação comunicativa, que, em geral, favorece o uso do *seu*. Numa abordagem semântica, alguns referentes restringem o uso do *dele*, favorecendo o *seu* – quando o referente é um SN quantificado (MULLER, 1997), quando o referente é introduzido pelos indefinidos “cada” ou “tudo” (BAGNO, 2012). Do ponto de vista morfossintático, a posição das variantes no SN possessivo depende do determinante (se artigo definido ou quantificador indefinido). No caso específico do *seu*, sua posição usual é pré-nominal; quando posposto, tem o sentido alterado.

Na trajetória desses pronomes, identificam-se mudanças de natureza semântica e morfológica. No que se refere ao aspecto semântico, o *seu*, de origem reflexiva, passa a assumir função não-reflexiva. O *dele* já no sistema passa a funcionar como forma desambiguizadora. Em relação ao aspecto morfológico, inicialmente, tem-se formas átonas e tônicas. As átonas passam a competir com os artigos definidos emergentes, pela posição de determinante. A forma tônica e a forma *dele* assumem a função de possessivo.

Seu e *dele* são variantes porque exercem a mesma função de possessivo. O *seu*, embora tenha se especializado como possessivo da segunda pessoa (P2), não deixou de funcionar como possessivo de terceira pessoa (P3). Embora tenha havido uma ampliação no uso, não é possível afirmar que o *dele*, na contemporaneidade, é categórico na terceira pessoa, porque existem ainda restrições de uso. No caso do SN quantificado (“Tem que cada um pegar sua lancheira”; “Todo mundo ali à beira da calçada tomando seus chopes, tomando sua cerveja”), o sentido não especificado do referente faz com que se opte pela forma *seu*, haja vista o *dele* inviabilizar esse sentido não determinado do referente, já que tem marcas que orientam para a especificidade. O *seu* e o *dele* são variantes, mas não ocupam o mesmo lugar no SN. O *seu*, em geral anteposto ao nome, funciona como determinante (especificador do nome) e é interpretado como argumento do verbo; o *dele*, sempre posposto, funciona também como um especificador do nome, mas, pela posição, como um predicativo.

No caso do *seu*, observa-se que de uso específico apenas como reflexivo, estende-se para contextos mais amplos (não-reflexivos). Isso ocorre desde o latim e se intensifica nas línguas românicas, chegando ao PA. Passou um longo tempo sendo utilizado em contextos mais amplos e, na contemporaneidade, tem seu uso restringido – o *seu* se especializa como possessivo da segunda pessoa, *você*, e, como possessivo da terceira pessoa, varia com o *dele*, sendo que esta forma, no PB contemporâneo, mesmo em contextos formais, tem demonstrado maior frequência. O único caso em que o *dele* não é intercambiável com o *seu* é quando seu referente é um SN quantificado, ou um quantificador indefinido (MULLER, 1997; BAGNO, 2012). Ressalte-se, entretanto, que, conforme Moraes de Castilho (2013, p. 259), a geração mais nova tende a usar o *dele* até nesses contextos, conforme exemplifica:

- Todo homem acha que a mulher dele / *sua mulher deve ser uma boa cozinheira.

Considerando-se a cadeia de referenciação e nela os possessivos de terceira pessoa como elementos anafóricos, tem-se que o uso de uma ou outra forma tem relação estreita com a possibilidade de recuperação do referente da maneira mais clara possível, ou seja, não deixando dúvidas para o interlocutor sobre o objeto do discurso.

8.1 O USO DO *SEU* PARA P2 E P3/P6

De posse de um *corpus* que expressa a escrita formal dos professores na Bahia do século XIX, portanto um registro mais próximo do padrão prescrito, buscou-se identificar a frequência do uso do *seu* e do *dele*, e os contextos condicionadores para a seleção dessas formas, considerando-se as variáveis linguísticas. O período em estudo é significativo porque o século XIX é o momento, ao mesmo tempo, de mudanças na gramática do português brasileiro, principalmente no que se refere ao paradigma pronominal, e de busca por um referencial que se constituísse como padrão da Língua Portuguesa no Brasil.

Conforme explicitado no capítulo 2, a introdução do pronome de tratamento *você* no paradigma dos pronomes pessoais representando a segunda pessoa comprometeu ainda mais a clareza na recuperação do referente ao se usar o pronome *seu* como o possessivo respectivo. Isso porque esse possessivo passou a ser usado tanto para a segunda quanto para a terceira pessoa. Nesse sentido, conforme Perini (1985), o uso da forma *dele* e flexões se tornou mais frequente para o referente de terceira pessoa, principalmente na fala, e, conforme Abraçado (2000), o uso da forma *seu* e flexões se

especializou para a segunda pessoa, quando o referente é *você*. Isso ocorre no português brasileiro contemporâneo. Veja-se um quadro com essas formas no PB contemporâneo:

PES	PSUJ	PPOS
1 ^a s	Eu	Meu, minha
2 ^a s	Tu, você	Teu, tua, seu, sua
3 ^a s	Ele, ela	Seu, sua, dele, dela
1 ^a p	Nós	Nosso, nossa
2 ^a p	Vocês	Seus, suas, de vocês
3 ^a p	Eles, elas	Seus suas, deles, delas

Quadro 20: Sistema pronominal em uso¹³²

No *corpus* em estudo, em relação ao uso do *seu* se referindo à segunda ou à terceira pessoa do discurso, alguns aspectos foram observados. Embora para o interlocutor fosse utilizado um pronome de tratamento (V.S^a, V. Ex^a, Ilm^o Sr), portanto o possessivo correspondente seria, obrigatoriamente, o *seu*, o objetivo foi verificar se esse fato poderia fazer com que o escrevente utilizasse o *seu* para o referente de segunda pessoa (interlocutor) e, para não haver ambiguidade, usasse o *dele* para a terceira. Esse aspecto foi observado, considerando-se que, nos *corpora* constituídos por textos escritos por brasileiros nos séculos XVII a XVIII, analisados por Oliveira e Silva (1982), identificou-se o fator ambiguidade como motivador para a escolha da forma *dele* e flexões.

Nas correspondências dos professores primários do século XIX, ao longo das quatro décadas, constatou-se que, mesmo utilizando a forma *seu* para a segunda pessoa, o escrevente mantinha o uso do *seu* também para a terceira pessoa, conforme trechos a seguir:

15. Cumpre-me dizer a V. S^a, que já cançado de officiar aos Commissarios respectivos, a V. S^a me dirijo pedindo todos os objetos indispensáveis a uma Eschola primaria, p. nesta só existem a penas alguns bancos [...] e assim não poderá o **Professor** desempenhar **o seu dever**, também peço a **VS^a** que por **sua ilustração** procure melhorar a classe dos Professores [...]. (Francisco Estanslão da Silva, Professor da Aula Pública de Camisão, 07/05/1857).
16. Tendo eu reassumido **o cargo de Professor publico primário** nesta Villa e simultaneamente entrado em exercicio de **suas funções**, no dia primeiro de Julho vigente, assim communico a **V. Ex^{cia}** para **seo** conhecimento e dividas participações. (Joaguim Ignacio e Souza Mendez. Mestre d'escola. Aula publica primaria na V^a do Prado, 10/06/1861).

¹³² Fonte: Menon, 1995.

17. [...] peço a **V.Ex^a** a **sua intercepção** a respeito [...]. Em 8 do corrente mez pelas 10 horas da manhã foi esta escola visitada pelo Inspector Parochial pela primeira vez durante sua inspeccoria e no acto da visita impoz-me de baixo de obediencia que eu lavrasse **o termo da visita** conforme **sua redacção** o que fiz e assignei de baixo de ameaças [...]. (Veridiano Antonio Gercent. Professor publico vitalício da Povoação de Itahype de Ilheos. 22/07/1875).
18. [...] Rogo a **V.S.**, que tanto s'interessa pela **instrucção da província**, como **seu muito digno Chefe**, digne-se de dar **suas ordens** no sentido de me serem eles enviados. (Maria José Velloso. Professora Publica. Aula Publica primaria de Caravellas. 20/01/1889).

Identifica-se, nesses casos, o uso concomitante do *seu* para referentes tanto de terceira quanto de segunda pessoa por um mesmo escrevente, é o que se vê nos exemplos 15 a 18.

Na tabela 7, a seguir, registra-se o quantitativo de uso da forma *seu* para P2 e P3/ P6.

Tabela 7: Possessivos *seu* e *dele* X Pessoa (P2 e P3/P6)

VARIÁVEL PESSOA	POSSESSIVO SEU	
	Ocor	%
[+Interlocutor] P2	145	19,4
[-Interlocutor] P3/P6	539	80,6
TOTAL	684	100,0

Observa-se, pela tabela 7, que das 684 ocorrências de *seu*, embora a sua maioria tenha sido usada para referentes de terceira pessoa (80,6%), identifica-se que 19,4% delas também têm como referente a segunda pessoa, o interlocutor. Vejam-se os exemplos 15 a 18. O *seu* é usado tanto para se referir ao interlocutor, registrado por V.S^a (ex. 15) ou V.Ex^a (ex. 17), quanto para recuperar um referente de P3, no caso “o professor” (ex. 15) ou “o termo da visita” (ex. 17).

Os estudos de Oliveira e Silva (1982; 1984) e de Perini (1985) enfatizam a possibilidade de ambiguidade, quando há referentes de terceira e de segunda pessoas, como fator motivador para o aumento da frequência de uso da forma analítica *dele* e flexões para referentes de terceira pessoa. É importante atentar para o fato de que o escrevente usa a mesma forma para as duas pessoas (P3 e P2) em muitas situações, deixando de lançar mão da forma *dele* e flexões para tornar mais claro seu referente. Ou seja, para se evitar ambiguidade.

8.2 O USO DO *SEU* E DO *DELE* NAS CORRESPONDÊNCIAS – ASPECTOS SEMÂNTICOS

No *corpus* em estudo, as variantes *seu* e *dele* se apresentam com a função de possessivos de terceira pessoa. Neste tópico será apresentada a distribuição da frequência de uma e de outra forma no *corpus*, para, em seguida, se proceder a análise do comportamento dessas variantes. A análise do uso das variantes em estudo será feita inicialmente, tomando-se os aspectos semânticos. Para explicar o comportamento do *seu* e do *dele* no *corpus* em estudo, serão observados alguns traços do referente – grau de ambiguidade, personalização, grau de definitude, grau de especificidade, grau de concretude. Seguida à análise dos traços semânticos, serão abordados também aspectos morfossintáticos relacionados à configuração do sintagma do possessivo.

8.2.1 As variantes *seu* e *dele* no *corpus*

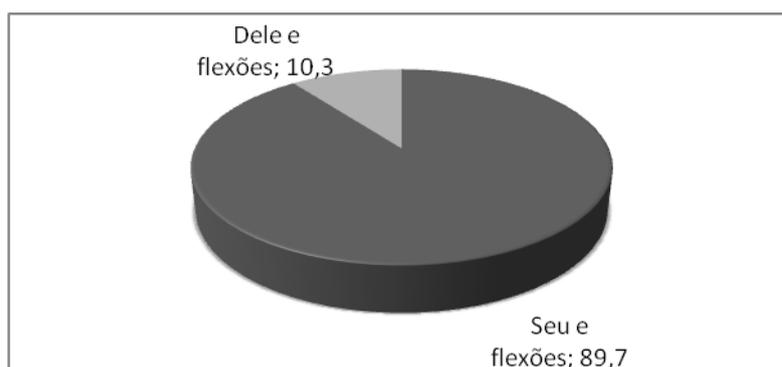
Na tabela 8, a seguir, expõe-se o quantitativo relacionado ao uso das duas variantes para referentes de terceira pessoa (P3/P6) nas correspondências dos professores:

Tabela 8: Uso das formas *seu* e *dele* para terceira pessoa (P3/P6)

VARIÁVEL PESSOA	POSSESSIVOS				TOTAL	
	SEU		DELE			
	Ocor	%	Ocor	%	Ocor	%
[-Interlocutor] P3/P6	539	89,7	62	10,3	601	100,0

Observa-se que a forma conservadora, *seu*, se destaca (89,7%), tendo a forma *dele* apenas 10,3% de frequência. Observa-se a diferença mais nitidamente no gráfico 1, a seguir:

Gráfico 1: Uso das formas *seu* e *dele* para terceira pessoa (P3/P6)



Isso é significativo, considerando-se estudos com outros *corpora*, conforme o de Barros (2006). Em sua tese, um estudo diacrônico sobre construções de posse, Barros aponta uma redução da construção dativa de posse com clítico, como no exemplo: “(03) João machucou-lhe o pé.” (2006, p. 19). Conforme a autora, das quatro formas indicadoras de posse identificadas no seu *corpus* do século XVII a XIX, a forma expressa no exemplo acima, uma construção dativa de posse, foi gradualmente decrescendo. Barros constata uma mudança, tendo em vista que a construção dativa de posse com clítico sofre uma redução acentuada no *corpus* do século XIX, quando se identifica um aumento da frequência das formas analíticas [deNP], nelas o genitivo *dele*. O objetivo principal da pesquisa de Barros (2006) foi identificar, por meio de uma abordagem paramétrica, uma mudança lingüística em processo, quando se observou, gradualmente, a substituição de uma construção dativa de posse pela construção [deNP] no PB, que se tornou mais frequente. Em seu *corpus*, o uso da forma analítica apresenta-se, também, com mais frequência a partir do século XIX.

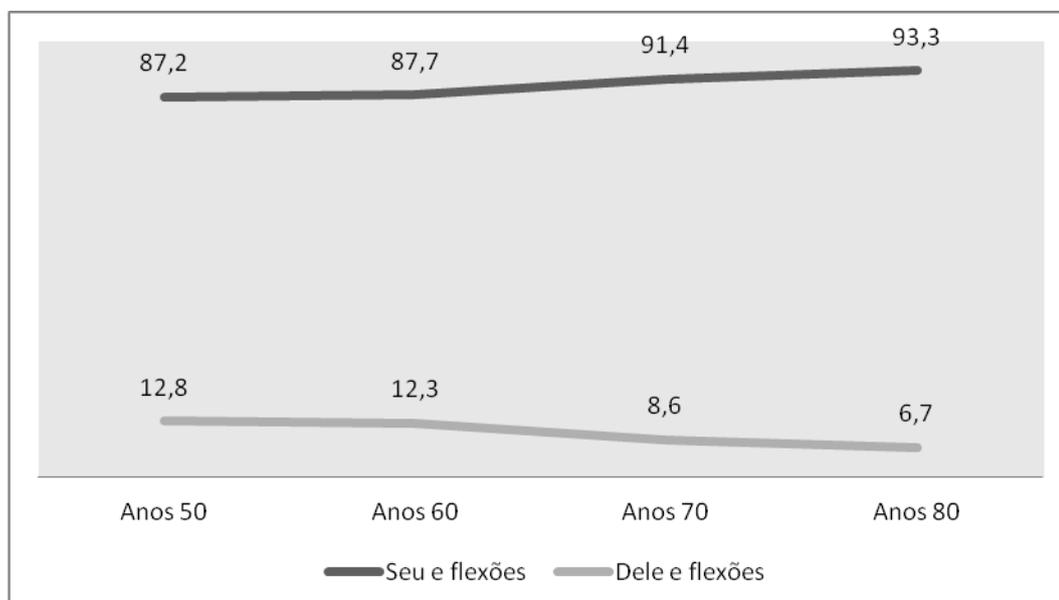
No *corpus* desta pesquisa, as correspondências manuscritas por professores primários, a forma analítica *dele* se apresenta numa frequência baixa, que se vai reduzindo ao longo das quatro décadas observadas. No que se refere aos possessivos de terceira pessoa, levantou-se a frequência de uso de cada variante – a forma *seu* e a analítica *dele*, identificando-se um aumento em relação à opção pela forma *seu*, com uma redução do uso da forma *dele*, ao longo da segunda metade do século XIX, conforme tabela 9, a seguir:

Tabela 9: Uso do *seu* e *dele* por década (1950 a 1980)

PERÍODO	SEU		DELE		TOTAL	
	Ocor	%	Ocor	%	Ocor	%
ANOS 50	136	87,2%	20	12,8%	156	100%
ANOS 60	143	87,7%	20	12,3%	163	100%
ANOS 70	148	91,4%	14	8,6%	162	100%
ANOS 80	112	93,3%	08	6,7%	120	100%
TOTAL	539	89,7%	62	10,3%	601	100%

Observa-se, com mais nitidez, o percurso das variantes no gráfico 2, a seguir. A linha representando a frequência do *seu* vai subindo, ao tempo em que, a linha que representa a frequência da forma *dele* vai caindo, ao longo do período em estudo.

Gráfico 2: Uso do *seu* e *dele* por década (1950 a 1980)



A tabela 9 bem como o gráfico 2 permitem visualizar a distribuição dos índices apresentados agrupados na tabela 8, ao longo do período pesquisado, segunda metade do século XIX, com os usos das formas *seu* e *dele* com referentes de terceira pessoa. Desse registro, constata-se um aumento progressivo do uso do *seu* (de 87,2% para 93,3%) em detrimento do uso do *dele*, cuja frequência se reduz de 12,8% para 6,7% (quase cinquenta por cento de redução), na segunda metade do século XIX.

Comparando-se com os *corpora* analisados por Barros (2006), em que se observou, no século XIX, um aumento da frequência das construções [deNP], nelas incluído o *dele* e flexões, (cf BARROS, 2006), as correspondências dos professores revelaram o contrário, um uso cada vez mais frequente do *seu* e flexões e uma redução da forma *dele* e flexões.¹³³

Considerando-se esses resultados, como a proporção da frequência de uso da forma *seu* e flexões se apresenta muito superior ao uso da forma *dele* e flexões, para

¹³³ Ressalte-se que os *corpora* de Barros eram constituídos de textos de gêneros diversos ao longo de cinco séculos. No caso do século XIX, os *corpora* foram: contratos de compra e venda, listas e recibos de compras, cartas de leitores e redatores de jornal, pequenos anúncios, atas de sessão da Assembléia de Minas Gerais. O perfil do *corpus* desta pesquisa é mais homogêneo, considerando-se o gênero textual, bem como os interlocutores, revelando uma diferença no que se refere ao nível de formalidade da situação comunicativa.

melhor explanação da análise, optou-se por uma comparação entre o comportamento de cada uma das formas em relação às variáveis. Nesse sentido, o que está em foco não é qual das duas formas foi mais frequente para um determinado traço, mas qual o comportamento de cada forma, considerando-se um determinado traço.

8.2.2 As variantes *seu* e *dele* em contextos ambíguos

Conforme Oliveira e Silva (1982), o uso da forma *dele* variando com o *seu* é explicada como sendo uma estratégia para que se evite confusão na tomada do referente, quando o contexto oferece possibilidade de ambigüização.

Desde o PA, conforme Mattos e Silva (1989) e Meier (1948), o contexto podia ser ambíguo quando duas ou mais terceiras pessoas eram tidas como possíveis referentes. Desde então o uso da forma analítica *dele* esteve motivada pela desambigüização. No século XIX, momento em que a gramaticalização de *você* como segunda pessoa provocou alteração no paradigma pronominal, fazendo com que o possessivo *seu* se refira tanto à P3/P6 quanto à P2, ampliou os contextos ambíguos. Nesse sentido, o *seu* passou a ser categórico quando o referente é a segunda pessoa; o *dele* passou a ser mais frequente quando o referente é uma terceira pessoa.

No *corpus* em análise, datado da segunda metade do século XIX, momento, portanto, em que esse paradigma ainda deveria estar se configurando, contextos ambíguos foram motivadores para o uso da forma analítica *dele* em algumas situações. Vejam-se alguns exemplos retirados das correspondências:

19. Passando ás mãos de V.Sa a relação **dos Alumnos matriculados**, que frequentão a Aula Publica desta Povoação [...], eu presinto o reparo, que sobre Ella cahirá pela escacêz **do numero delles** [...]. (Servulo José Fernandes. Professor Publico. Rio Vermelho. 10/01/1853).
20. [...] Deixão alguns [alumnos] de freqüentar com mais assiduidade[...]; sendo certo que **outros [alumnos]** allegando quaes quer pretesto para vadiarem, seos pais menos zelosos em indagarem a verdade á similhante respeito, não hesitão em apoiarem tudo sem atenderem que essa irreflexão redunda em **detrimento delles próprios** [...]. (Manoel Norberto d'Oliveira. Professor Primário. Aula Publica Primária de Pirajá. (01/07/1861).
21. [...] Como mestra do ensino primário, não pude em dia tão solenne para mim e **minhas alumnas** deixar de esmolar pelos pobres, incutindo, assim, no **espírito dellas** o amor ao proximo [...]. (Heleodora Julia Dias – Professora Publica. Eschola P. em Praia Grande. 15/12/1876).
22. [...] Quanto ao emprego que faço de **minhas alumnas** nos diversos misteres da minha casa, tenho a oppor á asseveração do Senr Inspector Litterario **o silencio dellas** e de seus pais que até hoje não

articularão uma só palavra a respeito [...]. (Honorina Christina de Lemos Marahis. 21/09/1877).

Observam-se nos trechos destacados nos exemplos de 19 a 22 contextos em que há duas terceiras pessoas candidatas a referente do possessivo, e a estratégia utilizada pelo escrevente para deixar mais claro o referente foi o uso do *dele* e flexões. No exemplo 19, poderia ser “Alumnos matriculados” ou “Aula Pública desta Povoação”; no exemplo 20, poderia ser “outros [alumnos]” ou “seos pais”; no exemplo 21, poderia ser “minhas alumnas” ou “os pobres”. Essa possibilidade foi identificada e analisada por Oliveira e Silva (1982, 1984).

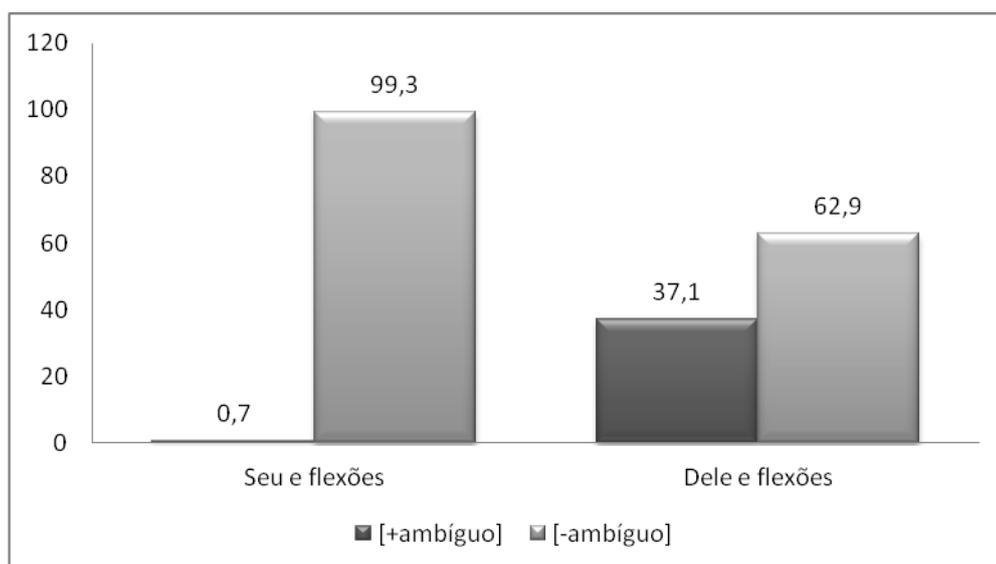
Houve contextos, entretanto, que, mesmo na possibilidade de ambiguidade do contexto, foi a forma *seu* e flexões a preferência. Seguem alguns exemplos:

23. [...] pela falta do respectivo Atestado, que me foi recusado pelo Comissario desta Villa, sem ter dado um motivo á sua recuza, [...]. (Miguel Marques Milgaço. Professor primário. Olivença. 16/02/1857).
24. Quanto ao primeiro llivro, lido pelo Alumno, ahi finda sua leitura [...]. (Servulo José Fernandez. Professor publico da Povoação do Rio Vermelho. 11/06/1858).
25. O Presidt^e da Camara foi capaz de abandonar sua mulher [...] e foi capaz de despedir sua mãe velha, de uma casa sua que morava {...}. (José Ferreira de Carvalho Cunha. Aula Pública primaria em Santarem. 03/08/1888).

Observa-se nos trechos apresentados nos exemplos 23 a 25 que o contexto é ambíguo para duas terceiras pessoas como objeto de discurso. Nesse sentido, conforme Oliveira e Silva (1982), a tendência seria usar a forma analítica *dele* como estratégia de desambiguação, o que se vê, por exemplo, nos registros 19 a 22. Para o traço grau de ambiguidade no *corpus* em estudo, segue quantitativo na tabela 10 e no gráfico 3, a seguir:

Tabela 10: Possessivos *seu* e *dele* X Grau de ambiguidade

CONTEXTO	POSSESSIVOS				SUBTOTAL	TOTAL
	SEU		DELE			
	Ocor	%	Ocor	%		
[+AMBÍGUO]	04	0,7	23	37,1	27	601
[-AMBÍGUO]	535	99,3	39	62,9	574	
TOTAL	539	100,0	62	100,0	601	

Gráfico 3: Possessivos *seu* e *dele* x Grau de ambiguidade

É preciso ressaltar aqui o fato de que, na escrita, por haver outras estratégias de retomada do referente – por exemplo, com *de+nome* ou com um demonstrativo ou com o próprio artigo definido (no caso de a posse ser inalienável) –, é possível que o escrevente, em contextos ambíguos, em lugar de usar o *dele* e flexões, forma não prescrita nas gramáticas da época¹³⁴, tenha usado alguma dessas outras estratégias.¹³⁵ Faz-se essa inferência tendo em vista o resultado apresentado na tabela 10, acima e visível no gráfico 3. Observa-se na tabela que, de fato, os contextos ambíguos preencheram a frequência da forma *dele* e flexões (37,1%); apenas quatro casos com a forma *seu* foram registrados em contextos com possibilidade de ambiguidade.

8.2.3 As variantes *seu* e *dele* e a personalização do referente

Para analisar o traço [+/-humano] do referente e a opção por uma ou outra variante, é importante, também, retomar o estudo de Oliveira e Silva (1982) sobre essa variável. A autora resalta, nos *corpora* utilizados em sua pesquisa (*corpora* diacrônicos de Portugal e Brasil), que os contextos com referente [-humano], ou seja, “objeto”, até o século XVIII, eram favorecedores ao uso do *dele*. Entretanto, a partir desse período, seus *corpora*

¹³⁴ É importante destacar que, das gramáticas levantadas no período, apenas na de Carneiro Ribeiro (1881) se registra como possessivos de terceira pessoa também o *dele* e flexões (RIBEIRO, C. 1881, p. 241).

¹³⁵ Para esta análise, não foi feito o levantamento das demais estratégias, pois não era este o interesse desta investigação.

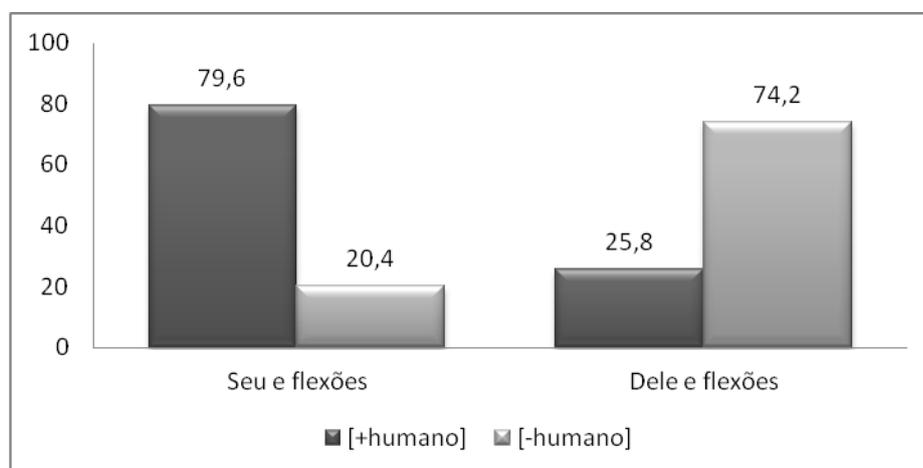
revelam que contextos em que o referente tinha traço [-humano] o uso da forma *dele* era inibida, optando-se pelo *seu* e flexões.

No *corpus* desta pesquisa, datado da segunda metade do século XIX, apresentase com maior frequência de uso a forma *dele* para referentes com traço [-humano], e da forma *seu* para referentes com traço [+humano], conforme se observa na tabela 11 e no gráfico 4 a seguir.

Tabela 11: Possessivos *seu* e *dele* X Personalização do referente

REFERENTE	POSSESSIVOS				SUBTOTAL	TOTAL
	SEU		DELE			
	Ocor	%	Ocor	%		
[+HUMANO]	429	79,6	16	25,8	445	601
[-HUMANO]	110	20,4	46	74,2	156	
TOTAL	539	100,0	62	100,0	601	

Gráfico 4: Possessivos *seu* e *dele* x Personalização do referente



Pelo gráfico 4, apresentando a seguir, observa-se que a frequência de uma forma é inversamente proporcional à frequência da outra. Se com o traço [+humano] do referente, a opção, em geral, é o *seu* (79,6%), com o traço [-humano], a opção é o *dele* (74,2%).

Vejam-se a seguir trechos em que o referente tem traço [+humano] e a opção foi usar o *seu*.

26. Triste em verdade é a situação de um professor, que, despedido de vantagens exteriores, vê amesquinhar-se sua reputação [...] (O Professor João Baptista Aragão Pedra e Cal Camamu. Professor. São Gonçalo dos Campos. 18/08/1861).

27. [...] além do que estas mudanças influem m^{to} no animo das **crianças p^a seu aproveitamento** [...]. (Germano Baptista d'Oliveira. Professor publico vitalício. Freguezia de Nossa Senhora do Rozario - Cidade de Santo Amaro. 12.12.1871).
28. [...] chegando ao ponto de andar o ex-inspector em casa **dos paes de familias**, intimidando-os, dizendo que não mandassem **seus filhos** para minha eschola e outras cousas [...]. (Silverio Rodrigues Dorea Jaqueira. Professor Vitalicio. Eschola primaria na Freguezia dos Araçás. 28.07.1877).
29. [...] Não acho sufficiente o resultado obtido n'esta escola nos últimos anos, em consequencia da irregularidade da frequencia **dos alumnos**, authorisada por **seus paes e protectores** [...].
30. [...] Nesta Villa, Ex^{mo} Sr^o, é difficil, e até impossivel, o Professor receber communicação **do pae** que retira **seu filho** da escola, e só vem a saber depois de repetidas faltas [...]. (Pedro José Ferreira. Professor. Villa de Taperoá. 09.12.1881).

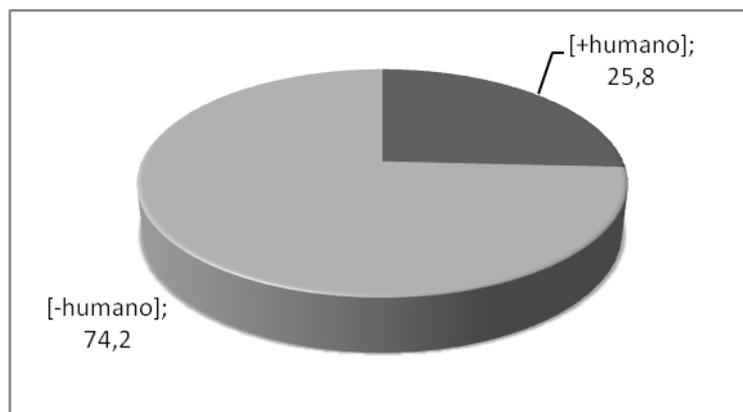
Ao se seleccionar apenas a forma *dele* para análise, verifica-se que há uma frequência maior de seu uso para referentes [-humano]. Vejam-se trechos a seguir:

31. [...] para [...] reger **a cadeira de 1^{as} letras desta Povoação**, me dirigi ao **professôr d'ella**, e efectuei a posse [...]. (Manoel Eloi Pontes. Professor. Povoação do Rio Vermelho. 15/04/1853).
32. [...] **As materias do ensino** correrão quanto esteve ao alcance de minha fraca intelligência e sobre **o merecimento dellas** fica livre ao Senr. Dr. Inspector Geral das aulas que se dignou visital-a no dia 18 de Maio, [...]. (Maria Carolina Gomes. Professora Substituta. Bahia. 20/12/1870).
33. [...] Apenas espalhada **n'esta localidade** a noticia de minha remoção **os pais de familias d'ella** reunirão-se e unanimemente apresentarão-me o abaixo assignado [...]. (Antonio Francisco de Carvalho. Professor effectivo. Aula Publica Primaria do Arraial do Brejo Grande. 12/12/1880).

Destacando-se a forma *dele* para análise, o quantitativo relativo à variável personalização e uso dessa variante *dele* é registrado na tabela a seguir:

Tabela 12: Possessivo *dele* X Personalização do referente

REFERENTE	POSSESSIVO	
	DELE	%
[+HUMANO]	16	25,8
[-HUMANO]	46	74,2
TOTAL	62	100,0

Gráfico 5: Variante *dele* x Personalização do referente

Vê-se, pela tabela 12 e pelo gráfico 5, que, das 62 ocorrências da forma *dele* nas correspondências, identificou-se que esta foi usada preferencialmente referindo-se a objetos [-humano] (74,2%).

Constatou-se, entretanto, que das ocorrências da forma *dele* com referentes [+humano], muitas delas se referiam a alunos/as ou crianças (21,0%); apenas em três ocorrências identificou-se um referente adulto (**mais indivíduos**, **um comissário** e **o professor publico primario**). Vejam-se os três registros a seguir:

34. [...] o que consta da representação feita contra mim por Relequias Jose Botelho de Mello, e **mais indivíduos** á elle subordinados, entre os quaes **a maior parte d'elles** [...]. (Hemeterio Martyres de Jesus. Professor Publico. Arrayal das Almas. 30/09/1859).
35. [...] pois **um comissário** que ao entrar nesta escola encontra-me em exercício de leitura, que quando eu com **a chegada delle** paralizar por um pouco os trabalhos [...]. (João Baptista Aragão Pedro. Professor. Aula publica de instrucção primaria do Arrayal das Mercês, Freguezia de São Gonçalo dos Campos. 22.08.1861).
36. [...] Sendo casada com **o professor publico primario d'esta Villa João Martins Carvalho d'Andrade**, meu estado, não permite emprehender tão penivel viagem, onerada de pezada familia, sem **a companhia d'elle**. (Aurea Ferreira Cesar d'Andrade. Professora vitalícia. Villa de S. Ritta do Rio Preto. 29.02.1876).

Identificada essa diferença entre referentes adultos e crianças, optou-se por ampliar essa célula, desmembrando-a em duas: [adulto] [criança]. Feito isso, foi possível se constatar o seguinte:

Tabela 13: Possessivo *dele* X Personalização do referente

REFERENTE		POSSESSIVO	
		DELE	%
[+HUMANO]	[ADULTO]	03	4,8
	[CRIANÇA]	13	21,0
[-HUMANO]		46	74,2
TOTAL		62	100,0

Observa-se a maior frequência de uso da forma *dele* (74,2%) para referentes [-humano], já demonstrando uma tendência de se considerarem os dados de *corpora* dos séculos XVII ao XIX, bem como os contemporâneos, analisados por Oliveira e Silva (1982, 1984). Conforme já sinalizado nos *corpora* de Oliveira e Silva (1982), entre os séculos XVII e XVIII, o fator objeto [-humano] favorece a forma *dele*, principalmente em contextos ambíguos. A partir do século XVIII, ocorre o contrário, o traço [-humano] inibe o uso da forma *dele*. Ou seja, o *seu* e flexões passa a ser a opção em contextos em que o referente seja um objeto ou um ser inanimado. A autora não dá explicação para essa alteração. Já nos *corpora* orais contemporâneos usados em sua pesquisa, após o levantamento do traço de personalização, Oliveira e Silva (1984, p. 57) constata que o traço [+humano] favorece a forma *dele*. Nos *corpora* escritos, entretanto, se registram apenas 14,1% de uso dessa forma. Analisando-se o que se apresenta no *corpus* em estudo, as correspondências de professores, um *corpus* escrito, verifica-se uma tendência ao que está sendo apresentada nos *corpora* escritos contemporâneos, analisados por Oliveira e Silva; um uso relativamente baixo da forma *dele* e flexões para referentes com traço [+humano], sendo a frequência de uso maior quando o referente é “objeto”.

Nos exemplos 34 e 35, identifica-se que dois dos três que foram classificados como “adulto” (mais indivíduos, um comissário e o professor público primário) são referentes [-definido] e [-específico], traços mais comuns para a seleção do *seu* do que para a forma *dele* no português brasileiro contemporâneo, conforme os estudos têm revelado. Mesmo em número reduzido, revela já a tendência de uso no PB contemporâneo.

Outra ressalva em relação ao traço [+humano] diz respeito à frequência para referentes “crianças”. A frequência para o uso da forma *dele* tendo como referente “crianças” e “alunos” chama a atenção em um contexto em que o *dele* é muito mais frequente para referentes [-humano] conforme já sinalizado. Nesse caso, vale uma investigação no sentido de se levantar a concepção de “criança” no período em estudo. Para exemplificar o que foi identificado como [criança], temos os seguintes trechos:

37. [...] Á bem da instrucção e do adiantam^{to} **dos alumnos matriculados** na aula q tenho a satisfação de reger, proponho **em proveito delles**, dar aula das 8 horas da manhã às 2 da tarde [...]. (Ricardo Dultra de Andrade. Professor. Aula primária da Povoação da Barra desta Cidade. 02.01.1858).
38. [...] já não fallo em mobília porque estou cançado, p^s não sei como **cincoenta e nove meninos**, [...], hão de escrever em uma carteira deslocada, e é de que procede, sem duvida nenhuma, **o atraso de letra d'elles** como vos tenho dito. [...]. (Antonio Luiz Raiz de Mag^{ES}. Professor Publico. Escola Primaria de Paripe. 12/02/1861).
39. Aproveito a occasião para significar que de dia em dia se vai tornando mais necessarios os compendios e bancos que requisitei, e sobre tudo as carteiras [...], pois as velhas que existem [...] estam compromethendo a saude **das crianças** visto como p. muitas vezes tem milagrosamente escapado de quebrar **as pernas dellas** [...]. (Manoel Norberto d'Oliveira. Aula Pública Primária em Pirajá. 01/07/1861).

Os trechos a seguir apresentam o comportamento das formas possessivas considerando-se o referente com traço [humano] (adulto, crianças, objetos):

40. [...] **o professor e a professora d'esta Cidade de Naz^e** [...] morão [...] nas casas que tem **suas escholās**. (Manoel Pedro da Costa. Professor público. Povoação da Freguesia da Cidade de Nazaré. 12/09/1856.)
41. [...] Sendo casada com **o professor publico primario d'esta Villa João Martins Carvalho d'Andrade**, meu estado, não permite emprehender tão penivel viagem, onerada de pezada familia, sem **a companhia d'elle**. (Aurea Ferreira Cesar d'Andrade. Professora vitalícia. Villa de S. Ritta do Rio Preto. 29.02.1876).
42. [...] **estes alumnos** acharão-se matriculados n'esta aula, por guia passada por **seus proprios Paes** [...]. (O Professor effectivo – Elpidio da Silva Castro. Aula Publica do Campestre. 17.08.1876).
43. [...] Á bem da instrucção e do adiantam^{to} **dos alumnos matriculados** na aula q tenho a satisfação de reger, proponho **em proveito delles**, dar aula das 8 horas da manhã às 2 da tarde [...]. (Ricardo Dultra de Andrade. Professor. Aula primária da Povoação da Barra desta Cidade. 02.01.1858).
44. Os jogos de carteiras não apresentam vantagem para as alumnas, desde que **as carteiras** têm cavidades em **suas superficeis**, cavidades estas originadas pela retirada das ardosias que nellas se continham [...]. (M^a Aurelia de Almeida Cirne. Professora publica. Escola Publica em Villa Viçosa. 07.12.1889).
45. [...] para [...] reger **a cadeira de 1^{as} letras desta Povoação**, me dirigi **ao professor d'ella**, e efectuei a posse [...]. (Manoel Eloi Pontes. Professor. Povoação do Rio Vermelho. 15/04/1853).

Observam-se nos trechos da página anterior registros de uso da forma *seu* com referentes com traço [+humano] e [-humano]. Para a forma *dele*, observou-se o mesmo. Há, entretanto, diferenças na frequência de uso. O *dele* é preferencialmente usado para [-humano] e quando usado para referentes [+humano], em sua maioria tratou-se de crianças, conforme se registra na tabela 13 e nos exemplos 37 e 38, expostos anteriormente.

Na tabela 14, a seguir, é possível observar também o comportamento do *seu* em relação a essas variáveis:

Tabela 14: Possessivo *seu* X Personalização do referente

REFERENTE		POSSESSIVO	
		SEU	%
[+HUMANO]	[ADULTO]	310	57,5
	[CRIANÇA]	120	22,3
[-HUMANO]		109	20,2
TOTAL		539	100,0

A forma *seu* é predominantemente usada para referentes com traço [+humano], 79,8%. Como esse *corpus* é escrito, apresenta indícios do que se revela nos *corpora* de Oliveira e Silva (1991), uma tendência a usar o *seu* preferencialmente para humanos (79,8%) e o *dele* para objetos (74,2%). O uso da variante *dele* para objeto é curioso, tendo em vista que o traço [-humano] não corresponde, do ponto de vista semântico, a uma pessoa, e o pronome que se refere à não-pessoa é o *ele*, anafórico por natureza, daí que, nesse caso, a forma *dele* se colocou como opção mais clara para os professores, autores das correspondências.

8.2.4 As variantes *seu* e *dele* e o grau de definitude do referente

No que se refere à definitude do referente e a seleção do possessivo, o uso do *seu* continua majoritário. Para esclarecer o traço de definitude, retoma-se o que foi exposto no capítulo 7. Sobre o traço de definitude, atentou-se para a relação entre o dado e o novo na referenciação. Nesse sentido, o novo se expressa pelo indefinido, pois esta forma introduz um referente no discurso; o definido se constitui como o referente que já foi introduzido/mencionado (o dado), tornando-se, então, conhecido do interlocutor, tendo, assim, um antecedente ou, ao menos, uma indicação que possibilite ao interlocutor fazer a

retomada. Nesse sentido, há aspectos formais, do ponto de vista linguístico, que permitem identificar o referente novo e o referente dado no discurso. É preciso ressaltar que pesquisas têm demonstrado que, no português brasileiro contemporâneo, a forma *seu*, por concordar com o referente apenas em pessoa, e em gênero e número com o nome/substantivo que determina, torna-se mais frequente em contextos em que o referente é indefinido. Ou seja, referente indefinido requer menos marcas (de gênero ou número), portanto, como o possessivo *seu* não concorda com o referente e sim com o objeto/a pessoa com o/a qual se estabelece o vínculo, ele se torna neutro.

Nas correspondências dos professores, a forma *dele* foi mais utilizada para referentes mais formalmente definidos do que para os indefinidos, corroborando o que foi constatado acima, no que diz respeito às marcas de gênero e número. O *dele* é mais frequente em contextos em que os referentes são formalmente definidos. Vejam-se os dois registros a seguir, como exemplos:

46. Passando ás mãos de V.Sa a relação **dos Alumnos matriculados**, que frequentão a Aula Publica desta Povoação [...], eu presinto o reparo, que sobre Ella cahirá pela escacêz do **numero delles** [...]. (Servulo José Fernandes. Professor Publico. Rio Vermelho. 10/01/1853).
47. [...] Apenas espalhada n'**esta localidade** a noticia de minha remoção **os pais de familias d'ella** reunirão-se e unanimemente apresentarão-me o abaixo assignado [...], (Antonio Francisco de Carvalho. Professor effectivo. Aula Publica Primaria do Arraial do Brejo Grande. 12/12/1880).

Houve também contextos em que o referente foi formalmente indefinido, conforme exemplo a seguir:

48. Tenho a honra de participar a VS^a que tendo obtido do Exm^o Governo da Provincia **uma licença** por três mezes para tratar de minha saúde, entro **no gozo della** no dia 9 do corrente [...]. (Lenôr Amathilde S^{tos} Florião. Professora publica. Eschola publica de meninas da Freg^a de Sant'Anna. 06.09.1875).

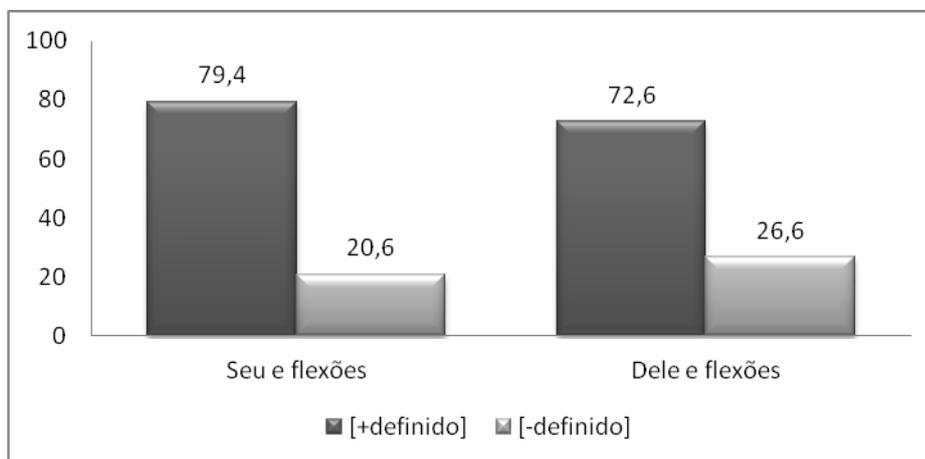
Embora tenha sido usado também para esses contextos, conforme o exemplo de número 48, a frequência maior de uso do *dele* e flexões se deu em contextos definidos, conforme os exemplos 46 e 47. Ressalte-se que o exemplo 46 pode ser considerado também um contexto de ambiguidade, que fomentou o uso da forma analítica, devido às marcas de gênero e número facilitarem o acesso ao referente “os alumnos matriculados” em lugar de “Ella” referindo-se à “Aula Publica”. No registro 36, é interessante destacar a forma do sintagma do possessivo: “Os pais de familias d'ella”.

Em relação à forma *seu*, há algumas considerações a fazer. Ressalta Oliveira e Silva (1984) que “a forma *seu* não é marcada quanto ao gênero e [...] é pouco nítida quanto ao número, o que a torna adequada como indefinida.” (OLIVEIRA e SILVA, 1984, p. 66). Essa referência é feita em *corpora* representativos do português brasileiro contemporâneo. No entanto, no *corpus* em estudo, isso não foi constatado. Antes de expor a análise, vejamos os dados relativos às duas variantes relacionadas ao traço [+/-definido]:

Tabela 15: Possessivos *seu* e *dele* X Grau de definitude do referente

DEFINITUDE DO REFERENTE	POSSESSIVO			
	SEU	%	DELE	%
	Ocor	%	Ocor	%
[+DEFINIDO]	428	79,4	45	72,6
[-DEFINIDO]	111	20,6	17	26,6
TOTAL	539	100,0	62	100,0

Gráfico 6: Possessivos *seu* e *dele* x Grau de definitude do referente



O traço [+definido] do referente é um traço que, nos *corpora* do português brasileiro contemporâneo, principalmente orais, tem revelado preferência pela forma *dele*, pois, conforme já explicitado, a forma analítica, concorda com o referente/possuidor, apresentando suas marcas de gênero e número, portanto é mais definido e, como correferente, deixa mais claro o objeto de discurso. Observa-se na tabela 15 e no gráfico 6 que tanto a forma *seu* quanto a forma *dele* são mais frequentes para referentes definidos (79,4% e 72,6%, respectivamente).

Embora no PB contemporâneo, conforme *corpora* analisados por Oliveira e Silva (1991) e por Muller (1997), a forma *seu* seja preferencial para referentes com traço [-definido], haja vista que a forma sintética indica apenas a marca de pessoa, já que faz a concordância de gênero e número com o nome que expressa o “possuído”, o *corpus* em análise, as correspondências dos professores não revelou isso. O que se observa na tabela 15 e no gráfico 6, considerando-se o resultado absoluto, é que esse traço não fez diferença em relação à escolha das variantes no *corpus* em análise. *Seu* e *dele* foram usados em proporção equivalente para referentes [+definidos] – 79,6% e 72,6%, respectivamente – e também para [-definido] – 20,6% e 26,6%, respectivamente. Isso demonstra que, quantitativamente, o *seu* continua com alta frequência de uso, como foi verificado em relação a todas as variáveis. No entanto, considerando-se a tendência de uso das variantes, o resultado é significativo, quando se constata que a forma *dele* é mais frequente para referentes [+definidos], conforme se registram em *corpora* contemporâneos. Embora os dados relativos ao uso do *dele* sejam menos expressivos em relação à forma *seu*, eles revelam tendências do uso contemporâneo.

Sobre a frequência da forma *seu* também para referentes [+definido], 79,6%, pode-se explicar que, pela situação comunicativa e pela força da prescrição gramatical, o escrevente tenha sempre optado pela forma padrão, em detrimento da forma analítica, mesmo em contextos em que esta poderia tornar mais acessível o referente. Seguem-se trechos que expressam referentes com traço de definitude:

49. [...] lembrando-lhe á para utilidade da mocidade, e lucro **da Sociedade em que vivemos**, de não ter em **seo seio** pessoas analfabetas. [...]. (Servulo José Fernandes. Professor Publico. Rio Vermelho. 10.01.1853).
50. Já me não sendo mister, ou não de tanta urgência **a licença de trez dias** que requeri [...]; [...] communico a VS^a p^a q^e se digne mandar sustar **seus efeitos**. (Zacharias Nunes da S^a Freire. Professor. Itapagipe. 16/10/1861).
51. [...] como **os mestres** tem direito de esperar de **seus discípulos**, assim o fiz [...]. (Maria Carolina Gomes. Professora Substituta. Bahia. 20/12/1870).
52. [...] por se acharem **todas as casas** ocupadas por **seus donos**, deliberei-me seguir para o arraial do Rio Grande. (Olegario do Prado Carvalho. Professor. Freguezia de N. S. da Conceição dos Lençoes. 02.10.1881).
53. [...] foi-me entregue, na repartição apontada, **um crucifixo** com o **seu competente nincho** envernizado. [...] (Francico José Pereira. Professor. Bahia. 12/12/1871).
54. Cansado de lutar com mil difficuldades p^r ter de ensinar diariamte a cerca de 90 meninos, sem ter assentos sufficientes p^a todos, sem ter carteiras em q se guardem os objectos escolares pertencentes aos

m^{mos}, de q resulta (entre **meninos de uma educação menos limada**, de um natural turbulento e rixôso) q' aproveitando-se de q^lq^r distração **dos seus collegas** subtrahão este, ou aq^e objecto; [...]. (Antonio Alvares dos S^{tos}. Professor. Aula publica da Frega de Sto Anto alem do Carmo. 08.04.1861).

Observa-se nos trechos destacados acima o uso da variante *seu* em contextos de referentes formalmente definidos (conforme exemplos 49 a 52) e contextos com referentes formalmente indefinidos (exemplos 53 e 54).

8.2.5 As variantes *seu* e *dele* e o grau de especificidade do referente

Conforme exposto no capítulo anterior, foi necessário analisar o traço relativo à especificidade do referente, para verificar se haveria alguma alteração no comportamento dessas variantes, revelando indícios de mudança, tendo em vista os resultados de estudos em *corpora* de períodos posteriores. Antes de expor o quantitativo dos dados, observem-se trechos em que o referente possui traço [+específico], ou seja, é algo mais delimitado na mente dos interlocutores:

55. [...] não tive lugar a dita substituição por me declarar **o Professor da referida Cadr^a** q' finalizara-se hoje o **seo impedimento** no Jury [...]. (Porphirio de Oliveira. Professor. Bahia. 28/02/1853).
56. [...] si **tais faltas** levou ao seo conhecim^{to} [...] porquanto si á V.S. chegasse **a nota dellas**, não se esqueceria das disposições do regulamento [...]. (Servulo José Fernandes. Professor Publico. Povoação do Rio Vermelho. 26.03.1854).
57. [...] e como lhe fizesse ver que n'aquella occasião me era inteiramente impossivel apresental-o em virtude de ter fallecido **minha filha** e estar eu bastante occupado tratando **de seo enterramento** [...]. (Antonio Mor^a Mattos Sobral. Professor. Eschola Publica do sexo masculino da povoação de Periperi. 05.11.1885).
58. Tendo tomado água a caza em que habito, [...], onde funciona a eschola sob minha direcção, de modo que **toda a mobília**, que em conseqüência da grande cheia de 31 de Outubro do anno p. p. tinha soffrido alguns desconjuntamentos, agora porem com a cheia de 22 de Abril do Cori^e anno mais soffreo, acabando de desconjuntar-se e descolar-se quase todas **as suas peças** [...]. (Innocencio Alves da Rocha. Professor. Segunda Eschola publica primaria da Freguezia da Nossa Senhora do Rozario da Cidade de Santo Amaro. 27.04.1875).
59. [...] **As matérias do ensino** correrão, quanto esteve ao alcance de minha fraca intelligencia, e sobre o **merecimento dellas**, fica livre ao Sen^r D^r Inspector Geral das aulas, que se dignou visital-a no dia 18 de maio [...]. (Maria Carolina Gomes. Professora. Rua do Paço. 20.12.1875).
60. [...] Circulou, n'aquelles dias de maximo entusiasmo, **meu oferecimento** com algum interesse para todos que **delle** tinham

noticia. [...]. (Antonio Luiz Pinto Loyo. Professor. Villa de Taperoá. 20/07/1888).

Vejam-se também trechos com referente [-específico]:

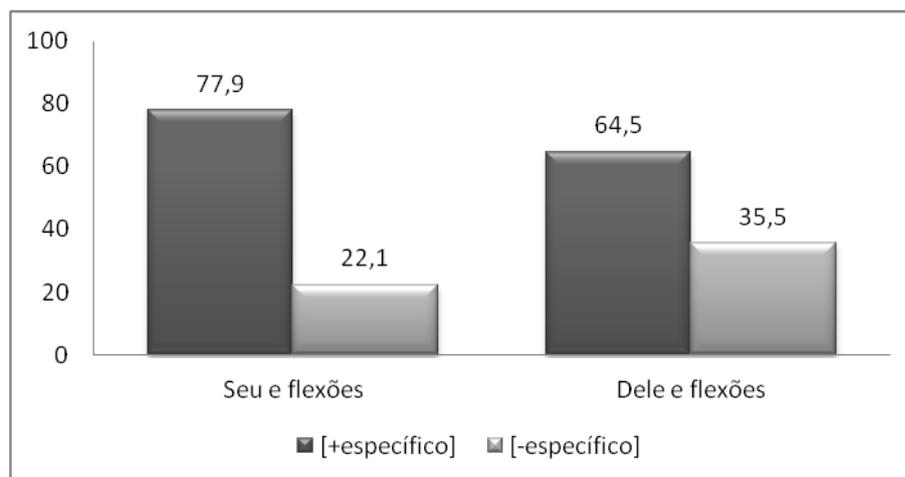
61. [...] Se falecendo Pai ou Mai de **um Prof^{or}** a 4, ou 6 leguas na m^{ma} Comarca, é impedim^{to}, ou motivo urgente, e se chegando participação em tempo, poderá interdicto p^a tanto de **suas funções**, assistir o funeral daq^{le} ente na terra nunca mais, achado. [...]. (Francisco da Silva Netto. Professor primário. Villa da Barra do Rio de Contas. 12/08/1861).
62. [...] Do mesmo modo outra quantia seria bem applicada, se possível fosse, p^r compra de objectos q servissem aquelles que mais se distinguissem. O primeiro é o melhor estímulo p^a crianças p^a q^m **qualquer objecto**, p^r menos significante, é de grande apreço. **Na falta delle** pois é impossível deixar de aplicar os castigos phisicos, que se pretende prohibir absolutamente. (Zacharias Nunes da S^a Freire. Professor. Freg. da Penha em Itapagipe. 28/12/1861).
63. [...] VEx^a não ignora que é indispensável a **todo homem** ter uma pessoa que lhe zele do interior de **sua caza** [...]. (Militino Felix dos Reis. Professor. Villa da Mata de São João. 18/10/1875).

Observa-se, pelos trechos destacados, que, no que se refere à variável especificidade, as duas variantes ocorrem. A forma *dele* poderia ser a privilegiada, por ter marcas de concordância, e, portanto, atender à lógica da referenciação, no sentido de tornar mais nítido o referente. Mas, no caso em questão, observa-se que ambas as formas ocorrem nos mesmos contextos.

Veja-se, na tabela 16 e no gráfico 7, o quantitativo relacionado à seleção das variantes de acordo com o traço de especificidade do referente.

Tabela 16: Possessivos *seu* e *dele* X Grau de especificidade do referente

ESPECIFICIDADE DO REFERENTE	POSSESSIVO			
	SEU	%	DELE	%
	Ocor	%	Ocor	%
[+ESPECÍFICO]	420	77,9	40	64,5
[-ESPECÍFICO]	119	22,1	22	35,5
TOTAL	539	100,0	62	100,0

Gráfico 7: Possessivos *seu* e *dele* x Grau de especificidade do referente

Quando se considera a especificidade do referente, embora haja uma diferença em relação aos resultados da tabela 15, exposta anteriormente, isso se expressa de maneira tímida. Há um aumento da frequência das duas variantes para referentes [-específico], embora o resultado absoluto revele a maior frequência para referentes [+específico]. É válido atentar aqui para o fato de que, no português brasileiro contemporâneo, há, de fato, uma tendência a se usar o *dele* para referentes mais específicos e o *seu* para os menos específicos ou genéricos (cf. OLIVEIRA e SILVA, 1991; MULLER, 1997). Vê-se, nesse *corpus*, entretanto, que tanto a forma *seu* quanto a forma *dele* são utilizadas, sem distinção, para referentes mais delimitados, mais específicos. Embora o comportamento das variantes se aproxime no que diz respeito à frequência em relação ao referente [+específico], é importante destacar a variante *dele* para que se exponha uma reflexão mais consistente. Constata-se aqui também que, embora as duas formas apresentem comportamentos equivalentes, a forma *dele* e flexões apresenta preferência em contextos em que o referente tem o traço [+específico]. Nesse sentido, embora a forma *seu* se apresente com frequência majoritária, a forma *dele* apresenta tendência para o uso contemporâneo.

8.2.6 As variantes *seu* e *dele* e o grau de concretude do referente

Considerando-se o *continuum* do mais concreto para o mais abstrato, verificou-se também se o traço [+/-concreto] do referente influenciaria na escolha do possessivo. Para

esse traço, vejam-se alguns trechos a seguir. Os primeiro referentes com traço [+concreto] motivam o uso do *seu*.

64. Havendo nesta Ilha hum numero de meninos q' póde a Aula ter 50 **Alumnos**, e **seus pais** desejão q' elles aprendão, porém eu não os posso aceitar p^r não estarem vacinados [...]. (Simplicio Jou Miz Parassy. Professor. Ilha de Bom Jesus. 16.02.1861).
65. [...] a mobilia acha-se redusida apenas a **quatro carteiras** com **os seus competentes bancos**. [...]. (Pedro José Ferreira. Professor Publico. Villa de Taperoá. 24/04/1880).

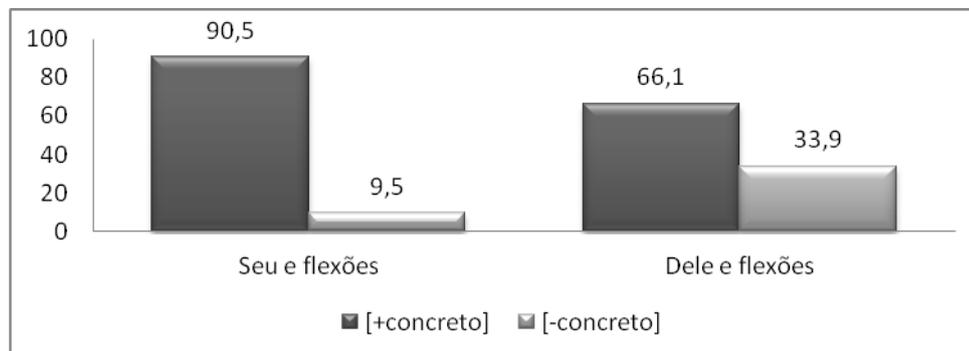
Vejam-se exemplos de referentes com traço [-concreto] e [+concreto]:

66. [...] **As materias do ensino** correrão quanto esteve ao alcance de minha fraca intelligência e **sobre o merecimento dellas** fica livre ao Senr. Dr. Inspector Geral das aulas que se dignou visital-a no dia 18 de Maio [...]. (Maria Carolina Gomes. Professora Substituta. Bahia. 20/12/1870).
67. [...] Tendo-me sido entregues **10 exemplares do Bom Homem Ricardo, 10 de Grammatica [...] e 1 Manual do ensino simultâneo** accuso **a recepção delles**. (Torquato Santos e Silva. Professor Publico. Bahia. 01/12/1853).

Em relação à frequência de uso de uma ou outra forma, considerando-se o grau de abstração (concretude) do referente, o resultado é identificado na tabela 17, a seguir:

Tabela 17: Possessivos *seu* e *dele* X Grau de concretude do referente

CONCRETUDE DO REFERENTE	POSSESSIVOS				TOTAL
	SEU		DELE		
	Ocor	%	Ocor	%	
[+CONCRETO]	488	90,5	41	66,1	601
[-CONCRETO]	51	9,5	21	33,9	
TOTAL	539	100,0	62	100,0	

Gráfico 8: Possessivos *seu* e *dele* x Grau de concretude do referente

Observa-se, pelos resultados expressos na tabela 17 e no gráfico 8 acima, que a maioria dos referentes se caracteriza pelo traço [+concreto] e que este fomentou a escolha do *seu* em proporção maior do que a escolha do *dele*. Do total de usos do *seu* nas ocorrências, 90,5% foi usado para referentes com traço [+concreto]. O *dele* também apresentou índice alto. Dos usos da forma *dele*, 66,1% foi para referentes com traço [+concreto]. Saliente-se, entretanto, que, considerando-se apenas as ocorrências de uso da forma *dele*, boa parte (33,9%) ocorre, também, para referente [-concreto], ou seja, expressões menos referenciais, diferentemente do que ocorreu com a forma *seu*. Considerando-se a proporção das variantes no todo da amostra, constata-se que a preferência, nesse caso, foi pela forma *dele* (33,9%). Oliveira e Silva (1991) analisa essa variável em seus *corpora* orais, com falantes de níveis de instrução variados, desde apenas alfabetizados até falantes com grau superior, e constata que quanto mais abstrato é o referente, maior a frequência de *seu*. Se o referente é mais concreto, então, usa-se o *dele* e flexões. Nesse *corpus*, isso não ocorreu.

Diante dos dados expostos, relacionando os usos das formas possessivas de terceira pessoa a alguns traços semânticos, constata-se a frequência de uso do *seu* muito superior à da forma *dele* no *corpus*. Quando se passou a uma análise mais detalhada, observando-se o comportamento de cada variante em relação a cada traço, o *corpus* revelou tendências de uso do *dele* conforme se identifica no PB contemporâneo.

Vejam-se na tabela 18, na página a seguir, as variantes com todas as variáveis comentadas até o momento.

Tabela 18: Possessivos *seu* e *dele* X variáveis independentes

VARIÁVEIS		SEU		DELE	
		Ocor	%	Ocor	%
[P2]		145	100,0	--	--
[P3]		539	89,7	62	10,3
TOTAL		684	100,0	62	100,0
[+AMBÍGUO]		04	0,7	23	37,1
[-AMBÍGUO]		535	99,3	39	62,9
TOTAL		539	100,0	62	100,0
[+HUMANO]	[ADULTO]	310	57,5	03	4,8
	[CRIANÇA]	120	22,3	13	21,0
[-HUMANO]		109	20,2	46	74,2
TOTAL		539	100,0	62	100,0
[+DEFINIDO]		428	79,4	45	72,6
[-DEFINIDO]		111	20,6	17	26,6
TOTAL		539	100,0	62	100,0
[+ESPECÍFICO]		420	77,9	40	64,5
[-ESPECÍFICO]		119	22,1	22	35,5
TOTAL		539	100,0	62	100,0
[+CONCRETO]		488	90,5	41	66,1
[-CONCRETO]		51	9,5	21	33,9
TOTAL		539	100,0	62	100,0

Diante do exposto, é possível apresentar algumas considerações. No que se refere ao uso do *seu*, constatou-se que essa forma tem uma alta frequência em contextos que possuem grau de ambiguidade mínimo ou nenhum (99,3%). Em geral é usado quando o referente possui o traço [+humano] e, preferencialmente, para humano adulto. Em relação às demais variáveis – grau de definitude, de especificação e de abstração, constatou-se que os três traços tem características comuns. O *seu* foi o mais selecionado quando esses traços apareceram marcados, com 79,4% para referentes [+definidos], 77,9% para referentes [+específicos] e 90,5% para referentes [+concretos].

Analisando-se o comportamento da forma *dele*, observou-se que, no *corpus* estudado, essa não se apresenta apenas como forma desambiguizadora. Aliás, embora uma parte de seu uso tenha sido em contextos ambíguos (37,1%), sua frequência não foi alta o suficiente para se afirmar que foi usada apenas para desambiguar. Considerando-se as demais variáveis analisadas, observa-se, em algumas delas, uma tendência para o que se identifica no PB contemporâneo.

Com relação à variável traço [+/-humano], a frequência maior da forma *dele* (74,2%) foi para referentes [-humano], ou seja, para “objetos”. No caso dos referentes com traço [+humano], destaca-se que sua maior parte (21,0%) ocorreu para referentes “crianças”. É importante destacar aqui para o levantamento de Oliveira e Silva (1991) em corpora diacrônicos dos séculos XV, XVI e XVII. Nestes, Oliveira e Silva ressalta que o referente com traço [+humano] favorecia o uso da forma *seu*. Ela afirma que se houvesse ambiguidade nesse uso, o falante usava a forma pleonástica para esclarecer, ou seja, acrescentava a forma analítica *dele*, sem omitir o *seu*. A autora ressalta que a partir do século XVIII, entretanto, não se sabe por qual motivo, houve uma alteração desse comportamento. Com isso, a forma *dele* passou a ser a mais frequente quando o referente era [+humano] e a forma *seu* passou a ser escolhida para retomar objetos.¹³⁶ No *corpus* em análise, observou-se que o *dele* foi utilizado em alta frequência para referentes [-humanos], distanciando-se do sentido atribuído no momento anterior e revelando uma tendência do que se expressa em *corpora* contemporâneos do PB.

Em relação aos traços de definitude e especificidade, variáveis também observadas na análise, identifica-se que, embora o *seu* seja a opção tanto para referentes [+definidos] como para referentes [+específicos], ao se focar na frequência da forma *dele*, tem-se um índice de 72,6% e 64,5%, respectivamente. Considerando-se que a forma *dele* é marcada em gênero e número, quanto mais definido e específico for o referente, maior probabilidade de usar o *dele* e flexões, haja vista a identificação do referente de maneira

¹³⁶ Oliveira e Silva (1982, p. 248) destaca da análise feita nos *corpora* tanto de Portugal quanto do Brasil, considerando-se todas as variáveis observadas, “não houve diferenças nem quantitativa nem qualitativamente entre os usos nesses dois países”. Kato (2002) ressalta que, no português europeu contemporâneo, a tendência é usar o *seu* para [+humano].

mais clara (OLIVEIRA e SILVA, 1982, 1991; NEVES, 2002b, 2011). Já quando se tem um referente indefinido ou não específico, tendendo a mais genérico, a opção é maior para o *seu*, forma não-marcada. Esses traços revelam uma tendência ao comportamento identificado nos *corpora* contemporâneos do PB.

O traço [+/-concreto] foi tomado como variável para complementar as variáveis anteriores, no sentido de que, considerando-se a forma *dele* como marcada e, portanto, como mais esclarecedora na cadeia da referenciação, a natureza concreta do referente também seria motivador para a escolha da forma analítica. No caso do grau de concretude do referente e o uso de uma das duas variantes, na tabela 17, é possível perceber que o *seu* foi quase categórico para referentes [+concreto], com 90,5% de frequência. No caso da forma *dele* e flexões, embora não tenha sido na mesma proporção, também foi alto o índice relativo ao traço [+concreto], 66,1%.

Os resultados apresentados permitem entender que o *corpus* em estudo revela um momento de transição no uso dos possessivos de terceira pessoa, ao expressar tendências de uso do *dele* e flexões que são verificadas no PB contemporâneo. Nessa análise, percebe-se que, diferentemente do que se constatava nos *corpora* em geral, a ambiguidade do contexto, considerando-se dois ou mais possíveis referentes, não é o fator motivador prioritário na escolha do uso da forma *dele*. Outros fatores estão aí implicados.

Depois da exposição da análise dos traços semânticos, passa-se a verificar o comportamento morfossintático dessas formas possessivas nos registros do *corpus*.

8.3 O USO DO *SEU* E DO *DELE* NAS CORRESPONDÊNCIAS – ASPECTOS MORFOSSINTÁTICOS

8.3.1 O Sintagma possessivo

Considerando que a posição do pronome no sintagma pode interferir no seu sentido, Cerqueira (1998, 2008), utilizando os pressupostos do modelo dos princípios e parâmetros, afirma que, embora pareça ser de natureza estilística, essa opção pela posição anterior ou posterior ao nome resulta de traços morfológicos presentes no próprio sintagma, por exemplo, o usual é dizer *alguns amigos nossos* em lugar de *os amigos nossos*; *um livro meu* em lugar de *o livro meu*. A interpretação envolve a totalidade, o conjunto de objetos expresso no sintagma, daí ser mais usual *os nossos amigos* ou *o meu livro*. No caso dos sintagmas com quantificadores indefinidos, a interpretação é de partitivo, porque se dirige para uma parte e não para o todo: *alguns amigos nossos* ou *um livro meu*; nesse caso o

indefinido impõe a posição pós-nominal. Então, para dar a idéia de totalidade, usa-se a posição pré-nominal; para dar a idéia de parte, usa-se a posição pós-nominal.

Nas correspondências dos professores, *corpus* deste estudo, buscou-se observar se a presença do artigo definido ou do quantificador indefinido interferia na opção pela posição do possessivo. Conforme Cerqueira (2008), quando o sintagma do possessivo tem como primeiro elemento um artigo definido, o usual é que o possessivo se posicione antes do nome e a forma analítica *dele* em posição posterior ao nome – *o seu amigo*; *o amigo dele*. Nesse caso, a ideia é de totalidade. Quando, no entanto, o sintagma se inicia com um quantificador indefinido, o usual é que as duas formas estejam pospostas ao nome (*um amigo seu*; *um amigo dele*). Nesse caso, a ideia seria de partitivo (um dentre vários do conjunto). Além disso, Cerqueira (2008) também ressalta o fato de a forma *seu* prescindir de artigo definido, quando em posição pré-nominal.¹³⁷

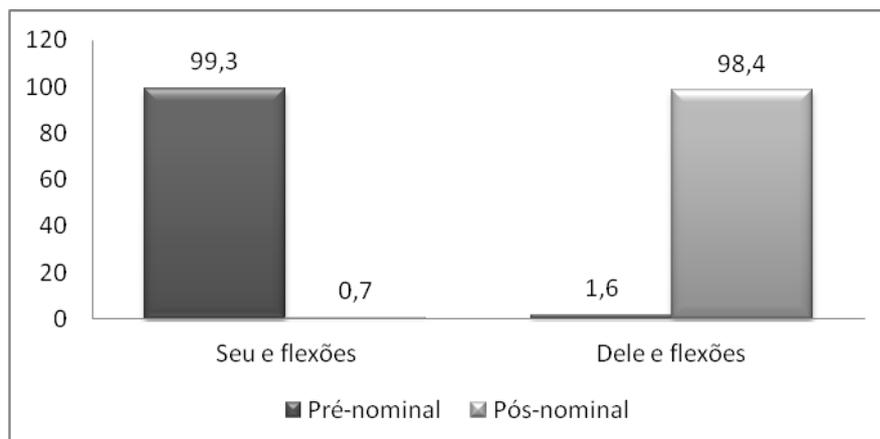
8.3.1.1 A posição do possessivo no sintagma

No intuito de verificar o comportamento das duas variantes – *seu* e *dele* – no *corpus* em estudo, buscou-se verificar a frequência da posição de cada uma das formas no sintagma, se em posição pré-nominal ou pós-nominal. O quantitativo se registra na tabela na tabela 19, a seguir:

Tabela 19: Posição das variantes no sintagma do possessivo

POSIÇÃO DAS VARIANTES	1850-1889					
	SEU		DELE		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%
PRÉ-NOMINAL	535	99,3	01	1,6	601	100,0
PÓS-NOMINAL	04	0,7	61	98,4		
TOTAL	539	100,0	62	100,0		

¹³⁷ Na língua portuguesa, o sintagma do possessivo pode também ser constituído apenas de artigo definido, sem a forma sintética *seu*, quando a relação é de posse inalienável – *Maria vestiu a blusa nova e saiu.*

Gráfico 9: Posição das variantes *seu* e *dele* no sintagma do possessivo

Observa-se na tabela 19 e no gráfico 9 acima que a posição pós-nominal é quase categórica no que se refere à forma *dele*. Apenas uma ocorrência foi identificada com essa forma anteposta ao nome:

68. [...] Circulou, n'aquelles dias de maximo entusiasmo, **meu oferecimento** com algum interesse para todos que **delle tinham noticia**. [...] (Antonio Luiz Pinto Loyo. Professor primário. Villa de Taperoá. 20/07/1888).

As demais ocorrências foram sempre pospostas, conforme trechos a seguir:

69. [...] **As materias do ensino** correrão quanto esteve ao alcance de minha fraca intelligência e **sobre o merecimento dellas** fica livre ao Senr. Dr. Inspector Geral das aulas que se dignou visital-a no dia 18 de Maio, [...]. (Maria Carolina Gomes, Professora Substituta. Bahia. 20/12/1870).
70. [...] Apenas espalhada **n'esta localidade** a noticia de minha remoção **os pais de familias d'ella** reunirão-se e unanimemente apresentarão-me o abaixo assignado [...]. (Antonio Francisco de Carvalho – professor effectivo. Aula Publica Primaria do Arraial do Brejo Grande. 12/12/1880).

Em relação à forma *seu*, o comportamento foi outro. O mais frequente foi o *seu* ocupar a posição anterior ao nome (99,3%). No *corpus*, registram-se apenas quatro ocorrências pospostas que não chegam a representar nem 1%. Conforme foi visto no capítulo 2, as pesquisas demonstram que no português brasileiro contemporâneo, a posição mais frequente da forma possessiva sintética, no caso em estudo o *seu*, é anterior ao nome, com propriedade identificadora (*meus irmãos; os meus irmãos*). Quando essa forma se faz posposta ao substantivo, o que se identifica é uma expressão de referência menos definida, portanto mais genérica: *meu aluno* expressaria um conceito mais definido; no caso de *aluno meu*, exprime-se um conceito genérico. (NEVES, 2002; CERQUEIRA, 2008; AZEREDO, 2010). No *corpus* em estudo, houve algumas ocorrências em que a forma sintética *seu*

apareceu posposta ao nome, porém não se observa que o significado tenha ficado mais genérico, conforme se pode constatar nos trechos a seguir:

71. [...] Se, quando **o Pe. José Lourenço** declarou-se meo feroz inimigo, eu tivesse logo me dirigido a essa Directoria protestando contra **qualquer procedimento seo**, [...]. (João Baptista Aragão Pedro. Professor. Aula publica de instrucção primaria do Arrayal das Mercês, Freguezia de São Gonçalo dos Campos. 22.08.1861).
72. [...] fui repentinam^e assas insultado com palavras injuriosas p^r **Alex^e S^a S^{ta} Barbara** que violentam^e invadira m^a casa que é hoje **propried^e sua** p^r ter elle se casado com a filha da proprietária q m'alugou q^{do} p^a aqui vim em 1856 [...].(Miguel Mor^a de Carvalho. Marage. 09/12/1859).
73. [...] **O Presid^{te} da Camara** foi capaz de abandonar sua mulher; [...] e foi capaz de despedir sua mãe velha, de **uma casa sua** que morava, [...]. (José Ferreira de Carvalho Cunha. Aula Publica Primaria em Santarem. 03.08.1888).
74. [...] Não, Ex^{mo} Senhor. Sou perseguida, é verdade, [...], mas perseguida unicamente pelo **meu acusador**, que só tem por fim retirar-me d'aqui para poder collocar em meu lugar sua filha, e para o que não tem poupado meios, [...] chegando até á offerer aos adversarios do partido politico, a que pertence, **votos seus** e de seus parentes, com tanto que elles me removão d'aqui, e deem a cadeira a sua filha. (Prudencia Maria de Carvalho Costa. Professora Pública primaria. Aula publica primaria de meninas nesta Vila de São Philippe. 19/01/1889).

Uma hipótese é que embora não se identifique um significado mais genérico com essa inversão, há uma intenção do escrevente em dar importância menor ao referente, objeto do discurso.

Com isso, se observa que, embora existam contextos que possibilitam o uso de uma ou outra forma, há contextos que condicionam esse uso. As formas são variantes no eixo paradigmático, isto é, no eixo da seleção. Mas no eixo sintagmático, essas variantes se posicionam em escopos diferentes. O *seu* é uma forma que está presa ao sintagma, funcionando como um determinante; o *dele* é um correferente, funcionando como um adjetivo.

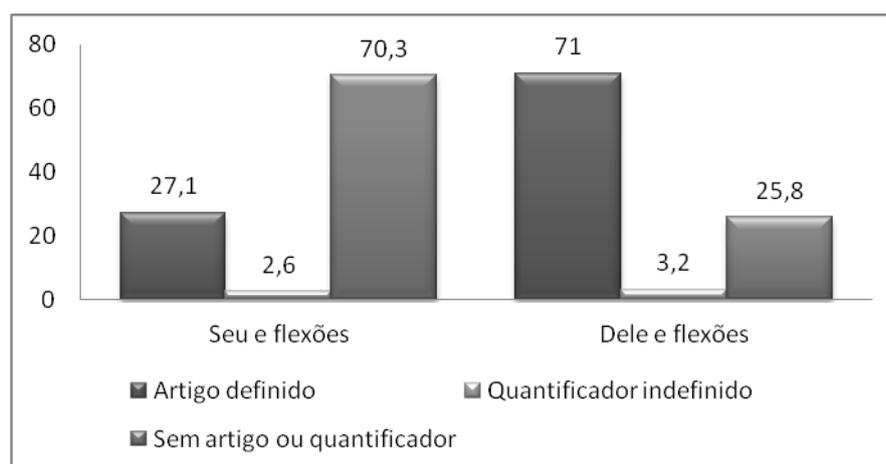
8.3.1.2 As variantes e a presença do artigo/quantificador no sintagma

No intuito de verificar se a ocorrência do determinante faz alguma diferença em relação ao uso de uma ou outra variante, passa-se a apresentar o comportamento das formas *seu* e *dele* com o artigo definido ou o quantificador indefinido *um*.

Tabela 20: Possessivos e determinantes (artigo definido e quantificador indefinido)

PERÍODO	1850-1889					
	SEU		DELE		TOTAL	
[ARTIGO DEFINIDO]	146	27,1	44	71,0	190	31,6
[QUANTIFICADOR INDEFINIDO]	14	2,6	02	3,2	16	2,7
[SEM ARTIGO OU QUANTIFICADOR]	379	70,3	16	25,8	395	65,7
TOTAL	539	100,0	62	100,0	601	100,0

Gráfico 10: Possessivos e determinantes (artigo definido e quantificador indefinido)



Do levantamento feito e apresentado na tabela 20 e no gráfico 10, constata-se que a maior parte das ocorrências da forma *seu* se dá sem especificador – artigo¹³⁸ ou quantificador *um* (70,3%). No caso da forma *dele*, é mais frequente tendo um artigo definido no sintagma, haja vista o índice de 71,0% de ocorrências da forma analítica acompanhada desse especificador.

Ressalte-se que, conforme visto no capítulo 1, no período arcaico, conforme estudos de Lacerda (2007; 2010), o artigo definido emergia buscando ocupar a posição de determinante no sintagma. Conforme Mattos e Silva, no *Diálogos de São Gregório*, o mais comum era a forma tônica *seu* e flexões aparecer sem artigo definido, a menos que aquela fosse o núcleo do sintagma, como em: 2.3.3.6 *A terra muito alongada da sua*. (MATTOS E

¹³⁸ Neves (2002) e Bagno (2011) ressaltam que o artigo definido tem o mesmo efeito determinante que o possessivo, por isso, o comum é não usar o artigo antes do possessivo.

SILVA, 1989, p 175). Conforme a autora, apenas em 31% dos casos o possessivo estava precedido de artigo definido.

No caso do indefinido, Mattos e Silva ressalta que nos *DSG* houve uma frequência alta do possessivo sintético *seu* e flexões anteposto pelo quantificador indefinido *um*, conforme exemplo: *huu seu clérigo d'avangelho* (MATTOS E SILVA, 1989, p. 183). Ressalte-se que a autora menciona apenas a forma sintética com o indefinido.

Conforme Cerqueira (2008), no PB contemporâneo, a construção se faz com outra ordem: indefinido + nome + possessivo. No *corpus* analisado por Neves, exposto no capítulo 2 deste trabalho, embora não seja categórico, ela afirma alta frequência de pronome possessivo posposto ao nome precedido de artigo indefinido. No *corpus* geral, ela encontrou apenas um exemplo de possessivo anteposto ao nome antecedido por quantificador indefinido, conforme se observa no trecho a seguir: *Um filho de uma minha amiga*. (DID-SP-242:154.293).

No *corpus* em estudo, a frequência de uso do quantificador indefinido foi relativamente baixa no quantitativo geral, apenas 2,7%. Houve apenas duas ocorrências do indefinido com a forma *dele*, conforme trechos a seguir:

75. Incluzo envio a VSa **o mappa dos alumnos** q^e freqüentarão o ultimo trimestre do anno findo, [...]. A vista do exposto VS^a se digne relevar-me [...] **qualq^r imperfeição delle**. (Manuel Luiz Pedro de Meig^{es}. Professor primario Aula Nacional de 1^{as} L. da Cidade de Nazarett. 01/02/1857).
76. [...] e sendo no **Relatorio da Directoria** q se poderá fazer boa consulta n'este assumpto, peço a V.S^a que, se for possivel dispensar-me **um exemplar d'elle**, digne-se V.Sa de Pôl-o à minha disposição. (Zacharias Nunes da S^a Assis. Professor Publico. Passé. 14/06/1876).

No entanto, embora esse quantitativo baixo, o curioso foi que foram identificadas ocorrências de uma forma não usual no português brasileiro contemporâneo, mas muito frequente no português arcaico que é: indefinido + possessivo + nome, conforme trechos a seguir:

77. [...] e vendo ficar impune o discommunal procidimento de **Reinaldo J^o da S^a Guim^{es} Saphira**, mestre particular nesta povoação, que sem piedade maltratou a **um seo alumno** [...]. (Joaquim Fagundes de Souza. Professor publico. Lage. 21/09/1859).
78. Convicto de que **um Director dos Estudos** e **um seu Delegado**, que é sempre um Inspector Literario, devem ser os primeiros amigos e proctores da tão pobre e lidadora classe do magistério [...]. (Militino Felix dos Reis. Professor vitalício. Villa da Mata de São João. 18/10/1875).

Desse tipo de uso, houve 08 ocorrências (1,5%), distribuídas por todas as décadas. Considerando-se, então, as duas formas, *seu* e *dele*, e o uso de quantificadores indefinidos, observa-se que a opção foi maior pela forma *seu*.

Como conclusões parciais, esses dados permitem inferir que, do ponto de vista qualitativo da mudança, o *corpus* revela marcas de uma sincronia anterior – do PA, com as construções do seguinte tipo: quantificar indefinido + possessivo + nome – em meio a marcas indicadoras de tendências que se constituem com mais intensidade numa sincronia posterior – no PB contemporâneo. Embora apresente-se um uso conservador da forma *seu* e flexões, no que se refere à forma analítica *dele*, o *corpus* revela tendências de uso que são comuns no PB.

É possível constatar que a normatização linguística teve um papel no uso dos possessivos de terceira pessoa pelos professores, na medida em que se verificou um aumento do uso da variante padrão (*seu*) ao tempo em que se observou a redução da variante não-padrão (*dele*) no período compreendido entre os anos 50 e 80 do século em estudo (cf. Tabela 2). Isso fica mais claro, se forem considerados os dados da pesquisa de Oliveira e Silva (1982) e de Barros (2006), nos quais foi identificado um aumento no uso da forma *dele*, entre os séculos XVII e XIX (cf. Tabela 1). Vale ressaltar também que a variante *dele* passa a ser utilizada num sentido pleno, não mais como reforço, para estabelecer relação entre referente e o “possuído”.

Nas variáveis levantadas neste estudo, o que se verifica são as tendências de uso do *dele* que vão se ampliando até assumir os contextos em que se apresentam no PB contemporâneo. Contextos com referentes mais especificados tendem a selecionar a forma analítica *dele* como possessivo; já os contextos com referente mais genérico, a tendência é que a forma *dele* seja inibida e seja selecionada a forma sintética *seu*. Registra-se esse comportamento em *corpora* do PB contemporâneo estudados por Oliveira e Silva (1984, 1991), de Muller (1997) e de Neves (2002).

Em relação aos aspectos morfossintáticos, observa-se que, embora apresente construções com ordem usada no PA, o *corpus* revelou em maior proporção a configuração do sintagma possessivo conforme se usa na contemporaneidade.

Embora a norma coercitiva do século XIX, o perfil dos professores e a situação comunicativa, o que se verifica é que, mesmo a forma conservadora, o *seu*, se apresentar numa frequência majoritária, a frequência da forma *dele* e flexões, do ponto de vista qualitativo da mudança, demonstra as tendências de uso que do PB contemporâneo. Observa-se que sua frequência é maior em ambientes que vão levá-lo a se especializar como forma de terceira pessoa no PB contemporâneo, como em casos em que o referente é mais definido e mais específico, portanto com marcas claras de gênero e número, mesmo em contextos de usos restritos, na contemporaneidade, ao *seu*, como em casos em que o referente é menos definido e mais genérico.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verifica-se, nos estudos apresentados neste trabalho, com *corpora* representativos da Língua Portuguesa em distintas diacronias, que os possessivos de terceira pessoa, *seu* e *dele*, se comportam de maneiras diversas ao longo do tempo. Sobre a origem, as duas formas, *seu* e *dele*, surgiram em ambientes sintáticos distintos. O *seu*, do genitivo *sui*, uma forma tônica que ampliou seu escopo, passando de pronome reflexivo para item relacional de posse, assumindo usos das formas átonas e também se fixando na posição anterior ao nome no sintagma possessivo, conforme estudos de Lacerda (2007). Nesse sentido, houve ampliação semântica e também morfossintática. O *dele*, do genitivo *illius*, com função indicativa de posse, função típica do caso genitivo, de início era usado como reforço em contextos que apresentassem possibilidade de ambiguidade, no caso de duas ou mais terceiras pessoas candidatas a referente. Esse item, que antes desempenhava uma função apenas coadjuvante, passou a ocorrer sozinho, concorrendo com o *seu*, como formas variantes, estágio denominado de camadas na gramaticalização, um dos princípios de Hopper (1991). Chama-se a atenção nessas construções genitivas o uso da preposição *de*, a qual expressa sentido de posse desde o latim. Dessa forma, o *dele* vai tomando o lugar da forma sintética *seu*, na terceira pessoa, por apresentar, além do sentido relacional de posse, marcado pela preposição *de*, também os traços de concordância, de gênero e número, com o referente.

Nos *corpora* do PB contemporâneo, constata-se que, embora o *dele* esteja em ascensão, restrições, do ponto de vista pragmático, semântico e morfossintático, atuam no uso dessa forma. Do ponto de vista morfossintático, há restrições em relação à sua posição no sintagma – é fixa, em posição pós-nominal. Do ponto de vista semântico, há restrições quando o referente é um quantificador indefinido, como “cada um”, “tudo” e/ou “todo mundo” (OLIVEIRA E SILVA, 1991; MULLER, 1997b; BAGNO, 2013). Nesse contexto, conforme Muller (1997b), está havendo uma tendência à especialização da forma *seu* para terceira pessoa, pois, quando o referente é um SN quantificado, a opção é pelo *seu*, embora isso não seja categórico no PB, conforme constata Neves (2002b, 2007). Observa-se, então, que, ao funcionar como anafóricos e não como dêiticos, os possessivos de terceira pessoa não apresentam autonomia referencial. Nesse sentido, *dele* recupera antecedentes mais referenciais, por possuir marcas de gênero do referente, e *seu* recupera, na maioria das vezes, antecedentes quantificados, mais precisamente os indefinidos, ou genéricos, por apresentar marcas de concordância de gênero e número com o nome possuído e não com o referente. A especialização do *seu* para a segunda pessoa e o aumento da frequência do

sintagma preposicionado *dele* em lugar de *seu* para referentes de terceira pessoa revelam uma mudança linguística.

Pelos princípios propostos por Hopper (1991), é possível identificar alguns fatores que contribuem para a mudança linguística: que pode haver mais de uma forma para as mesmas funções (*camadas*) e que pode haver formas de mesma etimologia com funções diferentes (*divergência*). Na divergência, uma mesma forma tem o uso ampliado para outras funções.¹³⁹ No processo de gramaticalização, um item, antes de ser usado definitivamente com o sentido novo, pode ser usado em contextos que provoquem ambiguidade, ou seja, contextos em que a existência de uma mesma forma possibilite diferentes interpretações (MARTELOTTA, 2003, p. 52). É dessa forma que se compreende o percurso do genitivo *sui*, que chega às línguas românicas não mais com seu sentido original, de um reflexivo, mas já vestindo também o sentido do *eius* e do *illius*. Nesse caso, segue o princípio de divergência, quando uma mesma forma tem o sentido ampliado. Com o tempo, já com o sentido ampliado, o *sui* > *seu* passa a provocar ambiguidade, o que faz no PA, os falantes utilizarem o recurso da forma reduplicada, a pleonástica, para enfatizar o referente. No PB contemporâneo, verifica-se que, com a gramaticalização de *você*, a forma *seu* passa a ser usada para diversos candidatos a referentes, em contextos que podem gerar interpretação ambígua. O problema é resolvido quando o *seu* se especializa em contextos em que o referente é de segunda pessoa ou terceira pessoa com traço [-indefinido] ou [-específico]. A forma analítica *dele* passa a preencher a lacuna, tendo uma frequência de uso mais alta do que o *seu*. Em síntese, no PB contemporâneo, *seu* e *dele* são variantes, e, considerando-se os graus iniciais da gramaticalização, encontram-se em camadas. Tomam-se aqui dois dos princípios de Hopper para explicar o fenômeno: 1) *estratificação*, porque a forma conservadora, *seu*, e a inovadora, *dele*, coexistem, com um mesmo significado, em um dado domínio funcional; e 2) *especialização*, porque *seu* se especializa para a segunda pessoa e o *dele* se especializa para a terceira pessoa. É preciso ressaltar, entretanto, que, conforme dito no parágrafo anterior, a ampliação no uso do *dele* não permite afirmar que esse seja categórico como possessivo de P3. Em casos em que o referente não possui marcas específicas, definidas, a opção é pela forma *seu*, haja vista o *dele* inviabilizar esse sentido não determinado do referente, pois esta forma tem marcas que orientam para a especificidade, não para o genérico.

Retrocedendo ao século XIX, nas correspondências dos professores, *corpus* desta pesquisa, o *seu* é majoritário e ocorre em todos os contextos como possessivo de terceira pessoa. *Dele* ocorre também nos mesmos contextos do *seu*, mas de forma tímida, com uma frequência de uso baixa. No entanto, deixando de lado o aspecto quantitativo e

¹³⁹ Esse fenômeno é também chamado de polissemia por teóricos de outras áreas.

fazendo-se uma análise mais qualitativa, é possível identificar alguns pontos relevantes para se compreender o comportamento e o processo dessas variantes no português brasileiro. Ao se separar a forma *dele* e flexões para análise, observa-se que sua frequência é maior em ambientes que vão levá-lo a se especializar como forma de terceira pessoa no PB contemporâneo, como em casos em que o referente é mais definido e mais específico (*Os alunos matriculados [...] pela escacêz do número delles*; ou *A cadeira de 1^{as} Letras desta povoação [...] me dirigi ao professor d'ella*), portanto com marcas claras de gênero e número; e mesmo em contextos de usos restritos, na contemporaneidade, ao *seu*, como em casos em que o referente é menos definido e mais genérico (*E mais indivíduos a elle subordinados [...] entre os quais a maior parte d'elles...*).

O uso do *seu* e flexões, sendo mais frequente, demonstra a força coercitiva da prescrição gramatical. Mesmo sendo usada para a segunda pessoa, o interlocutor, a forma *seu* se mantém também em alta frequência para a terceira pessoa. Após a análise do comportamento das duas formas de indicação de posse, constatou-se uma escrita mais próxima do padrão, do que estava prescrito nas gramáticas do período, intensificando-se ao longo da segunda metade do século XIX, inclusive em contextos ambíguos. O período em estudo é significativo porque o século XIX tem significado o momento, ao mesmo tempo, de mudanças na gramática do português brasileiro, principalmente no que se refere ao paradigma pronominal, e de busca por um referencial que se constituísse como padrão da Língua Portuguesa no Brasil.

Considerando-se a cadeia de referenciação e nela os possessivos de terceira pessoa como elementos anafóricos, tem-se que o uso de uma ou outra forma tem relação estreita com a possibilidade de recuperação do referente da maneira mais clara possível, ou seja, não deixando dúvidas para o interlocutor sobre o que está em discurso. No *corpus* em análise, datado da segunda metade do século XIX, portanto, momento em que esse paradigma ainda deveria estar se configurando, contextos ambíguos foram motivadores para o uso da forma analítica *dele* em algumas situações. Houve contextos, entretanto, que, mesmo na possibilidade de ambiguidade, foi a forma *seu* e flexões a preferência.

No que se refere ao traço [humano], observa-se que a frequência de uma forma é inversamente proporcional à frequência da outra. Para referente [+humano], a opção, em geral, é o *seu* (79,6%); para referentes [-humano], a opção é o *dele* (74,2%). Observa-se a maior frequência de uso da forma *dele* (74,2%) para referentes [-humano], já demonstrando uma tendência se se consideram os dados de *corpora* dos séculos XVII ao XIX analisados por Oliveira e Silva (1982) e nos *corpora* contemporâneos do PB também analisados por Oliveira e Silva (1984). Neste *corpus*, há uma ressalva a se fazer em relação ao traço [+humano], quando se identifica uma frequência significativa para o uso da forma *dele* tendo como referente “crianças” e “alunos”, em um contexto em que o *dele* é muito mais frequente

para referentes [-humanos]. Nesse caso, conforme já sinalizado, valeria uma investigação no sentido de se levantar a concepção de “criança” no período em estudo. Consta-se, então, que a forma *seu* é predominantemente usada para referentes com traço [+humano], 79,8%. Como esse *corpus* é escrito, apresenta indícios do que se revela nos *corpora* de Oliveira e Silva (1991), uma tendência a usar o *seu* preferencialmente para humanos e o *dele* para objetos. Vale ressaltar que, pelos *corpora* de Oliveira e Silva, no século XVIII, usava-se *seu* com mais frequência para objetos e *dele* para humanos. Esse aspecto é interessante, tendo em vista que o traço [-humano] não corresponde, do ponto de vista semântico, a uma pessoa, e o pronome que se refere à não-pessoa é o *ele*, anafórico por natureza, daí que, nesse caso, a forma *dele* se colocou como opção mais clara para os professores, autores das correspondências.

No que se refere à definitude do referente e à seleção do possessivo, o uso do *seu* continua majoritário. Sobre o traço de definitude, atentou-se para a relação entre o dado e o novo na referenciação. Nesse sentido, o novo se expressa pelo indefinido, pois esta forma introduz um referente no discurso; o definido se constitui como o referente que já foi introduzido/mencionado, tornando-se, então, conhecido do interlocutor, tendo, assim, um antecedente ou, ao menos, uma indicação que possibilite ao interlocutor fazer a retomada. Nesse sentido, há aspectos formais, do ponto de vista linguístico, que permitem identificar o referente novo e o referente dado no discurso. É preciso ressaltar que pesquisas têm demonstrado que, no português brasileiro contemporâneo, a forma *seu*, por concordar com o referente apenas em pessoa, e em gênero e número com o nome/substantivo que determina, torna-se mais frequente em contextos em que o referente é indefinido. Ou seja, referente indefinido requer menos marcas (de gênero ou número), portanto, como o possessivo *seu* não concorda com o referente e sim com o objeto/a pessoa com o/a qual se estabelece o vínculo, ele se torna neutro. Nas correspondências dos professores, a forma *dele* foi mais utilizada para referentes mais formalmente definidos do que para os indefinidos, corroborando o que foi constatado acima, no que diz respeito às marcas de gênero e número. O *dele* é mais frequente em contextos em que os referentes são formalmente definidos.

Embora no PB contemporâneo, conforme *corpora* analisados por Oliveira e Silva (1991) e por Muller (1997a), a forma *seu* seja preferencial para referentes com traço [-definido], haja vista que a forma sintética não indica as marcas, já que faz a concordância com o nome que expressa o “possuído”, o *corpus* em análise não revelou isso. O que se observa nas correspondências dos professores é que, considerando-se o resultado absoluto, esse traço não fez diferença em relação à escolha das variantes. *Seu* e *dele* foram usados em proporção equivalente para referentes [+definido] – 79,6% e 72,6%, respectivamente – e também para [-definido] – 20,6% e 26,6%, respectivamente. No

entanto, considerando-se a tendência de uso das variantes, o resultado é significativo, quando se constata que a forma *dele* é mais frequente para referentes [+definido], conforme se registram em *corpora* contemporâneos. É válido ressaltar que, embora os dados relativos ao uso do *dele* sejam menos expressivos em relação à forma *seu*, eles revelam tendências do uso contemporâneo. Sobre a frequência da forma *seu* também para referentes [+definidos], 79,6%, pode-se explicar que, pela situação comunicativa e pela força da prescrição gramatical, o escrevente tenha sempre optado pela forma padrão, em detrimento da forma analítica, mesmo em contextos em que esta poderia tornar mais acessível o referente. Em relação ao traço de definitude, a forma *dele* poderia ser a privilegiada, por ter marcas de concordância, e, portanto, atender à lógica da referenciação, no sentido de tornar mais nítido o referente. Mas, no caso em questão, observa-se que ambas as formas ocorrem nos mesmos contextos.

A maioria dos referentes se caracteriza pelo traço [+concreto] e este fomentou a escolha do *seu* em proporção maior do que a escolha do *dele*. Do total de usos do *seu* nas ocorrências, 90,5% foi usado para referentes [+concreto]. O *dele* também apresentou índice alto. Dos usos da forma *dele*, 66,1% foi para referentes [+concreto]. Saliente-se, entretanto, que, considerando-se apenas as ocorrências de uso da forma *dele*, boa parte ocorre, também, para referente [-concreto], ou seja, expressões menos referenciais, diferentemente do que ocorreu com a forma *seu*. Considerando-se a proporção das variantes no todo da amostra, constata-se que a preferência, nesse caso, foi pela forma *dele* (33,9%). Oliveira e Silva (1991) analisa essa variável em seus *corpora* orais, com falantes de níveis de instrução variados, desde apenas alfabetizados até falantes com grau superior, e constata que quanto mais abstrato é o referente, maior a frequência de *seu*. Se o referente é mais concreto, então, usa-se o *dele* e flexões. Nesse *corpus*, isso não ocorreu.

Diante dos dados expostos, relacionando os usos das formas possessivas de terceira pessoa a alguns traços semânticos, constata-se a frequência de uso do *seu* muito superior à da forma *dele* no *corpus*. Mesmo assim, quando se passou a uma análise mais detalhada, observando cada traço e o comportamento das formas possessivas, foi possível verificar que o *corpus* apresenta tendências de uso do *dele* conforme se identifica no PB contemporâneo. Nas variáveis levantadas neste estudo, o que se verifica são as tendências de uso do *dele* que vão se ampliando até assumir os contextos em que se apresentam no PB contemporâneo. Contextos com referentes mais especificados tendem a selecionar a forma analítica *dele* como possessivo; já os contextos com referente mais genérico, a tendência é que a forma *dele* seja inibida e seja selecionada a forma sintética *seu*. Esse comportamento é identificado, também, em *corpora* do PB contemporâneo estudados por Oliveira e Silva (1984, 1991), por Muller (1997) e por Neves (2002).

Em relação aos aspectos morfossintáticos, observa-se que, embora apresente construções com ordem usada no PA, o *corpus* revelou em maior proporção a configuração do sintagma possessivo conforme se usa na contemporaneidade.

Embora a norma coercitiva do século XIX, o perfil dos professores e a situação comunicativa, o que se verifica é que, mesmo a forma conservadora, o *seu*, se apresentar numa frequência majoritária, a frequência da forma *dele* e flexões, do ponto de vista qualitativo da mudança, demonstra as tendências de uso do PB contemporâneo. Observa-se que sua frequência é maior em ambientes que vão levá-lo a se especializar como forma de terceira pessoa no PB contemporâneo, como em casos em que o referente é mais definido e mais específico, portanto, com marcas claras de gênero e número, mesmo em contextos de usos restritos, na contemporaneidade, ao *seu*, como em casos em que o referente é menos definido e mais genérico.

N

o século XIX, identifica-se, pelo levantamento no *corpus*, uma tendência de mudança em progresso, tendo em vista o perfil dos autores das correspondências – informantes conservadores. Mesmo com a força coercitiva do *seu* no *corpus*, o uso também do *dele* evidencia o que está em processo na própria linguagem oral. Tendo em vista o fator avaliação, na perspectiva da Sociolinguística variacionista, percebe-se que, pelo perfil do *corpus* e pela força da prescrição, os professores podem ter avaliado de maneira negativa a variante *dele* e flexões, reduzindo seu uso, mas, mesmo assim, eles apresentam usos que demonstram uma tendência à mudança, uma mudança em curso, já que os resultados revelam traços que se constituem nítidos no português brasileiro contemporâneo em relação à variante *dele*.

Retomando-se, então, a hipótese que norteou esta pesquisa – a de que, considerando-se o período em estudo, segunda metade do século XIX, os professores primários usariam, preferencialmente, a forma conservadora *seu*, expressando a norma culta escrita de então, embora pudessem também expressar-se com a forma inovadora *dele*, provavelmente já de uso frequente na fala, mesmo em contextos em que se esperaria o uso do *seu*, constatou-se que, pelo perfil do *corpus*, que os professores utilizaram a forma conservadora *seu* em detrimento da forma *dele*, inclusive, reduzindo este uso ao longo das décadas do período em estudo, mas apresentaram marcas claras das tendências contemporâneas no uso da forma *dele* para referente com traços [+específico], [+definido] e [+concreto].

REFERÊNCIAS

- ABRAÇADO, Jussara. (2000). O possessivo *seu* – diferentes tipos de ambiguidade e de posse. *Revista Gragoatá*. Niterói, n.9, p.193-203, 2 sem 2000.
- ALMEIDA, Napoleão Mendes de (1995). *Gramática Latina*; curso único e completo. 26ed. São Paulo: Saraiva.
- ALVAREZ, Marcos César (2002). *Sociedade, norma e poder*. In: BAGNO, M. (org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola. (Coleção Humanística).
- APOTHÉLOZ, Denis (2001). Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual. In: ARNAULD, Antoine; LANCELOT, Claude. *Gramática de Port-Royal*. Tradução de Bruno Fregni Basseto, Henrique Graciano Murachco. 2 Ed. São Paulo: Martins Fontes. (Clássicos)
- ARNAULD, Antoine; LANCELOT, Claude. *Gramática de Port-Royal*. Tradução e prefácio de Bruno Fregni Basseto e Henrique Graciano Murachco. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. (Clássicos).
- AUROUX, Silvain (2009). *A revolução tecnológica da gramatização*. Traduzido por Eni Puccinelli Orlandi. 2 Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- AZEREDO, José Carlos de (2010). *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. 3ª ed. São Paulo: Publifolha.
- BAGNO, Marcos (2011). *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial.
- BARROS, Ev'Ângela Batista Rodrigues de (2006). *Construções de posse com clítico no PB: percurso diacrônico*. Belo Horizonte: UFMG. (Tese de doutorado).
- BASTOS, C. Formas de tratamento, em português (1931). *Revista Lusitana*, Lisboa, n. 29, p. 183-202.
- BECHARA, Evanildo (2005). *Moderna gramática da língua portuguesa*. 37 ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro, Lucerna.
- BENVENISTE, Émile (2006). O aparelho formal da enunciação. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. Traduzido por Eduardo Guimarães e outros. 2 ed. Campinas: Pontes.
- BERLINCK, R. de A.; BARBOSA, J. B.; MARINE, T. de C. (2008). Reflexões teórico-metodológicas sobre fontes para o estudo histórico da língua. *Revista da ABRALIN*, v. 7, n. 2, p. 169-195, jul/dez.
- BIDERMAN, Maria Tereza C. (1972/1973). Formas de tratamento e estruturas sociais. *Alfa Revista de Linguística*. Marília: São Paulo, n. 18/19. p. 339-382.
- BORGES, A. C. (1880). *Vinte dous annos de propaganda em prol da elevação dos estudos no Brasil*. Fragmentos publicados no Jornal do Commercio em 1880. Rio de Janeiro: Typographia a vapor de Pereira Braga e Cia.
- BULCÃO, A. A. A. (1881). *Relatório*. Bahia, Typ. do Diario da Bahia.

- CASTILHO, Ataliba (1997). A gramaticalização. *Revista Estudos Lingüísticos e Literários*, n 19, 25-64, mar.
- CASTILHO, Ataliba (2010). *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto.
- CASTILLO GÓMEZ, Antonio (2006) Entre le public et le privé. Strategies del'écrit dans l'Espagne Du Sieclod'Or, *Annales: E.S.C.*,4.
- CERQUEIRA, Vicente Cruz (1986). A forma genitiva “dele” e a categoria de concordância (AGR) no português brasileiro. In: KATO, Mary A.; ROBERTS, Ian. *Português brasileiro – uma viagem diacrônica: homenagem a Fernando Tarallo*. 2 ed.Campinas, SP: Editora da UNICAMP. (Coleção Repertórios).
- CERQUEIRA, Vicente Cruz (1996). *A sintaxe do possessivo no português brasileiro*. Tese de doutorado – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo.
- CERQUEIRA, Vicente Cruz (2008) *A sintaxe do possessivo no português brasileiro*. São Carlos, SP: Claraluz.
- COELHO, J. M. Latino (1862). *Gramática da Língua Portuguesa*. Salvador: Typographia da Bahia.
- COSERIU, Eugenio (1979). Sistema, norma e fala. In: _____. *Teoria da linguagem e linguística geral*. Traduzido por Agostinho Dias Carneiro. Rio de Janeiro: Presença/Editora da USP. (Coleção Linguagem).
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. (1985). *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- DIK, S. (1989). *The Theory of Functional Gramma*. Parte 1. The Structure of the Clause. Dordrecht: Foris Publications.
- FARACO, C. A. (2002). Norma-padrão brasileira; desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, M. (org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola. (Coleção Humanística).
- FARACO, Carlos Alberto (2008). *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial.
- FÁVERO, Leonor Lopes e MOLINA, Márcia A. G. (2006). *As concepções lingüísticas no século XIX; a gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna.
- GILBERT, M. (1996). Norma. In: OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 524-526.
- GIVÓN, T. (1979). *On understanding grammar*. New York: Academic Press.
- GUIMARÃES, Eduardo (2004). *História da semântica; sujeito, sentido e gramática no Brasil*. Campinas, SP: Pontes.
- HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. (1976). *Cohesion ein spoken and written Englis*. London: Longman.
- HEINE, Bernd; CLAUDI, Ulrike; HUNNEMEYER, Friederik (1991). *Grammaticalization. A conceptual framerwork*. Chicado and London: The University Chicago Press.

HOPPER, Paul (1987). *Emergent Grammar*. Berkeley Linguistics Society, vol. 13, 139-157.

HOPPER, Paul (1991). On some principles of Grammaticalization. In: TRAUGOTTI, E. C.; HEINE, B. (orgs.). *Approaches to Grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, p. 17-36.

KOCH, Ingedore (2004). *Introdução à linguística textual; trajetória e grandes temas*. São Paulo: Martins Fontes. (Texto e linguagem)

KOCH, Ingedore (2008). *As tramas do texto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. (Lucerna. Dispersos).

KOCH, Ingedore e ELIAS, Vanda Maia. (2009). *Ler e escrever; estratégias de produção textual*. São Paulo: Contexto.

LABOV, William (1974). *Principles of linguistic change*. Cambridge: Blackwell Publishers.

LABOV, William (2008). *Padrões sociolingüísticos*. Traduzido por Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial. (Linguagem; 26).

LACERDA, Patrícia Fabiane Amaral da Cunha (2007). *Possessivos de terceira pessoa na língua portuguesa nos séculos XVIII e XIX*. Tese de doutorado – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, Minas Gerais.

LACERDA, Patrícia Fabiane Amaral da Cunha (2010). A implementação do possessivo “dele” na língua portuguesa. *Veredas on line – matemática* – 1/2010, p. 20-35, PPGLinguística/UFJF, Juiz de Fora. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2010/04/ARTIGO-2.pdf>. Acesso em: 15/07/2010.

LIMA, M. R. (1893). *Mensagens e relatórios*. Bahia, Typ. e encadernação do Diário da Bahia.

LOPES, Célia Regina dos Santos (2008). Retratos da variação entre você e tu no português do Brasil: sincronia e diacronia. In: RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara (orgs.). *Português Brasileiro II – contato linguístico, heterogeneidade e história*. Niterói: EDUFF. Vol. 2.

LUCCHESI, Dante (2002). Norma linguística e realidade social. In: BAGNO, M. (org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola. (Coleção Humanística).

LUCCHESI, Dante (2004). *Sistema, mudança e linguagem; um percurso na história da linguística moderna*. São Paulo: Parábola Editorial. (Linguagem; 5).

LUCCHESI, Dante; LOBO, Tânia (1988). Gramática e ideologia. *Sitiemibus*, Feira de Santana, v. 8.

LYONS, John (1997). *Semântica Linguística: una introducción*. Traduzido por Santiago Alcoba. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica.

MARTELOTTA, Mário Eduardo (2003). A mudança linguística. In: CUNHA, M^a Angélica F da; OLIVEIRA, Mariangela Rios de; MARTELOTTA, Mário Eduardo (orgs.). *Linguística funcional; teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A.

MARTELOTTA, Mário Eduardo (2011). *Mudança linguística: uma abordagem baseada no uso*. São Paulo: Cortez. (Coleção leituras introdutórias em linguagem; v.1).

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1989). *Estruturas trecentistas; elementos para uma gramática do Português Arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda. (Série Universitária).

MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia (2002). Variação, mudança e norma; movimentos no interior do português brasileiro. In: BAGNO, Marcos. (org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola. (Coleção Humanística).

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2004). *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial. (Linguagem: 7).

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2006). *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2006.

MATTOSO CÂMARA JR, Joaquim. (1975). *Dispersos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV. (Coleção estante de língua portuguesa, n. 1).

MATTOSO CÂMARA Jr, Joaquim (2002). *Dicionário de Linguística e Gramática: referente à língua portuguesa*. 13. ed. Petrópolis: Vozes.

MATTOSO CÂMARA JR. Joaquim (2001). *Estrutura da Língua Portuguesa*. 33 ed. Petrópolis: Vozes.

MEIER, Harry (1948). Sobre expressões de possessividade e sua história. *Boletim de Filologia*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos. Tomo IX, fascículo I, p. 55-77.

MENON, Odete (1995). O sistema pronominal brasileiro. *Revista Letras*. Curitiba: Editora da UFPR, n.44, p.91-106.

MILNER, Jean-Claude (2003). Reflexões sobre a referência e a correferência. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães et al (orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto. (Coleção Clássicos da Linguística).

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle (2003). Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães et al (orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto. (Coleção Clássicos da Linguística).

MONTEIRO, José Lemos (1994). *Pronomes pessoais: subsídios para uma gramática do português do Brasil*. Fortaleza: Edições UFC.

MORAES DE CASTILHO, Célia (2005). *O processo de redobramento sintático no português medieval; a formação das perífrases com estar*. Tese de doutorado – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo.

MORAES DE CASTILHO, Célia (2013). *Fundamentos sintáticos do português brasileiro*. São Paulo: Contexto.

MULLER, Ana Lúcia de Paula. (1997a). *A gramática das formas possessivas no Português do Brasil*. Tese de doutorado – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo.

- MULLER, Ana Lúcia de Paula (1997b). A lógica subjacente entre as formas possessivas de terceira pessoa: seu *versus* dele. *Revista da ANPOLL*, n.3, p. 11-32, 1997.
- NEGRÃO, E.V. & MÜLLER, A L. (1996) As mudanças no sistema pronominal brasileiro: substituição ou especialização de formas. *Revista DELTA*. 12: 125-52.
- NEVES, Maria Helena de Moura (1997). *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes. (Texto e Linguagem).
- NEVES, Maria Helena de Moura (2002a). *A gramática; história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: Editora UNESP.
- NEVES, Maria Helena de Moura (2002b). Possessivos. In: CASTILHO, Ataliba de. (org.). *Gramática do Português Falado*. 3ª ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp. Volume III: As abordagens.
- NEVES, Maria Helena de Moura (2007). *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto.
- NEVES, Maria Helena de Moura (2011). *Gramática de usos do português*. 2ª Ed. São Paulo: UNESP.
- NÓVOA, Antonio (1991). Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. *Teoria e Educação*. Porto Alegre: Pannonica. N. 4, p. 109-119.
- NUNES, Antonieta A. (1999) A formação oficial de professores na Bahia imperial. *Revista da Faced*, n.2, Salvador: EDUFBA.
- NUNES, José Joaquim (1919). *Gramática Histórica Portuguesa; fonética-morfologia*. Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira.
- OLIVEIRA E SILVA, Giselle Machline (1982) *Estudo da regularidade na variação dos possessivos no português do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras. Tese de Doutorado.
- OLIVEIRA E SILVA, Giselle Machline de (1984). Variação no sistema do possessivo da terceira pessoa. *Revista Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, jul-dez, p 54-72.
- OLIVEIRA E SILVA, Giselle Machline de (1991). Um caso de definitude. *Revista Organon*. Rio Grande do Sul: UFRGS. V. 5 n.18, p. 90-108.
- OLIVEIRA E SILVA, Giselle Machline (1998). Estertores da forma seu na língua oral. In: Silva, G.M de O. & Scherre, M. M. P. (Org.) *Padrões Sociolingüísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- PAGOTTO, Emílio G. (1998). Norma e Condescendência; ciência e pureza. *Línguas e instrumentos lingüísticos*. São Paulo: Pontes Editores. Jul-dez, nº 2.
- PENNA, Heloísa Maria Moraes Moreira (2002). O emprego do *ele*-acusativo do português brasileiro ao latim. In: COHEN, M.A. e RAMOS, J. *Dialeto mineiro e outras falas*. Belo Horizonte: FALE/UFMG.
- PEREIRA, Eduardo Carlos (1935). *Grammatica histórica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

PERINI, Mário A. (1985). O surgimento do sistema de possessivo do Português coloquial: uma interpretação funcional. *Revista DELTA*, vol. 1, nº 1 e 2, p. 1-16.

PERINI, Mário (2010). *Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial.

PEZATTI, Erotilde Goreti (2004). O funcionalismo em linguística. In: MUSSALIN, F; BENTES, A.C. *Introdução à lingüística*; fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, v. 3.

RIBEIRO, Ernesto Carneiro (1879). *Elementos de grammatica portugueza*. Brazil; Bahia; Salvador: Imprensa Econômica.

RIBEIRO, Ernesto Carneiro (1881). *Grammatica portugueza philosophica*. Brazil; Bahia; Salvador: Imprensa Econômica.

RIBEIRO, Ernesto Carneiro (1890). *Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portugueza*. Brazil; Bahia; Salvador: Imprensa Popular.

RIBEIRO, Hilário (1883). *Grammatica elementar e lições progressivas de composição*. Edição revista por Olavo Bilac. H. Garnier Livreiro Editor.

RIBEIRO, Julio (1881). *Grammatica Portugueza*. São Paulo: Typographia Jorge Seckler.

SANTANA, Noemi P. (2007). *Escolarização na Bahia na transição império-república e a constituição da norma culta do português brasileiro*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal da Bahia. Salvador, Bahia.

SCHELBAUER, A. R. (2005). O método intuitivo e lições de coisas no Brasil do século XIX. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Vol. II: Século XIX. Petrópolis: Vozes.

SILVA, José Carlos A. (2000). Viver no magistério na Bahia Imperial. In: *Revista da FAEEBA*, nº 13, jan/jun.

SILVA NETO, Serafim da (1963). *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: INL.

SILVA, Sílvio da. (2010). *A precursora e a sucessora da Gramática de Port-Royal*. In: MATTOS, M. Augusta B. de. *Gramática em questão*. Campinas/SP: Mercado das Letras.

SOUZA, Ione Celeste. Prover as aulas, regular o tempo: uma leitura sobre cultura escolar na Bahia Oitocentista. In: LUZ, José Augusto; SILVA, José Carlos (orgs.) (2008). *História da educação na Bahia*. Salvador: Arcadia, p. 161-196.

TARALLO, Fernando (1986a). Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX. In: KATO, Mary A.; ROBERTS, Ian. *Português brasileiro – uma viagem diacrônica*: homenagem a Fernando Tarallo. 2 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP. (Coleção Repertórios).

TARALLO, Fernando (1986b). *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática. (Séries Princípios).

VITRAL, Lorenzo; RAMOS, Jânia (1999). Gramaticalização de “você”: um processo de perda de informação semântica? In: *Revista Filologia e Linguística Portuguesa*, n. 3, p. 55-63.

VITRAL, Lorenzo; VIEGAS, Maria do Carmo; OLIVEIRA, Alan Jardel de (2010). Inovação versus mudança: a interseção gramaticalização/teoria da variação e mudança. In: VITRAL, Lorenzo; COELHO, Sueli (orgs.). *Estudos e processo de gramaticalização em português: metodologia e aplicações*. Campinas, SP: Mercado de Letras.

VOTRE, Sebastião Josué (2007). Relevância da variável escolaridade. In: MOLLICA, M. Cecília; BRAGA, M. Luiza (orgs.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. 3ª Ed. São Paulo: Contexto.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin (2006). *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola Editorial.